



Plano Territorial
Desenvolvimento Rural
Sustentável
Território
MACIÇO DE BATURITÉ



PTDRS
MACIÇO DE BATURITÉ

PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ
Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ
Francisco Celso Crisostomo Secundino

CONSORCIO DE SEGURANCA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL -
CONSAD
Antonio Lucio

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amelia Carmelita Gurgel dos Anjos	Técnica do Instituto Agropolos
Antonio Lacerda Souto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Cleber Leite Pereira	Coordenador – SDA/ Agropolos
Graça Duarte de Almeida	Coordenadora CODET/SDA
Josafá Martins	Coordenador Instituto Agropolos
Luis Carlos dos Santos	Agente Desenvolvimento Econômico - SDT/MDA
Marcos Antonio Vieira de Castro	Secretário CEDR
Maria de Fátima Costa Fernandes	Assessora EMATERCE
Olimpio Ferreira Queiroga Neto	Articulador Estadual da SDT/MDA
Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho	Assessor - CEDR

B823p Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Territorio
Mação do Baturité – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará,
2011.
343p.: v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Ruth Helena Linhares Leite, CRB₃- 403.

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
TERRITORIO DE IDENTIDADE RURAL**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
SUSTENTAVEL DO MACIÇO DO BATURITÉ**

**CEARA
2011**

COORDENAÇÃO NACIONAL

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA

Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Plenária Geral Territorial do Maciço de Baturité

Núcleo Técnico do Território do Maciço de Baturité

EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS

COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS

Comitê de Direitos e Desenvolvimento Social

Comitê de Educação e Cultura

Comitê de Gestão Territorial

Comitê de Infraestrutura

Comitê de Meio Ambiente

Comitê da Organização Sustentável da Produção e Ações Fundiárias

Comitê de Saúde, Saneamento e Acesso à Água

ASSESSOR TÉCNICO TERRITORIAL

Silvanar Soares Pereira

Licenciado em Pedagogia

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Pedagoga

Antonio Lacerda Souto

Pedagogo

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Engº Agrônomo

Catarina Maria Rabelo

Ms Sociologia

Christian Dárlio de Brito Arruda

Administrador

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Ms Políticas Públicas

Fabiola de Lima Gonçalves

Enfermeira

Florencia Furlotti

Pedagoga

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Ms Geografia

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Engº Agrônomo

Geórgia Medeiros Paiva

Esp. Saúde da Família

Janaina Carla Farias

Turismóloga

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

Ms Engenharia Agrônômica

Leilamara do Nascimento Andrade

Ms. Engenharia de Pesca

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Esp Saúde da Família

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Geógrafa

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Pedagoga

Mauricio Lima de Oliveira

Acadêmico de Agronomia

Nahyara Estevam Marinho

Ms Sociologia

Renato Araujo Bezerra

Administrador

Rosângela Maria Lucas Teixeira

Esp. Meio Ambiente

Ruth Helena Linhares Leite

Bibliotecária

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Ms Políticas Públicas

A G R A D E C I M E N T O S

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

Luiz Inácio Lula da Silva

Guilherme Cassel

Jose Humberto Oliveira

Camilo Sobreira de Santanna

Antonio Rodrigues Amorim

Marcelo Souza Pinheiro

José Bartolomeu Cavalcante

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ADAGRI	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará
APRECE	Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará
ASA	Articulação do Semiárido
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CEF	Caixa Econômica Federal
CEU	Condomínio Espiritual Uirapuru
CMDS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável
CODET	Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate a Pobreza
COFINS	Contribuição Financeira para a Seguridade Social
COGERH	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
COOPANEI	Cooperativa de Produção, Assistência Técnica, Comercialização e Núcleo.
COOTAP	Cooperativa Tecnológica de Assessoria e Projetos
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DETR	Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes.
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EE	Escolas Estaduais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Escolas Municipais
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FETRAECE	Federação dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura do estado do ceará
FME	Fundação Municipal de Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IAC	Instituto Agropolos do Ceará
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPECE	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NIT	Núcleo de Informação Tecnológica
ONG	Organização não governamental
pH	Potencial Hidrogênico
PM	Prefeituras Municipais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

LISTA DE SIGLAS

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
REP	Reserva Ecológica Particular
R.H	Recursos Hídricos
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
DAS	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPE	Saúde e Proteção nas Escolas
SUDEC	Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Representação do Mapa de Identificação do Território Maciço do Baturité	41
FIGURA 2	Distribuição por grupos de causas por Mortalidade no Território Maciço de Baturité e Estado do Ceará, em 2008.	90
FIGURA 3	Situação de nascimento no território de Baturité (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes 10-19 anos) em 2008	93
FIGURA 4	Percentual do número de leitos por 1000 habitantes no Estado do Ceará e Território Maciço de Baturité em 2009.	103
FIGURA 5	Indicadores de temperatura da Estação de Guaramiranga (1974 a 2004)	156
FIGURA 6	Indicadores de temperatura da Estação de Ocara (1974 a 2004).	156
FIGURA 7	Representação gráfica do mapa dos tipos climáticos do Território Maciço de Baturité	157
FIGURA 8	Média pluviométrica anual nos municípios do Micro-Território I no período de 2000 a 2009.	158
FIGURA 9	Média pluviométrica anual nos municípios do Micro-Território II no período de 2000 a 2009.	159
FIGURA 10	Média pluviométrica anual nos municípios do Micro-Território III no período de 2000 a 2009.	159
FIGURA 11	Umidade relativa do ar (1974 a 2004)	161
FIGURA 12	Evaporação média mensal (1974 a 2004)	162
FIGURA 13	Insolação média mensal (1974 a 2004)	163
FIGURA 14	Representação gráfica do mapa de compartimentação geoambiental	173
FIGURA 15	Representação gráfica do mapa de tipos de solos encontrados no território Maciço de Baturité	176
FIGURA 16	Representação gráfica do mapa das unidades fitoecológicas encontradas no território Maciço de Baturité	181
FIGURA 17	Proporção de Moradores por tipo de destino de lixo no Ceará e Território do Maciço de Baturité em 2000	193
FIGURA 18	Produto Interno Bruto (PIB) por setor no Território Maciço de Baturité	203
FIGURA 19	Renda per capita, de rendimentos do trabalho, média do chefe de família e de transferências governamentais no Território Maciço de Baturité	205
FIGURA 20	Efetivo de rebanhos bovinos, de vacas ordenhadas e de produção de mel no Território Maciço de Baturité	213
FIGURA 21	Efetivo de rebanhos equinos, asinos e muares no Território Maciço de Baturité.	215
FIGURA 22	Efetivo de rebanhos caprinos, ovinos e suínos no Território Maciço de Baturité	216
FIGURA 23	Efetivo de aves no Território Maciço de Baturité (2007)	217
FIGURA 24	Produção de leite e ovos por município no Território do Maciço de Baturité	218
FIGURA 25	Efetivo da pecuária no Território Maciço de Baturité	219
FIGURA 26	Produção de leite, ovos e mel por município no Território do Maciço de Baturité	220
FIGURA 27	Valor contratado em investimento (Pronaf) no Território Maciço de Baturité	233
FIGURA 28	Valor contratado em custeio (Pronaf) no Território Maciço de Baturité	235
FIGURA 29	Valor do repasse pelo FNDE para o Território Maciço de Baturité	254
FIGURA 30	Elementos do Processo de Gestão Social	298
FIGURA 31	Diagrama Organizacional	300

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Distribuição da população do Território Maciço de Baturité por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento.	23
TABELA 2	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité - 2010	24
TABELA 2.1	População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité - 2010	30
TABELA 2.2	População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité - 2010	31
TABELA 2.3	População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité- 2010	32
TABELA 2.4	População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité – 2010	34
TABELA 2.5	População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité - 2010	35
TABELA 3	População Total, Urbana e Rural, Densidade demográfica, Percentual da população do Território Maciço de Baturité, 2010.	37
TABELA 4	Taxa Geométrica Total (urbana e rural) Território Maciço do Baturité, 2010	38
TABELA 5	Vias de acesso aos municípios e distância à Fortaleza	42
TABELA 6	Morbidade proporcional por doenças crônicas no território Maciço de Baturité em 2008	79
TABELA 7	Morbidades Proporcional por Doenças Transmissíveis no Território Maciço de Baturité em 2008	81
TABELA 8	Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas no Território de Baturité em 2008	88
TABELA 9	Condições de Nascimento no Território Maciço de Baturité em 2008.	91
TABELA 10	Tipos de Estabelecimentos da Atenção Básica e Especializada no Território Maciço de Baturité dados de 2008, 2009 e 2010.	102
TABELA 11	Oferta de Profissionais Médicos/Especialidades por 1.000 Habitantes no Território Maciço de Baturité em 2008	105
TABELA 12	Oferta de Profissionais de Saúde por 1.000 Habitantes no Território Maciço de Baturité em 2008	107
TABELA 13	Percentual de Domicílio com Abastecimento de Água e de Domicílio com Esgotamento Sanitário, em 2007.	109
TABELA 14	População alfabetizada no Estado por faixa etária (total, zona de moradia: rural e urbano)	112
TABELA 15	Taxas de Alfabetização, Taxa de Escolarização Ensino Fundamental e Ensino Médio no Território	113
TABELA 16	Educação Infantil (Número de matrículas e número de escolas) - por dependência administrativa e zona de moradia.	115
TABELA 17	Ensino Fundamental - Número de matrículas e número de escolas- por dependência administrativa e zona de moradia.	119
TABELA 18	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – MicroTerritório I – Maciço de Baturité.	122
TABELA 19	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – MicroTerritório II – Maciço de Baturité	122
TABELA 20	IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – MicroTerritório III Maciço de Baturité.	123
TABELA 21	Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Microterritório I Maciço Baturité	124
TABELA 22	Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Microterritório II Maciço Baturité	124
TABELA 23	Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Micro território III Maciço Baturité	125
TABELA 24	Ensino Médio - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia	126
TABELA 25	Educação de Jovens e Adultos- Número de matrículas em presencial e semipresencial	128

LISTA DE TABELAS

	por dependência administrativa e zona de moradia.	
TABELA 26	Ensino Fundamental (Número de escolas com biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia	132
TABELA 27	Ensino Médio (Número de escolas com biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia	134
TABELA 28	Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia	137
TABELA 29	Bibliotecas Públicas Municipais, Teatros, Museus, Banda Música e Bandas de Música do Projeto Pró-Bandas	142
TABELA 30	Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento das Águas Territoriais	168
TABELA 31	Barragens construídas, em construção e projetadas	168
TABELA 32	Poços construídos pela SOHIDRA, segundo os municípios	169
TABELA 33	Aduadoras construídas pela SOHIDRA por municípios	169
TABELA 34	Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário, especificando ligações reais e ativas.	169
TABELA 35	Taxa de cobertura urbana de abastecimento de água e esgotamento sanitário	170
TABELA 36	Índices de Desenvolvimento Humano do Território Maciço de Baturité	201
TABELA 37	Produto Interno Bruto (PIB) por setor, PIB <i>per capita</i> e preços de mercado do Território Maciço de Baturité	202
TABELA 38	Renda per capita, Rendimentos do trabalho, Renda Média do Chefe de Família e Transferências Governamentais no Território Maciço de Baturité	204
TABELA 39	Quantitativos de área, produção e valor das lavouras permanentes e temporárias no Território Maciço de Baturité	207
TABELA 40	Área, quantidade e valor total de produtos de lavouras permanentes no Território Maciço de Baturité	210
TABELA 41	Quantitativos de área, quantidade produzida e valor da produção no Território Maciço de Baturité, 2006-2009.	211
TABELA 42	Efetivo de Bovinos, Vacas ordenhadas e Produção de Mel	213
TABELA 43	Efetivo dos rebanhos, Eqüinos, Asininos e Muare	214
TABELA 44	Efetivo dos rebanhos, Caprinos, Ovinos e Suínos	215
TABELA 45	Efetivo de Aves	217
TABELA 46	Produção de Leite e Ovos	218
TABELA 47	Quantitativo de assentamentos, número de famílias e área por modalidade no Território Maciço de Baturité	221
TABELA 48	Quantitativo de famílias assentadas no Território pelo INCRA no Território Maciço de Baturité.	223
TABELA 49	Quantidade de famílias assentadas em assentamentos federais no Território Maciço de Baturité	224
TABELA 50	Quantidade de famílias assentadas em assentamentos federais no Território Maciço de Baturité.	225
TABELA 51	Distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar do Território Maciço de Baturité	227
TABELA 52	Eventos que acontecem no Território Maciço de Baturité relacionados à eventos e feiras	231
TABELA 53	Número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf na modalidade de investimento no Território Maciço de Baturité, 2009	231
TABELA 54	Número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf na modalidade de custeio no Território Maciço de Baturité, 2009	234
TABELA 55	Número de agência bancárias no Território Maciço de Baturité, 2009	236
TABELA 56	Número de postos bancários no Território Maciço de Baturité, 2009	236
TABELA 57	Valor das operações bancárias no Território Maciço de Baturité, 2009	237
TABELA 58	Atrativos turísticos (atrativos naturais/Lazer/aventura) encontrados no Território Maciço	240

LISTA DE TABELAS

	de Baturité	
TABELA 59	Atrativos turísticos (cultural/histórico) encontrados no Território Maciço de Baturité	241
TABELA 60	Principais eventos que se encontram na agenda cultural do Território Maciço de Baturité	242
TABELA 61	Hospedagem no Território Maciço de Baturité	244
TABELA 62	Vias de acesso e distâncias à Fortaleza dos municípios do Território Maciço de Baturité	248
TABELA 63	Número de agência bancárias no Território Maciço de Baturité, 2009	251
TABELA 64	Número de postos bancários no Território Maciço de Baturité, 2009	251
TABELA 65	Valor das operações bancárias no Território Maciço de Baturité, 2009	252
TABELA 66	Valor das operações bancárias no Território Maciço de Baturité, 2009	252
TABELA 67	Resumo de informações de comercialização de produtos da agricultura familiar via PNAE.	253
TABELA 68	Assessoria e Assistência Técnica conveniados com SDA no Território	261

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Ações MDS em Parceria com os Municípios	56
QUADRO 2	Número de Famílias e Volume de Repasse do Programa Bolsa Família	57
QUADRO 3	Estimativa de Famílias Pobres no CadÚnico e no Perfil PBF	58
QUADRO 4	Programas Complementares Articulados em Nível Federal	60
QUADRO 5	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	62
QUADRO 6	Ações, Beneficiários e Repasse da Assistência Social – Ano base 2010	65
QUADRO 7	Comparativo entre benefícios sociais com cobertura da Assistência Social (BPC e PETI) e do PBF com repasse direto aos beneficiários	66
QUADRO 8	Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009	67
QUADRO 9	Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009	69
QUADRO 10	Quantidade Benefícios e Valor Acumulado Previdência e Assistência Social	71
QUADRO 11	Número de Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Delegacias de Polícia	73
QUADRO 12	Análise Territorial do ambiente interno e externo da Dimensão Sociocultural Educacional	145
QUADRO 13	Mananciais Municipais do Território Maciço de Baturité	172
QUADRO 14	Principais espécies vegetais encontradas no Maciço de Baturité	173
QUADRO 15	Tipos de Solos do Território Maciço de Baturité	174
QUADRO 16	Principais espécies vegetais encontradas no Maciço de Baturité	177
QUADRO 17	Tipologias Florestais	179
QUADRO 18	Análise Territorial do ambiente interno e externo da Dimensão Ambiental	196
QUADRO 19	Análise Territorial do ambiente interno e externo da Dimensão Socioeconômica	262
QUADRO 20	Eleitores e Representação Partidária Gestão Municipal	269
QUADRO 21	Eleitores e Representação Partidária Gestão Municipal	271
QUADRO 22	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal	272
QUADRO 23	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal	273
QUADRO 24	Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal	274
QUADRO 25	Considerações e Proposições sobre o Tema institucionalidades para a gestão social do Desenvolvimento Territorial Rural.	277
QUADRO 26	Instituições Públicas com atuação mais presente no Território.	280
QUADRO 27	Instancias colegiadas ou Esfera Pública do território	280
QUADRO 28	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	283
QUADRO 29	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	283
QUADRO 30	Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB)	284
QUADRO 31	Receitas Derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS	285
QUADRO 32	Instituições Públicas com Atuação Regionalizada.	287
QUADRO 33	Entidades com Atuação Regionalizada.	289
QUADRO 34	Eixos e Programas do Governo Estadual PPA 2008-2011.	291
QUADRO 35	Orçamento PPA	292
QUADRO 36	Programas e Ações do Governo Federal	294
QUADRO 37	Instâncias do Colegiado Territorial (CODETEMB)	303
QUADRO 38	Análise do Ambiente interno e externo da Dimensão Político Institucional	307
QUADRO 39	Objetivos Estratégicos	313
QUADRO 40	Eixo Direito e Desenvolvimento Social	317
QUADRO 41	Eixo Saúde Direito de Todos	318
QUADRO 42	Eixo Educação e Meio Ambiente	320
QUADRO 43	Eixo Cultura, Esporte e Desenvolvimento	321
QUADRO 44	Eixo Meio Ambiente e Qualidade de Vida	321
QUADRO 45	Eixo Desenvolvimento Produtivo do Território	322
QUADRO 46	Eixo Ação Fundiária	323
QUADRO 47	Eixo Turismo Sustentável	325
QUADRO 48	Eixo Infraestrutura	324
QUADRO 49	Eixo Controle e Gestão Territorial	328
QUADRO 50	Projetos Estratégicos priorizados pelo Território	329

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	15
1	INTRODUÇÃO	17
2	PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO	19
PARTE I	O TERRITÓRIO	23
3	Aspectos Sociodemográficos	27
4	Características Estratégicas	41
5	Formação Histórica	44
PARTE II	O DIAGNÓSTICO	47
PARTE II a	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	51
6	Aspectos Sociais	53
7	Aspectos da Saúde	78
8	Aspectos Educacionais	111
9	Aspectos Culturais	138
10	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	143
PARTE II b	DIMENSÃO AMBIENTAL	147
11	Aspectos Geoambientais	149
12	Aspectos Antrópicos	182
13	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	197
PARTE II c	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	199
14	Aspectos Socioeconômicos	201
15	Aspectos do Setor Produtivo	207
16	Situação Fundiária	221
17	Financiamento e Comercialização	231
18	Serviços, Comércio e Indústria	256
19	Infraestrutura Hidrica, Elétrica e Estradas	258
20	Assessoria Técnica	260
21	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	262
PARTE II d	DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	265
22	Territorialização e Gestão Pública	267
23	Infraestrutura Institucional	281
24	Governabilidade e Gestão Social	298
25	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	305
PARTE III	PLANEJAMENTO	307
26	Visão de Futuro	311
27	Objetivos Estratégicos	312
28	Diretrizes Principais	313
29	Eixos do Desenvolvimento, Programas e Projetos	314
30	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	330
PARTE IV	GESTÃO DO PLANO	331
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	337
	REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	339

APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condraf apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercer o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulada no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de planejamento que caminha de forma democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio a gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as políticas públicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim

proporciona condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação os interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instancias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território do Vales do Curu Aracatiaçu não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento, de atualização permanente em espaços de tempo programados, dada a dinâmica global do mundo em que se insere.

2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE ELABORAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PLANO

Logo no início do primeiro mandato do Presidente Lula, os movimentos sociais e até mesmo alguns atores ligados ao poder público municipal, mobilizaram-se fortemente com o desejo de participar efetivamente de uma das ações do Projeto Fome Zero, inspirados pelo amplo movimento nacional de mobilização liderado por Herbert de Sousa, o Betinho. Esta mobilização, que tinha a acessória de Lacerda Souto, Vânia Bonfim, Catarina Rabelo, Valdenir Amacio, integrantes do SETAH (ONG contratada para fazer a sensibilização), teve grande significado e importância para toda a região. Tal mobilização resultou na criação de um fórum permanente de debate, discussão, proposição, fiscalização e encaminhamento de políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional. Na época esta mobilização conseguiu sensibilizar os municípios para que criassem os COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional). Todo este movimento, toda esta mobilização, recebeu o nome de CONSAD (Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional), que integra os 13 municípios do Maciço de Baturité (Aracoiaba, Acarape, Barreira, Capistrano, Itapiuna, Aratuba, Mulungu, Palmácia, Guaramiranga, Ocara, Redenção, Guaramiranga, Mulungu). O CONSAD é formado por seis representantes dos 13 municípios, sendo que destes, 4 são da Sociedade Civil e 2 do Poder Público.

O CONSAD vinha lutando por muitas conquistas importantes para a Região e seu desenvolvimento sustentável. Mas um dos sonhos e lutas mais intensivos era o de tornar nossa Região do Maciço de Baturité, um Território Rural reconhecido também pelo MDA, já que o Território CONSAD fazia parte de uma estratégia de desenvolvimento inspirada e acompanhada pelo MDS. Esta luta em defesa da instituição do Território Rural do Maciço de Baturité, durou de 2006 até 2008, quando definitivamente o MDA considerou o Maciço de Baturité como Território Rural e passou a acompanhar como tal. Desde então o fórum do CONSAD, formado por 78 instituições, foi ampliado com outras instituições de caráter territorial e passou a ser considerado CODETEMB (Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Maciço de Baturité), contando com o apoio da Delegacia Federal do MDA no Ceará, bem

como da SDT/MDA, de modo muito particular do Articulado Estadual da SDT/MDA, o senhor Antonio Lacerda Souto. Com esta presença marcante do Articulado Estadual e com participação dos atores e atrizes, o Território Rural do Maciço de Baturité, foi ganhando forma e se instalando com suas instancias (Colegiado, Núcleo Dirigente, Comitês Temáticos, Assessor Técnico...).

Foi um processo muito lento, pois algumas divergências internas, atrapalharam um pouco. Mas a paciência, a teimosia, a insistência e capacidade técnico pedagógica de Lacerda, associadas ao sonho e ao desejo dos que pretendiam avançar, foram maiores que as dificuldades e falaram mais alto que as divergências, que foram superadas com o consenso de criar uma plenária ampliada com CONSAD com outras instituições, que resultou na formação de um Colegiado Territorial com 118 instituições e um Núcleo Dirigente com 15 cadeiras. Com o passar do tempo, outras instituições entraram (e ainda existe um espaço aberto para novas solicitações de adesões). Hoje já são mais de 120, mas o Núcleo Dirigente, foi reduzido de 15 para 11 representações sendo que destas, 7 são da Sociedade Civil e 4 do Poder Público.

Como estratégias de aceleração dos trabalhos do Colegiado, o MDA tem disponibilizado os recursos do PROINF (Pronaf Infraestrutura). E é com este recurso, que o Território vem se mantendo. Nos anos de 2008/2009/2010, foram apresentados vários projetos de abrangência territorial, um deles é a estruturação de um espaço para o funcionamento das instancias do Território, que consta de uma sede, com equipamentos de escritório, um carro e duas motos. O segundo é o projeto de fortalecimento da fruticultura na serra, com foco na banana, instalando uma mini fábrica de processamento da banana da cidade de Redenção. O terceiro, é com foco na cajucultura, implantando uma unidade de processamento de caju em Ocara e uma de processamento de castanha em Baturité. Um quarto projeto é o de implantação de um sistema SECAFS, para colaborar com o processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar. Tem também o projeto de apoio ao turismo rural e comunitário, já que o Território tem vocação para tal atividade. O único projeto efetivamente implantado, foi o de custeio das ações do colegiado, que financiou as despesas dos eventos, inclusive algumas oficinas e plenárias do PTDRS, bem como o apoio à BSC (Base de Serviço de

Comercialização). Infelizmente a burocracia e o ano eleitoral de 2010, atrapalharam um pouco o processo e aguarda-se a liberação de alguns documentos para que o processo possa dar continuidade.

Nos anos de 2009 e 2010, foi realizado um grande processo de mobilização e sensibilização do (a)s atores e atrizes envolvido (a)s com o CDETEMB e outros entes que existem na área de atuação do Território do Maciço de Baturité, para a elaboração participativa de um importante instrumento de planejamento das ações estratégicas para o Território, que contou com a colaboração de muitos técnicos, autoridades e lideranças populares, sindicais, religiosas, comunitárias de todo o Território Rural do Maciço de Baturité. Foram pelo menos seis Oficinas Territoriais, seis Oficinas Micro territoriais, três Plenárias Territoriais, além das reuniões dos comitês temáticos, das equipes de assessoria, do Núcleo Dirigente. Tudo isso para a elaboração do PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável) e de seu Resumo Executivo. Para uma elaboração mais técnica deste Plano Territorial, foi contratada uma equipe de técnicos que ajudou na sistematização e qualificação das informações colhidas e apresentadas pelos comitês temáticos. Foi um tempo de trabalho intenso e de bastante envolvimento dos diversos atores e atrizes que atuam em todo o Território. Houve uma colheita de informações das potencialidades e demandas do Território, ao que chamamos de diagnóstico. Que foi um processo participativo de busca de informações. A partir do diagnóstico, é que se instalou o trabalho de elaboração do Planejamento propriamente dito. Confrontando as carências com as riquezas existentes no Território, bem como as possíveis obras ou ações a serem implantadas pelos governos municipais, estadual e federal, para atender às determinadas carências.

O fato é, que o PTDRS bem como o Resumo Executivo do Maciço de Baturité estão em fase de conclusão e tem um significado estratégico para os governos, as empresas e para as organizações sociais ou qualquer pessoa, ou instituição que tenha interesse em atuar na Região do Maciço de Baturité. Recheado com dados, informações, estatísticas e projeções de futuro, nosso PTDRS poderá ser utilizado com segurança como fonte de pesquisa e de consulta. Como disseram algumas pessoas que participaram ativamente de todos os momentos de elaboração do Plano, “neste plano a gente consegue se ver. Pois ele está a nossa cara. Nele

estão impressos todas as nossas dificuldades e angustias, mas também nossos sonhos e esperanças”

Na dinâmica de caminhada do Território Rural do Maciço de Baturité, percebeu-se logo cedo, que há uma necessidade urgente de se tornar Território da Cidadania. E neste sentido, o CODETEMB reunido em Plenária Territorial no mês de setembro de 2010, na cidade de Redenção, deliberou sobre a inclusão do Maciço de Baturité, no Programa Territórios da Cidadania e aguarda ansioso por uma resposta. Pois se entende que o Território da Cidadania, pode significar uma ampliação das ações hoje desempenhadas pelo Território Rural. Aguardamos pelo lançamento oficial do PTDRS e do Resumo Executivo para que possamos apresentar para as autoridades e cobrar ações e políticas públicas que venham melhorar as condições de vida e de trabalho das famílias que habitam este importante pedaço do Brasil, chamado Território do Maciço de Baturité. E uma destas esperanças é o reconhecimento do Governo Federal, do nosso Território do Maciço de Baturité, como sendo um Território da Cidadania.

Parte I
O TERRITORIO

Aspectos Sociodemográficos
Características Estratégicas
Formação Histórica

O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a organização dos atores

na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab./km².

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na tabela 1, os dados demográficos do Território Maciço do Baturité correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

Tabela 1: Distribuição da população do Território Maciço do Baturité por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento

Distribuição da população do Território Maciço do Baturité 2007-2010					
MICRO I					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento (%)
Aratuba	12129	12477	12478	11529	-4,95
Guaramiranga	4307	4227	4070	4165	-3,30
Mulungu	10975	11642	11914	11485	4,65
Pacoti	11097	11473	11519	11607	4,60
Palmácia	10352	10755	10838	12005	15,97
TOTAL	48860	50574	50819	50791	3,95
MICRO II					
Acarape	14658	15388	15627	15337	4,63
Aracoiaba	24423	25251	25351	25405	4,02

Distribuição da população do Território Maciço do Baturité 2007-2010					
Baturité	31669	32968	33271	33326	5,23
Capistrano	16403	16963	17033	17063	4,02
Itapiúna	17602	18390	18610	18626	5,82
Redenção	25702	26624	26768	26423	2,81
TOTAL	130457	135584	136660	136180	4,39
MICRO III					
Barreira	18453	19257	19469	19574	6,07
Ocara	23359	24371	24636	24012	2,80
TOTAL	41812	43628	44105	43586	4,24

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território Maciço do Baturité destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território Maciço do Baturité

Tabela 2: População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité - 2010

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Aratuba U	314	148	166	323	164	159	421	200	221
Aratuba R	594	295	299	711	360	351	968	493	475
Guaramiranga U	154	70	84	218	119	99	314	156	158

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Guaramiranga R	133	70	63	139	82	57	185	89	96
Mulungu U	370	181	189	381	173	208	421	206	215
Mulungu R	651	316	335	703	360	343	857	445	412
Pacoti U	400	198	202	411	212	199	531	272	259
Pacoti R	568	295	273	588	267	321	759	391	368
Palmácia U	338	172	166	379	184	195	524	262	262
Palmácia R	575	292	283	590	300	290	811	390	421
TOTAL U	1576	769	807	1712	852	860	2211	1096	1115
TOTAL R	2521	1268	1253	2731	1369	1362	3580	1808	1772
MICRO II									
Acarape U	679	325	354	677	332	345	836	408	428
Acarape R	656	331	325	630	314	316	821	427	394
Aracoiaba U	1043	505	538	1140	575	565	1435	729	706
Aracoiaba R	836	423	413	965	471	494	1327	691	636
Baturité U	2000	1022	978	2091	1085	1006	2599	1315	1284
Baturité R	692	354	338	813	397	416	1025	542	483
Capistrano U	507	273	234	556	310	246	639	321	318
Capistrano R	902	440	462	891	467	424	1212	649	563
Itapiúna U	692	348	344	752	376	376	972	496	476
Itapiúna R	835	415	420	913	472	441	1111	598	513
Redenção U	1205	623	582	1269	639	630	1623	828	795
Redenção R	969	489	480	905	457	448	1249	646	603
TOTAL U	6126	3096	3030	6485	3317	3168	8104	4097	4007
TOTAL R	4890	2452	2438	5117	2578	2539	6745	3553	3192
MICRO III									
Barreira U	608	294	314	646	333	313	922	446	476
Barreira R	908	474	434	978	518	460	1289	656	633
Ocara U	533	271	262	560	297	263	736	374	362
Ocara R	1169	586	583	1480	768	712	1888	1020	868
TOTAL U	1141	565	576	1206	630	576	1658	820	838
TOTAL R	2077	1060	1017	2458	1286	1172	3177	1676	1501
TOTAL URBANO TERRITORIO	8843	4430	4413	9403	4799	4604	11973	6013	5960
TOTAL RURAL TERRITORIO	9488	4780	4708	10306	5233	5073	13502	7037	6465

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território Maciço do Baturité

Tabela 2.1: População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité - 2010

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Aratuba U	425	201	224	355	159	196	323	170	153
Aratuba R	966	524	442	667	346	321	622	305	317
Guaramiranga U	274	145	129	218	119	99	189	95	94
Guaramiranga R	186	89	97	183	103	80	144	77	67
Mulungu U	378	190	188	375	201	174	358	171	187
Mulungu R	786	426	360	664	362	302	524	264	260
Pacoti U	492	245	247	428	207	221	426	213	213
Pacoti R	757	412	345	576	314	262	558	281	277
Palmácia U	503	258	245	521	252	269	404	216	188
Palmácia R	716	355	361	705	365	340	556	280	276
TOTAL U	2072	1039	1033	1897	938	959	1700	865	835
TOTAL R	3411	1806	1605	2795	1490	1305	2404	1207	1197
MICRO II									
Acarape U	913	453	460	749	375	374	630	320	310
Acarape R	813	420	393	710	409	301	585	276	309
Aracoiaba U	1388	695	693	1251	636	615	1163	576	587
Aracoiaba R	1267	683	584	1095	586	509	925	514	411
Baturité U	2472	1239	1233	2164	1034	1130	2038	1002	1036
Baturité R	985	514	471	786	410	376	712	363	349
Capistrano U	649	347	302	585	280	305	580	289	291
Capistrano R	1260	644	616	990	507	483	900	457	443
Itapiúna U	1016	511	505	764	388	376	703	334	369
Itapiúna R	1150	600	550	891	470	421	789	416	373
Redenção U	1528	771	757	1331	659	672	1208	601	607
Redenção R	1198	625	573	996	495	501	932	499	433
TOTAL U	7966	4016	3950	6844	3372	3472	6322	3122	3200
TOTAL R	6673	3486	3187	5468	2877	2591	4843	2525	2318
MICRO III									
Barreira U	839	406	433	763	380	383	706	336	370
Barreira R	1273	650	623	1022	512	510	970	518	452

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ocara U	776	407	369	742	384	358	692	342	350
Ocara R	1813	950	863	1438	766	672	1197	626	571
TOTAL U	1615	813	802	1505	764	741	1398	678	720
TOTAL R	3086	1600	1486	2460	1278	1182	2167	1144	1023
TOTAL URBANO TERRITORIO	11653	5868	5785	10246	5074	5172	9420	4665	4755
TOTAL RURAL TERRITORIO	13170	6892	6278	10723	5645	5078	9414	4876	4538

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Maciço do Baturité

Tabela 2.2: População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité - 2010

Municípios	População residente								
	30 a 34 anos			35 a 39			40 a 44		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Aratuba U	260	139	121	230	122	108	213	102	111
Aratuba R	517	270	247	447	225	222	402	225	177
Guamiranga U	201	109	92	156	73	83	168	73	95
Guamiranga R	118	61	57	103	50	53	82	48	34
Mulungu U	290	159	131	245	118	127	245	114	131
Mulungu R	521	277	244	408	212	196	411	226	185
Pacoti U	337	164	173	329	154	175	274	120	154
Pacoti R	465	247	218	372	200	172	432	224	208
Palmácia U	386	203	183	315	151	164	310	148	162
Palmácia R	482	238	244	523	278	245	402	207	195
TOTAL U	1474	774	700	1275	618	657	1210	557	653
TOTAL R	2103	1093	1010	1853	965	888	1729	930	799
MICRO II									
Acarape U	611	289	322	543	250	293	547	244	303
Acarape R	509	264	245	460	227	233	462	225	237
Aracoiaba U	1022	514	508	874	436	438	860	424	436
Aracoiaba R	792	431	361	689	361	328	701	369	332

Municípios	População residente								
	30 a 34 anos			35 a 39			40 a 44		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Baturité U	1851	850	1001	1704	796	908	1571	735	836
Baturité R	654	350	304	543	292	251	518	268	250
Capistrano U	430	199	231	410	208	202	354	172	182
Capistrano R	762	375	387	601	324	277	572	292	280
Itapiúna U	654	324	330	509	252	257	544	258	286
Itapiúna R	656	358	298	550	286	264	491	251	240
Redenção U	1101	545	556	1015	475	540	913	418	495
Redenção R	775	393	382	699	358	341	693	345	348
TOTAL U	5669	2721	2948	5055	2417	2638	4789	2251	2538
TOTAL R	4148	2171	1977	3542	1848	1694	3437	1750	1687
MICRO III									
Barreira U	649	309	340	560	268	292	543	258	285
Barreira R	828	416	412	767	381	386	685	336	349
Ocara U	570	278	292	540	244	296	491	245	246
Ocara R	1076	578	498	1019	514	505	985	504	481
TOTAL U	1219	587	632	1100	512	588	1034	503	531
TOTAL R	1904	994	910	1786	895	891	1670	840	830
TOTAL URBANO TERRITORIO	8362	4082	4280	7430	3547	3883	7033	3311	3722
TOTAL RURAL TERRITORIO	8155	4258	3897	7181	3708	3473	6836	3520	3316

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Maciço do Baturité

Tabela 2.3: População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité- 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Aratuba U	211	95	116	141	61	80	128	57	71
Aratuba R	403	210	193	322	157	165	298	168	130
Guaramiranga U	148	72	76	109	51	58	90	37	53
Guaramiranga R	81	46	35	70	29	41	64	35	29
Mulungu U	231	111	120	212	91	121	181	84	97

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Mulungu R	383	203	180	316	179	137	281	147	134
Pacoti U	302	154	148	186	95	91	151	71	80
Pacoti R	360	187	173	333	177	156	246	116	130
Palmácia U	257	129	128	203	89	114	186	80	106
Palmácia R	331	165	166	269	146	123	241	122	119
TOTAL U	1149	561	588	851	387	464	736	329	407
TOTAL R	1558	811	747	1310	688	622	1130	588	542
MICRO II									
Acarape U	458	218	240	315	149	166	245	111	134
Acarape R	351	184	167	335	166	169	259	127	132
Aracoiaba U	722	330	392	570	264	306	511	238	273
Aracoiaba R	651	326	325	513	251	262	443	227	216
Baturité U	1233	619	614	1007	452	555	856	388	468
Baturité R	492	237	255	358	194	164	287	154	133
Capistrano U	340	151	189	250	108	142	217	103	114
Capistrano R	589	296	293	457	231	226	425	229	196
Itapiúna U	498	233	265	354	161	193	303	136	167
Itapiúna R	517	283	234	412	209	203	378	198	180
Redenção U	853	413	440	697	306	391	552	248	304
Redenção R	613	319	294	485	248	237	421	214	207
TOTAL U	4104	1964	2140	3193	1440	1753	2684	1224	1460
TOTAL R	3213	1645	1568	2560	1299	1261	2213	1149	1064
MICRO III									
Ocara U	432	192	240	369	161	208	305	142	163
Ocara R	878	482	396	670	325	345	638	313	325
Barreira U	452	211	241	315	138	177	277	121	156
Barreira R	559	291	268	454	226	228	448	216	232
TOTAL U	884	403	481	684	299	385	582	263	319
TOTAL R	1437	773	664	1124	551	573	1086	529	557
TOTAL URBANO TERRITÓRIO	6137	2928	3209	4728	2126	2602	4002	1816	2186
TOTAL RURAL TERRITÓRIO	6208	3229	2979	4994	2538	2456	4429	2266	2163

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território Maciço do Baturité

Tabela 2.4: População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité – 2010

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I									
Aratuba U	111	50	61	91	44	47	72	33	39
Aratuba R	213	120	93	205	100	105	178	89	89
Guaramiranga U	62	28	34	60	26	34	35	13	22
Guaramiranga R	38	16	22	39	15	24	34	21	13
Mulungu U	132	63	69	99	47	52	83	30	53
Mulungu R	214	109	105	169	88	81	144	69	75
Pacoti U	113	47	66	122	50	72	79	28	51
Pacoti R	218	129	89	168	79	89	157	86	71
Palmácia U	163	74	89	132	62	70	127	64	63
Palmácia R	209	104	105	188	106	82	173	84	89
TOTAL U	581	262	319	504	229	275	396	168	228
TOTAL R	892	478	414	769	388	381	686	349	337
MICRO II									
Acarape U	209	86	123	156	78	78	159	71	88
Acarape R	210	109	101	156	82	74	151	77	74
Aracoiaba U	437	206	231	384	163	221	342	162	180
Aracoiaba R	372	201	171	312	167	145	280	130	150
Baturité U	737	346	391	609	258	351	571	233	338
Baturité R	220	121	99	248	134	114	220	107	113
Capistrano U	180	78	102	126	54	72	142	55	87
Capistrano R	317	160	157	261	133	128	259	139	120
Itapiúna U	270	122	148	205	89	116	202	89	113
Itapiúna R	342	198	144	253	139	114	205	97	108
Redenção U	500	240	260	382	185	197	334	146	188
Redenção R	345	168	177	299	160	139	249	128	121
TOTAL U	2333	1078	1255	1862	827	1035	1750	756	994
TOTAL R	1806	957	849	1529	815	714	1364	678	686
MICRO III									
Ocara U	258	128	130	191	86	105	136	55	81

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Ocara R	379	197	182	286	155	131	216	116	100
Barreira U	218	106	112	205	109	96	154	61	93
Barreira R	594	320	274	499	253	246	407	221	186
TOTAL U	476	234	242	396	195	201	290	116	174
TOTAL R	973	517	456	785	408	377	623	337	286
TOTAL URBANO TERRITORIO	3390	1574	1816	2762	1251	1511	2436	1040	1396
TOTAL RURAL TERRITORIO	3671	1952	1719	3083	1611	1472	2673	1364	1309

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Maciço do Baturité e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

Tabela 2.5: População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Maciço do Baturité - 2010

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO I						
Aratuba U	57	29	28	94	42	52
Aratuba R	106	55	51	141	65	76
Guaramiranga U	33	14	19	66	32	34
Guaramiranga R	21	12	9	49	24	25
Mulungu U	90	46	44	107	46	61
Mulungu R	107	55	52	148	73	75
Pacoti U	71	33	38	93	34	59
Pacoti R	139	68	71	166	80	86
Palmácia U	90	45	45	119	47	72
Palmácia R	131	71	60	146	63	83
TOTAL U	341	167	174	479	201	278
TOTAL R	504	261	243	650	305	345

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO II						
Acarape U	121	51	70	134	52	82
Acarape R	122	55	67	126	66	60
Aracoiaba U	233	105	128	362	163	199
Aracoiaba R	190	88	102	296	148	148
Baturité U	396	162	234	538	247	291
Baturité R	155	85	70	176	91	85
Capistrano U	110	53	57	137	59	78
Capistrano R	183	93	90	269	142	127
Itapiúna U	155	77	78	226	103	123
Itapiúna R	128	76	52	186	98	88
Redenção U	283	125	158	340	141	199
Redenção R	183	87	96	270	128	142
TOTAL U	1298	573	725	1737	765	972
TOTAL R	961	484	477	1323	673	650
MICRO III						
Ocara U	100	43	57	162	74	88
Ocara R	159	76	83	225	112	113
Barreira U	112	48	64	170	89	81
Barreira R	271	147	124	380	194	186
TOTAL U	212	91	121	332	163	169
TOTAL R	430	223	207	605	306	299
TOTAL URBANO TERRITORIO	1851	831	1020	2548	1129	1419
TOTAL RURAL TERRITORIO	1895	968	927	2578	1284	1294

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas a população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

Tabela 3: População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Maciço do Baturité, 2010.

Municípios	População Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica	Urbano %	Rural %
MICRO I						
Aratuba	11529	3769	7760	80,9	32,7	67,3
Guaramiranga	4165	2495	1670	70,0	59,9	40,1
Mulungu	11485	4198	7287	85,3	36,6	63,4
Pacoti	11607	4745	6862	103,7	40,9	59,1
Palmácia	12005	4957	7048	101,9	41,3	58,7
TOTAL	50791	20164	30627		39,7	60,3
MICRO II						
Acarape	15337	7982	7355	98,8	52,0	48,0
Aracoiaba	25405	13745	11660	38,7	54,1	45,9
Baturité	33326	24446	8880	107,9	73,4	26,6
Capistrano	17063	6212	10851	87,6	36,4	63,6
Itapiúna	18626	8819	9807	31,6	47,3	52,7
Redenção	26423	15142	11281	117,1	57,3	42,7
TOTAL	136180	76346	59834		56,1	43,9
MICRO III						
Barreira	19574	8127	11447	79,6	41,5	58,5
Ocara	24012	7605	16407	31,4	31,7	68,3
TOTAL	43586	15732	27854		36,1	63,9
TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO	230557	112242	118315			

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto a urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

Tabela 4: Taxa Geométrica Total (urbana e rural) Território Maciço do Baturité, 2010.

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
MICRO I			
Aratuba	-0,7	5,7	-2,7
Guaramiranga	-3,1	0,7	-6,8
Mulungu	2,6	1,2	3,5
Pacoti	0,6	2,2	-0,4
Palmácia	2	1,2	2,6
MICRO II			
Acarape	1,7	1,3	2,2
Aracoiaba	0,5	1,2	-0,2
Baturité	1,1	1,6	-0,2
Capistrano	0,8	1,7	0,3
Itapiúna	1,4	1,4	1,3
Redenção	0,6	1,7	-0,8
MICRO III			
Ocara	1,1	1,8	0,8
Barreira	1,4	2,5	0,7

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção

de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários

extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS

O Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará (IPECE) com o objetivo de obter um planejamento mais eficaz e um maior aperfeiçoamento na aplicação dos recursos destinados aos territórios elaborou uma nova regionalização para o Estado do Ceará, sendo esta composta por 13 regiões territoriais.

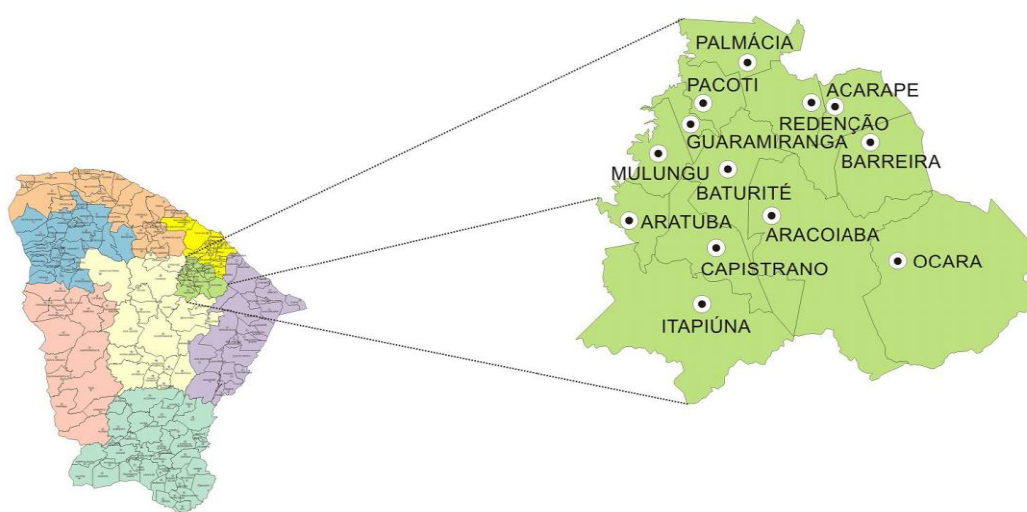


Figura 1: Representação do Mapa de Identificação do Território Maciço do Baturité
Fonte: IPECE, 2009.

A Figura 1 mostra os municípios que compõem Território Maciço de Baturité que por sua vez foi dividido em três micro territórios, denominados: Micro Território I composto pelos municípios de Palmácia, Pacoti, Guaramiranga, Mulungu e Aratuba, pelo Micro Território II formado pelos municípios de Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção e Acarape. E pelo Micro Território III que contempla os municípios de Ocara e Barreira.

O Território Maciço de Baturité com uma área de 3.709 km², tendo como limites ao Norte: os municípios de Maranguape, Guaiuba, Pacajus e Chorozinho; ao Sul: os municípios de Choro, Quixada e Ibaretama ao Leste: o município de Cascavel, e a Oeste: os municípios de Caridade e Canindé.

Seus municípios ficam em média distantes cerca de 100 km, ao sul da Cidade de Fortaleza, e o acesso entre os municípios além da BR-222 é feito também pelas CE-168, CE-71, CE- 085, CE-368, CE-362, CE-354, e CE-178.

A Tabela 5 mostra os municípios do Território Maciço de Baturité, as distâncias entre eles e a capital do Ceará, Fortaleza, e as rodovias que são as principais vias de acessos onde trafegam a população e são escoadas as produções locais.

Tabela 5: Vias de acesso aos municípios e distância à Fortaleza

Municípios	Área (km²)	Vias de Acesso	Distancia de Fortaleza (km)
MICRO TERRITORIO I			
Aratuba	157,5	CE-065	128
Guaramiranga	107,6	CE-065	102
Mulungu	103,8	CE-065	110
Pacoti	94,5	CE-065	95
Palmácia	150,8	CE-065	73
MICRO TERRITÓRIO II			
Acarape	182,6	CE-060	61
Aracoiaba	628,1	CE-060	83
Baturité	347,3	CE-060/ CE-356	93
Capistrano	186,9	CE-060	110,5
Itapiúna	592,9	CE-060	110
Redenção	240,7	CE-060	63
MICRO TERRITORIO III			
Barreira	228,3	CE-060/ CE-354	75,5
Ocara	775,2	BR-116/CE-359/CE-257	97,1

Fonte: DER, 2009 e Anuário do Ceará, 2004.

As principais vias de acesso à Região do Maciço de Baturité, que fazem parte da malha de mobilidade do Maciço de Baturité são: CE-060 (Fortaleza / Aracoiaba),

o trecho correspondente à ligação Aracoiaba / Itapiúna; CE-356 (Aracoiaba / Baturité); CE-065 (Aratuba / Mulungu / Guaramiranga / Pacoti / Palmácia); e CE-354 (Acarape / Barreira).

A mobilidade de acesso entre a maioria destes municípios é possível, unicamente, através do transporte rodoviário. As rodovias estaduais CE-060, CE-065 e CE-356, protagonizam as principais ligações entre eles.

As rodovias estaduais CE-253, CE-257 e CE-354 fazem parte da acessibilidade entre os municípios da Região, mas estão incompletas ou em precárias condições de utilização. A CE-257 liga os municípios de Aratuba a Capistrano e Ocara à CE-359. A CE-253 faz a ligação entre os municípios de Pacoti e Redenção e a CE-354 liga os municípios de Acarape, Barreira e Chorozinho à BR-116.

5 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

O início do processo data no ano de 1702, quando foi concedida a primeira sesmaria na área do Município de Redenção (Acarape), na Serra do Acará, no Poço Paracupeba. Entretanto as terras do Maciço continuaram sem uma efetiva ocupação até a segunda década do século XVIII, quando foi ocupada parte da região atualmente denominada Aracoiaba.

Várias sesmarias foram concedidas na Serra de Baturité entre os anos de 1718 a 1736. Em 1738 foi tomada a parte poente da serra, na região da atual Aratuba. Em 1740, os irmãos Arnáu, Sebastião e Cristóvão Holanda, junto com Manoel Ferreira da Silva, viúvo de Maria Trindade Holanda habitaram, temporariamente, a Serra. Os descendentes destes pioneiros são alguns dos responsáveis pela colonização de grande parte do Maciço de Baturité e seus familiares ainda têm propriedades em Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti.

Em 1758 nasceu a missão Nossa Senhora de Palma, por meio do alvará que a transformou em freguesia em 1762. Em 1764 foi fundada a Vila Real, com território abrangendo toda a vertente ocidental da Serra de Baturité, exceto Ocara e Palmácia, cujos territórios pertenciam a Quixadá e Maranguape, respectivamente.

O nome Baturité foi adotado em 1841, com a Lei Nº. 226, quando foi criada a Comarca com sede na Vila de Baturité e jurisdição sobre todo o território de Canindé e Imperatriz, atual Itapipoca. Em agosto de 1858, a Vila de Baturité foi elevada à categoria de cidade. Baturité, de meados da década de 60 até os finais do século XIX, acompanhava o ritmo geral de desenvolvimento do Ceará, sem dúvida, impulsionado por dois fatos relevantes. Primeiro, o longo período praticamente sem secas, entre 1845 e 1877. Segundo, nos anos da Guerra da Secessão nos Estados Unidos, de 1861 a 1865, que aumentara fortemente o comércio do algodão com a Inglaterra, temporariamente privada do produto americano.

O Ceará revelava-se propício ao cultivo de algodão, que antes era utilizado apenas para artefatos indígenas ou para confecção de tecidos rústicos usados pelos escravos. Em pouco tempo, sua produção suplantou a das províncias vizinhas,

atingindo alta cotação internacional. Em parte do Maciço e no Sertão de Canindé, a cotonicultura aliada à criação de gado foi largamente difundida e a região teve rápida expansão econômica. A antiga Montemor e atual Cidade de Baturité passaram a ser ponto de convergência regional.

Os primeiros sesmeiros que se estabeleceram na Região do Maciço, sendo originários de Pernambuco, introduziram na área a cultura da cana-de-açúcar e a partir de 1740, começaram a surgir as primeiras usinas de açúcar, que, segundo alguns historiadores, localizavam-se na área de Redenção.

Outro fator histórico de grande repercussão nacional foi a libertação antecipada dos escravos no Município de Redenção, antes denominado Acarape, que foi desmembrado de Baturité. O município foi criado em 1868, com sede no núcleo Acarape, elevado na ocasião à categoria de vila, com a instalação da Câmara Municipal ocorrendo em 1871, tendo sido o quadragésimo segundo Município a ser criado no Estado do Ceará.

Nesse mesmo dia foi assinada lei autorizando o Presidente da Província, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, a despender, anualmente, quinze mil réis com a libertação de escravos, preferencialmente mulheres. Em 1882, era fundada a Sociedade Redentora Acarapense e em 1883 foi feita comunicação ao Imperador, da abolição da escravatura no Município.

Acarape passou a se chamar Redenção em homenagem ao fato de ter sido a primeira vila brasileira a libertar totalmente os seus escravos negros, fato esse que aconteceu em 1889. O topônimo Acarape foi dado em 1926 ao antigo distrito de Cala-Boca.

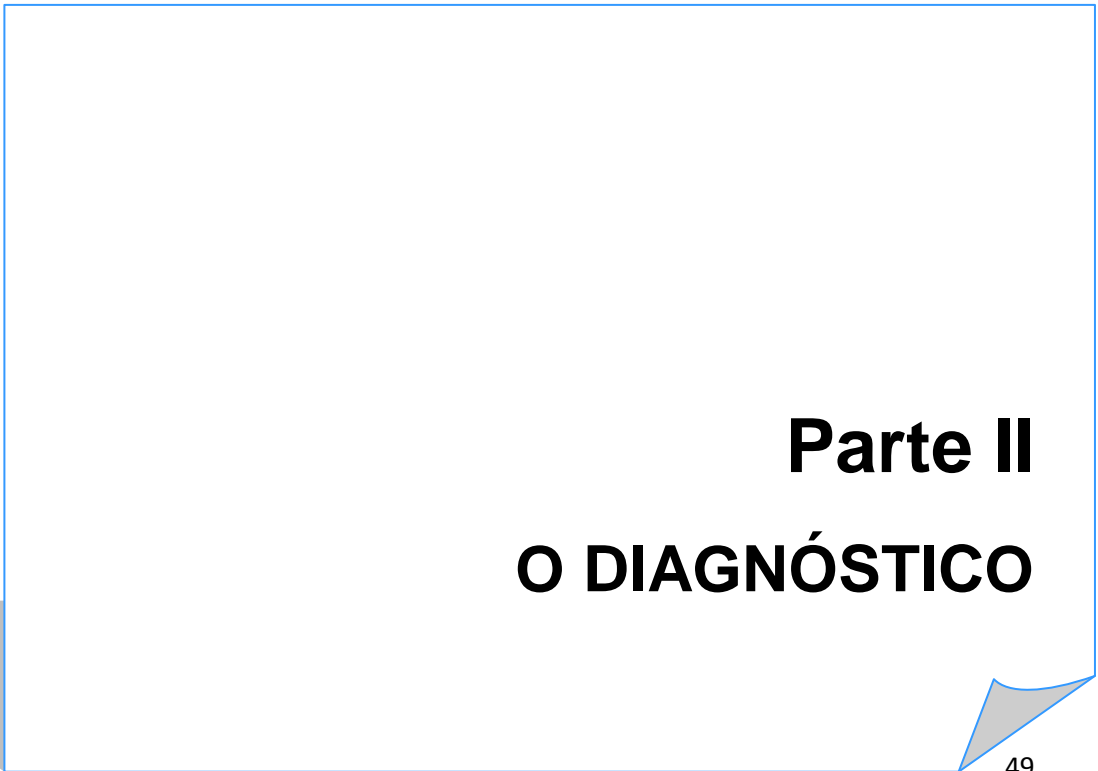
A partir da segunda década do século XIX, vários fatores passam a favorecer a ocupação progressiva da Serra de Baturité. Essa década foi marcada por intensa divergência política e ideológica acentuada em violentas batalhas entre brasileiros e portugueses, entre monarquistas e republicanos. Além disso, havia uma incidência de peste.

Em 1817, aconteceu a revolta republicana apoiada pelos Alencar; em 1822, a Independência; em 1823, a dissolução da Assembléia Constituinte e em 1824 a Confederação do Equador, além da seca e epidemia de varíola.

É nesse contexto que surgem as primeiras experiências de plantio de café no Estado. De acordo com Senador Pompeu, as primeiras sementes do café chegaram ao Ceará através da Serra do Araripe em 1822, e dali se mandaram algumas para o Capitão Antônio Pereira de Queiroz Sobrinho, que as plantou no Sítio Munguaípe, na Serra de Baturité. Logo depois, em 1824, Felipe Castelo Branco, também realiza experiência com o plantio de café no Sítio Bagaço, posteriormente denominado Correntes, no atual Município de Guaramiranga.

A partir dos sítios de café consolidaram-se as povoações que deram lugar ao conjunto das atuais cidades da Região. Dessa forma começa também o processo de agressão ambiental, onde a floresta tropical passa a ser desmatada de forma predatória, tanto para possibilitar a agricultura, bem como a manipulação da madeira para geração de energia e sua utilização em atividades construtivas.

Desta feita a Região do Maciço de Baturité teve sua configuração iniciada, portanto, a partir do século XVII, e tal como hoje é percebida, inclui 13 cidades, várias vilas e distritos, formando uma verdadeira rede urbana, distribuída pelos municípios de Baturité, Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.



Parte II

O DIAGNÓSTICO

O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioproductiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.

Parte II a

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

EDUCACIONAL

Aspectos Sociais

Aspectos da Saúde

Aspectos Educacionais

Aspectos Culturais

6 ASPECTOS SOCIAIS

A Constituição Federal de 1988, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, artigo 6º consigna como direitos fundamentais a educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no artigo 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (artigo 196) e da Assistência Social (artigo 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do artigo 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas, ou seja, Previdência Social (RGPS), Assistência Social (LOAS), Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação Continuada (BPC), Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). É importante destacar que o arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente, no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídico institucional contra cortes orçamentários, não ficando à mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

5.1 Direitos fundamentais e ações sociais públicas

6.1.1 Segurança alimentar e nutricional (SAN)

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro desse propósito, as políticas públicas implantadas no território devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos, (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade, conforme detalhamento que se segue.

6.1.1.1 Programa Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva (P1MC)

Resultado da parceria iniciada em julho de 2003 entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) do Governo Federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no Nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) esse programa tem como meta construir ao final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semi-árido, assegurando as condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A construção de cisternas visa captar água da chuva para o consumo próprio. São necessários editais para que estados e municípios firmem convênios com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para a construção dessas

unidades. Além de instalá-las, o MDS financia a formação da mão-de-obra para a construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto-piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir desse projeto-piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

6.1.1.2 Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do MDS, a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

O Quadro 1 indica as ações do MDS em parceria com os municípios no tocante a Cisternas (MDS/ASA), Feira/Mercado Popular e Programa Aquisição de Alimentos (PAA-CONAB/Prefeituras Municipais).

Municípios	Cisterna		Feira/Mercado Popular		PAA Agricultores	
	Nº.	Valor (R\$ 1,0)	Nº.	Valor (R\$ 1,0)	Nº.	Valor (R\$ 1,0)
Acarape	218	321.131,44	-	-	-	-
Aracoiaba	349	514.104,92	1	110.000,00	30	102.044,25
Aratuba	230	338.808,40				
Barreira	463	682.036,04			63	225.526,40
Baturité	237	349.119,96	1	79.800,00		
Capistrano	186	273.992,88	1	100.180,00	51	267.883,41
Guaramiranga	-	-	-	-	-	-
Itapiuna	49	72.180,92		-	-	-
Mulungu	-	-	1	100.010,00	-	-
Ocara	644	948.663,52	1	100.103,80	49	355.091,78
Pacoti	-	-	-		-	-
Palmácia	-	-	1	109.984,00	-	-
Redenção	261	384.473,88	2	198.822,00	-	-
TOTAL TERRITÓRIO	2.419	3.884.511,96	08	798.899,80	193	950.545,84

Quadro 1: Ações MDS em Parceria com os Municípios
Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010.

6.1.1.3 Programa Bolsa Família (PBF)

Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Programa Bolsa Família (PBF) atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140,00), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza com destaque para o Nordeste brasileiro. Para estas famílias o Programa tem um

significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência, principalmente das famílias do meio rural.

O PBF associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos (saúde, alimentação, educação e assistência social) para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140,00/mês.

O Programa possui três eixos principais, ou seja, (1) transferência de renda, (2) condicionalidades e (3) programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O Quadro 2 indica que o volume de recursos do PBF repassado ao Território em 2010, até outubro/2010, ultrapassou o montante de R\$ 33 milhões de reais, o que significa 3,44% do valor total repassado ao estado do Ceará. Somente no mês de outubro/2010 esse repasse girou em torno de mais de R\$ 3 milhões e 400 mil reais. O número de famílias atendidas pelo Programa no Território representa um total de 33.070 famílias, o que significa 3,26% do total e famílias atendidas pelo estado do Ceará.

MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	REPASSE MENSAL	REPASSE ATÉ OUT/2010
CEARÁ	1.013.241	101.993.530,00	973.449.044,00
Acarape	1.960	200.019,00	1.896.586,00
Aracoiaba	3.754	384.202,00	3.775.374,00
Aratuba	1.849	196.926,00	1.874.990,00
Barreira	2.853	299.776,00	2.926.659,00
Baturité	4.534	475.085,00	4.652.512,00
Capistrano	2.474	265.317,00	2.575.602,00
Guaramiranga	684	72.356,00	692.814,00
Itapiúna	2.984	315.289,00	3.051.481,00
Mulungu	1.736	182.399,00	1.793.096,00
Ocara	3.447	355.023,00	3.427.649,00
Pacoti	1.644	173.284,00	1.679.153,00
Palmácia	1.462	153.536,00	1.513.912,00
Redenção	3.689	380.557,00	3.675.127,00

MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	REPASSE MENSAL	REPASSE ATÉ OUT/2010
TOTAL TERRITÓRIO	33.070	3.453.769,00	33.534.955,00

Quadro 2: Número de Famílias e Volume de Repasse do Programa Bolsa Família

Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010.

Contudo, se comparado a estimativa de famílias pobres inscritas no CadÚnico em relação às famílias pobres inscritas no PBF, pode-se afirmar que o benefício está longe de atender ao total de famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional. O Quadro 3 explicita essa realidade territorial, relacionando-a a realidade do Programa no estado do Ceará.

O referido Quadro 3 indica que o Território tem uma estimativa em torno de 39.472 famílias pobres no CadÚnico, o que representa uma cobertura de 84,21% em relação a estimativa de famílias pobres no perfil do PBF que é de 27.842 famílias. Se examinado na ótica dos dados do perfil do PBF, constata-se que esse número foi plenamente atingido, isto é, a cobertura ultrapassou a 100% do total de famílias atendidas que é de 27.842.

MUNICÍPIOS	Estimativa de Famílias Pobres - Cadastro Único		Estimativa de Famílias Pobres no Perfil do Bolsa Família		
	Nº Famílias	Cobertura Em %	Nº Famílias	Nº Atendidas	Cobertura em %
CEARÁ	1.376.048	73,63	960.379	1.013.241	105,50
Acarape	2.739	71,56	1.935	1.960	101,29
Aracoiaba	4.534	82,80	3.174	3.754	118,27
Aratuba	2.143	86,28	1.567	1.849	118,00
Barreira	3.137	90,95	2.074	2.853	137,56
Baturité	5.152	88,00	3.461	4.534	131,00
Capistrano	2.897	85,40	2.090	2.474	118,37
Guaramiranga	733	93,32	535	684	127,85
Itapiúna	3.494	85,40	2.596	2.984	114,95
Mulungu	2.049	84,72	1.498	1.736	115,89
Ocara	4.147	83,12	2.962	3.447	116,37
Pacoti	1.982	82,95	1.441	1.644	114,09
Palmácia	1.802	81,13	1.293	1.462	113,07
Redenção	4.663	79,11	3.216	3.689	114,71
TOTAL TERRITÓRIO	39.472	84,21	27.842	33.070	118,57

Quadro 3: Estimativa de Famílias Pobres no CadÚnico e no Perfil PBF

Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010

O sistema CadÚnico cadastra as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implantados pela União, estados ou municípios. Neste cadastro devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com, deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; remuneração; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

É importante salientar que vários Programas utilizam o sistema CadÚnico, entre eles o Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família em nível federal desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, sua vulnerabilidade e potencialidade e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível federal, a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o Quadro 4.

PROGRAMA	CATEGORIA	OBJETIVO	AGENTE EXECUTOR
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
Próximo Passo	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	MTE
Programa de Qualificação Profissional Continuada - Acreditar	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
PROMINP	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
CREDIAMIGO E AGROAMIGO	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB
Programa Nacional de Micro crédito orientado	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	MTE
Territórios da Cidadania	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania	Casa Civil e Ministérios
Assentamentos rurais	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA/INCRA

Quadro 4: Programas Complementares Articulados em Nível Federal

Fonte: site, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

6.1.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa Aquisição de Alimentos (PPA) está inserido no contexto do Programa Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. É um programa do Governo Federal que adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não

podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até os limites estabelecidos pelo Decreto nº. 6.447 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

Conforme Quadro 1, o Território por meio do MDS em parceria com a CONAB e Prefeituras Municipais, atendeu a 193 agricultores familiares com o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), totalizando um valor de R\$ 950.545,84.

6.1.1.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das

crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 5 indica que o Território recebeu 2,53% do montante dos recursos do Programa destinado ao estado do Ceará, no valor total de R\$ 140.963.880,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 2,53% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 17.758 agricultores/as familiares, o que representa 5,20% do total de agricultores/as do estado do Ceará.

Município	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunad o (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº. de Agricultores Familiares (3)	Nº. de DAPs (4)	Tipo de acesso ao PAA	Quantida de de AF necessários para atender os 30% (5)
CEARÁ	140.963.880,00	2.194.498	42.289.164,00	341.510	524.410	Leite/DS/CDLAF/CD/FE	4.699
Acarape	181.440,00	2.886	54.432	521	73	PAA Leite	6
Aracoiaba	404.880,00	6.386	121.464	1.695	1.099	FE/PAA Leite	13
Aratuba	236.760,00	3.664	71.028	1.662	630	PAA Leite/CDLAF	8
Barreira	313.260,00	4.729	93.978	1.933	323	PAA Leite/DS	10
Baturité	412.800,00	6.312	123.840	1.633	821	CDLAF	14
Capistrano	324.780,00	5.032	97.434	2.178	500	PAA Leite	11
Guaramiranga	85.440,00	1.424	25.632	166	123	-	3
Itapiúna	303.300,00	4.625	90.990	1.952	1.153	PAA Leite	10
Mulungu	150.660,00	2.298	45.198	1.151	499	PAA Leite	5
Ocara	363.660,00	5.881	109.098	1.871	1.145	CD/Leite/DS/CDLAF	12

Município	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunado (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº. de Agricultores Familiares ⁽³⁾	Nº. de DAPs ⁽⁴⁾	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% ⁽⁵⁾
Pacoti	195.180,00	3.005	58.554	791	503	-	7
Palmácia	144.360,00	2.353	43.308	831	413	-	5
Redenção	451.080,00	6.948	135.324	1.374	330	DS/CDLAF	15
TOTAL TERRITÓRIO	3.567.600,00	55.543	1.070.280	17.758	7.612	-	119

Quadro 5: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte: FNDE e Organização das informações SAF/MDA, 2009.

*** Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2010 com base no censo escolar de 2009

(2) Total de alunos em 2010 com base no censo escolar de 2009

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010.

(5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

DS: Doação Simultânea

CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar

FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

CD: Compra Direta da Agricultura Familiar

Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

6.1.2 Seguridade Social

A instituição da Seguridade Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente a (1) cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefício igual aos dos trabalhadores urbanos; (2) estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo e (3) garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da Prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vivem em famílias com renda *per capita* de até ¼ de salário mínimo. Compõem a Seguridade Social a Assistência Social, a Previdência Social e a Saúde.

6.1.2.1 Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

6.1.2.2 Proteção Básica

- Centro de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

- Centro de Atendimento à criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.

6.1.2.3 Proteção Especial

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para ser beneficiário das ações da PSE é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem caráter preventivo, a Proteção Social Especial atua em caráter de proteção. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

O Quadro 6 indica a disponibilização desses serviços para os municípios do Território, bem como o volume de recursos repassados, que representa 5,95% do total de recursos do estado do Ceará.

MUNICÍPIO	Nº. CRAS	Nº. CREAS	REPASSE MENSAL AÇÕES ATÉ SET/2010	REPASSE TOTAL AÇÕES ATÉ SET/2010
CEARÁ	354	99	106.700.940,87	933.701.745,15
Acarape	1	0	90.135,65	799.455,87
Aracoiaba	2	1	489.248,55	4.305.637,70
Aratuba	1	0	111.089,35	1.005.142,17
Barreira	1	0	229.747,50	2.068.115,75
Baturité	2	1	625.236,40	5.643.503,05
Capistrano	2	0	194.797,65	1.786.290,25
Guaramiranga	1	0	30.199,75	280.529,75
Itapiúna	1	0	179.728,78	1.612.802,37
Mulungu	1	0	116.399,85	1.019.471,55
Ocara	2	1	166.278,30	1.393.893,15
Pacoti	1	0	100.884,00	904.289,95
Palmácia	1	0	66.539,75	583.022,60
Redenção	2	1	473.586,75	4.262.419,08
TOTAL TERRITÓRIO	18	04	2.873.872,28	25.664.573,24

Quadro 6: Ações, Beneficiários e Repasse da Assistência Social – Ano base 2010
Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010.

Ainda na perspectiva da cobertura da Assistência Social, dois outros serviços de Proteção Social Especial estão postos para o território, ou seja, Benefício da Prestação Continuada (BPC) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

O Quadro 7 detalha o número de benefícios dos referidos serviços e o volume de repasse em 2010, tendo como referência até o mês de setembro, além de explicitar o comparativo entre os benefícios sociais com cobertura da Assistência Social (BPC e PETI) e do PBF com repasse direto aos beneficiários.

Em relação ao Programa PETI pode-se constatar que o Território detém 6,03% do volume dos recursos repassados ao estado do Ceará.

Em relação ao Programa BCP pode-se constatar que o Território atende a 696 idosos e 3.274 pessoas deficientes, representando 1,02% e 3,17%, respectivamente, do total dos beneficiários (idosos e deficientes) do Estado.

Somando essas fontes de repasse (PETI e PCP) ao repasse do Programa Bolsa Família, o Território detém um volume de recursos na ordem de R\$ 52.482.963,92.

MUNICÍPIO	PETI		BPC				BOLSA FAMÍLIA	
			IDOSO		PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
	Nº	REPASSE até SET/2010	Nº	REPASSE até SET/2010	Nº	REPASSE até SET/2010	Nº	REPASSE até OUT/2010
CEARÁ	-	6.391.500,00	67.911	304.006.627,47	103.249	457.005.057,45	1.014.225	973.971.394,00
Acarape	-	35.000,00	40	191.760,00	104	459.000,00	1.960	1.896.586,00
Aracoiaba	-	52.000,00	156	720.129,00	561	2.500.189,20	3.754	3.775.374,00
Aratuba	-	22.500,00	26	115.770,00	145	659.430,00	1.849	1.874.990,00
Barreira	-	31.000,00	50	234.600,00	362	1.632.570,00	2.853	2.926.659,00
Baturité	-	33.000,00	195	918.510,00	624	2.779.432,65	4.534	4.652.512,00
Capistrano	-	26.000,00	38	181.560,00	290	1.326.968,85	2.474	2.575.602,00
Guaramiranga	-	16.500,00	7	32.130,00	29	122.859,00	684	692.814,00
Itapiúna	-	34.000,00	45	194.310,00	214	977.240,22	2.984	3.051.481,00
Mulungu	-	35.500,00	29	131.070,00	118	504.288,00	1.736	1.793.096,00
Ocara	-	45.000,00	45	193.800,00	180	777.240,00	3.447	3.427.649,00
Pacoti	-	0	35	164.220,00	111	510.510,00	1.644	1.679.153,00
Palmácia	-	28.000,00	15	68.340,00	57	251.931,00	1.462	1.513.912,00
Redenção	-	27.000,00	15	721.140,00	479	2.193.511,00	3.689	3.675.127,00
TOTAL TERRITÓRIO	-	385.500,00	696	3.867.339,00	3.274	14.695.169,92	33.070	33.534.955,00

Quadro 7: Comparativo entre benefícios sociais com cobertura da Assistência Social (BPC e PETI) e do PBF com repasse direto aos beneficiários

Fonte: MDS em Números. RI Sintético, 2010

6.1.2.4 Previdência Social

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência; visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceber direitos aos seus segurados. Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio Acidente.

O Quadro 8 indica a quantidade de benefícios que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Este quadro revela um crescimento na quantidade de benefícios de 29.951 para 36.248, se comparado os anos de 2000 e 2009, respectivamente.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Acarape	613	690	710	597	510	488	255	378	493	671
Aracoiaba	3.762	3.796	4.070	4.158	4.267	4.448	4.562	4.843	4.904	5.040
Aratuba	489	798	914	920	923	819	254	1.382	1.472	1.575
Barreira	1.086	1.232	1.363	1.386	1.328	1.462	1.785	1.971	2.209	2.472
Baturité	8.768	8.745	8.720	8.617	8.701	8.626	8.533	8.574	8.327	8.356
Capistrano	981	1.054	1.228	1.337	1.377	1.476	1.688	1.811	1.915	2.011
Guaramiranga	589	584	277	250	235	235	95	151	200	242
Itapiúna	702	868	1.071	1.257	1.438	1.637	1.879	2.117	2.315	2.453
Mulungu	2.038	1.762	1.763	1.716	1.717	1.664	1.792	1.851	1.901	1.913
Ocara	2.790	2.761	1.660	1.885	1.788	1.657	1.254	1.572	1.858	2.147
Pacoti	526	608	832	932	1.017	1.198	1.338	1.430	1.546	1.632
Palmácia	1.458	1.477	1.382	1.189	1.044	963	766	830	919	1.000
Redenção	6.149	6.276	6.352	5.894	5.375	5.350	5.815	6.140	6.384	6.736
TOTAL TERRITÓRIO	29.951	30.651	30.342	30.138	29.720	30.023	30.016	33.050	34.443	36.248

Quadro 8: Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social. Estatísticas Municipais, 2000 a 2009.

O Quadro 9 indica o valor de benefícios emitidos pelo INSS entre o período de 2000 a 2009, o que representa uma crescente evolução no total de benefícios pagos, que varia de R\$ 57.888.884 (em 2000) para R\$ 196.271.623 (em 2009).

MUNICÍPIO	VALOR DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS NO ANO (R\$ 1.000)									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Acarape	1.185.817	1.543.249	1.865.734	1.990.868	1.746.856	1.815.752	1.567.993	1.487.832	2.173.810	3.206.137
Aracoiaba	7.080.981	8.675.494	10.237.484	12.605.870	14.195.722	16.253.437	19.133.820	21.830.580	24.078.521	27.446.437
Aratuba	853.407	1.554.771	2.207.449	2.718.056	3.032.909	3.256.554	2.644.122	4.561.846	7.049.409	8.431.570
Barreira	1.910.898	2.716.653	3.423.469	4.185.397	4.482.725	5.149.100	6.626.779	8.330.165	10.118.100	12.840.318
Baturité	18.058.946	21.078.721	23.609.999	27.424.409	30.110.517	32.947.575	36.773.942	39.197.939	42.661.531	47.521.288
Capistrano	1.679.934	2.283.109	2.847.972	3.806.191	4.377.816	5.033.508	6.368.904	7.597.941	8.912.252	10.621.572
Guaramiranga	1.083.312	1.314.802	1.136.594	760.492	770.231	859.921	776.505	580.920	922.088	1.264.639
Itapiúna	1.199.979	1.831.040	2.505.495	3.592.755	4.638.592	5.682.004	7.196.309	8.896.889	10.782.629	13.023.826
Mulungu	3.901.394	4.224.286	4.494.340	5.219.065	5.686.889	6.106.287	7.127.194	8.147.410	9.102.573	10.475.776
Ocara	5.164.963	6.193.913	5.669.908	5.384.974	5.959.287	6.457.832	6.386.800	6.610.775	8.435.458	11.013.915
Pacoti	923.226	1.293.457	1.816.251	2.664.096	3.205.609	4.002.730	5.157.914	6.174.698	7.094.300	8.685.557
Palmácia	2.651.749	3.321.473	3.714.428	3.644.168	3.588.950	3.719.628	3.868.610	3.791.503	4.415.265	5.361.096
Redenção	12.194.277	14.658.626	16.722.413	19.068.687	19.011.752	20.020.395	23.585.165	27.544.345	30.980.204	36.379.492
TOTAL TERRITÓRIO	57.888.884	70.689.593	80.251.538	93.065.026	100.807.854	111.304.722	127.214.057	144.752.841	166.726.138	196.271.623

Quadro 9: Quantidade de Benefícios Emitidos pelo INSS entre 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social. Estatísticas Municipais, 2000- 2009.

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos, possibilitou uma elevação do nível de renda dessas pessoas, principalmente no meio rural, com uma conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir dessa a população. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na (1) melhoria das condições de moradia das famílias; (2) no acesso a bens de consumo e (3) na liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola. Este último item da realidade local tem sido influenciado positivamente pela implantação de outros Programas, a exemplo do Bolsa família e PETI.

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para visualizar o impacto gerado na economia dos pequenos municípios é só observar o montante dos recursos repassados ao território nos anos 2007-2008, que se aproximou dos R\$ 197 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram o valor de R\$ 166 milhões de reais, dados de 2008, conforme indica o Quadro 10.

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (1)						VALOR ACUMULADO (R\$ 1.000)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Acarape	378	493	155	195	223	298	1.488	2.174	640	936	848	1.238
Aracoiaba	4.843	4.904	1.218	1.252	3.625	3.652	21.831	24.079	6.036	6.721	15.795	17.358
Aratuba	1.382	1.472	269	281	1.113	1.191	4.562	7.049	910	1.471	3.652	5.578
Barreira	1.971	2.209	470	535	1.501	1.674	8.330	10.118	2.235	2.741	6.095	7.377
Baturité	8.574	8.327	2.637	2.608	5.937	5.719	39.198	42.662	13.827	15.235	25.371	27.427
Capistrano	1.811	1.915	454	485	1.357	1.430	7.598	8.912	2.106	2.456	5.492	6.456
Guaramiranga	151	200	40	54	111	146	581	922	133	275	448	647
Itapiúna	2.117	2.315	404	442	1.713	1.873	8.897	10.783	1.982	2.372	6.915	8.411
Mulungu	1.851	1.901	291	305	1.560	1.596	8.147	9.103	1.360	1.570	6.787	7.533
Ocara	1.572	1.858	262	304	1.310	1.554	6.611	8.435	1.178	1.521	5.433	6.915
Pacoti	1.430	1.546	280	293	1.150	1.253	6.175	7.094	1.305	1.452	4.870	5.643
Palmácia	830	919	133	140	697	779	3.792	4.415	657	751	3.135	3.665
Redenção	6.140	6.384	1.630	1.687	4.510	4.697	27.544	30.980	8.258	9.411	19.286	21.570
TOTAL TERRITÓRIO	33.050	34.443	8.243	8.581	24.807	25.862	144.753	166.726	40.626	46.910	104.127	119.816

Quadro 10: Quantidade Benefícios e Valor Acumulado Previdência e Assistência Social

Fonte: IPECE Qualidade de Vida. Anuário Estatístico do Ceará, 2009

(1) Posição em dezembro 2007-2008.

Nota: Quantidade - corresponde a quantidade de créditos emitidos na maciça, que irão gerar pagamento, classificados pelo Município do Órgão pagador, com distinção de clientela. Valor - corresponde ao valor líquido dos créditos emitidos na maciça (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos que irão gerar classificados pelo Município do Órgão pagador (onde o segurado recebe seu benefício) e por clientela.

6.2 Segurança Pública

A Constituição Federal, no artigo 144, se refere aos municípios apenas para atribuir a competência para constituírem guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de guarda patrimonial. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo

Além dessa prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública por meio da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes ou os locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A CF/88, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de policiamento comunitário ou, ainda, na instituição dos conselhos de segurança pública. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

6.3 Acesso a água

Do ponto de vista da Justiça Global, o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações dos direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente

7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente devem ter (1) polícia judiciário-investigativa qualificada e de alto nível e (2) defensores públicos para assegurar que aqueles que não têm condições para contratar um advogado e nem arcar com os custos judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas as garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança e adolescentes, idosos, populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações e conhecimento da lei que explicita sobre os seus direitos.

O Quadro 11 retrata a realidade do acesso a justiça pela população do território, sobretudo, dos segmentos mais pobres e vulneráveis, chamando à atenção para os limites dos serviços prestados, principalmente no que se refere a quantidade e acessibilidade aos recursos de defensoria pública.

Município	Nº. Promotores de Justiça	Nº. Defensores Públicos	Abrangência Delegacias
Acarape	1	0	-
Aracoiaba	1	1	-
Aratuba	0	0	-
Barreira	1*	0	-
Baturité	2	1	Regional
Capistrano	0	0	-
Guaramiranga	0	0	-
Itapiúna	0	0	-
Mulungu	1	0	-
Ocara	0	0	-

Município	Nº. Promotores de Justiça	Nº. Defensores Públicos	Abrangência Delegacias
Pacoti	1	0	-
Palmácia	0	0	-
Redenção	1	1	Municipal
TOTAL TERRITÓRIO	8	3	-

Quadro 11: Número de Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Delegacias de Polícia

Fontes: sites oficiais Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), 2010.

(*) Em processo de remoção da situação de Promotorias de Entrância Inicial à condição de Comarcas Autônomas.

6.4 Direito a moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o gestor municipal pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o Plano Diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária na regularização fundiária dos imóveis urbanos

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana", obrigatório para municípios:

- Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados;
- Integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental;

Que queiram utilizar de seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

- parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo

Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

6.5 Acessibilidade

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam (1) Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana; (2) Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor e (3) Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

A acessibilidade se configura como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações.

Dizem as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas (1) A priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de

recursos para a implantação das ações e (2) O planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

6.6 Direitos Humanos das Mulheres

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - /CEDAW (ONU) de 1979 o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

Em 1983, o – Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena) (ONU) define que os direitos humanos das mulheres e meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Reforça que os direitos humanos das mulheres devem fazer parte das preocupações das nações Unidas.

Em 1994 a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará) (OEA) estabelece que a violência contra as mulheres constitua uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres. Apresenta a definição da violência contra a mulher como uma violência física, psicológica, ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada.

Ainda em 1994 a Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo) (ONU) tomou a questão dos direitos reprodutivos das mulheres um parâmetro para os debates e resoluções na área de políticas populacionais

No ano de 1995 a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing) (ONU), por meio da declaração e plataforma de ação, chamou a atenção para a feminização da pobreza, a violência contra as mulheres e sua exclusão das esferas de poder. Reforçou a necessidade de institucionalização da política de promoção de igualdade entre homens e mulheres ao adotar a premissa de que todas as políticas e programas nacionais reflitam uma perspectiva de gênero.

Em 1999, no Protocolo Facultativo CEDAW (ONU), foi destacada a importância da criação de um sistema mais eficiente de acompanhamento do cumprimento da CEDAW, mediante a elaboração de um protocolo facultativo. Este garante às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo na proteção de seus direitos humanos.

Esses instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos Estados e governos implantar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais, e da sociedade através de suas organizações e instituições acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

A pouca divulgação e a insuficiência de dados atualizados sobre a realidade de violência contra a mulher (definida como violência física, psicológica ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada), tem limitado a visibilidade desta problemática no Território Rural do Maciço de Baturité. Por outro lado, os limites da atuação e acessibilidade das instituições e/ou órgãos públicos tem restringido a qualidade e agilidade da intervenção do Estado (município, Estado e União) na proteção e defesa dos direitos humanos e garantia do exercício da cidadania, bem como na implantação da política pública para as mulheres, hoje formulada no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2008-2011, resultante da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, envolvendo mais diretamente 18 órgãos da administração pública federal, em parceria com representantes de mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Segundo informações dos atores locais, por ocasião dos eventos de construção, socialização e validação do PTDRS (plenária geral e comitês temáticos) a situação de violência contra a mulher é um fator relevante no território, o que recomenda que o PTDRS defina um conjunto de iniciativas articuladas e negociadas com outros atores institucionais e da sociedade civil com vistas a superação dessa problemática.

7 ASPECTOS DA SAUDE

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além das específicas da saúde, as informações sócio demográficas, interferem diretamente nos resultados na saúde de uma população. Destacamos as variáveis como a população total do município e por faixas etárias, o saneamento básico, a escolaridade, o nível socioeconômico são exemplos de informações imprescindíveis no processo de planejamento que vão influir diretamente na formulação de Políticas Públicas para que tenham um forte substrato e base na equidade e na inclusão social. Citamos que é válido perceber que o território é um espaço vivo e se expressa à busca do equilíbrio entre os diversos interesses e contrastes.

7.1.Morbidades Crônicas e Transmissíveis

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus (HIPERDIA). O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores.

A informação é essencial à tomada de decisões. Assim, o conhecimento sobre a situação de saúde o que requer informações sobre o perfil da morbidade e mortalidade, os principais fatores de risco e seus determinantes, as características demográficas e os serviços de assistência médico-sanitária.

Esse conhecimento se aplica ao planejamento, organização e avaliação de ações e serviços no âmbito do setor saúde.

Tabela 6 – Morbidades Proporcional por Doenças Crônicas no Território Maciço de Baturité em 2008.

Nº DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES CRÔNICAS			
Municípios	Doenças Crônicas		
	Ano	Hipertensão Arterial ¹	Diabetes ¹
MICRO TERRITORIO I			
Aratuba	2006	800	156
Mulungu	2008	235	62
Guaramiranga	2006	149	53
Pacoti	2007	736	203
Palmácia	2002	193	55
TOTAL		2113	529
MICRO TERRITORIO II			
Redenção	2002	879	264
Acarape	2007	496	136
Baturité	2003	586	199
Aracoiaba	2007	60	17
Capistrano	2009	275	90
Itapiúna	2007	408	103
TOTAL		2704	809
MICRO TERRITORIO III			
Barreira	2002	281	68
Ocara	2007	968	234
TOTAL		1249	302
TOTAL DO TERRITORIO		6066	1640

Fonte: Sala de Situação em Saúde

¹Portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus cadastrados no Hiperdia no ano de maior concentração de inscritos.

De acordo com as doenças crônicas, observa-se que os municípios Ocara, Aratuba, Redenção e Pacoti apresentam um maior número de pessoas portadoras de Hipertensão e Diabetes, porém os demais municípios também apresentam uma quantidade significativa e relevante com relação a essas patologias, vale ressaltar que verificamos as informações cadastradas pelo Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os

cadastros são realizados e devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento de insumos como medicamentos. Com relação aos indicadores de prevalência destas duas morbidades no território obtivemos que para a Hipertensão tem-se a prevalência de 4,4 casos para 100 habitantes, já para com relação à Diabetes temos para cada 100 habitantes um resultado 0,7 casos da doença. Os resultados apontam para um alerta sobre a importância do cadastro das pessoas portadoras destas morbidades crônicas pois, estes índices encontram-se bem abaixo comparando-se ao Brasil, estima-se que 35% da população acima de 40 anos é hipertensa (IBGE, 2004).

A partir da 4ª Oficina do Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, o comitê de saúde relatou que quanto a atualização do banco de dados do HIPERDIA, o município de Guaramiranga realiza de rotina a alimentação dos dados porém localidades rurais e alguns municípios têm dificuldades de atualizar e alimentar esses dados rotineiramente.

Segundo o comitê de saúde, o alto índice de hipertensão arterial sistêmica – HAS está ligado diretamente ao sedentarismo e aos maus hábitos alimentares. Alguns municípios desenvolvem de forma pontual ações de promoção à saúde, tais como: Atividade Física para Terceira Idade, ministrado pelo profissional de educação física inserido na estratégia Núcleo de Apoio ao Saúde da Família – NASF.

Tabela 7 – Morbidades Proporcional por Doenças Transmissíveis no Território Maciço de Baturité em 2008.

Municípios	DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS					
	Dengue ¹ 2009	Tuberculose ² 2009	Sífilis Congênita ³ 2009	Hanseníase 2009 *	Leishmaniose Tegumentar **	Leishmaniose Visceral ***
Aratuba	4	2	1	0	27	0
Mulungu	0	0	0	0	22	0
Guaramiranga	5	0	0	1	9	0
Pacoti	8	1	0	2	31	0
Palmácia	2	1	0	0	18	2
TOTAL	19	4	1	3	107	2
Redenção	3	3	0	6	0	0
Acarape	0	7	0	10	0	1
Baturité	0	0	0	3	0	0
Aracoiaba	3	4	0	10	0	2
Capistrano	0	0	0	0	0	0
Itapiúna	3	4	0	1	0	0
TOTAL	9	18	0	30	0	3
Barreira	2	5	1	2	0	1
Ocara	9	6	3	2	0	0
TOTAL	11	11	4	4	0	1
TOTAL DO TERRITÓRIO	39	33	5	37	107	6

Fonte: Sala de Situação em Saúde, 2009.

¹ Número de casos 2009;

² Incidência em gestante; * Taxa de Detecção 2009 (nº de casos);

** Taxa de Incidência 2009 (nº de casos).

Avaliando os índices das doenças transmissíveis, na dengue observamos no território de Baturité temos um total de 39 casos notificados no ano de 2009, quando calculamos o indicador de incidência do território observamos que temos um resultado de 16,84 casos para cada 100.000 habitantes. Vale ressaltar, que é interessante investigar os fatores ambientais que interferem na incidência desta doença nos municípios.

A definição de caso confirmado de dengue baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o País.

Portanto, devemos analisar variações geográficas e temporais na distribuição dos casos confirmados de dengue, como parte do conjunto de ações de vigilância epidemiológica para prevenção e controle da doença; avaliar e orientar medidas de controle vetorial do *Aedes aegypti*; e, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas ao controle de doenças de transmissão vetorial.

Com relação a Dengue, o Maciço de Baturité não possui números significativos, devido ao clima não favorável a Dengue e a intensificação das ações preventivas dos agentes sanitaristas e agentes comunitários de saúde recém concursados, mas faz-se necessário manter ações de forma intersetoriais entre as Secretarias de Obras, Educação e Saúde. O comitê refere que, as equipes de combate a dengue tem necessidade de transporte, para a locomoção à zona rural. Algumas Equipes de Saúde da Família (EqSF) trabalham ações de promoção e prevenção da dengue nas escolas.

Alguns casos de Dengue não são notificados, o que mascara as informações. Segundo relatos dos participantes do comitê de saúde, no Território de Baturité a baixa quantidade de notificações está ligada diretamente ao fluxo de retorno dos exames, pois o mesmo é muito lento fazendo com que a população as vezes não retorne para conclusão do caso. Mas, segundo o Ministério da Saúde, a notificação de Dengue deve ser realizada independentemente da realização/ recebimento do resultado do exame laboratorial, pois o caso pode ser encerrado por vínculo epidemiológico/ clínico e não somente laboratorial.

Para a tuberculose (TB), temos no território total de Baturité um dado significativo de casos desta doença. Quando calculamos a taxa de incidência desta morbidade no território em 2009, o resultado é de (14,25) casos para 100.000 habitantes, essa taxa geralmente está associada ao médio índice de desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,799) referente ao atlas do desenvolvimento humano no Brasil (ADHB) e IBGE – Censo Demográfico de 2000.

Outro fator a ser considerado é a cobertura de vacinação pelo BCG. A infecção concomitante pelo HIV pode resultar em aumento da morbidade por tuberculose.

De acordo com o comitê de saúde, o município de Aracoiaba realizou busca ativa de sintomáticos respiratórios e constatou que pode haver casos de TB, no entanto as pessoas não mostraram interesse em realizar o exame de Bacilos Álcool-Ácido Resistentes – BAAR para saber se existe positividade de casos. O município de Guaramiranga não realizou busca ativa, Pacoti referiu que suas EqSF trabalham na busca ativa de casos. Alguns gestores municipais incentivam o monitoramento, controle e atividades para Prevenção da TB.

A notificação de TB é realizada pelas EqSF e encaminhadas a Secretaria Municipal da Saúde. Em Palmácia, existe um profissional específico para diagnosticar a TB.

O comitê sugeriu que deve ser ofertado o exame de HIV a todos os pacientes de TB. Quanto a vacina BCG, tem uma grande cobertura a de acordo com a meta preconizada pelo Programa Nacional de Imunização (PNI).

Tivemos como proposta do comitê a avaliação do índice de Hanseníase nos municípios de Aracoiaba e Acarape, e que esses dados fossem levados em consideração para discussão e levantamento de estratégias no Território.

Na sífilis congênita no território total de Baturité teve como total 5 casos desta morbidade. Ao calcularmos o indicador de incidência de sífilis em gestantes a ocorrência de casos no território encontrou um baixo índice (7,10) de casos, portanto são considerados apenas os casos de sífilis congênita diagnosticados durante os dois primeiros anos de vida e precisamos investigar as causas da situação atual de controle deste território.

A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a menos de um caso por mil nascidos vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento (OPAS, 2002).

Conforme o comitê de saúde foi constatado a dificuldade na realização de exames para Sífilis (VDRL). Quanto aos laboratórios, não se sabe se retornam os exames com tempo hábil para os municípios. Os exames de VDRL são feitos de maneira rotineira nas consultas de pré-natal no primeiro trimestre além de orientações preventivas.

Faz-se necessário um trabalho educativo na região para que a população se sensibilize para a prevenção da sífilis e que procurem atendimento para diagnóstico e tratamento.

De acordo com o comitê de saúde, existe sub notificação com relação à violência contra a mulher, já o Conselho Tutelar investiga os casos de violência contra crianças e adolescentes. Pouco se tem notificado casos de acidente de Trabalho nos municípios.

As estratégias de monitoramento das morbidades dão-se através de dados epidemiológicos (SSA2 e PMA2) e avaliação mensal das ações da equipe (Médico, Enfermeiro, Dentista e Agentes Comunitários de Saúde), orientando assim suas ações para a melhora dos índices.

Com relação a Leishmaniose (Calazar), relatam que a grande dificuldade está na agilidade entre a coleta e o Laboratório, pois existe uma grande demora.

7.2 Mortalidade Proporcional (%)

7.2.1 Taxa de mortalidade infantil

De acordo co Plano Estadual de Redução de Mortalidade Infantil, o Governo do Estado quer reduzir a mortalidade infantil no Ceará em 5% em 2009 e mais 5% em 2010, para chegar à taxa de 14,74 óbitos por mil nascidos vivos já no próximo ano.

Para reduzir ainda mais esse número, o Plano Estadual de Redução da Mortalidade Infantil estabeleceu três linhas de ação prioritárias: a implantação de 57 novos leitos de unidade de tratamento intensivo – UTI neonatal; criação de 209 novos leitos nas unidades de cuidados intermediários neonatal, e expansão da cobertura do Programa Saúde da Família nos 18 municípios prioritários. Os municípios onde as ações de redução da mortalidade infantil serão mais intensas são Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Canindé, Itapipoca, Quixadá, Sobral, Tianguá, São Benedito, Viçosa do Ceará, Crateús, Camocim, Granja, Iço, Iguatu, Crato, Barbalha e Juazeiro do Norte.

O número de óbitos infantis é maior na faixa etária de menores de sete

dias. Em 2007, o número de óbitos perinatais, que incluem perdas fetais a partir de 22 semanas de gravidez, até os menores de sete dias após o parto, foi de 2.819 casos, de acordo com o levantamento da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará – Sesa. As causas se relacionam, principalmente, à qualidade do pré-natal a que a mãe se submete e da assistência à mulher no parto.

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 por mil ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Atualmente, vários países apresentam valores abaixo de 10 por mil.

De 1991 a 2007 o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o IBGE. Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1 e, em 2007, a taxa ficou em 29,7 por mil nascidos vivos. A taxa do ano passado, segundo a Secretaria da Saúde do Estado, foi ainda menor. Ainda sujeita a revisão, está em 16,2 por mil nascidos vivos. No território de Baturité este indicador corresponde a 14,3 óbitos por 1000 nascidos vivos estando abaixo do resultado do Estado do Ceará em 2008. Entretanto temos que alguns municípios como Aracoiaba (30,6); Mulungu (25,3); Redenção (21,8) e Aratuba (15,5) estão muito acima da média do território. Enfatizamos que este indicador está diretamente relacionado às condições de nascimento e qualidade da saúde de uma população, além de estarem intimamente relacionado ao desenvolvimento e perfil sócio econômico, e os níveis de saneamento os quais iremos falar mais adiante. É relevante considerar as causas de mortalidade em menores de um ano para avaliar a consolidação da mudança no padrão da mortalidade infantil.

Quando a taxa de mortalidade infantil é alta, o componente pós-neonatal é predominante. Quando a taxa é baixa, o seu principal componente é a mortalidade neonatal, com predomínio da mortalidade neonatal precoce. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde

e de desenvolvimento socioeconômico. As taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos. Este indicador é útil para contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, bem como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil.

Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitária e infecciosa ocorrida nas Regiões Nordeste e Norte atingiram proporções inferiores a 8,0%, em 2008. Por isto, é importante o acompanhamento pré-natal, e o acompanhamento após o nascimento como a visita de puerpério, o acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida. Segundo Sucupira (2003), na Estratégia Saúde da Família, toda criança deve ser visitada pela enfermeira nos primeiros sete dias de vida após a alta hospitalar. A ênfase nesses atendimentos deve ser o processo de acolhimento da mãe e criança.

Segundo o comitê de saúde, a Mortalidade Infantil em alguns municípios estavam acima da média do Território de Baturité. A qualidade da assistência pré-natal tem sido realizada de forma regular e não se tem relato de alto índice de ocorrência de natimorto.

O acompanhamento do pré-natal é realizado pela EqSF e os agentes comunitários de saúde – ACS são orientados a acompanhar as gestantes através de visitas domiciliares. Após parto são realizadas de rotina as visitas de puerpério pela EqSF.

Os atendimentos as crianças tem certa restrição devido a pequena quantidade de pediatras e porque muitas vezes as mães não acreditam nas consultas preventivas (puericultura).

7.2.1.1 Mortalidade proporcional por grupos de causas

A mortalidade proporcional por grupos de causas ocorre pela distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede

a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infra-estrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

Com a avaliação deste indicador podemos contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avaliamos as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de causas no anos de 2008: neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias, doenças do período perinatal, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências e por fim os demais causas.

Outro indicador avaliado foi número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Expressa a frequência anual de mortes, taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total. Contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população.

O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da sub notificação de óbitos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas. Como a taxa é fortemente influenciada pela estrutura etária da população, a análise comparada entre populações de composição distinta exige padronização das estruturas etárias.

Tabela 8 - Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas no Território de Baturité em 2008.

Municípios	MORTALIDADE PROPORCIONAL GERAL 2008									
	Total 2008	Nº Óbitos P/ 1000 Habitantes	Mortalidade Infantil P/ 1000 Nascidos Vivos	% Neoplasia	% Aparelho Respiratório	% Aparelho Circulatório	%Causas Externas	% Demais Causas	%Período Perinatal	% Doenças Infecciosas
MICRO TERRITORIO I										
Aratuba	68	5,5	15,5	25,8	8,1	29	16,1	17,7	1,6	1,6
Mulungu	46	4,0	25,3	6,5	10,9	21,7	19,6	34,8	4,3	2,2
Guaramiranga	33	7,8	10,2	8	16	28	8	28	4	8
Pacoti	69	6	14,9	8,6	8,6	34,5	19	22,4	5,2	1,7
Palmácia	65	6	19	13,3	3,3	53,3	10	16,7	0	3,3
TOTAL/MEDIA	281	5,9	17,0	12,4	9,4	33,3	14,5	23,9	3,0	3,4
MICRO TERRITORIO II										
Redenção	138	5,2	21,8	8,9	9,7	25	19,4	26,6	5,6	4,8
Acarape	47	3,1	13,9	13,6	11,4	29,5	22,7	11,4	4,5	6,8
Baturite	191	5,8	12	15	10	36,3	14,4	18,8	2,5	3,1
Aracoiaba	130	5,1	30,6	9,5	11,2	30,2	19,8	23,3	2,6	3,4
Capistrano	87	5,1	15,1	23,1	5,1	39,7	9	17,9	1,3	3,8
Itapiuna	92	5	13,2	16,9	9,1	23,4	14,3	24,7	2,6	9,1
TOTAL/MEDIA	685	4,9	17,8	14,5	9,4	30,7	16,6	20,5	3,2	5,2
MICRO TERRITORIO III										
Barreira	82	4,3	6,6	9,9	9,9	34,6	24,7	18,5	0	2,5
Ocara	110	4,5	10	14,7	6,4	45,0	8,3	18,3	1,8	5,5
TOTAL/MEDIA	192	4,4	8,3	12,3	8,2	39,8	16,5	18,4	0,9	4,0
TOTAL/MÉDIA DO TERRITORIO	1158	5,0	14,3	13,1	9,0	34,6	15,9	20,9	2,4	4,2

Fonte: Cadernos de Informação em Saúde, MS, 2008.

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional.

**Considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC.

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009. * Coeficiente de mortalidade infantil proporcional.

No território de Baturité avaliou-se a mortalidade proporcional por causas definidas relacionadas ao período perinatal (2,4%) tem menos impacto diante das doenças infecciosas (4,2) seguidas da neoplasia (13,1%). As causas com maior representatividade foram relacionadas ao aparelho circulatório que representam praticamente 34,6% das causas de morte neste território, este resultado está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica o envelhecimento da população.

Ressaltamos a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte na comunidade rural o que direcionaria melhor o PTDRS e detalharia a situação da mortalidade para este seguimento da população.

No entanto, vale destacar os percentuais das demais causas (21%) e causas externas (16%) no território de Baturité no qual é importante investigar os dados destas causas.

A informação de qualidade referente aos óbitos por causa externa não pode ser vista, simplesmente, como uma questão técnica senão também como uma ferramenta para a tomada de decisões coerentes. O monitoramento desses eventos constitui elemento importante para o conhecimento de suas tendências e do impacto das intervenções de políticas públicas adotadas para reduzir os índices de violência e melhorar os serviços de saúde (OLIVEREIRA e SOUZA, 2007).

Com base no comitê de saúde, o índice de mortalidade por grupo de causas relacionadas ao aparelho circulatório teve alto percentual que está ligado diretamente a hipertensão, diabetes e cardiopatia. As ações são realizadas mediante análise dos dados, sendo mais voltadas para a assistência e não para atividade de educação e prevenção.

Com relação aos óbitos por causas externas, pouco se tem trabalhado no sentido preventivo. O estado é que tem realizado algumas medidas tais como: Pró-cidadania (Ronda do Município), monitoramento de trânsito através do foto sensor e fiscalização, mas a segurança ainda é precária. O municípios como um todo tem poucos policiais para o número de habitantes. O uso de

entorpecentes já tem se alastrado no território, o crack é a droga de maior circulação gerando em grande escala a violência e acidentes. A zona rural já apresenta problemas de causas externas em escala compatível com a sede.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%).

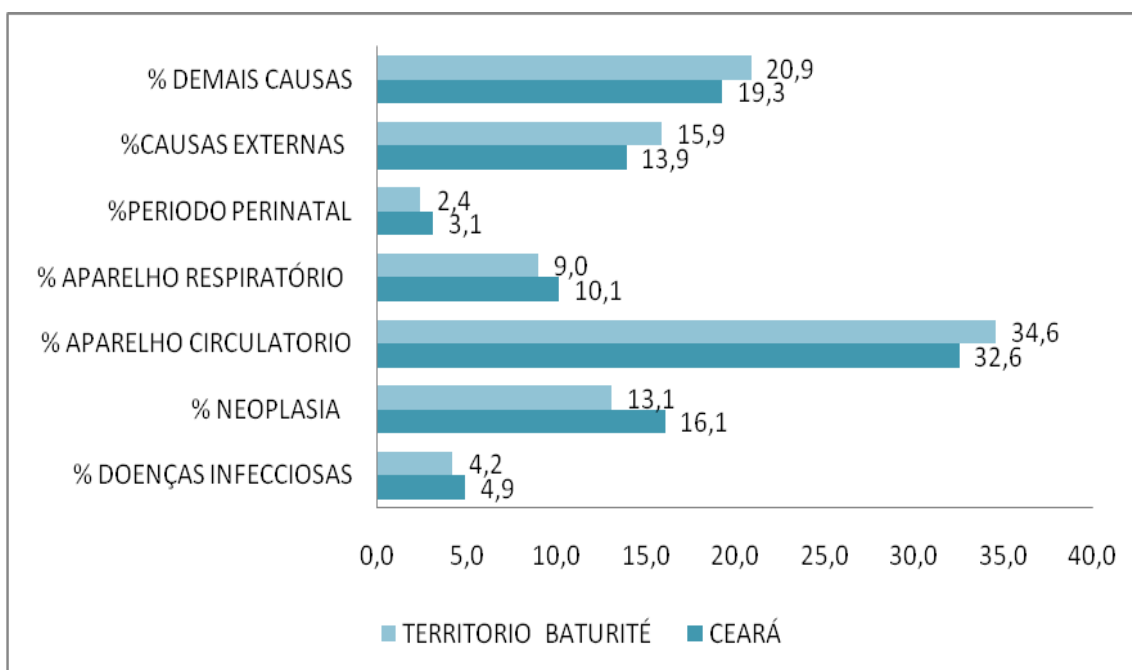


Figura 2 – Distribuição por grupos de causas por mortalidade no Território Maciço de Baturité e Estado do Ceará, em 2008.

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Caderno de Informação em Saúde, MS, 2008.

Para atingir a Meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil deverá apresentar uma taxa de mortalidade inferior a 15,7 óbitos por mil nascidos vivos em 2015. No período de 2000 a 2007, houve redução de 26,9% na taxa de mortalidade infantil no Brasil, de 27,4 para 20,0 óbitos por mil nascidos vivos.

Os dados de 2008 mostram que no território de Baturité as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por 34,6% dos óbitos; com relação as demais causas na qual não foi identificada atingimos 20,9%, enquanto causas

externas mataram 15,9% e Neoplasias (cânceres) representaram 13,1% e falhas no aparelho respiratório foi de 9,0%. Outras informações importantes que devem ser pesquisadas dizem respeito a mortalidade é a faixa etária em que estão concentrados os maiores índices de mortalidade por doenças do aparelho circulatório.

Uma alteração nas causas de mortalidade tanto no território como no país é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência.

Com relação às causas externas é praticamente o terceiro lugar no percentual de mortalidade, o que se caracteriza um índice elevado, superando até mesmo a média de mortes por neoplasias. Segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afetam um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância.

Conforme relatado pelo comitê de saúde, não se tem conhecimento de políticas públicas voltadas para prevenção de acidentes por causas externas.

7.3 Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos:

Tabela 9 – Condições de Nascimento no Território Maciço de Baturité em 2008.

Municípios	Informações Sobre Condições De Nascimento					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
MICRO TERRITÓRIO I						
Aratuba	194	31,4	68,6	7,7	4,1	21,6
Mulungu	158	19	81	4,4	1,3	25,9
Guaramiranga	98	29,6	70,4	5,1	5,1	19,4
Pacoti	201	24,4	75,6	9,5	8	25,4
Palmácia	105	38,1	61,9	4,8	4,8	16,2

Municípios	Informações Sobre Condições De Nascimento					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
TOTAL/MEDIA	756	28,5	71,5	6,3	4,66	21,7
MICRO TERRITORIO II						
Redenção	459	41	59	7,2	3,9	17
Acarape	216	36,6	63,4	6,5	3,3	17,1
Baturite	584	40,6	59,4	8,2	6,3	21,6
Aracoiaba	359	36,5	63,5	10,6	6,4	21,2
Capistrano	265	30,9	69,1	10,6	6,8	22,6
Itapiuna	304	27,3	72,7	5,9	3,6	18,8
TOTAL/MEDIA	2187	35,5	64,5	8,2	5,1	19,7
MICRO TERRITORIO III						
Barreira	304	34,2	65,8	8,9	4,6	22,4
Ocara	300	41	59,0	7,4	8,1	25,7
TOTAL/MEDIA	604	37,6	62,4	8,2	6,4	24,1
TOTAL/MÉDIA DO TERITORIO	3547	33,9	66,1	7,5	5,4	21,8

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

De acordo com a tabela de condições de nascimento mostra que o percentual de partos cesáreos em relação aos partos vaginais no território está dentro das metas do Pacto Pela Saúde no Estado que é de 30% e Ministério da Saúde, porém o obtido pelo Estado do Ceará em 2008 foi 42,7 % do total dos partos. Destacamos que nos municípios de Ocara (41%), Baturité (40,6%); Palmácia (38,1%); Acarape (36,6%) e Aracoiaba (36,5%) e Barreira (34,2%), o percentual ficou acima da meta pactuada com Estado (30,1%).

Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção materno-infantil e a assistência médico-hospitalar. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não-SUS (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos SUS.

Segundo os representantes do comitê de saúde, muitas vezes o parto cesáreo é realizado pelo fato do profissional não querer acompanhar a parturiente durante todo seu trajeto no parto vaginal, mas vale ressaltar que as gestantes também optam pela cesariana. A zona rural já não dispõe de parteiras, sendo todas as gestantes encaminhadas para a sede do município. Relatam ainda a falta de equipamentos nos hospitais e a baixa qualidade dos serviços e atendimento.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), encontramos uma média de 21,8%, entre as que pariram em 2008 eram adolescentes. O objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez. Alguns municípios apresentam um percentual acima da média encontrada. Pelo menos cinco dos municípios que fazem parte do Território de Baturité os municípios mais elevados foram Mulungu (25,9%), Ocara (25,7%) e Pacoti (25,4%). Relacionamos este indicador um indicador socioeducacional que é a escolaridade destas mães.

De acordo com o comitê de saúde, algumas escolas e principalmente as EqSF trabalham ações educativas com os adolescentes. O Planejamento Familiar é realizado pela EqSF de forma sistemática dentro de seu calendário de atividades. O Programa Saúde na Escola (PSE) está implantado, mas ainda não desenvolveu todo seu potencial de atuação.

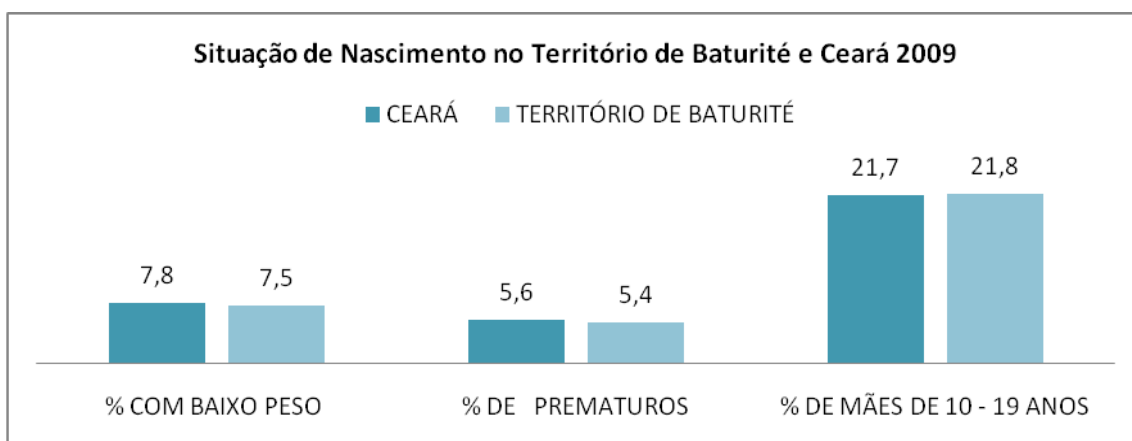


Figura 3 – Situação de nascimento no território de Baturité (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes 10-19 anos) em 2008.

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2010.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer encontramos que a média do Território de Baturité foi de 5,4% dos nascidos vivos foram prematuros, este percentual encontrado, foi matematicamente bem próximo dos dados do Estado do Ceará (5,6%).

Sobre o baixo peso ao nascer temos uma média de 7,5 % dos partos, são de crianças nascem nesta situação. Destacamos alguns municípios como Baturité (8,2%); Barreira (8,9%); Pacoti (9,5%); Capistrano (10,6%) e Aracoiaba (10,6%) que se encontram acima da média perfazendo cada um quase que 10% de seus nascimentos são de recém nascidos de baixo peso.

A ocorrência de baixo peso ao nascer expressa retardo do crescimento intra-uterino ou prematuridade e representa importante fator de risco para a morbimortalidade neonatal e infantil. Esse dado irá contribuir para orientar iniciativas de intervenção nutricional e para avaliar condições orgânicas e condutas de risco da gestante (tabagismo, alcoolismo e outras).

Segundo o comitê de saúde, as crianças de 0 a 2 anos são acompanhadas pelo menos uma vez ao mês, para avaliação do estado nutricional e acompanhamento das vacinas (puericultura).

7.4 Infraestrutura, Critérios e Definições

7.4.1 Atenção Básica

7.4.1.1 Número de Equipes de Saúde da Família e Cobertura

Sobre o total das equipes de Saúde da Família e a cobertura do percentual da população têm no território 83 equipes e um percentual de cobertura que corresponde a 99,27%. Existem alguns municípios que tem um percentual de cobertura de atenção básica um pouco abaixo da media do território como Itapiuna (93%) e Baturité (94%). Enquanto a cobertura não corresponder ao total da população os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, Universalidade, Equidade e Integralidade não estarão sendo cumpridos.

7.4.1.2 Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF

Com a nova liberação, o país passa a contar com 1.126 Núcleos de Apoio à Saúde da Família credenciados. Até o próximo ano, serão mais 113 núcleos autorizados. Os núcleos têm, no mínimo, cinco profissionais que trabalham em parceria com as equipes de saúde da família em cada região. O NASF inclui as áreas de atendimento não contempladas na equipe de saúde da família e amplia a abrangência e os resultados da atenção prestada à população.

MODALIDADES - Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF tipo I é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. O NASF tipo II funciona em cidades com equipes de até três profissionais. Todos os NASF autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm como proposta a implementação dos núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

NÚCLEO - Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes da saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas Comissões Intergestoras do Estado.

7.4.2 Atenção Especializada

7.4.2.1 Centro Especialidade Odontológicas – CEO

Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços: Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; Periodontia especializada; Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; Endodontia e Atendimento a portadores de necessidades especiais.

Os centros são uma das frentes de atuação do Brasil Sorridente. O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Além da implantação de CEO's, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/ intrarradiculares e fixas/ adesivas.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

7.4.2.2 Centro de Apoio Psicossocial – CAPS

Seu objetivo é oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os CAPS, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Os CAPS são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Função dos CAPS: prestar atendimento clínico em regime de atenção diária, evitando as internações em hospitais psiquiátricos; acolher e atender as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território; promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais por meio de ações intersetoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental na sua área de atuação; dar suporte a atenção à saúde mental na rede básica; organizar a rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios; articular estrategicamente a rede e a política de saúde mental num determinado território; promover a reinserção social do indivíduo através do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

7.4.2.3 Farmácia Popular do Brasil

Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas. O Programa atua sobre dois eixos de ação: as UNIDADES PRÓPRIAS, em funcionamento desde junho de 2004, que são desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o SISTEMA DE COPAGAMENTO, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As UNIDADES PRÓPRIAS são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica. Já no SISTEMA DE CO-PAGAMENTO, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu cadastro de pessoa física – CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Co-pagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

7.4.2.4 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

O SAMU/192 faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências e ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população em casos de emergência. Com o SAMU 192, o governo federal está reduzindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as seqüelas decorrentes da falta de socorro precoce. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

Realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, contando com as Centrais de Regulação, profissionais e veículos de salvamento. As Centrais de Regulação tem um papel primeiro e indispensável para o resultado positivo do atendimento, sendo o socorro feito depois da chamada gratuita, para o telefone 192.

7.4.2.5 Unidades de Pronto Atendimento – UPA

As Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, onde em conjunto com estas compõe uma rede organizada de Atenção às Urgências. São integrantes do componente pré-hospitalar fixo e devem ser implantadas em locais/unidades estratégicos para a configuração das redes de atenção à urgência, com acolhimento e classificação de risco em todas as unidades, em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências. A estratégia de atendimento está diretamente relacionada ao trabalho do Serviço Móvel de Urgência – SAMU que organiza o fluxo de atendimento e encaminha o paciente ao serviço de saúde adequado à situação.

7.5 Tipos de Estabelecimentos

Constatamos que no Território Maciço de Baturité existem vários tipos de estabelecimentos de saúde sendo a sua maioria feita por Centros de Saúde/ Unidade Básica de Saúde (66), seguida de Posto de Saúde (56), Hospital (12) e Policlínica/Clínica Especializada (12). Vale ressaltar, ainda uma pequena quantidade de estabelecimentos de NASF (4), CAPS (3), CEO (3), UPA (1) e SAMU (1).

De acordo com os dados apresentado na tabela abaixo, percebemos uma inexistência dos estabelecimentos de saúde relacionados a Farmácia Popular e Unidade Mista.

Outro ponto a destacar é o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU, onde apresenta apenas 01 serviço entre os 13 municípios do território de Baturité. É importante o diálogo entre os gestores para a formação de consórcios intermunicipais para a implementação desta política de atenção á saúde da população.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a ampliação de Centros de Atenção Psicossocial – CAP's. Estes serviços devem ser substitutivos e não complementares ao hospital psiquiátrico. De fato, o CAPS é o núcleo de uma nova clínica, produtora de autonomia, que convida o usuário à responsabilização e ao protagonismo em toda a trajetória do seu tratamento.

O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulando com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde de seu município.

De acordo com os representantes do comitê de saúde, as EqSF estão todas quase todas completas, porém os profissionais médicos não ficam a semana toda no município, o que sobrecarrega o restante da equipe. A atenção básica não atende as necessidades dos pacientes com transtornos mentais sendo os mesmos direcionados ao CAPS, que está localizado no município de

Capistrano e recebe encaminhamentos de todos os municípios do território. Alguns municípios possuem NASF que mantém parceria com a Ação Social (CRAS), realizando atividades voltadas para a população jovem. O município de Guaramiranga não possui NASF. Importante ressaltar que o NASF deverá trabalhar intersetorialmente junto as EqSF.

Ainda de acordo com os participantes do comitê, o serviço de saúde bucal no território é realizado pela equipe municipal de odontologia, mas os casos mais complexos são encaminhados para o CEO no município de Baturité, que está instalado dentro da Policlínica.

Na região só existe um SAMU, mas todos os municípios possuem um número razoável de ambulâncias.

Não há Farmácia Popular no Território, quando alguém tem a necessidade de alguma medicação consegue por via política ou compra com meios próprios.

Tabela 10 – Tipos de Estabelecimentos da Atenção Básica e Especializada no Território Maciço de Baturité dados de 2008, 2009 e 2010.

Municípios	TIPO DE ESTABELECIMENTO SUS / OUTROS														
	ATENÇÃO BÁSICA					ATENÇÃO ESPECIALIZADA									
	Centro De Saúde/ Unid. Básica De Saúde	Posto De Saúde	*Nº EqSF 2010	*%Cobertura ESF 2010	NASF	Unidade Mista /Parto Normal	CEO	CAPS	Farmácia Popular	SAMU	UPA	Policlínica/ Clínica Especializada**	Hospital	Nº De Leitos Por 1000 HAB	
MICRO TERRITORIO I															
Aratuba	6	2	6	100	-	0	-	-	-	-	-	0	1	1	
Mulungu	5	0	4	102	-	0	-	-	-	-	-	1	1	0,8	
Guaramiranga	2	2	3	96	-	0	-	-	-	-	-	0	1	1,2	
Pacoti	5	4,0	5	100	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1,7	
Palmácia	6	1	3	96	-	0	-	-	-	-	-	0	1,0	1,5	
TOTAL	24	9	21	98,8	0	0	0	0	0	0	0	2	5	6,2	
MICRO TERRITORIO II															
Redenção	6	13	10	100	1,0	-	1	1	-	-	-	3	1	2,3	
Acarape	5	1	5	101	-	-	0	0	-	-	-	0	0	0	
Baturite	6	10	9	94	1,0	-	2	0	-	-	-	4	1	2	
Aracoiaba	9	4	10	100	1,0	-	0	0	-	-	1,0	0	1	2,6	
Capistrano	0	9	5	100	-	-	0	1	-	-	-	0	1	1,1	
Itapiuna	0	9	5	93	-	0	-	-	-	-	-	1	1	1,6	
TOTAL	26	46	44	98	3	0	3	2	0	0	1	8	5	9,6	
MICRO TERRITORIO III															
Barreira	6	1	8	101	-	-	-	-	-	-	-	1,0	1,0	1,3	
Ocara	10	0	10	101	1,0	0	-	1,0	-	1,0	-	1	1	0,8	
TOTAL	16	1	18	101	1	0	0	1	0	1	0	2	2	2,1	
TOTAL DO TERRITORIO	66	56	83	99,27	4	0	3	3	0	1	1	12	12	17,9	

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS

Nota: Não inclui leitos complementares *Sala de Situação ** Estabelecimentos conveniados ao SUS/ Filantrópicos e Privados (não incluem as Policlínicas do Estado)

O Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado é um indicador que mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da Atenção Básica à Saúde.

Para analisar as variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificamos situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

No território de Baturité avaliamos o percentual de número de leitos hospitalares por mil habitantes comparado ao Estado do Ceará, encontramos no ano de 2009 a seguinte situação:

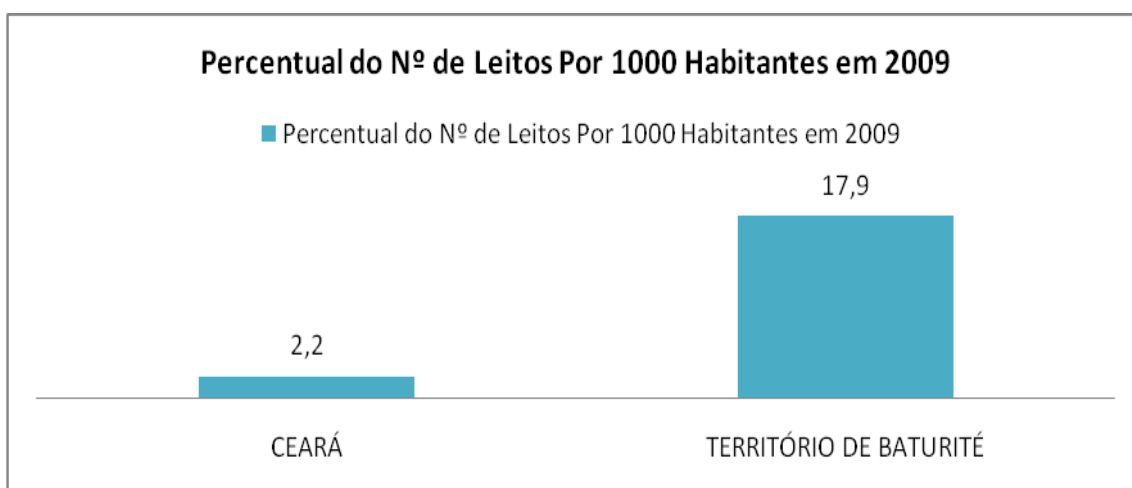


Figura 4 – Percentual do número de leitos por 1000 habitantes no Estado do Ceará e Território Maciço de Baturité em 2009.

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Observamos na figura acima, um dado significativo com 17,9 leitos do território de Baturité em comparação com Estado do Ceará 2,2 leitos em geral do percentual do número de leitos por 1000 habitantes.

Segundo o comitê de saúde, o número de leitos é bastante favorável no território de Baturité, mas quando a demanda aumenta, os pacientes são encaminhados para a capital do estado.

7.6 Recursos Humanos

7.6.1 Ofertas de profissionais médicos por especialidades por 1.000 habitantes

Número de profissionais de saúde por mil habitantes mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica. O indicador é fortemente influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

No território de Baturité encontramos várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas o dado que mais chama atenção é a inexistência de psiquiatra e pediatra. Entretanto, quando calculamos o total de profissionais por 1000 habitantes percebemos que esse dado está de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico dessas categorias para cada 1000 habitantes.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.

Esses indicadores serão fortemente influenciados pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Tabela 11 – Oferta de Profissionais Médicos/Especialidades por 1.000 Habitantes no Território Maciço de Baturité em 2008.

Municípios	OFERTA DE PROFISSIONAIS MEDICOS POR ESPECIALIDADE									
	Anestesiista P/ 1000	Cirurgião Geral P/ 1000	Clinico Geral P/ 1000	Gineco Obstetra P/ 1000	Medico De Família P/ 1000	Pediatra/ 1000	Psiquiatra/ 1000	Radio Lobista/ 1000	Total	Prof./ 1000 Hab.
MICRO TERRITORIO I										
Aratuba	0	0	2,2	0,1	0,5	0	0	0,1	2,9	3
Mulungu	0	0	0,8	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	1,5	1,6
Guaramiranga	0	0	2,9	0	0,7	0	0	0,2	3,8	4,2
Pacoti	0	0	0,5	0,1	1,5	0	0	0	2,1	2,2
Palmácia	0	0	0,5	0	0,3	0	0	0,2	1	1
TOTAL	0,0	0,0	1,4	0,1	0,7	0,0	0,0	0,1	2,3	2,4
MICRO TERRITORIO II										
Redenção	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0	0	0,1	1,1	1,6
Acarape	0	0	0,1	0,1	0,3	0,1	0	0	0,6	0,8
Baturite	0,2	0	0,4	0,4	0,6	0,2	0	0,1	1,9	2,2
Aracoiaba	0,9	0,7	1,2	0,2	0,8	0	0	0	3,8	4,8
Capistrano	0	0	0,8	0	0,4	0	0,1	0,1	1,4	1,4
Itapiuna	0	0,2	1,1	0,2	0,5	0,1	0	0,1	2,2	2,1
TOTAL	0,2	0,2	0,6	0,2	0,5	0,07	0,02	0,07	1,83	2,15
MICRO TERRITORIO III										
Barreira	0	0	0,1	0,1	0,9	0,1	0	0,1	1,3	1,3
Ocara	0	0	0,3	0,2	0,9	0	0	0	1,4	1,5
TOTAL	0,0	0,0	0,2	0,2	0,9	0,1	0,0	0,1	1,4	1,4
TOTAL/MÉDIA DO TERRITORIO	0,1	0,1	0,7	0,1	0,7	0,0	0,0	0,1	1,8	2,0

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

7.6.2 Ofertas de outros profissionais de saúde por 1.000 habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica. Essas categorias fortemente serão influenciadas pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisarmos variações da situação da distribuição de profissionais de saúde, identificamos situações de desequilíbrio principalmente entre as categorias de Fonoaudiólogo (0,4), Psicologia (0,9), Nutricionista (1,1) e Assistente Social (1,3). A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação de profissionais de saúde e sua inserção no mercado de trabalho.

Conforme o participante do comitê de saúde, no quesito Recurso Humanos, existe uma grande rotatividade de profissionais, principalmente médicos quando chamados para fazer residência ou quando saem do município devido às melhores propostas salariais, pois muitas vezes os salários baixos ou a distância da capital fazem com que ocorra a evasão dos mesmos. Não existe uma política de estímulo à interiorização de profissionais da saúde.

O comitê relatou que, os profissionais de saúde são competentes e realizam todas as atividades de sua responsabilidade, mas existe a necessidade de atualizações. Ainda segundo o comitê, o ideal seria que os profissionais ao assumirem suas funções passassem primeiramente por treinamentos e capacitações para executar com perfeição as suas atividades.

Tabela 12– Oferta de Profissionais de Saúde por 1.000 Habitantes no Território Maciço de Baturité em 2008.

Municípios	OFERTA DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR CATEGORIA								
	Enfermeiro	Dentista	Fisioterapeuta	Nutricionista	Farmacêutico	Assistente Social	Psicólogo	Fonoaudiólogo	Total
MICRO TERRITORIO I									
Aratuba	9	6	1	0	4	2	0	0	22
Mulungu	6	4	1	0	2	0	0	0	13
Guaramiranga	4	5	1	0	1	0	0	0	11
Pacoti	14	9	1	1	1	0	3	2	31
Palmácia	6	3	3	0	1	0	0	1	14
TOTAL	7,8	5,4	1,4	0,2	1,8	0,4	0,6	0,6	18,2
MICRO TERRITORIO II									
Redenção	17	18	11	3	3	4	2	1	59
Acarape	5	5	2	0	0	0	0	0	12
Baturite	15	26	7	3	10	1	1	1	64
Aracoiaba	18	12	6	2	7	1	1	1	48
Capistrano	10	5	3	0	3	2	2	0	25
Itapiuna	11	6	2	1	2	1	0	1	24
TOTAL	12,7	12,0	5,2	1,5	4,2	1,5	1,0	0,7	38,7
MICRO TERRITORIO III									
Barreira	9	12	1	0	3	1	0	0	26
Ocara	22	15	6	3	3	3	2	0	54
TOTAL	15,5	13,5	3,5	1,5	3	2	1	0	40
TOTAL/MÉDIA DO TERRITÓRIO	12,0	10,3	3,4	1,1	3,0	1,3	0,9	0,4	32,3

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

* Número total de profissionais.

Com relação aos dados das demais categorias, observa-se uma grande concentração de profissionais das categorias de Enfermagem e Dentista, pois os mesmos fazem parte da equipe mínima da Estratégia Saúde da Família.

7.7 Saneamento Básico e Acesso a Água

7.7.1 Abastecimento de Água e de domicílio com Esgotamento Sanitário

A cobertura de redes de abastecimento de água é definida como o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água: com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Existe o Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água (SISAGUA). Dos 184 municípios do estado, 179 (97,3%) alimentaram o SISAGUA, em 2008, com informações de cadastros das diferentes formas de abastecimento de água no município. O cadastramento constitui o primeiro passo para o desencadeamento das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, que incluem, dentre outros, o monitoramento da qualidade da água e as inspeções sanitárias.

Ao analisarmos situação da cobertura de abastecimento de água à população, identificamos que os domicílios que tem abastecimento ligado a rede geral são apenas 27% no Território de Baturité, bem abaixo do percentual encontrado no estado do Ceará que é de aproximadamente 60%. A situação de abastecimento proveniente de poços ou nascentes no território chega a 30% um pouco superior ao percentual alcançado pelo Estado que foi de 21,6%. Já o percentual correspondente a outras formas de abastecimento chega a 43,1% no território e 19,6% no Estado, uma diferença bastante significativa.

Quando se relacionou este fato às causas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias tem um percentual de 4,2% do total de óbitos no território. Recomendou-se investigação das causas de internamentos para fornecer elementos a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais. Investigação esta que poderá subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao esgotamento sanitário.

Seria interessante destacar que o indicador refere-se somente à disponibilidade de rede geral de abastecimento, não considerando o uso efetivo pela população. Também não permite avaliar a quantidade *per capita*, a qualidade da água de abastecimento e a intermitência de fluxo. Outro ponto relevante a ser indagado é a

fluoretação da água como fator de proteção à saúde bucal das pessoas que utilizam a água.

Conforme o comitê de saúde, a qualidade da água distribuída a população nos municípios do Território de Baturité é monitorada pelo o SISÁGUA. O qual se divide em: cadastro, controle e vigilância; onde o Estado envia os frascos para análise microbiológica da água, que é coletada e enviada ao LACEN. Nos municípios os sistemas dividem-se em Sistema de Abastecimento Individual (SAI) ex: cacimba, lago, cisterna e etc.; Sistema de Coletivo (SAC) ex: chafariz, caixa d'água, canalizada; e Sistema Alternativo de Abastecimento (SAA) ex: CAGECE.

Relataram ainda que devido às condições climáticas os poços de água estão secando e nem todo município em cima da serra tem condição de fazer reservatório de água. Na dimensão ambiental há um aprofundamento desse tópico.

Tabela 13 – Percentual de Domicílio com Abastecimento de Água e de Domicílio com Esgotamento Sanitário, em 2007.

Municípios	% domicílios com abastecimento de água	% domicílios com esgotamento sanitário
MICROTERRITORIO I		
Aratuba	98,4	43,2
Mulungu	98,4	15,4
Guaramiranga	42,6	35,3
Pacoti	94,9	72,7
Palmácia	88,7	28,0
TOTAL/MÉDIA	84,6	38,9
MICROTERRITORIO II		
Redenção	86,4	5,5
Acarape	97,4	55,2
Baturite	94,3	4,8
Aracoiaba	66,6	0
Capistrano	91,8	0
Itapiuna	98,4	0
TOTAL/MÉDIA	89,1	10,9
MICROTERRITORIO III		
Barreira	86,1	12,1
Ocara	67,3	0
TOTAL/MÉDIA	76,7	6,1
MEDIA DO TERRITORIO	83,5	18,6

Fonte: Secretaria de infra-estrutura (SEINFRA), 2007.

De acordo com os representantes do comitê de saúde, esses relataram que houve uma melhoria e ampliação da rede de abastecimento de água além da qualidade da água disponibilizada pelo serviço público.

8 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO

No Território do Baturité, os aspectos educacionais foram abordados segundo as especificidades e modalidades de ensino relativos a Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Superior. Além das fontes oficiais, alguns relatos colhidos durante o processo de elaboração do PTDRS enviados pelos municípios foram também considerados para diagnosticar a situação da educação no Território.

Os aspectos analisados na abordagem do diagnóstico referem-se aos níveis de escolaridade, dentre eles a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, que levou em conta o número de escolas existentes em cada modalidade de ensino, as matrículas; a infraestrutura cujas informações foram relativas ao número de escolas, bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios de ciências, quadra de esportes; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB¹ e a Formação Docente dos professores, estes dois últimos em relação ao Ensino Fundamental. Em relação ao Ensino Superior foram abordadas as instituições de ensino superior que atuam no Território.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, lançamento 2009, banco de dados 2008, o Território da Cidadania de Baturité apresenta um total de 72.324 matrículas, sendo, deste total, 15,56% correspondente à Educação Infantil (creche e pré-escola), 64,28 % ao Ensino Fundamental (1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano), 15,05% ao Ensino Médio e Regular (médio e regular ligado à Educação profissionalizante) e 5,08% à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com isto, estes resultados representam 2,84% do total de matrículas do Estado do Ceará.

Segundo a Secretaria Estadual de Educação, os municípios que formam o Território da Cidadania Baturité são atendidos todos pela Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação – (CREDE) 8, com sede em Baturité. Segundo relato dos comitês, a educação está em vantagem em relação a outras áreas por conta da

¹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, reúne num só indicador dois conceitos de grande importância para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Indica a qualidade do ensino da escola do seu filho, do seu município e do seu estado. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. O ideal seria que toda escola pública tivesse uma nota igual ou superior a 6.

organização institucional a partir das CREDES, o que favorece a divulgação de programas nacionais e estaduais e a melhor distribuição de recursos.

8.1 População Alfabetizada

Um indicador de extrema importância na educação é o quantitativo da população alfabetizada com idade maior ou igual há cinco anos, pois esta taxa de alfabetização se refere ao percentual da população que pode ler e escrever e entender mensagens simples em qualquer idioma ou dialeto. No caso do Ceará, fazendo um comparativo entre os anos de 2003, onde do total da população com idade maior ou igual a cinco anos 75,4% era alfabetizada, e o de 2008 quando esse percentual passou para 80,2%, havendo portanto um crescimento da população que aprendeu a ler e escrever.

A Tabela 14 mostra que, considerando a população alfabetizada por faixa etária, verifica-se que em 2008 a maior concentração está presente na faixa de 7 a 14 anos, vindo em seguida a faixa de 30 a 39 anos, representando 17,6% e 14,7%, respectivamente.

Tabela 14 - População alfabetizada no Estado por faixa etária (total, zona de moradia: rural e urbano)

Grupo de Idade	2008					
	Total			Alfabetizadas		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
TOTAL	7.845.050	6.023.661	1.821.399	6.295.558	5.070.973	1.224.645
5 a 6 anos	268.228	194.602	73.616	73.022	62.189	10.833
7 a 14 anos	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
15 a 19 anos	852.537	652.385	200.152	819.460	632.491	186.969
20 a 24 anos	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
25 a 29 anos	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
30 a 39 anos	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
40 a 49 anos	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487
50 a 59 anos	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
60 anos ou mais	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPECE, 2009.

Para a definição de estratégias de universalização da educação de qualidade no território, é importante apropriar-se de alguns dados relativos ao acesso e permanência dos alunos na escola. Uma educação de qualidade está relacionada a bons indicadores em relação à distorção idade/série, pois é fundamental para que haja aprendizagem que os alunos estejam presentes na escola na idade certa. Dentro dessa perspectiva, alguns indicadores como as taxas de Alfabetização e Escolarização do Ensino Fundamental e Médio como mostra a Tabela 15, revelam a questão educacional no Território.

Tabela 15 - Taxas de Alfabetização, Taxa de Escolarização Ensino Fundamental e Ensino Médio no Território

Município	Taxa de Alfabetização(1)	Taxa de escolarização no Ensino Fundamental(2)	Taxa de escolarização no Ensino Médio(2)
Acarape	71,80%	70,60%	37,40%
Aracoiaba	62,20%	98,80%	66,50%
Aratuba	67,40%	92,50%	60,30%
Barreira	68,90%	106,10%	69,70%
Baturité	71,70%	106,10%	64,60%
Capistrano	65,30%	98,30%	83,10%
Guaramiranga	71,80%	100,50%	55,40%
Itapiúna	65,60%	93%	65,20%
Mulungu	67,50%	90,30%	40,30%
Ocara	63,40%	97,10%	64,90%
Pacoti	69,80%	97,10%	55,10%
Palmácia	69,20%	102,10%	66,50%
Redenção	72,50%	101%	67,50%

Fonte: Indicadores MEC (1) 2000 e (2) 2007.

As taxas de Alfabetização são calculadas pela porcentagem das pessoas alfabetizadas sobre o total da população, já as de escolarização são feitas pelo número de matrículas da faixa etária da etapa sobre a população total do município na mesma faixa etária, o que revela como está a universalização do ensino.

De modo geral todos os municípios mostram taxas baixas de Alfabetização, sendo o melhor índice de Iguatu Redenção, com 72,50% da população com capacidade de ler e escrever, e a pior taxa do município de Aracoíaba, com 62,20%.

Já as taxas de Escolarização do Ensino Fundamental são bem maiores, acima de 90%, sendo destaque o município de Acarape, com o menor índice: 70,60%. As taxas de Escolarização do Ensino Médio mostram a baixa frequência dos jovens na escola, sendo o melhor índice em Capistrano, com 83,10%, destoando dos demais, que têm uma média de 60%; e o menor índice em Acarape, com 37,40% dos adolescentes matriculados na escola.

8.2 Nível de escolaridade

8.2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil se constitui na primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional esta educação é promovida em duas fases da infância, a primeira para crianças de quatro meses de idade até os três anos de idade em creches, ou entidades equivalentes, e para as crianças de quatro a seis anos de idade nas denominadas pré-escolas. A avaliação terá o caráter de acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LDB, 1996).

No Território Baturité, o total de matrículas da educação infantil é 11.260 alunos, dos quais 4.136 estão inscritos nas creches, e 7.124 na pré-escola.

Como a Educação Infantil é prioridade da rede municipal, as matrículas são concentradas aí, porém, é possível verificar a partir da Tabela 16 um número reduzido de matrículas na pré escola dentro da rede estadual na zona rural no Micro I.

Tabela 16: Educação Infantil (Número de matrículas e número de escolas) - por dependência administrativa e zona de moradia.

Município	Rede	Zona	Educação Infantil		
			Creche	Pre-Esc.	Total
ARATUBA	Estadual	Rural	0	16	16
		Urbana	0	0	0
	Subtotal:		0	16	16
	Municipal	Rural	164	279	443
		Urbana	118	145	263
Subtotal:		282	424	706	
Total:			282	440	722
GUARAMIRANGA	Municipal	Rural	0	136	136
		Urbana	0	144	144
	Subtotal:		0	280	280
	Particular	Urbana	0	21	21
Total:			0	301	301
MULUNGU	Municipal	Rural	102	100	202
		Urbana	111	118	229
	Subtotal:		213	218	431
	Particular	Urbana	19	48	67
Total:			232	266	498
PACOTI	Municipal	Rural	186	180	366
		Urbana	62	86	148
	Subtotal:		248	266	514
	Particular	Urbana	0	106	106
Total:			248	372	620
PALMACIA	Municipal	Rural	0	249	249
		Urbana	53	132	185
	Subtotal:		53	381	434
	Particular	Urbana	0	35	35
Total:			53	416	469
TOTAL MICRO I			815	1795	2610
ACARAPE	Municipal	Rural	25	147	172
		Urbana	113	231	344
	Subtotal:		138	378	516
	Particular	Urbana	5	39	44
Total:			143	417	560
ARACOIABA	Municipal	Rural	255	485	740
		Urbana	107	189	296
	Subtotal:		362	674	1.036
	Particular	Urbana	23	66	89
Total:			385	740	1.125
BATURITE	Municipal	Rural	156	250	406
		Urbana	327	514	841
	Subtotal:		483	764	1.247
	Particular	Rural	85	57	142
		Urbana	25	287	312
Subtotal:		110	344	454	
Total:			593	1.108	1.701
CAPISTRANO	Municipal	Rural	261	306	567
		Urbana	120	136	256
	Subtotal:		381	442	823

	Rede	Zona	Educação Infantil		
			Creche	Pre-Esc.	Total
	Particular	Urbana	60	37	97
Total:			441	479	920
ITAPIUNA	Municipal	Rural	232	257	489
		Urbana	198	266	464
	Subtotal:		430	523	953
	Particular	Urbana	36	57	93
Total:			466	580	1.046
REDENCAO	Municipal	Rural	396	482	878
		Urbana	162	283	445
	Subtotal:		558	765	1.323
	Particular	Urbana	29	83	112
Total:			587	848	1.435
TOTAL MICRO II			2615	4172	6787
BARREIRA	Municipal	Rural	234	168	402
		Urbana	258	186	444
	Subtotal:		492	354	846
	Particular	Urbana	34	75	109
Total:			526	429	955
OCARA	Municipal	Rural	70	356	426
		Urbana	110	336	446
	Subtotal:		180	692	872
	Particular	Urbana	0	36	36
Total:			180	728	908
TOTAL MICRO III			706	1157	1863
TOTAL TERRITÓRIO BATURITÉ			4136	7124	11260

Fonte: SEDUC, 2009.

As matrículas da Educação Infantil da rede municipal nos MicroTerritórios I e II estão concentrados nas zonas rurais, correspondendo a 53,48% e 76,12% das matrículas nessa rede. A particularidade do Microterritorio III é que as matrículas das escolas municipais são praticamente similares tanto nas zonas urbanas como rurais.

Observa-se que a rede particular apresenta menor quantidade de matrículas na educação infantil e sua maioria são na zona urbana. Em relação a esta rede, o Micro II apresenta maior quantidade de matrículas em relação aos outros MicroTerritórios.

Nas zonas urbanas, as matrículas encontram-se distribuídas tanto na rede municipal como particular, sendo na pré-escola a maior concentração, o que é comum a todos os MicroTerritórios e representam 68,77% do total das matrículas.

Estes números indicam o atendimento precário às creches, ao indicar que os números de matrícula dessa faixa etária correspondem a menos da metade dos valores do ensino infantil, estando concentradas na pré-escola. Isso reflete a falta de prioridade ao longo da história da educação dada a esse nível de ensino, situação mudada desde

2006, com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

A informação revela a necessidade de ampliação no atendimento às crianças na faixa etária da Educação Infantil (0 a 6 anos), principalmente nas creches, já que muitas mulheres estão inseridas no mercado de trabalho e essas seriam instituições que poderiam auxiliá-las na guarda e na formação pré-escolar de seus filhos.

Segundo depoimentos nos comitês, no caso das creches, existe a necessidade de implantar o tempo integral com recursos adequados, já que a família pode ter dificuldade na locomoção e cuidado das crianças. no contra-turno em caso de escolas de um só turno. Como exemplo, está sendo construída em Aracoíaba uma creche modelo, com refeitório e berçário. Além disso, as creches não representam para as populações o ingresso ao sistema educativo, constituindo outra causa pelo baixo número de matrículas nas creches.

8.2.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de 9 (nove) anos, inicia-se aos 6 (seis) anos de idade, ou aos 5 anos, para as crianças que, segundo a Resolução nº1, de 14.01.2010, independentemente do mês do seu aniversário, que estiveram matriculadas e freqüentaram por mais de 2 (dois) anos a Pré-Escola, em caráter excepcional, podem prosseguir seus estudos no Ensino Fundamental. Este ensino se subdivide em dois períodos atendendo a duas faixas etárias, que inicia a partir dos 5 até os 10 anos denominada Ensino Fundamental I (1ª a 5ª), e a segunda faixa de 11 a 14 anos (6 a 9ª) Ensino Fundamental II. Os currículos devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, composta de uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Na oferta desta modalidade de ensino a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região (LDB, 1996).

Além dos aspectos de escolaridade e da infraestrutura educacional serão acrescentados nesta análise as informações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a Formação Docente. No entanto, é necessária que a

compreensão destes dois itens, somados aos anteriores, seja estabelecida através de seus significados.

O primeiro deles, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica mede a qualidade do ensino público no país, o IDEB, foi criado em 2007 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Este índice é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. Uma nova nota do IDEB é divulgada a cada dois anos. O resultado mais recente do IDEB aponta uma média nacional de: 4,2 para as séries iniciais do ensino fundamental; 3,8 para as últimas séries do ensino fundamental; 3,5 para as do ensino médio. O índice indica a qualidade do ensino da escola do aluno, do seu município e do seu estado.

O outro item aborda a Formação de Professores da Educação Básica, exigida em nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação em curso de licenciatura ou de graduação plena. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação que em conformidade a Lei 9.394/1996 (LDB), coordena e articula em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores da Educação Básica. Os cursos de formação de professores para a educação básica devem se adaptar a esta Resolução, no prazo de dois anos, ou seja, a partir do ano de 2004. Portanto, os professores já deveriam estar ao menos matriculados nestes cursos para garantir a qualidade desejada no ensino. Na lei ainda voga que nenhum novo curso seria autorizado, a partir da vigência desta resolução.

O número total de matrículas no Ensino Fundamental no Território Maciço de Baturité é de 46.497 estudantes, dos quais 53,70% freqüentam o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e 46, 29%, o Fundamental II (do 6º ao 9º ano).

Apesar de o Ensino Fundamental ser prioridade da rede municipal, é possível verificar um número reduzido de matrículas dentro da rede estadual no Fundamental II nos MicroTerritórios I e II, com maior presença no âmbito urbano, como pode ser visto na Tabela 17.

Tabela 17: Ensino Fundamental - Número de matrículas e número de escolas- por dependência administrativa e zona de moradia.

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
ARATUBA	Estadual	Rural	35	32	67
	Subtotal:		35	32	67
	Municipal	Rural	973	952	1.925
		Urbana	498	441	939
	Subtotal:		1.471	1.393	2.864
Total:			1.506	1.425	2.931
GUARAMIRANGA	Estadual	Urbana	0	68	68
	Municipal	Rural	117	84	201
		Urbana	491	404	895
	Subtotal:		608	488	1.096
	Particular	Urbana	81	0	81
Total:			689	556	1.245
MULUNGU	Municipal	Rural	419	236	655
		Urbana	496	635	1.131
	Subtotal:		915	871	1.786
	Particular	Urbana	112	6	118
Total:			1.027	877	1.904
PACOTI	Estadual	Urbana	0	34	34
	Municipal	Rural	926	440	1.366
		Urbana	185	416	601
	Subtotal:		1.111	856	1.967
	Particular	Urbana	246	126	372
Total:			1.357	1.016	2.373
PALMACIA	Municipal	Rural	475	294	769
		Urbana	463	570	1.033
	Subtotal:		938	864	1.802
	Particular	Urbana	88	46	134
Total:			1.026	910	1.936
TOTAL MICRO I			5.605	4.784	10.389
ACARAPE	Estadual	Urbana	0	124	124
	Municipal	Rural	532	367	899
		Urbana	776	553	1.329
	Subtotal:		1.308	920	2.228
	Particular	Urbana	123	56	179
Total:			1.431	1.100	2.531
ARACOIABA	Municipal	Rural	1.671	1.435	3.106
		Urbana	808	833	1.641
	Subtotal:		2.479	2.268	4.747
	Particular	Urbana	148	68	216
Total:			2.627	2.336	4.963

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
BATURITE	Estadual	Urbana	0	470	470
	Municipal	Rural	972	677	1.649
		Urbana	2.026	1.215	3.241
	Subtotal:		2.998	1.892	4.890
		Urbana	801	602	1.403
Subtotal:		801	602	1.403	
Total:			3.799	2.964	6.763
CAPISTRANO	Municipal	Rural	955	945	1.900
		Urbana	708	815	1.523
	Subtotal:		1.663	1.760	3.423
	Particular	Urbana	77	0	77
Total:			1.740	1.760	3.500
ITAPIUNA	Estadual	Urbana	0	101	101
	Municipal	Rural	986	782	1.768
		Urbana	870	847	1.717
	Subtotal:		1.856	1.629	3.485
	Particular	Urbana	130	63	193
Total:			1.986	1.793	3.779
REDENCAO	Estadual	Urbana	0	65	65
	Municipal	Rural	1.813	1.213	3.026
		Urbana	988	1.019	2.007
	Subtotal:		2.801	2.232	5.033
	Particular	Urbana	295	185	480
Total:			3.096	2.482	5.578
TOTAL MICRO II			14.679	12.435	27.114
BARREIRA	Municipal	Rural	845	567	1.412
		Urbana	1.080	1.283	2.363
	Subtotal:		1.925	1.850	3.775
	Particular	Urbana	178	92	270
Total:			2.103	1.942	4.045
OCARA	Municipal	Rural	1.262	831	2.093
		Urbana	1.264	1.516	2.780
	Subtotal:		2.526	2.347	4.873
	Particular	Urbana	57	19	76
Total:			2.583	2.366	4.949
TOTAL MICRO III			4686	4308	8994
TOTAL TERRITORIO BATURITÉ			24970	21527	46497

Fonte: SEDUC, 2009.

Na distribuição das matrículas do fundamental I, se observa que, a partir da soma da rede municipal com a rede particular, a maioria dos estudantes se concentra nas escolas urbanas. Esta diferença é notória no micro II, onde o número de matrículas nas zonas urbanas das redes municipal e particular é de 7.750, superando os inscritos nas escolas do âmbito rural.

Na Tabela 17 sobre Ensino Fundamental, observa-se que mais de 50% da matrícula se concentra no Fundamental I, gerando uma distância significativa em

relação ao Fundamental II. No Microterritório II, a matrícula do fundamental I representa 54,13% do total desse microterritório. O Microterritório I tem 53,95% das matrículas no 1º ao 5º ano e o Microterritório III 52,10%. Segundo o relato dos comitês, essa diferença ocorre devido ao ingresso prematuro das crianças no mercado de trabalho.

Foi destacado pelos participantes dos comitês o benefício e incentivo que representa para os municípios o programa do UNICEF, “Município Aprovado”. A grande maioria dos municípios do Maciço de Baturité encontram-se aderidos a esse programa, que é uma estratégia de mobilização e desenvolvimento de capacidades com forte participação das comunidades, assim como os estudantes, em torno das metas e compromissos assumidos no Pacto Nacional por “Um mundo para as crianças e adolescentes do Semiárido”.

O Selo UNICEF acompanha e certifica a gestão municipal, proporcionando visibilidade nacional e internacional aos municípios aprovados, ou seja, àqueles que garantem melhores resultados na implantação de políticas públicas destinadas à infância e à adolescência.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, verifica-se que, no ano de 2009, a grande maioria dos municípios possuíam um índice similar a 3,4 ou mais pontos, aproximando-se da média do Estado do Ceará que em 2009 foi de 4,4. As projeções para os anos seguintes são otimistas calculando para o município de Pacoti, por exemplo, uma pontuação de 6 nas séries finais.

Tabela 18 - IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – MicroTerritório I – Maciço de Baturité.

Nome do Município	Ensino Fundamental	IDEB	IDEB	IDEB	Projeções					
		2005 (N x P)	2007 (N x P)	2009 (N x P)	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ARATUBA	Anos Iniciais	3,2	4,0	3,9	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
	Anos Finais	3,3	3,9	4,0	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,3
GUARAMIRANGA	Anos Iniciais	-	3,6	4,5	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5
	Anos Finais	3,1	4,2	4,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1
MULUNGU	Anos Iniciais	2,5	3,1	3,8	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
	Anos Finais	2,5	2,9	3,7	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,5
PACOTI	Anos Iniciais	3,1	3,5	3,7	3,9	4,2	4,4	4,7	5,0	5,3
	Anos Finais	-	4,3	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
PALMACIA	Anos Iniciais	3,3	3,1	3,4	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	Anos Finais	2,8	2,8	3,6	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8

Fonte: INEP – MEC 2009.

Tanto no micro II como no micro I observa-se que no ano de 2009 os valores foram, em sua grande maioria, iguais ou maiores a 3,1 pontos aproximando-se da média estadual já mencionada. Para o ano 2015 se espera que quase todos os municípios hajam alcançado 4 ou mais pontos, mais nenhum chega em 2021 ao índice 6, que é o mínimo ideal. Destaca-se o Município de Acarape que no ano 2009 alcançou, nos anos iniciais, a mesma média estadual, aproximando-se nas projeções ao ponto ideal.

Tabela 19 - IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – MicroTerritório II – Maciço de Baturité

Nome do Município	Ensino Fundamental	IDEB	IDEB	IDEB	Projeções					
		2005 (N x P)	2007 (N x P)	2009 (N x P)	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ACARAPE	Anos Iniciais	2,6	3,0	4,4	3,6	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
	Anos Finais	2,8	2,7	3,3	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,8
ARACOIBA	Anos Iniciais	2,7	3,3	3,6	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
	Anos Finais	3,5	4,3	3,3	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5
BATURITÉ	Anos Iniciais	2,5	3,0	3,5	3,3	3,5	3,8	4,1	4,5	4,8
	Anos Finais	2,7	3,3	3,1	3,2	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
CAPISTRANO	Anos Iniciais	3,3	3,2	3,4	4,2	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	Anos Finais	2,9	3,0	3,5	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	4,9
ITAPIUNA	Anos Iniciais	3,0	3,3	3,6	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
	Anos Finais	2,9	2,8	3,3	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7	5,0
REDENÇÃO	Anos Iniciais	3,2	3,3	4,3	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
	Anos Finais	3,0	3,5	4,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0

Fonte: INEP – MEC 2009.

Para o micro III, calcula-se que alcançará um maior rendimento, chegando aos 4 pontos no ano 2015, tanto na série de anos iniciais como nos anos finais. Mas se estabelecemos uma comparação com a média do Estado do Ceará em 2009 (4,4), os valores desse mesmo ano no micro III encontram-se em inferioridade, mostrando um baixo rendimento.

Tabela 20 - IDEB observado em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal – MicroTerritório III Maciço de Baturité.

Nome do Município	Ensino Fundamental	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	Projeções					
		(N x P)	(N x P)	(N x P)	2011	2013	2015	2017	2019	2021
BARREIRA	Anos Iniciais	2,6	3,2	3,5	3,4	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
	Anos Finais	2,7	3,2	3,7	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,7
OCARA	Anos Iniciais	2,8	2,7	3,6	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
	Anos Finais	2,9	3,0	3,9	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9

Fonte: INEP – MEC 2009

Outro fator preponderante que está muito ligado aos resultados do desempenho escolar dos alunos é a qualificação do corpo docente em sala de aula. A esse respeito, é importante destacar as considerações sobre a legislação promulgada desde 2002 a este respeito, que afirma que a partir do ano de 2004, o professor em sala de aula deveria ter licenciatura ou graduação plena, com exceção daqueles que trabalham na Educação Infantil e nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental, que podem ter como formação mínima o curso de magistério completo.

A situação deste requisito essencial no Território Baturité se apresenta, segundo Micro-territórios, tendo como ano base 2008, da seguinte forma:

- O micro-território I possui um total de 485 professores, dentre eles 0,2% possui fundamental completo; 25,36% possui ensino médio completo e 74,43% possuem ensino superior com licenciatura.

Tabela 21 – Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Microterritório I Maciço Baturité

Município	Total	Fundamental		Médio		Superior	
		Incompleto	Completo	Magistério completo	Outra formação completa	Licenciatura completa	Completo sem licenciatura
Palmácia	94	-	-	10	6	78	-
Pacoti	110	-	-	6	15	89	-
Guaramiranga	56	-	-	5	8	43	-
Mulungu	86	-	-	15	8	63	-
Aratuba	139	-	1	12	38	88	-
TOTAL MICRO I	485	-	1	48	75	361	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009. SEDUC

O micro-território II possui um total de 1071 professores, dentre eles 0,18% possui fundamental completo; 33,23% possui ensino médio completo e 66,57% possuem ensino superior com licenciatura.

Tabela 22 – Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Microterritório II Maciço Baturité

Município	Total	Fundamental		Médio		Superior	
		Incompleto	Completo	Magistério completo	Outra formação completa	Licenciatura completa	Completo sem licenciatura
Baturité	237	-	-	77	28	132	-
Itapiúna	176	-	-	63	49	64	-
Capistrano	118	-	2	10	4	102	-
Aracoiaba	262	-	-	19	61	182	-
Redenção	182	-	-	10	5	167	-
Acarape	96	-	-	20	10	66	-
TOTAL MICRO II	1071	-	2	199	157	713	-

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009. SEDUC

O micro-território III possui um total de 365 professores, dentre eles 0,27% possui fundamental completo; 26,30% possui ensino médio completo e 73,42% possuem ensino superior com licenciatura.

Tabela 23 – Nível de Escolaridade dos Professores do Ensino Fundamental do Micro território III Maciço Baturité

Município	Total	Fundamental		Médio		Superior	
		Incompleto	Completo	Magistério completo	Outra formação completa	Licenciatura completa	Completo sem licenciatura
Barreira	180	-	1	15	28	136	-
Ocara	185	-	-	36	17	132	-
TOTAL	365	-	1	51	45	268	-
MICRO III							

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009. SEDUC

As informações que aqui estão apresentadas são referentes ao período de 2008 e ao Ensino Fundamental, e revelam que a maior parte dos professores tem formação superior, porém, ainda existe um número relativo a profissionais com ensino médio completo, na modalidade magistério. Os integrantes dos comitês ressaltaram a necessidade de ampliação da formação superior dos profissionais da educação voltada para o campo, com intuito de que seja trabalhada a “pedagogia do campo” e fizeram sugestões quanto a instalação de EFAs (Escola Família Agrícola).

8.2.3 Ensino Médio

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é prioridade dos Estados a oferta do Ensino Médio. Nos últimos anos, foi registrado um crescimento da matrícula deste nível de ensino na rede estadual cearense, o que pode ser comprovado por meio dos Censos Escolares realizados entre 2003 e 2006.

Um levantamento da Célula de Avaliação Institucional (Ceavi), da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc), mostra que a expansão é da ordem de 12,4%. Os estudos apontam dois fatores como decisivos nesse processo: o aumento da demanda em função do processo de universalização do ensino fundamental e a maior valorização do ensino médio no mercado de trabalho.

Com o acesso garantido, o desafio da Seduc e de suas escolas é a permanência desses alunos nas unidades de ensino e a conclusão da educação básica com sólida formação geral, ampliando a participação popular. Para isso, é preciso assegurar uma escola de qualidade aos alunos que concluem o ensino fundamental. Nessa

perspectiva, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc) apóia ações voltadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

A matrícula total do ensino médio no Maciço de Baturité é de 10.891 e estão concentradas na categoria médio e nas zonas urbanas. Por ser prioridade da rede estadual, quase a totalidade de estudantes estão matriculados nessa rede. Quanto a rede particular, ela está concentrada na zona urbana, representando uma pequena quantidade de matrículas em relação ao total do Território.

A categoria Integrada à Educação Profissional (EP) representa somente 2% do total de matrículas e estão localizadas somente no Micro II na zona urbana, o que revela a necessidade em incrementar o número de matrículas nessa categoria.

As matrículas na zona rural representam somente 3,65% no total, totalizando 395 estudantes no MicroTerritório II. A partir dessa constatação, para a formulação de projetos nesse setor, seria necessária uma avaliação da capacidade da infra-estrutura dessas escolas, que recebem o público oriundo da zona rural, além do urbano onde elas se localizam e da qualidade do transporte escolar oferecido aos estudantes.

Tabela 24: Ensino Médio - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
ARATUBA	Estadual	Urbana	714	0	0	714
	Subtotal:		714	0	0	714
GUARAMIRANGA	Estadual	Urbana	218	0	0	218
Total:			218	0	0	218
MULUNGU	Estadual	Urbana	282	0	0	282
Total:			282	0	0	282
PACOTI	Estadual	Urbana	522	0	0	522
Total:			522	0	0	522
PALMACIA	Estadual	Urbana	551	0	0	551
Total:			551	0	0	551
TOTAL MICRO I			2.287	0	0	2.287
ACARAPE	Estadual	Urbana	303	0	0	303
Total:			303	0	0	303
ARACOIABA	Estadual	Rural	395	0	0	395
		Urbana	783	0	0	783
			1.178	0	0	1.178
Total:			1.178	0	0	1.178
BATURITE	Estadual	Urbana	1.307	0	0	1.307
		Urbana	135	0	0	135
	Subtotal:		135	0	0	135

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
Total:			1.442	0	0	1.442
CAPISTRANO	Estadual	Urbana	991	0	0	991
Total:			991	0	0	991
ITAPIUNA	Estadual	Urbana	968	0	0	968
Total:			968	0	0	968
REDENCAO	Estadual	Urbana	1.137	218	0	1.355
	Particular	Urbana	70	0	0	70
Total:			1.207	218	0	1.425
TOTAL MICRO II			6089	218	0	6307
BARREIRA	Estadual	Urbana	986	0	0	986
	Particular	Urbana	18	0	0	18
Total:			1.004	0	0	1.004
OCARA	Estadual	Urbana	1.293	0	0	1.293
Total:			1.293	0	0	1.293
TOTAL MICRO III			2297	0	0	2297
TOTAL TERRITORIO BATURITÉ			10673	218	0	10891

Fonte: SEDUC, 2009.

Outro dado muito importante é a diferença entre as matrículas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio: o total daquele primeiro nível do Território de Baturité é de 46.497 estudantes, representando 64,28% das matrículas e no Ensino Médio, 10.891 alunos, com somente 15,05% do total. Isso revela que muitos daqueles que terminam o nível fundamental não seguem o Ensino Básico, o que revela que se faz necessário a elaboração de projetos de motivação e incentivo à continuação da formação no Ensino Médio.

Segundo relato dos comitês, a absorção dos jovens pelo mercado de trabalho informal, migração, gravidez na adolescência, uso de drogas, etc. são exemplos das causas dessa descontinuidade da Educação Básica. Outra hipótese sobre a diferença de matrículas pode ser sua concentração nas zonas urbanas, o que dificulta o acesso dos estudantes às escolas.

8.2.4 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é

freqüente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância). No início dos anos 90, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial.

No Brasil, o campo consolidou-se com influência das idéias do educador Paulo Freire e em forte relação com o movimento de educação popular. O segmento é regulamentado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da educação (a LDB, ou lei nº. 9394 de 20 de Dezembro de 1996). É um dos segmentos da Educação Básica que recebem repasse de verbas do Fundeb.

Em todo o Estado, 26 Centros de Educação de Jovens e Adultos dão oportunidade de voltar a estudar a quem não concluiu sua escolaridade em idade própria. Conforme a SEDUC, a Educação de Jovens e Adultos tem um papel fundamental no contexto da formação permanente do ser humano. Formar cidadãos participativos, respeitando as pluralidades e diversidades culturais, num processo contínuo de recuperação na deficiência de escolaridade, é o grande desafio da política educacional cearense.

No Território Maciço de Baturité, as matrículas na modalidade Educação de Jovens e Adultos totalizam 3.676 estudantes, dentre os quais 2.294 são presenciais e 692, semipresenciais. Elas estão concentradas na rede municipal, com exceção do município de Baturité, onde sua maioria está sob atendimento estadual. É possível identificar que, em relação a Tabela 25, elas se concentram na modalidade presencial na zona urbana, com 53,57% de matrículas nessa mesma zona de moradia.

Tabela 25: Educação de Jovens e Adultos- Número de matrículas em presencial e semi-presencial por dependência administrativa e zona de moradia.

Município	Rede	Zona	E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
ARATUBA	Estadual	Rural	38	0	0	38
	Subtotal:		38	0	0	38
	Municipal	Rural	50	0	0	50
		Urbana	44	0	0	44
	Subtotal:		94	0	0	94
Total:			132	0	0	132
GUARAMIRANGA	Municipal	Urbana	48	0	0	48

Município	Rede	Zona	E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
	Subtotal:		48	0	0	48
			48	0	0	48
MULUNGU	Municipal	Rural	42	0	0	42
		Urbana	39	0	0	39
			81	0	0	81
PACOTI	Municipal	Rural	101	0	0	101
		Urbana	90	0	0	90
	Subtotal:		191	0	0	191
Total:			191	0	0	191
PALMACIA	Municipal	Rural	86	0	0	86
		Urbana	31	0	0	31
	Subtotal:		117	0	0	117
	Particular	Urbana	0	0	0	0
Total:			117	0	0	117
TOTAL MICRO I			569	0	0	569
ACARAPE	Municipal	Rural	48	15	0	63
		Urbana	94	17	0	111
Total:			142	32	0	174
ARACOIABA	Municipal	Rural	488	0	0	488
		Urbana	97	0	0	97
Total:			585	0	0	585
BATURITE	Estadual	Urbana	252	583	0	835
	Municipal	Rural	20	0	0	20
		Urbana	13	0	0	13
	Subtotal:		33	0	0	33
Total:			285	583	0	868
CAPISTRANO	Estadual	Urbana	0	0	0	0
	Municipal	Rural	557	77	0	634
		Urbana	229	0	0	229
	Subtotal:		786	77	0	863
Total:			786	77	0	863
ITAPIUNA	Municipal	Rural	35	0	0	35
		Urbana	152	0	0	152
Total:			187	0	0	187
REDENCAO	Municipal	Rural	113	0	0	113
		Urbana	101	0	0	101
Total:			214	0	0	214
TOTAL MICRO II			2199	692	0	2891
BARREIRA	Municipal	Urbana	108	0	0	108

Município	Rede	Zona	E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
Total:			108	0	0	108
OCARA	Municipal	Rural	37	0	0	37
		Urbana	71	0	0	71
Total:			108	0	0	108
TOTAL MICRO III			216	0	0	216
TOTAL TERRITÓRIO BATURITÉ			2984	692	0	3676

Fonte: SEDUC, 2009.

Deve ser observado que na EJA no Território Maciço de Baturité não existe matrícula dessa modalidade Integrada à Educação Profissional (EP). Diante desses números reduzidos quanto à Integrada à EP, seria necessário, portanto, investir na estruturação dessa categoria na EJA, para que esses jovens e adultos que não tiveram a oportunidade da formação básica na faixa etária ideal possam também ter a opção de acesso a uma educação profissionalizante.

Segundo o depoimento de integrantes dos comitês, a EJA deveria estar articulada com os pontos de cultura, utilizando metodologias que vinculem a vida cotidiana dos alunos, as necessidades de cada comunidade e os saberes populares locais, além de criar espaços de aprendizagem ligados ao artesanato e às novas tecnologias.

8.2.5 Ensino Superior

Quanto ao ensino superior, o território do Baturité conta em Aracoiaba com a UVA-Universidade Vale do Acaraú, e UAB- Universidade Aberta do Brasil. E em Baturité com o IFCE- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Nos municípios de Aracoiaba, Palmácia e Pacajus existe um pólo da Universidade Federal do Ceará; e em Redenção, encontra-se a UNILAB Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira. O projeto da Unilab visa integrar países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Tem o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico, fomentar pesquisas e ministrar ensino superior público em países como Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal,

São Tomé e Príncipe, Timor Leste e até Macau, região administrativa especial da China.

A UECE conta no município de Pacoti com um Campus Experimental de Educação Ambiental e Ecologia.

8.3 Infraestrutura educacional

A infraestrutura educacional é muito importante na hora de oferecer aos estudantes uma educação de qualidade que está vinculada aos aspectos físico materiais, mas também contém aspectos qualitativos e imateriais. As tabelas 21 e 22 apresentam os dados sobre o número de escolas agrupadas por dependência administrativa e zona de moradia, onde consta a quantidade de bibliotecas, laboratórios de informática e ciências, assim como também quadra de esportes.

Com relação à merenda escolar, por exemplo, todas as escolas públicas do Território Maciço de Baturité são contempladas. Os cardápios devem ser elaborados por nutricionistas, com o auxílio do Conselho da Merenda Escolar (CAE) para a aquisição da merenda. Existe um só cardápio para todas as escolas, mas varia de acordo com o nível de ensino e da necessidade de cada comunidade. Diversos produtos são adotados, dentre industrializados e provenientes da agricultura familiar (esta fonte obedece a um mínimo de 30%, como é defendido legalmente). Existe a necessidade de construção de refeitórios nas escolas do Território, para que os estudantes tenham um local apropriado para se alimentar.

A maior quantidade de escolas encontra-se nas zonas rurais e a rede particular conta só com 26 escolas, representando 10,15%, que se localizam nas zonas urbanas.

Comparando com a tabela 13 da matrícula de ensino fundamental encontramos uma oposição: a grande maioria das matrículas se encontra nas zonas urbanas e o maior número de escolas, nas zonas rurais. Neste sentido, é necessária uma avaliação em relação à capacidade das escolas urbanas, que parecem abrigar um grande número de alunos, e se essa locomoção dos estudantes é viável para a comunidade.

Segundo relatos nos comitês, existe um grande número de escolas, mas elas são normalmente pequenas e comportam um número reduzido de estudantes. Já as escolas urbanas funcionam também à noite, por isso o número mais elevado de matrículas.

O maior número de escolas se encontra nas zonas rurais da rede municipal, mas apresentam escassez de equipamentos socioeducativos e culturais. Dos equipamentos contemplados na pesquisa revelada na tabela, aquele que é mais escasso nas escolas é o laboratório de ciências, seguido da quadra de esporte, do laboratório de informática e da biblioteca, sendo esta a mais freqüente nas escolas.

Tabela 26- Ensino Fundamental (Número de escolas com biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
ARATUBA	Estadual	Rural	1	1	1	0	0	1
	Municipal	Rural	7	6	7	0	7	7
		Urbana	1	1	1	0	1	1
	Subtotal:		8	7	8	0	8	8
Total:			9	8	9	0	8	9
GUARAMIRANGA	Estadual	Urbana	1	0	1	1	0	1
	Municipal	Rural	5	0	1	0	0	5
		Urbana	2	2	2	0	1	2
	Subtotal:		7	2	3	0	1	7
	Privada	Urbana	1	1	0	0	0	0
Total:			9	3	4	1	1	8
MULUNGU	Municipal	Rural	12	1	1	0	1	12
		Urbana	1	1	1	0	1	1
	Subtotal:		13	2	2	0	2	13
	Privada	Urbana	2	0	2	0	1	0
Total:			15	2	4	0	3	13
PACOTI	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	8	1	6	0	4	8
		Urbana	1	1	1	0	1	1
	Subtotal:		9	2	7	0	5	9
	Privada	Urbana	2	2	1	2	1	1
Total:			12	5	9	3	7	11
PALMACIA	Municipal	Rural	11	3	2	0	2	11
		Urbana	3	3	1	0	2	3
	Subtotal:		14	6	3	0	4	14
	Privada	Urbana	2	2	1	1	1	0
Total:			16	8	4	1	5	14
TOTAL MICRO I			61	26	30	5	24	55
ITAPIUNA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	10	4	2	0	3	10
		Urbana	4	3	1	0	2	4
	Subtotal:		14	7	3	0	5	14
	Privada	Urbana	2	2	1	0	0	0

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
Total:			17	10	5	1	6	15
REDENCAO	Estadual	Urbana	2	2	1	1	0	2
	Municipal	Rural	23	10	10	0	0	23
		Urbana	3	1	3	0	1	3
	Subtotal:		26	11	13	0	1	26
	Privada	Urbana	3	3	2	1	2	1
Total:			31	16	16	2	3	29
BATURITE	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	1
	Municipal	Rural	17	3	1	0	1	17
		Urbana	14	1	0	0	2	14
	Subtotal:		31	4	1	0	3	31
	Privada	Urbana	7	5	5	3	6	0
Total:			39	10	7	3	9	32
CAPISTRANO	Municipal	Rural	9	7	0	0	4	9
		Urbana	3	3	2	0	0	3
	Subtotal:		12	10	2	0	4	12
	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	0
Total:			13	10	2	0	4	12
ACARAPE	Estadual	Urbana	1	1	1	0	1	1
	Municipal	Rural	5	2	1	0	1	5
		Urbana	4	2	1	0	0	4
	Subtotal:		9	4	2	0	1	9
	Privada	Urbana	2	2	2	0	1	0
Total:			12	7	5	0	3	10
ARACOIABA	Municipal	Rural	33	9	7	0	3	33
		Urbana	5	5	5	0	3	5
	Subtotal:		38	14	12	0	6	38
	Privada	Urbana	1	1	1	0	0	0
Total:			39	15	13	0	6	38
MICRO II			151	68	48	6	31	136
BARREIRA	Municipal	Rural	13	1	1	1	2	13
		Urbana	7	3	0	0	4	7
	Subtotal:		20	4	1	1	6	20
	Privada	Urbana	2	2	1	0	1	1
Total:			22	6	2	1	7	21
OCARA	Municipal	Rural	14	6	4	0	2	14
		Urbana	7	5	5	0	3	7
	Subtotal:		21	11	9	0	5	21
	Privada	Urbana	1	1	0	0	1	0
Total:			22	12	9	0	6	21
MICRO III			44	18	12	1	13	42
TOTAL			256	112	90	12	68	233

Fonte: SEDUC, 2009.

Os comitês observaram, devido à carência de equipamentos, a necessidade de sua implementação, como os laboratórios, bibliotecas e quadra de esportes, entre outros, para que favoreça a melhora da qualidade da educação, oferecendo também maior acesso à cultura.

Quanto à infraestrutura, os informantes dos comitês relataram a importância da instalação de equipamentos adequados à Educação Especial, como banheiros, quadras de esporte, laboratórios adaptados, rampas, etc., bem como o uso de materiais pedagógicos que auxiliem os profissionais no atendimento a esse público e favoreça sua acessibilidade.

Quanto à infraestrutura do Ensino Médio, como é possível observar na tabela 23, a grande maioria das escolas está nas zonas urbanas.

Segundo informações dadas pelos comitês, a locomoção dos estudantes se dá muitas vezes de forma precária, com D-20 ou pau-de-arara, como são conhecidas, além existirem regiões de difícil acesso. Seria necessário efetivar o projeto “Caminho da Escola”, com a compra de ônibus escolar, com uma parceria entre município e estado.

Porém, segundo os comitês, seria também interessante a reestruturação de escolas na zona rural – principalmente no Ensino Médio – para que as pessoas tenham a opção de permanecer no seu local de origem. Além da importância da adoção das pedagogias populares do campo.

Tabela 27- Ensino Médio (Número de escolas com biblioteca, escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências) - por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
ARATUBA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
PALMACIA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
PACOTI	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
MULUNGU	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
GUARAMIRANGA	Estadual	Urbana	1	0	1	1	0	1
TOTAL MICRO I			5	4	5	5	3	5
ACARAPE	Estadual	Urbana	1	1	1	0	1	1

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
ARACOIABA	Estadual	Rural	1	1	1	0	1	1
		Urbana	1	1	1	1	0	1
Total:			2	2	2	1	1	2
BATURITE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
		Privada	2	2	2	1	2	0
Total:			3	3	3	2	3	1
CAPISTRANO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
ITAPIUNA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
REDENCAO	Estadual	Urbana	4	3	3	3	0	4
		Privada	1	1	1	1	1	1
Total:			5	4	4	4	1	5
TOTAL MICRO II			13	12	12	9	8	11
OCARA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
BARREIRA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
		Privada	1	1	0	0	0	0
Total:			2	2	1	1	1	1
TOTAL MICRO III			3	3	2	2	2	2
TOTAL TERRITORIO BATURITÉ			21	19	19	16	13	18

Fonte: SEDUC, 2009.

Todas as escolas de ensino médio, assim como as de ensino fundamental dependentes da rede pública, recebem merenda. Em relação a este ponto, os comitês expressaram que os produtos utilizados são comprados da agricultura familiar, mas que os mesmos nem sempre são orgânicos: os agrotóxicos estão presentes na grande maioria dos produtos. Já que o uso de venenos agrícolas prejudica a qualidade dos alimentos, seria interessante um trabalho de conscientização junto aos produtores, para que fosse possível o consumo de produtos orgânicos nas escolas públicas.

O cardápio da merenda é único e elaborado por uma nutricionista juntamente com o conselho escolar em cada município. É obrigatório, segundo lei, adquirir os produtos diretamente da agricultura familiar com 30 % do recurso, como polpas de fruta, verduras, leite, frango, doce de caju, mel, bolo, etc. Uma dificuldade que se observa em alguns municípios, este ano, é a insuficiência por parte da agricultor familiar na oferta para suprir a demanda escolar.

O Território Maciço de Baturité é beneficiado pelos seguintes programas do governo:

- Brasil Alfabetizado;
- Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA);
- Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares;
- Educação Ambiental;
- Escola Que Protege;
- Escola Aberta;
- Mais Educação;
- Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígena (Prolind);
- Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior (Uniafro);
- Programa Saúde na Escola;
- Acompanhamento da Frequência Escolar;
- Agenda Territorial de EJA;
- Escola Ativa;
- Projovem Campo - Saberes da Terra;
- Rede de Educação para a Diversidade;
- Educação indígena;
- Programa Educação em Direitos Humanos;
- Pro campo;
- Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena 6º Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea);
- Medalha Paulo Freire, que será entregue a um professor da UNILAB este ano;
- Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: é um requisito da Unicef que utilizá-lo como indicador;
- Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) Plano de Ações Articuladas (PAR);
- Programa Caminho da Escola: por todos os ônibus adquirido pelo município, o estado compra outro; os tipos de transporte têm que ser adaptados e justificados pelos caminhos;
- Programa Dinheiro Direto na Escola;

- Brasil Profissionalizado;
- Programas - Biblioteca da Escola.

8.4 Analfabetismo

No Ceará, os cinco municípios que apresentam os índices mais elevados de analfabetismo atingem quase a metade da população. Não será fácil reverter esses índices, uma vez que, desde a década de 1970, discute-se a erradicação do analfabetismo no País. Mesmo assim, nenhum programa governamental foi capaz de atingir este objetivo, pois para que isso aconteça os programas devem ser elaborados de acordo com a realidade de cada região ou mesmo do Estado.

Apesar da taxa de analfabetismo no Estado do Ceará ter diminuído 33,20% na década passada, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em 13,6% neste período. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania.

A educação quando não recebe atenção necessária, incluindo investimentos financeiros, capacitação de professores e estrutura das escolas, ocorre uma conseqüência bastante visível: a ineficácia do ensino, e como resultados desta circunstância, os jovens concluem o Ensino Médio sem os conhecimentos exigidos de leitura e escrita, ou seja, saem da escola semi-analfabetos e sem perspectivas de um futuro promissor, com emprego e rendas garantidos, já que eles não possuem as condições básicas de aprendizado, não podem se qualificar para assumir um posto de trabalho.

A Tabela 28 mostra a taxa de analfabetismo da população do estado do Ceará por gênero e zona de moradia no ano de 2008.

Tabela 28 - Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia

Grupos de Idade	Taxa de Analfabetismo (%)				
	2008				
	Total	Situação do Domicílio		Sexo	
		Urbana	Rural	Homens	Mulheres
7 a 14 anos	12,5	9,8	19,8	14,5	10,4
15 a 19 anos	3,9	3,0	6,6	5,8	1,9
20 anos ou mais	19,1	15,0	33,5	21,7	16,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2003/2008.

9 ASPECTOS CULTURAIS

Os aspetos culturais são refletidos nos patrimônios materiais, como construções de cunho histórico e outras que retratam a identidade cultural da população local; além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia, etc.

É possível notar que em alguns municípios este tipo de patrimônio é mais valorizado que em outros. Daí a importância de haver um investimento com o intuito de diminuir essa desigualdade.

O território conta com diversas manifestações culturais, dentre as quais destacamos as que são comuns a todos os municípios, como a comemoração do dia do padroeiro ou da padroeira, santo da igreja católica, que figura dentre os principais eventos. Revela a influência da cultura cristã iniciada desde a época da ocupação desses territórios. Muitos municípios também organizam festas no aniversário de sua fundação e as destacam no seu calendário de eventos.

Na grande maioria dos municípios também são comuns as festas de vaquejada, que agregam pessoas dos arredores com apresentações musicais, comidas e bebidas. Estes eventos retratam o desenvolvimento da pecuária bovina e a cultura que se manifestou a partir daí. Muitas pessoas criticam, porém, essa atividade por conta da agressão aos animais.

Outra festa bastante popular não só no Território do Baturité, mas em todo o Ceará e nordeste brasileiro são as festas juninas. No mês de junho, festejando Santo Antonio, São Pedro e São João, são organizadas as quadrilhas, que são grupos de dança típicos do período em que as pessoas vestem-se com roupas coloridas, ao som do arrasta-pé, xote e baião, que são os ritmos tradicionais, além das comidas típicas, como milho e seus derivados (pamonha, canjica, mungunzá), bolos (batata-doce, milho, pé-de-moleque), baião-de-dois e paçoca, aluá.

Durante a Semana Santa, ou Páscoa, são realizados festejos típicos do período, como a malhação do Judas, quando um boneco de pano, papel e folhagens é feito e representará Judas (ou outro personagem de má popularidade da época). Então, no chamado sábado de aleluia na Semana Santa, o boneco é açoitado e, finalmente, queimado.

Uma importante fonte de renda do Território é o turismo, com um grande potencial, mais que ainda precisa ser mais bem explorado. Maciço de Baturité possui uma APA (Área de Proteção Ambiental) nos remanescentes de Mata Atlântica, trilhas, cachoeiras, áreas propícias para prática de esportes de aventura e um grande acervo cultural espalhado pelas cidades como museus, monumentos e edificações centenárias.

Guaramiranga, Pacoti e Baturité cultivam uma ampla tradição turística. Este último, além dos seus encantos, e da intensa vida cultural, tinha ainda a facilidade da viagem por trem que desde 1882 dava acesso ao Município. Os demais municípios da Região, porém, mantiveram-se à margem desse processo turístico.

As potencialidades turísticas do Maciço são inúmeras, dentre elas: o clima ameno e o relevo da serra, a hidrografia, a fauna e a flora diversificada, o contraste entre a serra e o sertão, possibilitando o turismo de aventura. À natureza, se junta uma rede de cidades, com toda uma tradição histórica, a exemplo de Baturité. A arquitetura característica, urbana e rural (casarões, sítios e fazendas, igrejas e conventos), o artesanato, a peculiaridade da manufatura, com sua produção tradicional, os marcos e monumentos históricos, a agricultura (café, cana-de-açúcar, frutas, flores e hortaliças), os resquícios da cultura indígena e as manifestações populares constituem os atrativos culturais do Maciço, sem falar no calendário de eventos variados.

No Micro-Território I, em Aratuba, destacam-se os prédios de arquitetura antiga da Igreja Matriz de São Francisco de Paula (datada de 1888), Casa do Capitão José Antônio Pereira (datada de 1829).

Guaramiranga é conhecida também por “cidade das flores” por conta da tradição do cultivo de rosas no Maciço de Baturité. Em agosto ocorre o Festival das Flores que faz parte do calendário oficial e permanente. De caráter mais gastronômico, estão os festivais de vinho, de Fondue e Festival de Gastronomia de Guaramiranga em outubro. O Teatro Municipal Rachel de Queiroz, localizado na Rua Joaquim Alves Nogueira deste município, foi inaugurado no ano de 1999 e tem capacidade para 400 pessoas. O Teatro sedia espetáculos artísticos, reuniões e grandes eventos. A Associação dos Amigos da Arte em Guaramiranga, como exemplo de grupo de expressão cultural, realiza projetos relacionados ao tema (música, teatro, dentre outros).

A cidade também sedia o Festival Nordestino de Teatro Amador em setembro, que reúne também grupos internacionais e movimenta a cidade com peças de teatro, esquetes e apresentações musicais.

Em Pacoti existe, em outubro, a Festa da Banana e exemplos de patrimônio material em arquitetura antiga como a Igreja da Nossa Senhora da Conceição (1680), Arco do Triunfo (1953).

No Microterritório II, em Acarape, funciona um pequeno teatro no salão paroquial Cel. Juvenal de Carvalho, com peças teatrais e musicais.

Em Baturité, neste mesmo Microterritório, a feira livre sempre realizada aos sábados também já é um marco cultural na cidade e reúne feirantes da cidade e de regiões vizinhas. Espalhados pela cidade, principalmente pela região central, encontram-se casarões em estilo colonial construídos em meados do século XIX, época da fartura do café, alguns poucos tombados. Estátuas e bustos de baturiteenses notórios, como Ananias Arruda e Valdemar Falcão, estão expostos em praças que levam seus nomes. A influência da igreja católica na cultura da cidade é bastante expressiva. O monumento erguido à Nossa Senhora de Fátima, trazido de Portugal, pode ser visto de praticamente toda a cidade e muitos se aventuram em chegar lá vencendo seu acesso que possui 365 degraus. A bicentenária igreja de Nossa Senhora da Palma, construída em 1762 no estilo bizantino com predominação no Barroco, é a única nesse estilo no Brasil e já serviu como depósito de pólvora na época da Confederação do Equador.

Como exemplos deles estão a Igreja Matriz; o Prédio da Cultura (hoje a sede da Sec. de Saúde); Pelourinho (marco da fundação da cidade); Palácio Entre Rios (antiga cadeia municipal e hoje sede da Prefeitura); Museu Comendador Ananias Arruda; Estrada de Ferro juntamente com a Estação Ferroviária (onde expõe obras de Olavo Dutra Alencar); Via Sacra Pública de Baturité (com 365 degraus); Imagem de Nossa Senhora de Fátima (exposta no alto do morro da Via Sacra, a maior Imagem da Santa no mundo); Igreja de Santa Luzia (inaugurada em 1879); Antiga Escola Apostólica dos Jesuítas (hoje transformado em um hotel, lembra um castelo medieval); Mirante do Cruzeiro (magnífica obra de uma Cruz com 25m de altura sobre uma montanha. Monumento recém inaugurado).

Em Itapiúna, são exemplos de patrimônio material em Arquitetura Antiga: Igreja-Matriz Nossa Senhora da Conceição, Paredão e Monumento de São Francisco, Casarões dos Bezerra Campelo e Francisco Horácio.

Em Redenção encontra-se o Museu Senzala Negro Liberto, já que esta foi a primeira cidade do Brasil a abolir a escravatura em 1º de janeiro de 1883. Existe um Centro de Lazer Centro Comunitário, localizado no Centro Comunitário, na sede do

município. Os arredores da sede do município com belas paisagens naturais, casas da época colonial, com senzalas, pelourinhos, e engenhos de cana-de-açúcar.

Outras atividades culturais de Redenção são organizadas pelo Grupo Folclórico 25 de Março e a Banda de Música Dr. José Alberto Mendonça de Sousa. Assim como Campeonato Esportivo do Maciço de Baturité e a Fest Rock no distrito de Antônio Diogo em dezembro fazem parte do calendário do município.

O Fest Rock também ocorre em Barreira, no Microterritório III, considerado o maior festival *underground* do interior do Ceará. O município de Ocara, neste mesmo Microterritório, é atendido pelo Projeto “A cor da cultura”, um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre Canal Futura, CIDAN, SEPPIR, MEC, Fundação Palmares, Petrobras e TV Globo.

Em Ocara, também no Micro III, um dos símbolos gastronômicos é a melancia, por conta de sua produção. Neste mesmo município, é conhecida a festa das almas, de cunho religioso, quando as pessoas seguem em procissão em atitude solene até o cemitério da cidade e retornam a ela em atitude profana e jocosa, com música, festa e bebidas. A festa pode ter a duração de dois dias, 1 e 2 de novembro, dia de Finados.

Sobre a infraestrutura relacionada a cultura, algumas observações podem ser feitas a partir da tabela abaixo com os números referentes à Bibliotecas Públicas Municipais, os teatros, os museus, as bandas de música registradas pelo governo estadual e, dentre estas, as bandas que foram contempladas pelo projeto estadual chamado “Pró-Bandas”, de incentivo à expressão musical.

Ao relacionarmos o quadro a outros Territórios, é possível observar um bom número de museus espalhados nos municípios, porém, os teatros concentram-se somente em Guaramiranga e Pacoti.

Tabela 29: Bibliotecas Públicas Municipais, Teatros, Museus, Banda Música e Bandas de Música do Projeto Pró-Bandas

Municípios	Bibliotecas Públicas Municipais	Teatros	Museus	Bandas de Música	Bandas de Música do Projeto Pró-Bandas
Acarape	1	-	1	1	-
Aracoiaba	1	-	-	1	-
Aratuba	1	-	-	1	-
Barreira	1	-	-	1	-
Baturité	1	-	1	1	-
Capistrano	1	-	1	1	-
Guaramiranga	1	2	-	1	-
Itapiúna	1	-	1	1	-
Mulungu	1	-	-	1	-
Ocara	1	-	1	1	-
Pacoti	1	1	-	1	-
Palmácia	1	-	-	1	-
Redenção	1	-	2	1	-

Fonte: Secretaria da Cultura (SECULT) 2009.

Segundo relato dos comitês existe grupos de teatro independentes, que não possuem uma estrutura formal e oficial, mas oferecem peças em diferentes espaços que não estão registradas.

Quanto às Bibliotecas Públicas Municipais, os números são bem parecidos, indicando um investimento do governo de forma homogênea nos municípios do Território do Baturité nesse setor.

Diante desses dados, faz-se necessário o desenvolvimento de projetos no sentido de fundar equipamentos destinados a sua difusão em todos os municípios do território, para que a manifestação da cultura local, além de projetos para grupos de expressão que contemplem todos os integrantes do território e não se concentre em determinados núcleos.

Os eventos culturais, festivos e religiosos transcorrem em todos os meses do ano, é comum a todos os municípios as festas em honra de seus padroeiros. Também o Carnaval, em fevereiro e março, e as Festas Juninas, em junho, com festival de quadrilhas, acontecem em todos os municípios, em maior ou menor grau de intensidade, atraindo um público local ou até mesmo regional.

10 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de Ações pontuais de Promoção à saúde e combate a hipertensão 2. Manutenção das ações intersetoriais entre as Secretarias de Obras, educação e Saúde no combate a Dengue 3. Intensificação das ações preventivas da Dengue pelos Agentes Sanitaristas e ACS's 4. Realização de Busca Ativa de Tuberculose 5. Atuação do Conselho Tutelar nos casos de violência contra a criança 6. Monitoramento das morbidades através dos dados epidemiológicos e avaliação mensal das ações das equipes de saúde da família 7. Bom acompanhamento do Pré-Natal 8. Não se tem ocorrência de natimortos 9. Realização de ações educativas voltadas para adolescentes de forma intersetorial (educação e saúde) 10. Implantado PSE 11. Planejamento familiar desenvolvido de forma sistemática pela equipe de saúde de família 12. Acompanhamento de Puericultura 13. Equipes de Saúde quase todas completas 14. Presença de CAPS 15. Implantação do CEO 16. Existência do SAMU e UPA 17. Competência dos profissionais de saúde 18. O Monitoramento e análise da água é 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Baixa participação das instituições públicas municipais e regionais no processo de construção e afirmação da estratégia de desenvolvimento territorial 2. Insuficiente conhecimento e usufruto do potencial institucional público (a exemplo dos programas e ações da seguridade social) 3. Baixo índice de inclusão digital no território; 4. Evasão escolar, baixo índice de aprendizado e aprovação; 5. Desvalorização ou entrave na aceitação e participação nas ações e/ou eventos territoriais por parte de alguns gestores municipais; 6. Falta de assistência psicossocial para a faixa etária infanto-juvenil; 7. Fragilidade dos sistemas de garantia do direito da criança e do adolescente; 8. Migração da juventude para os grandes centros urbanos pela falta de oportunidade nas áreas de profissionalização e geração de renda; 9. Aumento de usuário de entorpecentes (ex: crack) inclusive na zona rural ; 10. Índice elevado de mortalidade relacionado ao aparelho circulatório: hipertensão, cardiopatia e diabetes; 11. Pouco trabalho voltado á prevenção de óbitos Dificuldade de Alimentar e Analisar rotineiramente o HIPERDIA; 12. Carência de transporte para agentes de endemias se deslocarem para a zona rural;

ANALISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

realizado pelo SISÁGUA

19. Capital humano do território e suas organizações de base (social - sindical e popular)
20. Existência de um significativo e diversificado conjunto de instituições e organizações, públicas e privadas, de base estadual, federal e sociedade civil;
21. Existência de vontade e compromisso político de uma razoável parcela desse conjunto com o processo de construção e afirmação da estratégia de desenvolvimento;
22. Edificações Centenárias: Igrejas, Mosteiros, Monumentos e residências;
23. Diversidade de manifestações populares(ex; Bumba-Meu-Boi, Capoeira, Reisado, Cordel, Dança Folclórica, Festejo Junino, Procissão, Artesanato, Pastoril, entre outros), e grupos de expressão de teatro alternativo, Pífanos ,Rabecas e Maracatu ;
24. Presença de Artistas Populares ,Sanfoneiros, repentistas, Cordelistas, Artesãos etc. ;
25. Turismo Ecológico por conta das temperaturas amenas e trilhas nas serras, além das festas organizadas por alguns municípios ,como festas religiosas, juninas e carnaval;
26. Pontos de cultura financiados pelo Estado em Redenção, Aracoiaba e Guaramiranga;
27. Centros ou espaços de manifestação cultural de grupos alternativos;
28. Cinema na praça, cine clube(Aratuba e Aracoiaba);
29. Criação da Estação Cultural em Acarape;
30. Existência de Rádios Comunitárias;
31. Existência de Jornal Regional em Aracoiaba e Baturité.

13. Baixa notificação de Dengue associada ao retorno do resultado dos exames laboratoriais;
14. Falta de interesse/ estigma da população na realização do exame de escarro (BAAR);
15. Deficiência na oferta de exame de HIV ao paciente com Tuberculose;
16. Elevado número de casos de Hanseníase;
17. Deficiência na busca ativa de Hanseníase;
18. Dificuldade na realização dos exames de Sífilis e demora do resultado;
19. Notificação de casos de violência contra a mulher;
20. Dificuldade na coleta de exames para Leishmaniose (Calazar);
21. Pouca quantidade de pediatras;
22. Alto número de partos cesáreos, proporcionando risco á gestante;
23. Baixa quantidade e sucateamento de equipamentos hospitalares;
24. Baixa qualidade dos serviços e atendimentos em saúde;
25. Não desenvolvimento pleno do potencial do PSE;
26. Grande Rotatividade de profissionais médicos;
27. Inexistência de Farmácia Popular;
28. Carência quanto à oferta dos serviços de saúde;
29. Atendimento insuficiente á demanda de assistência hospitalar e ambulatorial;
30. Deficiência no quadro de agentes comunitários de saúde;
31. Falta de sensibilização e conscientização da população de como lidar com a produção e destino do lixo;
32. Necessidade de formação continuada para os profissionais;
33. Falta de assistência psicossocial á faixa etária infanto-juvenil (CAPS);
34. Insuficiência na oferta de medicamentos alopáticos e fitoterápicos;
35. Ausência de laboratórios de análises clínicas para realização de biópsia;
36. Ausência de investimento de recursos públicos e privados na cultura regional;
37. Insuficiência na Assistência Técnica

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	
	<p>em Extensão Rural;</p> <p>38. Pouco diálogo estabelecido entre as esferas de Governo Federal e Estadual quando da implantação de políticas públicas em caráter mais articulado e complementar;</p> <p>39. Política de inclusão social no âmbito da seguridade social;</p> <p>40. Pouca atividade das Associações Comunitárias;</p> <p>41. Despreparo dos grupos culturais para captar recursos Estaduais e Federais;</p> <p>42. Degradação do Patrimônio Histórico e Cultural;</p> <p>43. Baixa divulgação das atividades culturais, mediante novas tecnologias (Internet e etc.)</p> <p>44. Falta de sensibilização e conscientização da população de como lidar com a produção do lixo.</p>
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>1. Diálogo estabelecido entre as esferas de governo federal e estadual quando da implantação de políticas públicas em caráter mais articulado e complementar;</p> <p>2. Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE); com destaque para o Programa de Articulação Regional (PAR);</p>	<p>1. Esvaziamento ou interrupção do programa de desenvolvimento territorial por parte do governo federal, estadual e municipal em face das eleições 2010;</p> <p>2. Insuficiência de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento das ações de saúde, educação e da cultura conforme demanda o território.</p> <p>3. O turismo e a valorização de algumas áreas do território pode levar à especulação imobiliária e à degradação ambiental, principalmente nas áreas serranas.</p>

Quadro 12: Análise Territorial do ambiente interno e externo da Dimensão Sociocultural Educacional.

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

Parte II b

DIMENSÃO AMBIENTAL

Aspectos Geoambientais
Aspectos Antrópicos

11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

O Território Maciço de Baturité é formado por 13 municípios: Palmácia, Pacoti, Guaramiranga, Mulungu, Redenção, Acarape, Barreira, Baturité, Aratuba, Aracoiaba, Ocara, Capistrano e Itapiúna. O Território sobressai-se na paisagem do Estado do Ceará por apresentar formações vegetais remanescentes de Mata Atlântica, em especial nas altitudes superiores a 200 metros. Demarcada como composição vegetal de relevância botânica e ecológica, as formações remanescentes são consideradas Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO. Sua manutenção em termos de solos, bem como de recursos hídricos da Vertente Oriental Úmida, faz-se fundamental, para garantir a não desertificação em um futuro não tão distante.

O Território Maciço de Baturité apresenta cotas altimétricas de aproximadamente 900 m de altitude, e em algumas áreas essas cotas são superiores a 1.000 m. As áreas mais elevadas, com vegetação característica de mata úmida, são consideradas oásis em pleno semiárido.

O Território possui ainda inúmeras trilhas ecológicas favorecidas pelo ecossistema que inclui flora e fauna bastante diversificadas. Em decorrência da necessidade de proteção desse patrimônio, criou-se a Área de Preservação Ambiental (APA) do Maciço de Baturité. A APA foi criada em 18 de setembro de 1990, pelo decreto estadual 20.956, ocupando uma área de 32.690 hectares. Um dos seus principais objetivos era a ampliação do nível de consciência ecológica da comunidade, que passou a valorizar as atividades agrícolas e pastoris, preservando o meio ambiente.

Ao longo dos cursos d'água, naturais ou artificiais, encontram-se as Áreas de Preservação Permanente,- APP's, definidas pelo Art. 2º da Lei Federal 4.771 (de 15/09/65 – Novo Código Florestal), modificadas pela Lei Federal 7.803 (de 18/07/89), que estabelece APP's em faixas marginais aos cursos d'água.

11.1 Unidades de conservação

Entende-se por unidades de conservação, o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e

limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Constituição Federal, 1988).

As unidades integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

As unidades de Proteção Integral é composta pelas seguintes categorias de unidades de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural, Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre.

As Unidades de Uso Sustentável apresentam as seguintes categorias de Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista – RESEX, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural - RPPN.

No território existem algumas unidades de conservação na categoria de Uso Sustentável, são elas: APA da Serra de Baturité, APA da serra de Pacoti, RPPN Serra da Pacavira, RPPN Sítio Palmeiras e Reserva Ecológica Particular Sítio Olho D'água.

A APA da Serra de Baturité é uma Unidade de Conservação Estadual instituída pelo decreto 20.956, de 18 de setembro de 1990, modificado pela lei 22.427, de 09 de março de 1993, e pelos decretos 24.958, de 05 de junho de 1998 e 27.290, de 15 de dezembro de 2003. Integram a APA os municípios que tiverem suas áreas geográficas, total ou parcialmente, delimitadas a partir da cota de 600 metros. São eles: Aratuba, Baturité, Capistrano, Caridade, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Redenção.

A APA da Serra de Baturité tem como objetivo a conservação e melhoria das condições ecológicas regionais, assegurando o bem estar das populações humanas, sendo, portanto, uma unidade de conservação de uso direto, além de possibilitar melhor controle sobre o ecossistema do Maciço. Apresenta como objetivos específicos: proteger as comunidades bióticas nativas, as nascentes dos rios, as vertentes e os solos; proporcionar à população regional métodos e técnicas apropriadas ao uso do solo, de maneira a não interferir no funcionamento dos refúgios ecológicos e desenvolver na população regional uma consciência ecológica e conservacionista.

De acordo com o decreto 27.290, foram proibidas, nos municípios que integram a APA, as seguintes atividades: - utilização das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal para outros fins diferentes dos propósitos

conservacionistas; - supressão da cobertura vegetal em encostas com inclinação entre 25 a 45 graus; - as atividades que possam poluir ou degradar os recursos hídricos; - a destruição do patrimônio histórico, cultural e paisagístico; - as atividades capazes de provocar acelerada erosão do solo e/ou acentuado assoreamento dos corpos d'água; - o uso de agrotóxico, em desacordo com as normas ou recomendações técnicas e a retirada da flora nativa sem autorização da SEMACE.

Pelo mesmo decreto ficou estabelecido que a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos, obras e atividades utilizadoras de recursos ambientais, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental na APA dependerá de prévio licenciamento da SEMACE. Também foi estabelecido que fosse exigido um estudo ambiental para construção e ampliação de unidades familiares e demais obras complementares, cujo projeto apresente uma área total superior a 200m². As normas reguladoras da implantação da APA foram estabelecidas pela Instrução Normativa (IN) 01/90, de 22 de março de 1991.

Também foi criada, através do Decreto Estadual Nº. 25.777, de 15 de fevereiro de 2000, uma Unidade de Conservação que insere o trecho da ponte velha da CE-040 até a cota 600 da Serra de Baturité, ligando as APAS do Rio Pacoti e da Serra de Baturité, abrangendo os municípios de Itapetinga, Pacatuba, Horizonte, Pacajus, Acarape e Redenção, tendo como objetivos:

- 3 Ligar a foz do Rio Pacoti e da Serra de Baturité, garantindo a conservação das matas ciliares ao longo do rio;
- 4 Garantir a recuperação e manutenção da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização das áreas degradadas, bem como a manutenção das populações que demandam para a sua sobrevivência de áreas maiores do que aquelas áreas de preservação permanente;
- 5 Disciplinar o uso e a ocupação do solo nas zonas de proteção do Corredor Ecológico do Rio Pacoti, a fim de prevenir o assoreamento e a poluição do mesmo;
- 6 Assegurar o perfeito escoamento das águas fluviais, evitando inundações;
- 7 Garantir a cobertura vegetal existente como remanescentes de vegetação primária em estágio médio e avançado de regeneração, propiciando habitat ou servindo de área de trânsito para a fauna residente nos remanescentes;
- 8 Desenvolver na população regional uma consciência ecológica e conservacionista.

Embora o Decreto divida esta Unidade de Conservação Estadual em duas zonas: “Zona Núcleo” e “Zona de Amortecimento”, com faixas de proteção de 100m e 500m, respectivamente, elas vêm sendo agredidas paulatinamente, face às intervenções antropogênicas.

No entanto, o artigo 1º estabelece prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 17/02/2000, para a elaboração de Instrução Normativa, regulamento este ainda não existente, o que configura o não atendimento aos pressupostos do Decreto.

O zoneamento, também, é um instrumento para o planejamento e gestão de unidades de conservação (UCs), onde propicia o ordenamento do espaço com o estabelecimento de normas e padrões disciplinadores das atividades antrópicas. Normalmente, compõe o plano de manejo das UCs. No caso da APA (Área de Proteção Ambiental) - unidade de conservação de categoria de uso sustentável, ele é mais complexo, devido à diversidade do uso dos recursos naturais.

Apesar de todo o esforço institucional para garantir-se a realização plena dos objetivos da APA, na prática, assim não acontece. É grande a pressão das populações locais, empresas de comercialização de água mineral, cerâmicas, pousadas e casas de veraneio sobre os recursos naturais. De acordo com informações de base primária (relatos dos membros do Comitê do Meio Ambiente e da Plenária do colegiado territorial), a degradação ambiental em toda a área do Território, e, em particular da APA da Serra de Baturité, deve-se, entre outros fatores, a ausência de um política de financiamento de atividades produtivas em bases sustentáveis, como, por exemplo a agroflorestação, a produção de mudas de plantas frutíferas e ornamentais, o turismo comunitário sustentável, com a construção de pousadas familiares, entre outras. As informações dão conta, inclusive, que os donos de sítios e pequenos produtores não têm acesso a recursos financeiros para investir nas atividades citadas, obrigando-se a vender suas propriedades a pessoas de fora (na sua maioria, oriundas de Fortaleza) que passam a ter uma relação com a terra de mero usufruto, negligenciando sua preservação e conservação.

A Reserva Ecológica Particular conhecida como o *Sítio Olho D'água*, localizada entre os municípios de Pacoti e Guaramiranga é uma pequena propriedade rural com localização privilegiada, pois, encontra-se em uma área da Mata Atlântica. No Sítio, a natureza oferece belas paisagens, floresta densa, labirintos rochosos, espelhos d'água e reconfortantes banhos de bica.

De acordo com a Legislação Ambiental, toda área com inclinação superior a 45° são consideradas áreas de preservação permanente; assim, toda a Serra de Baturité enquadra-se nessa categorização.

Ainda podemos citar a RPPN Serra da Pacavira localizada no município de Pacoti, com uma área de 33,56 ha e a RPPN Sítio Palmeiras, no município de Baturité com uma área de 75,47 há (ICMBio, 2010).

11.2 Áreas prioritárias para a conservação

Informações primárias apontaram como áreas prioritárias para a conservação, o Sítio Pirapora, em Aratuba, com 35 hectares e o Sítio Campo de Batalha, em Guaramiranga, com 105 hectares. De acordo com informações primárias, esta última localidade adequa-se favoravelmente a uma APA, completando-se na sua função didática com a implantação de uma Unidade Demonstrativa de Produção Sustentável. Outras áreas citadas para a conservação foram o Parque Randara, e o Sítio Cocão, em Guaramiranga que poderão constituir uma única APA. No momento, técnicos do Projeto Asa Branca da organização não governamental ASSOCIAÇÃO CAATINGA estão realizando estudos no Território para a implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Ambiental.

11.2.1 Terras Indígenas

De acordo com informações primárias, existe uma comunidade indígena no município de Aratuba, trata-se da Comunidade Indígena dos Fernandes, São 140 famílias descendentes do tronco Kanindé. Suas terras estão em fase de regulamentação. A Comunidade está localizada na APA, na região de conservação do Município de Aratuba. As informações alertam para o fato dos indígenas não estarem cuidando adequadamente da preservação do estoque de recursos naturais.

11.2.2 Comunidades Remanescentes de Quilombos

Identificou-se no Município de Baturité, na localidade da Serra do Evaristo, a presença de uma comunidade remanescente de quilombolas chamada Comunidade Serra do Evaristo. São 150 famílias. A comunidade ainda não é

reconhecida oficialmente como Quilombola, tampouco sua área está regulamentada. As famílias praticam o espiritismo e realizam anualmente, na sede de Baturité, a atividade folclórica denominada Dança de São Gonçalo. No mesmo Município, uma outra comunidade negra, denominada Casões, existem 20 famílias que se identificam como descendentes de escravos. As duas comunidades acham-se situadas na APA da Serra de Baturité. Em situação semelhante aos indígenas, as informações demonstram que os indígenas não estão cuidando adequadamente da preservação do estoque de recursos naturais.

11.3 Bioma

O Território apresenta como biomas as áreas remanescentes da Mata Atlântica, a Floresta Tropical Úmida e a Caatinga. A APA da Serra de Baturité não somente apresenta um refúgio ecológico por excelência, principalmente para a fauna, mas também poderia ser visto como um palco que assistiu, ao longo dos tempos, as mudanças ambientais da região e que conseguiu conservar grande parte dos seus recursos vegetacionais e florísticos, constituindo-se hoje, numa “ilha terrestre” de valor incalculável, guardando isolados, em sua superfície irregular, verdadeiros fósseis vivos, animais e plantas, cujos espécimes mais próximos encontram-se a centenas de quilômetros a leste ou a oeste, nas Florestas Tropicais Úmidas. Dentre as espécies animais encontradas estão o peba, coral de pé, perereca verde, falsa coral, sagüi, cotia, gato maracajá, onça vermelha, sapo-folha, veado e o tamanduá. Vale salientar que algumas destas espécies estão caminhando para extinção como é o caso do gato maracajá e da onça vermelha, necessitando de proteção. Informações primárias dão conta que já foram extintas o pássaro uirapuru, o papagaio e o periquito cara-suja (AQUASIS, 2010).

A organização não governamental AQUASIS realizou no Território, estudo sobre a dinâmica populacional do periquito cara-suja, morcegos e andorinhas, advertindo sobre a tendência de extinção dessas espécies.

11.3.1 Características Geoclimáticas

O Território está sujeito a diferenças climáticas que se configuram pela má distribuição e fortes irregularidades espaço-temporal das precipitações, sendo esta a principal característica do seu regime pluviométrico que na sua grande maioria, é baixo e varia de 500 a 1.800 mm anuais, durando de 3 a 5 meses o seu período chuvoso.

Embora a precipitação média da região seja alta, o que faz do Maciço uma “ilha úmida” dentro do quadro climático nordestino, são as pronunciadas diferenças de precipitação, conforme a orientação geográfica das suas vertentes em relação aos ventos alísios, que trazem para o continente a umidade da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). Esses ventos penetram no Estado do Ceará em todo o ano, com maior intensidade entre junho e janeiro. Porém, essa estabilidade do tempo é modificada pela invasão dos sistemas que causam instabilidade e chuvas, sendo no litoral e nas serras o mês de abril sua maior atuação.

O Maciço de Baturité configura-se como um Território de exceção no contexto de quase absoluta semiaridez do Ceará, com algumas características de floresta tropical úmida e remanescentes da Mata Atlântica- um dos mais importantes ecossistemas do Planeta.

Embora existam condições propícias para uma temperatura amena e precipitações mais pronunciadas, o Território vem apresentando um aumento significativo da sua média de temperaturas. Ao analisar-se a região, observa-se um grau de desmatamento muito acentuado, principalmente na vertente da serra onde se localiza a cidade de Palmácia. Isso se deve ao pequeno alcance das ações de Educação Ambiental pertinentes à formação de uma consciência crítica de preservação e à fragilidade de acompanhamento dos órgãos fiscalizadores.

11.3.1.1 Temperatura

A temperatura média mensal, nas duas estações climatológicas, apresenta pouca variabilidade ao longo dos anos. Em Guaramiranga, as médias oscilam entre 19,2°C e 21,2°C (em azul e vermelho, respectivamente como apresenta a figura 10), atingindo seus menores valores nos meses de junho, julho e agosto, e os maiores valores em dezembro, janeiro e fevereiro. Já em Ocara, as médias oscilam entre 26°C e 28,4°C, com os menores valores, também, nos meses de junho, julho e agosto, e os

maiores em outubro, novembro e dezembro. A temperatura média anual observada na estação de Guaramiranga foi de 20,5°C e na estação de Ocara foi de 27,1°C, conforme apresentam as figuras 10 e 11.

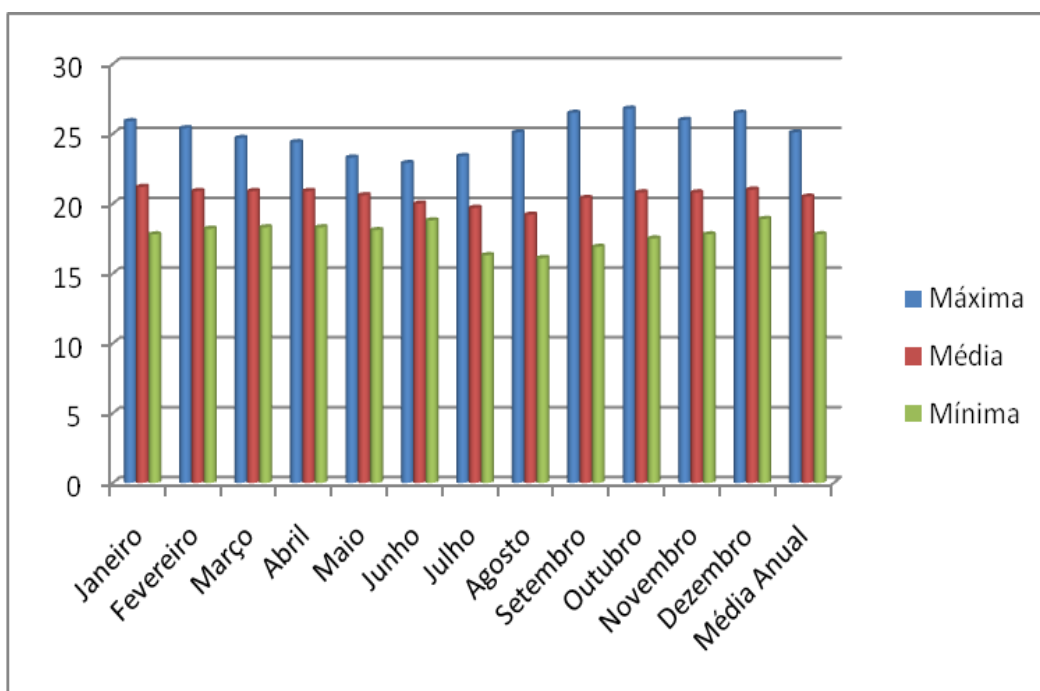


Figura 5: Indicadores de temperatura da Estação de Guaramiranga (1974 a 2004).
Fonte: INMET (1961 – 1990).

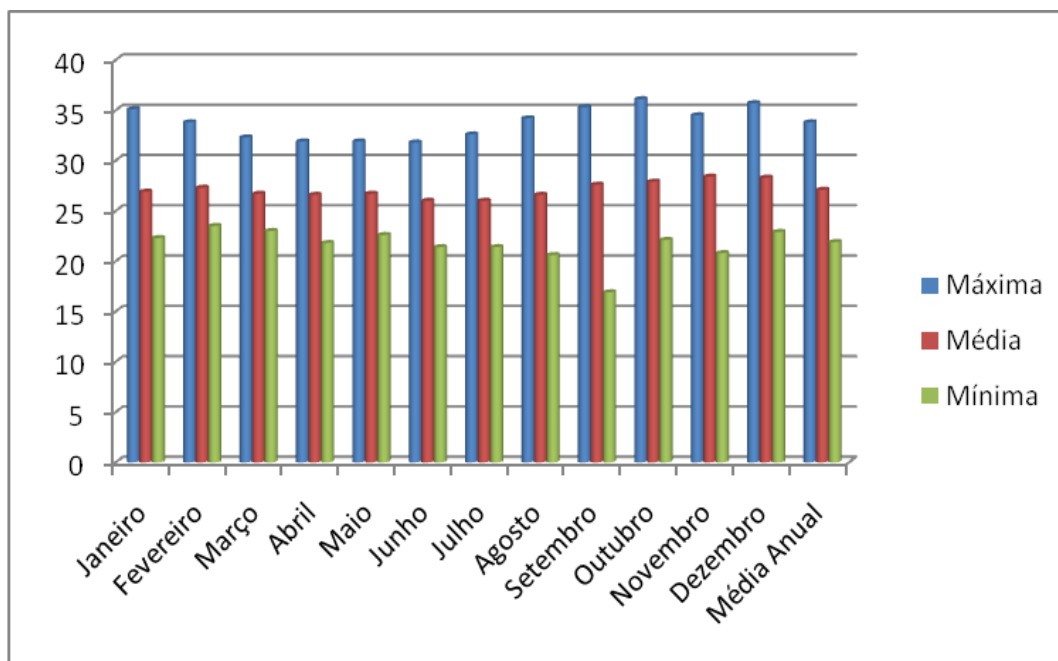
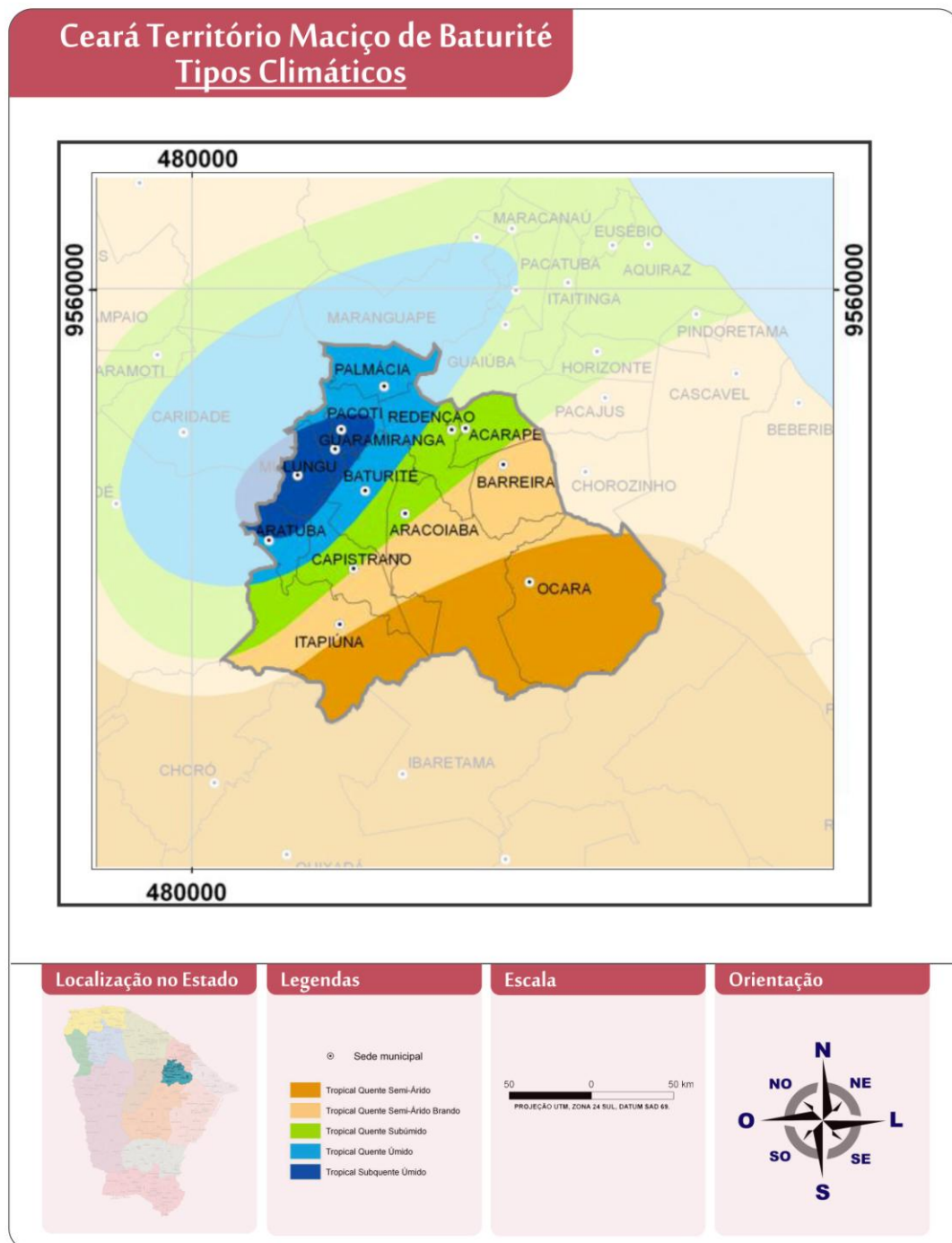


Figura 6: Indicadores de temperatura da Estação de Ocara (1974 a 2004).
Fonte: INMET (1961 – 1990).

A temperatura máxima verificada em Guaramiranga foi de 26,8°C, durante o mês de outubro, e a temperatura mínima foi de 16,1°C, no mês de agosto. Em Ocara, a

temperatura máxima foi de 36,1°C, também no mês de outubro, e a temperatura mínima foi de 20,6°C, durante o mês de agosto.

Desta forma pode-se constatar que os municípios que ficam em cima da Serra (portanto, de maior altitude) mostram as médias mais baixas de temperaturas. Por sua vez, os municípios do “Sopé da Serra” e da “Depressão Sertaneja” (de menor altitude) mostram as médias mais altas.



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 7: Representação gráfica do mapa dos tipos climáticos do Território Maciço de Baturité
Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

11.3.1.2 Pluviosidade

Para determinação do sistema climático, a precipitação pluviométrica assume o papel central como reguladora, principalmente da dinâmica dos sistemas onde ela é um dos principais fatores limitantes.

As informações sobre precipitação pluvial (P) do Território Maciço de Baturité foram obtidas pelos dados de precipitação de séries anuais históricas compiladas pela FUNCEME. Foram selecionados os postos localizados nos municípios de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, compreendendo o período de 1979 a 2009 (30 anos).

As médias anuais de precipitação dos municípios do Território podem ser observadas nas figuras 11, 13 e 14. Através destas figuras foi possível determinar que a quantidade de chuva seja bem variável no tempo e no espaço. Conforme apresenta a figura 4, a grande maioria dos municípios do Território apresenta média anual de precipitação superior a 1.000 mm anuais. Isto se justifica por estarem localizados a barlavento do Maciço de Baturité, condicionada, sobretudo pela altitude e orientação em relação ao litoral, onde ocorrem as chuvas orográficas.

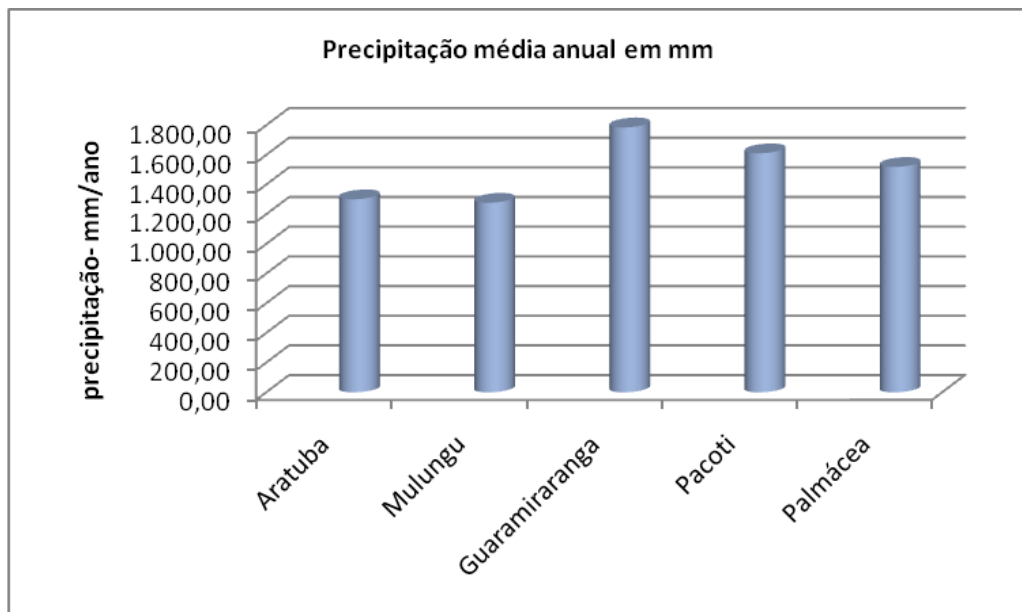


Figura 8: Média pluviométrica anual nos municípios do Micro-Território I no período de 2000 a 2009.

Fonte: FUNCEME, 2010.

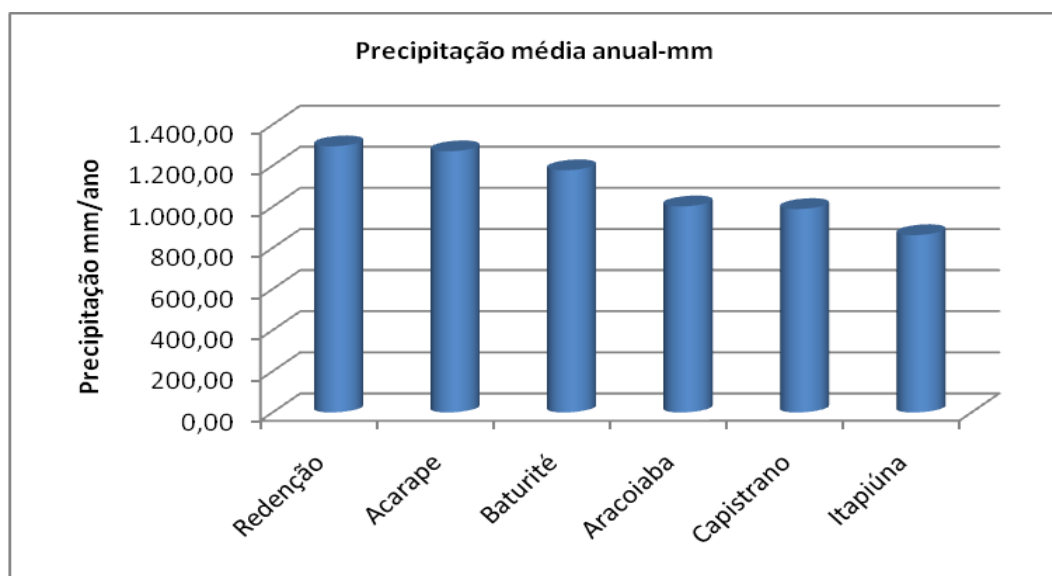


Figura 9: Média pluviométrica anual nos municípios do Micro-Território II no período de 2000 a 2009.

Fonte: FUNCEME, 2010.

Os municípios localizados a sotavento do Maciço, como pode ser observados na figura 15, que apresenta a precipitação média anual semelhante aos índices da depressão sertaneja, com média inferior a 1000 mm anuais.

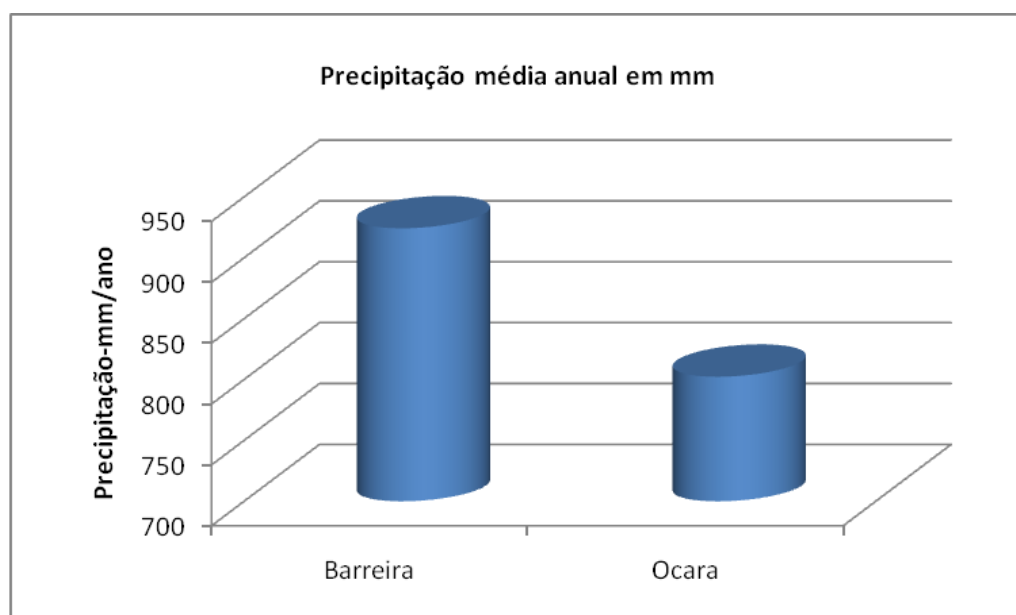


Figura 10: Média pluviométrica anual nos municípios do Micro-Território III no período de 2000 a 2009.

Fonte: Funceme, 2009.

A maior parte das chuvas do Território se concentra no primeiro trimestre do ano, onde os meses de março e abril apresentam os maiores índices. Esse fato é explicado pela forte presença da ZCIT (Zona de Convergência Intertropical) nessa época do ano.

No Território, as precipitações são bastante irregulares do ponto de vista pluviométrico. Há anos em que a média não é atingida e outros em que essa média é ultrapassada. Essa forte irregularidade é explicada, sobretudo pela presença dos fenômenos *El Nino* e da *La Nina*, que causam efeitos variados, além do dipolo do Atlântico. O *El Nino* provoca períodos de seca prolongados enquanto o *La Nina* contribui para a presença de chuvas na região. Dipolo negativo é favorável às chuvas enquanto o contrário (dipolo positivo) é percebido quando as temperaturas médias do Atlântico Norte são mais quentes.

Os dados analisados fazem-nos concluir que o principal problema da precipitação no Território analisado é a má distribuição no espaço e no tempo fazendo com que haja anos de cheias e outros de escassez prolongada.

A distribuição das chuvas dos municípios do Território Maciço de Baturité indica que a estação chuvosa, em todo o Território, inicia-se em média a partir do 1º semestre do ano e finaliza em junho. Define-se assim a estação chuvosa a partir do 1º semestre do ano e finalizando a partir do 2º semestre. Assim a duração da estação chuvosa é de aproximadamente 5 meses, a partir do qual se inicia a transição para o período seco.

Os municípios localizados a barlavento do Maciço, condicionados, sobretudo, pela ocorrência de chuvas orográficas apresentam um clima local condicionado principalmente pelo seu relevo, pois possui cotas altimétricas elevadas, que chegam a atingir 900m em algumas áreas. O maciço de Baturité, assim como os outros maciços do Estado do Ceará, funcionam como barreiras orográficas e a barlavento dessas a precipitação é bem mais significativa em relação às outras unidades geomorfológicas, exceto o litoral. As áreas localizadas a barlavento dessas serras são conhecidas como verdadeiros brejos úmidos, enquanto a sotavento a semiaridez é acentuada.

Com relação à distribuição espacial da precipitação, observa-se que os valores mais significativos da precipitação encontram-se nas áreas mais elevadas, justificado pela maior altitude do relevo. Assim nos municípios localizados a partir de

cotas de 600m, como ocorre nos municípios de Aratuba, Mulungu, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia é que se encontram os maiores índices pluviométricos do Território.

A distribuição das chuvas, conforme dados, mostra desta feita, a existência de duas estações: uma estação de chuvas (verão-outono) e outra de seca (inverno-primavera). Os meses de maior concentração pluviométrica, de modo geral, são fevereiro, março, abril e maio. Os meses mais secos são agosto, setembro, outubro e novembro.

11.3.1.3 Umidade Relativa do Ar

A análise de dados mostra que na estação de Guaramiranga foi observada uma taxa de umidade relativa média anual de 83,30%, tendo os meses de fevereiro, março e abril como os mais úmidos (em azul), e julho, agosto e setembro como os meses mais secos (em vermelho). Já na estação de Ocara foi observada uma taxa bem mais baixa (67,50%), tendo os meses de março, abril e maio como os mais úmidos (em azul), e outubro, novembro e dezembro como os mais secos (em vermelho). Na figura 16, foi elaborado um gráfico demonstrando o comportamento da umidade relativa do ar mensal na estação de Guaramiranga em relação à estação de Ocara.

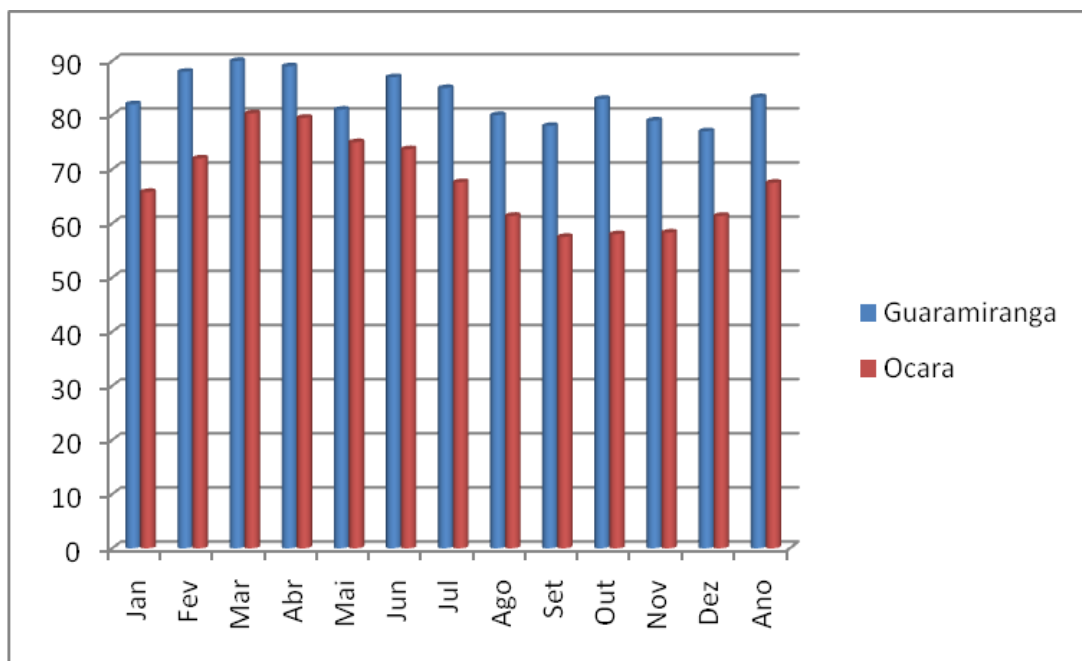


Figura 11: Umidade relativa do ar (1974 a 2004)
Fonte: INMET (1961 – 1990)

11.3.1.4 Evaporação

De acordo com dados obtidos, os períodos de maior evaporação, na estação de Guaramiranga, foram nos meses de outubro, novembro e dezembro (em vermelho), e os períodos de menor evaporação foram em março, abril e maio (em azul). Os dados da estação de Ocara mostram o mesmo resultado. A figura 17 mostra a relação da evaporação média mensal entre as estações de Guaramiranga e Ocara.

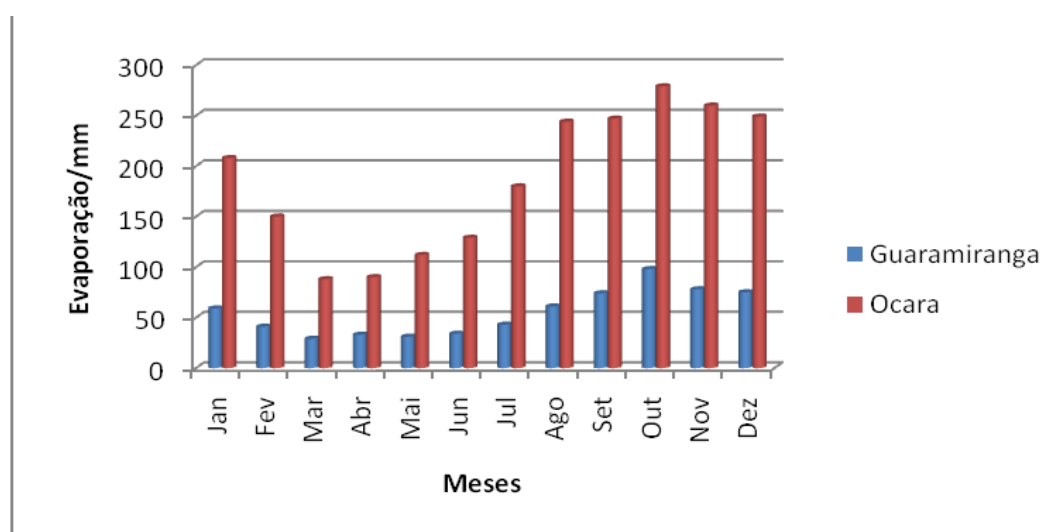


Figura 12: Evaporação média mensal (1974 a 2004)
Fonte: INMET (1961-1990)

11.3.1.5 Insolação

De acordo com os dados observados nas duas estações, os meses com maior período de insolação foram agosto, setembro e outubro (em vermelho), e os meses com menor período de insolação foram fevereiro, março e abril (em azul). A figura 18 mostra o comportamento da insolação média mensal observada na estação de Guaramiranga e na estação de Ocara.

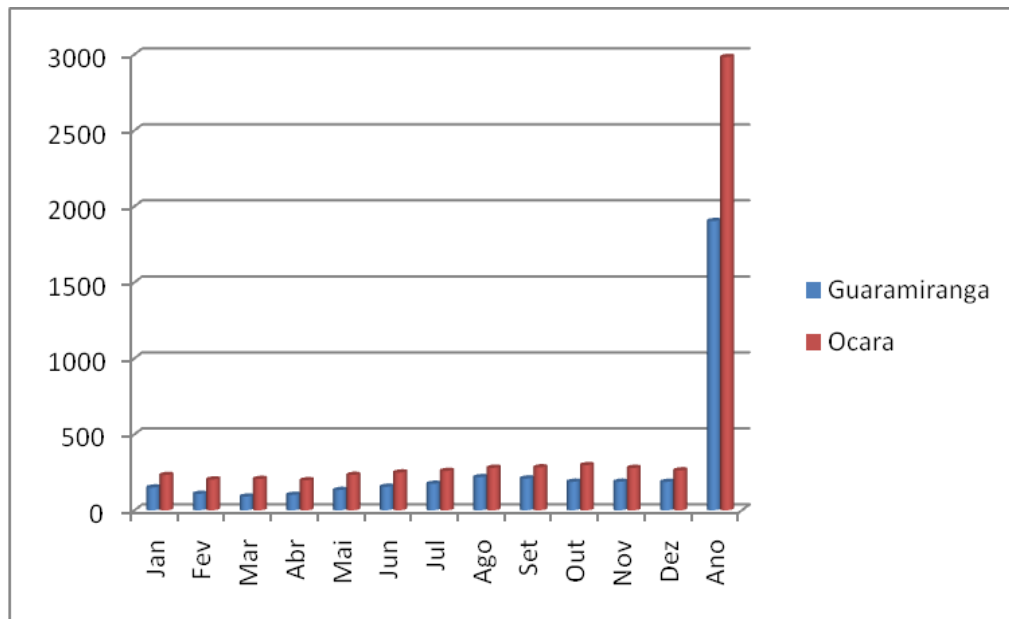


Figura 13: Insolação média mensal (1974 a 2004)
 Fonte: INMET (1961 – 1990)

11.4 Características Geomorfológicas

O Território Maciço de Baturité e seus sertões periféricos estão incluídos no Domínio dos Escudos e Maciços Antigos, que é o domínio de maior abrangência espacial do Estado do Ceará. Os maciços residuais são formados sobre litologias diversas do complexo cristalino que resistiram aos processos de erosão diferencial, e foram modificando o relevo das superfícies antigas até dar lugar à sua forma atual. Por sua vez, a depressão sertaneja agrupa todo um conjunto de planícies e depressões interplanálticas que se concentram, em sua maioria, no setor centro-sul dos sertões da região nordestina. Trata-se de superfícies de erosão desenvolvidas em rochas cristalinas, eventualmente sedimentares, constituídas por amplos pedimentos (sedimentos) de topografia, geralmente plana, e que desde a base dos maciços, se estendem com inclinação suave em direção aos fundos de vale e planícies periféricas.

O Território Maciço de Baturité é formado por três unidades morfoestruturais: o maciço residual (a área serrana), o pé-de-serra e a depressão sertaneja (sertão periférico). Sua área serrana integra a vertente meridional da Serra de Baturité e é representada, na forma de maciço residual, por rochas cristalinas de idade pré-cambriana.

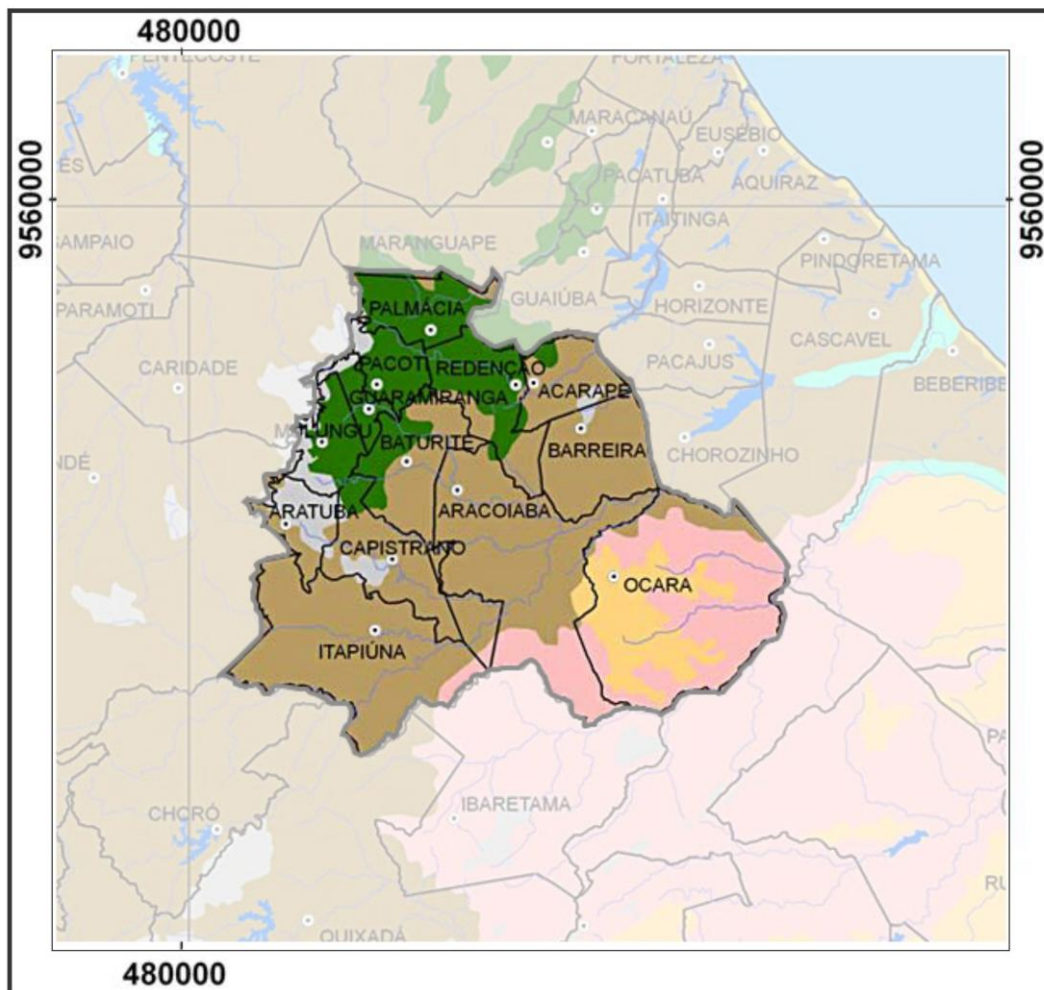
Os níveis altimétricos da área serrana são superiores a 400m, numa altitude média de 530m, mas chegando a atingir a cota máxima de 733m. O relevo se exhibe de forma conservada, sendo dissecado (recortado) em colinas rasas. Os vales são,

geralmente, abertos ou em forma de U, contribuindo para o alargamento das planícies aluviais. Nessas áreas mais elevadas, existe uma maior ação dos processos morfogenéticos, os quais produzem instabilidade no ambiente.

As áreas que margeiam a região serrana, conhecida por pés-de-serra, são ambientes de transição entre o maciço residual e a depressão sertaneja. Atingem níveis altimétricos entre 200 e 400m, possuem um relevo de forma conservada, formado por depósitos de cobertura de sedimentos coluvial, colúvio-eluvial ou aluvial (sedimentos transportados por diferentes processos de erosão), sofrendo manifestações do escoamento superficial difuso. A umidade local é um pouco superior do que a verificada nas áreas do sertão devido ao fenômeno das chuvas orográficas (QUEIROZ & SALES,2009).

O sertão se encontra num setor onde as condições de umidade são baixas e as precipitações pluviais são mais escassas do que na serra. O relevo se exhibe de forma conservada em superfície pedimentada (sedimentada) com vales abertos e eventuais setores dissecados (recortados) em colinas rasas pela drenagem, predominantemente subdendrítica (favorecida pelos rios afluentes). Os níveis altimétricos são inferiores a 200m. Essa região apresenta, freqüentemente, os efeitos da erosão diferencial na forma de *inselbergs* isolados. Segundo Ab'Sáber (2003), "os *inselbergs* foram relevos residuais que resistiram aos velhos processos desnudacionais, responsáveis pelas superfícies aplanadas dos sertões, ao fim do Terciário e início do Quaternário". A figura 19 apresenta a compartimentação geoambiental.

Ceará Território Maciço de Baturité Compartimentação Geoambiental



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Corpo d' água
- Drenagens
- Unidade Geoambiental**
- Tabuleiros interiores
- Planície flúvio marinha
- Chapada do Apodi
- Chapada do Araripe
- Glacis de acumulação
- Planalto da Ibiapaba
- Planície Iboránea
- Planície ribeirinha
- Serras secas
- Serras úmidas
- Sertão ocidental Ibiapaba
- Sertão centro ocidental
- Sertão pré Iboráneo
- Sertão sul ocidental

Escala



Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 14: Representação gráfica do mapa de compartimentação geoambiental.

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

11.5 Características Hidrológicas

A hidrologia de superfície, no que diz respeito ao escoamento fluvial, depende da influência conjugada de fatores variados, nos quais se incluem: as condições climáticas, que influem através das chuvas e do seu ritmo tempo-espacial; a natureza dos terrenos, que exerce seus efeitos através das condições geológicas e das formações superficiais; os condicionamentos geomorfológicos, que influenciam através dos perfis longitudinais e transversais dos rios; e os aspectos de cobertura vegetal, que dependem do papel que eles exercem como fatores que propiciam uma proteção à superfície.

Os recursos hídricos superficiais do Maciço de Baturité se concentram nas Bacias Hidrográficas dos rios Pacoti, Choró e Pirangi (pertencente à Bacia Metropolitana), os quais desempenham um importante papel em função da alta taxa de ocupação das terras localizadas ao longo de seus cursos, uma vez que sua água é a principal fonte de abastecimento da população e do suprimento da maioria das atividades econômicas associadas à região.

Nas bacias de rios intermitentes, a disponibilidade natural é nula. Assim, os reservatórios de acumulação é que proporcionam a regularização interanual dos deflúvios (escoamentos) naturais e propiciam a disponibilização de volumes anuais constantes, a um determinado nível de garantia. Essas vazões regularizadas pelos açudes constituem, neste caso, a disponibilidade de águas superficiais.

A deficiência de recursos hídricos superficiais fez com que os proprietários rurais utilizassem à água subterrânea através da perfuração de poços freáticos e artesianos. Pela predominância de rochas do embasamento cristalino, as reservas de água subterrânea no Município são estimadas em menos de 800 m³.

De acordo com informações da COGERH, os poços atingem uma profundidade máxima de 84,50m, porém, alguns chegam apenas a 32m. A vazão média é de 3,00m³/hora, servindo apenas para o consumo humano e de animais. O nível estático varia de 5m a 32m, atingindo uma média de 10,52m, já o nível dinâmico varia de 3,30m a 55m, com uma média de 36,21m. A capacidade específica atinge um valor máximo de 16,67m³/h/m, mas chega a atingir um valor mínimo de 0m³/h/m. Apesar disso, em algumas áreas, esses poços são a única alternativa para o abastecimento e para a irrigação (COGERH, 2009).

Muitos desses poços já se encontram desativados ou abandonados por não atingirem o nível necessário para captação de água. E o problema não consiste somente na quantidade, mas, também, na qualidade dessa água. A concentração de sólidos totais dissolvidos chega ao valor máximo de 9.239mg/l, e alguns moradores já vem reclamando do gosto salgado da água e afirmam que os poços não têm sido monitorados como deveriam ser.

O Território Maciço de Baturité faz parte da Bacia Metropolitana, a qual agrupa um conjunto de 16 sub-bacias independentes que drenam uma área de 15.085 km², sendo elas: São Gonçalo, Jereau. Cauípe, Juá, Ceará, Maranguape, Cocó, Coaçu, Pacoti, Catu, Caponga Funda, Caponga Roseira, Malcozinhado, Choró, Uruaú e Pirangi.

Neste conjunto, destacam-se as sub-bacias formadas pelos rios Choró, Pirangi, Pacoti e São Gonçalo. As demais apresentam de uma maneira geral, pequeno porte, mas constituem-se em importante manancial hídrico para a demanda de água na Região Metropolitana de Fortaleza.

O Território apresenta o mais importante dispersor de drenagem da porção norte-ocidental do Ceará, através de dois sistemas fluviais formados, respectivamente pelo Rio Pacoti, que tem nascente na Área de Proteção Ambiental (APA) do Maciço, com um sistema independente de caráter exorreico (que escorre para o mar) e, dos esporões terminais do norte do Maciço, e em nível mais baixo do que as nascentes do Rio Pacoti, origina-se o Rio Ceará. Na vertente oriental úmida, a superfície é drenada pelo subsistema do rio Aracoiaba, integrante da bacia do rio Choró. Nas vertentes ocidentais, a drenagem integra – através dos riachos Seriema e Bom Jardim – a sub-bacia do rio Canindé, que faz parte da bacia do Rio Curu. Verifica-se, que de modo genérico, a impermeabilidade dos terrenos, aliada ao forte gradiente dos perfis longitudinais, justificam a elevada densidade de cursos d'água, bem como o acentuado grau de dissecação do relevo. Os vales, por conseqüência, têm sempre a primazia de formas em “V”. Apenas nos locais de suavização topográfica os perfis transversais tendem a se apresentar com maiores larguras e em formas de “U”. A oferta de água no Maciço é bastante diferenciada. Na serra há disponibilidade de água mineral que jorra naturalmente. Já no ambiente de sertão e pé de serra tem-se escassez de água potável e presença de mananciais salobros. A tabela 1 apresenta a capacidade dos principais açudes do Território.

Tabela 30: Capacidade, cota e volume dos principais açudes monitorados pelo Programa de Gerenciamento das Águas Territoriais

Bacias Hidrográficas/ Açudes	Municípios	Capacidade (mil m ³)	Cota(m)				Volume (mil m ³)		
			Sangria	Estação Chuvosa Passada	Início Do Ano	Atual	Final da Estação chuvosa	Início do Ano	Atual
Acarape do Meio	Redenção	31.500	130	130	122	128	31.500	12.759	27.900
Aracoiaba	Aracoiaba	170.170	95	96	93	94	170.170	145.998	149.764
Castro	Itapiúna	63.900	152	150	149	149	53.275	41.682	45.362

Fonte: COGERH, 2008.

Atualmente, os mananciais que viabilizam o abastecimento d'água no Maciço de Baturité são o Açude Acarape do Meio, a Barragem do Tijuquinha, o Açude Castro, além da Barragem em Aracoiaba o Pesqueiro e o Batente, além de uma Barragem em construção no Rio Choró / Aracoiaba, complementados por sistemas de poços profundos e poços tipo "Amazonas". A tabela 2 apresenta uma relação das barragens construídas no Território.

Tabela 31: Barragens construídas, em construção e projetadas

Barragens	Capacidade (milhões de m ³)	Município	Rio Barrado	Ano de Conclusão/Situação
Castro	64	Itapiúna	Castro	1997
Aracoiaba	171	Aracoiaba	Aracoiaba	2002
Pesqueiro	8	Capistrano	Riacho Lagoa Nova	2008
Candeia	5	Aracoiaba	Riacho da Candeia	Não concluída

Fonte: SOHIDRA/SRH, 2006-2008

A distribuição da água no Território, em geral, é feita por adutoras e seu armazenamento se dá em reservatórios semi-enterrados. Os poços ocorrem com mais frequência nos distritos de cada município (Tabela 3), além de abastecer também o Município de Guaramiranga. A tabela 4 apresenta as adutoras construídas pela SOHIDRA.

Tabela 32: Poços construídos pela SOHIDRA, segundo os municípios

Município	Localidade	Coordenadas		Profundidade (m)	Vazão (l/h)
		Norte(N)	Leste (E)		
Capistrano	Agrovila do Açude Pesqueiro	9509692	506692	80	1.800

Fonte: SOHIDRA, 2007.

Tabela 33: Adutoras construídas pela SOHIDRA por municípios

Adutora	Município	Fonte Hídrica	Extensão (km)	Vazão (l/s)	População beneficiada	Conclusão/ Situação
Acarape	Acarape	Açude Acarape	38,8	65	50.000	1998
Baturité/Aracoiaba	Aracoiaba	Açude Aracoiaba	24,9	134	50.719	2002
Ideal/Capivara/Ocara	Aracoiaba	Leito do Rio Choró	11,1	12	5.900	1998
Capistrano	Capistrano	Açude Castro	13,6	10	7.000	1998
Caio Prado	Itapiúna	Açude Castro	11,8	25	7.545	1998
Palmatória	Itapiúna	Açude Castro	12,1	4	2.000	1998

Fonte: Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará (SRH). 1996 – 2008

A seguir a Tabela 5 apresenta a condição de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário do Território do Maciço de Baturité e a tabela 6 apresenta a Taxa de cobertura urbana de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Tabela 34: Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário, especificando ligações reais e ativas.

Municípios	Abastecimento de água						Esgotamento sanitário			
	Ligações reais		Ligações ativas		Volume produzido (m ³)		Ligações reais		Ligações ativas	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Acarape	2.595	2.825	2.334	2.560	382.964	467.274	802	816	746	737
Aracoiaba	3.924	4.325	3.426	3.832	759.954	647.986	-	-	-	-
Aratuba	858	908	822	882	93.666	107.175	329	345	312	328
Barreira	2.954	3.333	2.591	2.973	392.138	551.724	357	368	353	-
Baturité	6.482	6.719	6.300	6.576	1.507.999	1.294.992	279	281	275	266
Capistrano	1.647	1.628	1.407	1.460	290.865	270.138	-	-	-	-
Guaramiranga	451	470	434	451	73.076	81.341	250	300	248	290
Itapiúna	2.824	2.891	2.266	2.379	413.309	527.439	-	-	-	-
Mulungu	1.097	1.128	973	1.016	129.742	121.973	171	185	156	159
Ocara	2.029	2.036	1.698	1.795	279.628	297.415	-	-	-	-
Pacoti	732	756	663	653	117.893	109.353	622	683	543	611
Palmácia	1.225	1.233	1.142	1.169	118.035	131.787	292	301	285	292
Redenção	4.336	4.622	3.867	4.293	821.150	1.052.863	299	299	299	299

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), 2006 – 2007

Tabela 35: Taxa de cobertura urbana de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Municípios	Taxa de cobertura urbana (%)			
	Abastecimento de água		Esgotamento sanitário	
	2006	2007	2006	2007
Acarape	97,41	97,38	96,11	55,22
Aracoiaba	66,27	66,62	0,00	0,00
Aratuba	98,00	98,41	50,59	43,21
Barreira	82,15	86,06	13,11	12,14
Baturité	95,34	94,30	6,58	4,81
Capistrano	91,04	91,79	0,00	0,00
Guaramiranga	43,07	42,59	45,71	35,31
Itapiúna	98,31	98,41	0,00	0,00
Mulungu	98,40	98,42	16,55	15,39
Ocara	67,66	67,32	0,00	0,00
Pacoti	95,49	94,92	68,87	72,65
Palmácia	88,88	88,66	33,91	28,03
Redenção	84,61	86,38	5,51	5,52

Fonte: Secretaria da Infra-Estrutura (SEINFRA), 2006 - 2007

Diversos são os mananciais que garantem a oferta d água para o abastecimento das populações. O Quadro a seguir relaciona os mananciais existentes em cada município.

Município	Manancial
Acarape	O manancial é o Açude Acarape do Meio. Através de uma adutora a água que abastece a cidade, já vem tratada. É armazenada em dois reservatórios semi-enterrados com volumes de 200m ³ e 400m ³ . A água distribuída é de boa qualidade, tendo 2.560 ligações ativas, sendo grande parte desse total conta com hidrômetro. Abastece quase 100 % de sua área urbana.
Aracoiaba	Os poços no leito do Rio Aracoiaba fazem o bombeamento para um poço tipo “Amazonas” e em seguida, através de recalque, a água é armazenada, ocasião em que ocorre a filtragem e cloração. Também se utiliza o Açude Aracoiaba, com capacidade para mais de 170 milhões de metros cúbicos. Existem 3.832 ligações ativas no município, abastecendo quase 70 % de sua área urbana.
Aratuba	Possui um manancial composto por poços “Amazonas”, poços tubulares e 01 (uma) fonte que abastece diretamente o reservatório. A vazão total dos mananciais é de 26,60m ³ /hora. O armazenamento é feito através de um reservatório semi-enterrado com volume de 100m ³ . A água distribuída é classificada como de boa qualidade, contando com 882 ligações ativas, abastecendo quase 100 % de sua área urbana.

Município	Manancial
Barreira	O manancial é o Açude Acarape do Meio, o qual é interligado ao sistema Acarape-Antônio Diogo-Barreira-Redenção. Através de uma adutora, a água que abastece a cidade já vem tratada de Redenção, sendo feita somente uma correção complementar utilizando hypocal. Conta com 2.973 ligações abastecendo um pouco mais de 86 % da área urbana.
Baturité	O manancial é a barragem Tijuquinha, que não é mais suficiente para o abastecimento. Para resolver esse problema foi executada a adutora Aracoiaba-Baturité com 24,90 km e uma estação elevatória. O abastecimento d água é classificado como bom, tendo 6.576 ligações ativas. Abastece quase 100 % de sua área urbana.
Capistrano	O manancial utilizado para abastecimento é o Açude Castro, situado na Cidade de Itapiúna, distante 14 km da sede. A água chega à cidade em seu estado bruto e é tratada numa ETA localizada no Bairro de São Francisco. São utilizados para desinfecção da água, cloro gasoso e sulfato de alumínio. O armazenamento é feito através de um reservatório semi-enterrado com um volume de 100m ³ e outro elevado, com volume de 270m ³ . É classificada como boa à qualidade da água distribuída, tendo hoje 1.460 ligações ativas. Abastece quase 92 % de sua área urbana.
Itapiúna	O manancial utilizado é o Açude Castro, situado na própria cidade. A qualidade da água bruta é regular, um pouco salobra. Antes de ser distribuída passa por uma ETA composta de três filtros utilizando cloro gasoso, hypocal e sulfato de alumínio. O armazenamento é feito através de reservatórios semi-enterrados com volumes de 50m ³ , 200m ³ e 300m ³ . É classificada como boa à qualidade da água distribuída, contando com 2.379 ligações ativas. Este sistema abastece também as localidades de Caio Prado, Palmatória e Itans, no município. A cobertura é de quase 100 % da área urbana.
Guaramiranga	O manancial é composto de 1 (um) poço tipo “Amazonas” e 3 (três) poços tubulares, sendo 2 (dois) ativos e 1 (um) de reserva. A qualidade da água é boa. A cloração é feita no próprio poço através de pastilhas de hypocal, não havendo necessidade de ETA. Conta com 451 ligações ativas, ou seja, cobertura urbana de cerca de 40%.
Mulungu	O manancial é subterrâneo, composto de poços tubulares ativos e um poço tipo “Amazonas”. Existe uma Estação de Tratamento de Água, ETA, que utiliza o hypocal na desinfecção da água. A qualidade da água tratada é potável, sob o ponto de vista físico-químico.

Município	Manancial
	Contabiliza 1.016 ligações ativas cobrindo quase 100% de sua área urbana.
Ocara	O manancial é superficial, coletado através de um vertedouro da barragem em construção no Rio Choró / Aracoiaba, no distrito de Ideal, município de Aracoiaba. A água chega à cidade depois de passar por estações elevatórias nos distritos de Ideal, Capivara e Ocara. Seu tratamento é feito numa ETA em Ideal, utilizando hypocal e sulfato de alumínio. O armazenamento é feito na entrada da cidade, através de 01 reservatório semi-enterrado. Conta com 1.795 ligações ativas cobrindo cerca de 70% de sua área urbana.
Pacoti	O manancial é subterrâneo e composto por 05 (cinco) poços tubulares e 03 (três) poços tipo “Amazonas” interligados, perfazendo uma vazão total de 20m ³ /h. Há necessidade urgente da perfuração de novos poços para ampliação do sistema, pois o mesmo é insuficiente para a atual demanda. O tratamento é feito numa ETA, que utiliza pastilhas de cloro, hypocal e sulfato de alumínio. O armazenamento é feito através de 01 (um) reservatório semi-enterrado com volume de 200m ³ . O município apresenta 653 ligações ativas, todas com hidrômetro. Sua cobertura urbana é de aproximadamente 95%.
Palmácia	O manancial é subterrâneo, composto de fonte artesiana jorraste e por 05 (cinco) poços tubulares. Não existe ETA, sendo feita à cloração com pastilhas, na fonte. O armazenamento é feito através de reservatórios semi-enterrados. Conta com 1.169 ligações ativas, ou seja, 88,66% de sua área urbana.
Redenção	O manancial é o Açude Acarape do Meio, localizado no próprio município. O tratamento é realizado em uma ETA, próximo ao Açude do Acarape, utilizando hypocal, poli cloreto de alumínio e cloro gasoso. Contando com 4.293 ligações ativas e cobrindo 86,38 de sua área urbana.

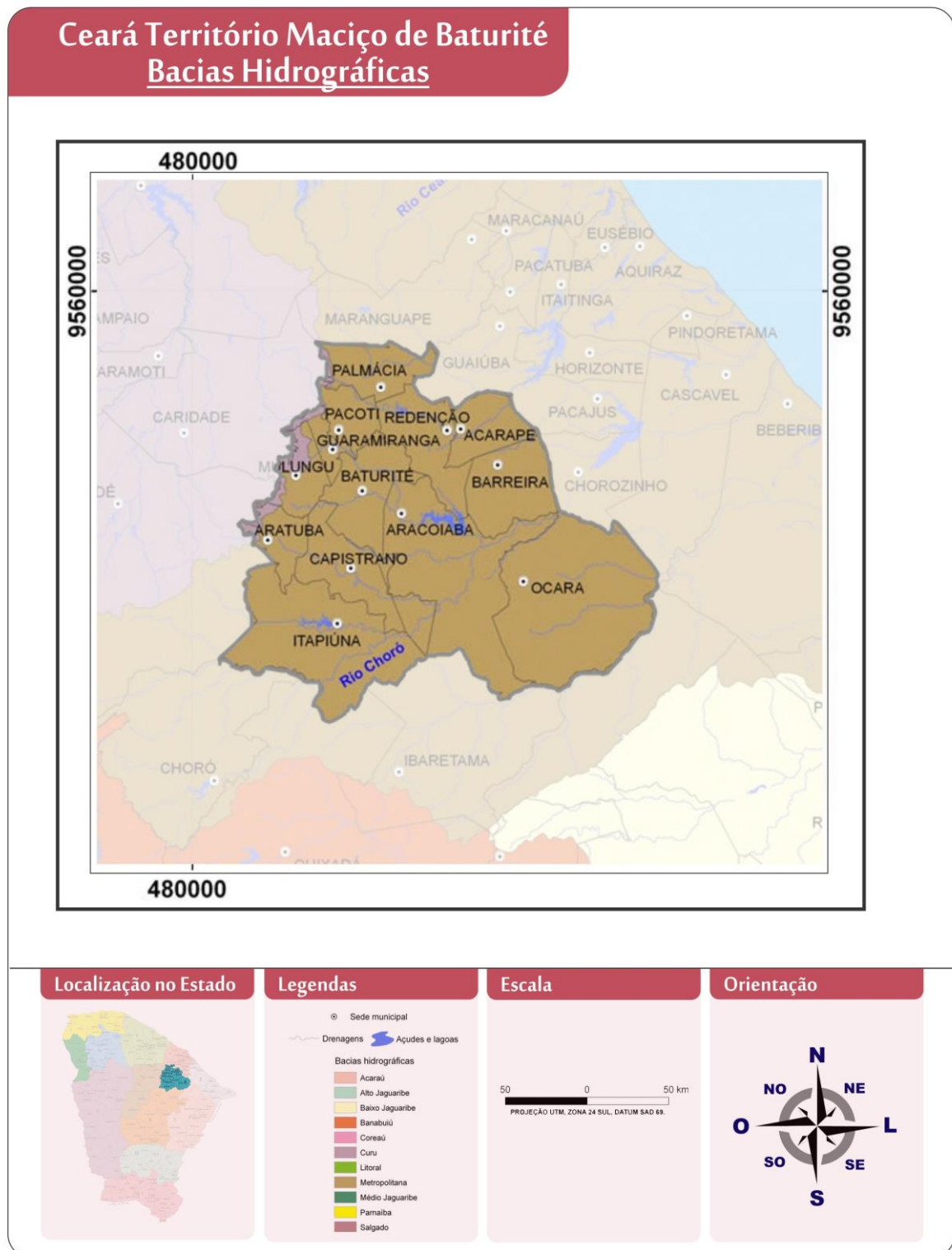
Quadro 13: Mananciais municipais do Território Maciço do Baturité

Fonte: Secretaria de Infraestrutura- SEINFRA. 2006-2007

As águas são utilizadas também no cultivo agrícola irrigado e na criação de peixes em gaiolas. Registram-se cultivos irrigados nos municípios de Capistrano e Redenção e projetos de criação de peixes em cativeiro, nos municípios de Itapiúna, Aracoiaba e Redenção.

De acordo com os dados apresentados pode-se perceber que o Território, apesar de todos os seus municípios serem providos de abastecimento hídrico, tem sua

oferta insuficiente para a demanda existente. Agravando o quadro, muitas das localidades municipais não dispõem de sistema de tratamento de água.



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 14: Representação gráfica do mapa de Bacias Hidrográficas do território Maciço de Baturité

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

11.6 Características Edafológicas

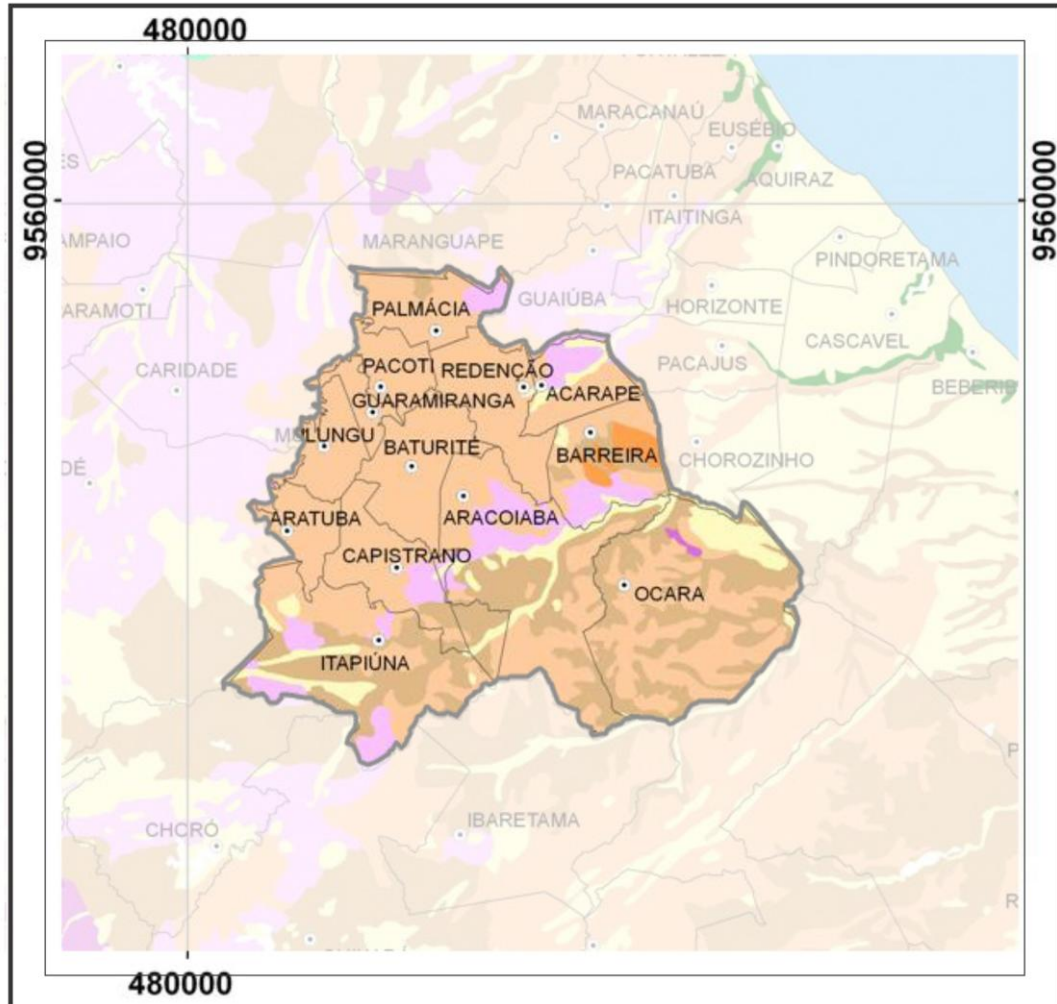
As classes de solos observadas no Território são: Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico, Podzólico Vermelho-Amarelo eutrófico, Bruno Não Cálculo, Planossolo Solódico, Solos Aluviais e Litólico eutrófico. Essas classes encontram-se descritas a seguir, convertidas para o novo Sistema de Classificação de Solos, segundo EMBRAPA (1999).

Tipos de Solo	Características
Podzólico Vermelho-Amarelo Distrófico	Solos profundos e muito profundos, bem drenados e de textura argilosa. De baixa fertilidade natural e saturação de base inferior a 50%. São encontrados na região do Platô do Maciço;
Podzólico Vermelho-Amarelo Eutrófico	Solos profundos e muito profundos, bem drenados e de textura argilosa. De alta a média fertilidade natural e saturação de base superior a 50%. São encontrados nas vertentes oriental, ocidental, meridional e setentrional do Maciço, nos Sertões e Pés de Serra de Redenção / Acarape e de Itapiúna / Capistrano, e na Depressão intermontana de Palmácia / Maranguape;
Aluvial Eutrófico	Solos pouco desenvolvidos, resultantes de depósitos fluviais recentes. Caracterizam-se por possuir um horizonte superficial diferenciado, sobrejacente a camadas estratificadas que, no geral, não guardam relações pedogenéticas. Saturação de base superior a 50%. Encontrados no Platô do Maciço, nos Sertões e Pés de Serra de Redenção / Acarape
Bruno Não-Cálculo	Solos rasos a moderadamente profundos, geralmente argilosos, desenvolvidos a partir de rochas metamórficas. Apresenta fertilidade natural de média alta, alta saturação de base e podem conter em sua composição mineralógica, elevados

Tipos de Solo	Características
	<p>teores de minerais primários facilmente alteráveis, constituindo fontes de nutrientes para as plantas. São de boa drenagem e têm grande potencial para o desenvolvimento da agricultura seca. Encontrados na Vertente Ocidental do Maciço e na Depressão intermontana de Palmácia/Maranguape</p>
Planossolo Solódico	<p>Solos rasos moderadamente profundos, de textura média e argilosa, drenagem imperfeita, e material geralmente oriundo de rochas pré-cambrianas. Possuem alta saturação de base, saturação com sódio ($Na^+ / T \times 100$ entre 6 e 15%). São muito susceptíveis à erosão e apresentam, ainda, limitações ao uso devido a problemas físicos, deficiência de água e da saturação com sódio, podendo, contudo, serem utilizados para o plantio de algodão arbóreo, além da sua grande adaptabilidade para pastagens. Encontrados nos Sertões e Pés de Serra de Itapiúna / Capistrano;</p>
Litólico Eutrófico	<p>Solos pouco desenvolvidos, rasos a muito rasos, de textura arenosa. Quase sempre apresentam bastante pedregosidade, especialmente na superfície. São encontrados nas Vertentes Oriental, Ocidental, Meridional e Setentrional do Maciço, nos Sertões e Pés de Serra de Redenção / Acarape e de Itapiúna / Capistrano.</p>

Quadro 15: Tipos de Solos do Território Maciço de Baturité
Fonte: EMBRAPA, 1999.

Ceará Território Maciço de Baturité Classes de Solos



Localização no Estado



Legendas

- Sede municipal
- Argissolos
- Cambissolos
- Chernossolos
- Gleissolos
- Latosolos
- Luvissolos
- Neossolos
- Nitossolos
- Organossolos
- Planossolos
- Plintossolos
- Vertissolos

ONS: Classificação de acordo com o sistema brasileiro de classificação de solos (BRCS) para o 1º nível categorial.

Escala



Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 15: Representação gráfica do mapa de tipos de solos encontrados no território Maciço de Baturité

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

11.7 Características Vegetais

Em decorrência de fatores climáticos, a Vegetação da região semiárida não pode evoluir para o estado de mata ou floresta, porque lhe falta o fator água durante a maior parte do seu ciclo vegetativo, e nem regride para o estado de savana ou estepe, por que a luminosidade intensa, a elevada temperatura e a falta de chuva não facilitam a formação de campinas com aglomerados de gramíneas. O Nordeste semiárido está coberto pela caatinga (que na língua tupi significa “mata branca”), uma vegetação de árvores baixas e arbustos com espinhos e folhas pontiagudas. Essa formação vegetal está adaptada às condições de pluviosidade rara e concentrada do sertão, perdendo as folhas na estiagem para diminuir a superfície de evaporação ou selecionando mecanismos de reserva de água, como as “barrigudas”.

No Ceará, as formações vegetais têm uma distribuição que obedece a uma zonalidade. As influências físicas sobre a vegetação se manifestam em função de fenômenos associados com a proximidade do mar, com a direção e o deslocamento dos ventos que dirigem as chuvas do litoral para o interior. O homem, por sua vez, degrada a cobertura vegetal e os solos, modificando o cenário fitoecológico, afetando, assim, toda a ecodinâmica das paisagens.

De acordo com o IPECE (2004), as unidades fitoecológicas notificadas em Baturité foram a Caatinga arbustiva densa e a Floresta subcaducifólia tropical pluvial (Mata Seca), segundo a classificação do IBGE.

A seguir, será apresentado Quadro 16 com as principais espécies vegetais encontradas no Maciço através de observações em campo e pesquisa bibliográfica, bem como das principais espécies encontradas na fauna.

Nome Vulgar	Nome Científico Unidade Vegetacional	Unidade Vegetacional
Angico	<i>Anadenanthera colubrina</i>	Mata Seca e Caatinga
Aroeira	<i>Astronium urundeuva</i>	Mata Seca e Caatinga
Barriguda	<i>Bombax cearensis</i>	Mata Seca e Caatinga
Cajazeira	<i>Spondias lútea</i>	Caatinga
Carnaúba	<i>Copernicia prunifera</i>	Mata Ciliar
Catingueira	<i>Caesalpinia bracteosa</i>	Caatinga
Catolé	<i>Syagrus comosa</i>	Mata Seca
Espinheiro Preto	<i>Acacia glomerosa</i>	Caatinga
Espinho de Judeu	<i>Xylosma salzmanni</i>	Caatinga
Facheiro	<i>Cereus squamosus</i>	Mata Seca e Caatinga

Nome Vulgar	Nome Científico Unidade Vegetacional	Unidade Vegetacional
Gonçalo Alves	<i>Astronium fraxinifolium</i>	Mata Seca e Caatinga
Imburana de Cheiro	<i>Amburana cearensis</i>	Caatinga
Imburana Espinho	<i>Commiphora leptophloeos</i>	Mata Seca
Juazeiro	<i>Zizyphus joazeiro</i>	Mata Seca e Caatinga
Jucá	<i>Caesalpinia férrea</i>	Caatinga
Jurema Branca	<i>Piptadenia stipulacea</i>	Caatinga
Jurema Preta	<i>Mimosa hostilis</i>	Mata Seca e Caatinga
Mamona	<i>Ricinus communis</i>	Mata Seca
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	Mata Seca e Caatinga
Maniçoba	<i>Manihot glaziovii</i>	Caatinga
Marmeleiro	<i>Croton sonderianus</i>	Caatinga e Mata Ciliar
Mofumbo	<i>Combretum leprosum</i>	Mata Seca e Caatinga
Mororó	<i>Bauhinia macrostachya</i>	Caatinga
Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i>	Caatinga
Oiticica	<i>Licania rígida</i>	Caatinga e Mata Ciliar
Pau Branco	<i>Auxemma oncocalyx</i>	Caatinga
Pau D'arco Roxo	<i>Tabebuia impetiginosa</i>	Mata Seca e Caatinga
Pepaconha	<i>Hybanthus ipepacuanha</i>	Mata Seca
Pitombeira	<i>Talisia esculenta</i>	Caatinga
Sabiá	<i>Mimosa caesalpiifolia</i>	Caatinga
Torém	<i>Cecropia sp</i>	Mata Seca e Caatinga
Umbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i>	Mata Seca e Caatinga
Xique-Xique	<i>Pilosocereus gounellei</i>	Mata Seca

Quadro 16: Principais espécies vegetais encontradas no Maciço de Baturité.

Fonte: Fernandes (2000), Maia (2004) e Oliveira (2002)

A paisagem atual de Baturité apresenta-se bastante modificada pela atividade agrícola, turismo, dentre outras atividades que transformam a fisionomia original da vegetação, favorecendo o estabelecimento da capoeira em detrimento da vegetação primária. As matas ciliares, localizadas ao longo dos cursos d'água, encontram-se totalmente descaracterizadas, apresentando poucas espécies remanescentes da mata original.

Mudanças irreversíveis nos tipos de vegetação somente se verificam se o estado do solo também é alterado. Deste modo, grandes áreas são mantidas como pradarias, mas a não ser que o solo tenha sido alterado radicalmente em reação à nova vegetação, ao clima ou à erosão, o menor relaxamento da pressão imposta pelo homem fará reverter à vegetação, gradativamente, ao seu equilíbrio natural. Porém, há exceções: em zonas sensíveis, onde o limiar foi ultrapassado, a vegetação original

jamais retorna. Prováveis exemplos disso são: a floresta úmida tropical e as regiões semi-áridas.

A cobertura vegetal do Território Maciço de Baturité apresenta variações que incluem desde formações florestais plúvio-nebulares às formações arbustivas semi-caducifólias, campos de altitude e vegetação de rochedos. A Mata Úmida no Maciço começa a se desenvolver a partir da cota altimétrica de 600m a barlavento e após 800m a sota-vento. A floresta úmida perenifólia, higrófila ou driádica está incluída no tipo pluvial de altitude. Nos níveis mais elevados, superiores a 800m, aparecem o que se denomina de vegetação “plúvio-nebular”, em função de encontrar-se permanentemente envolta em nevoeiro ou nuvens baixas que provocam constantes chuvas finas.

Este tipo de vegetação localiza-se nas áreas mais elevadas dos Municípios de Guaramiranga, Pacoti, Mulungu e Aratuba. Em função da localização, este tipo de vegetação sofreu menor ação antrópica ou humana que em outras áreas do maciço de Baturité .

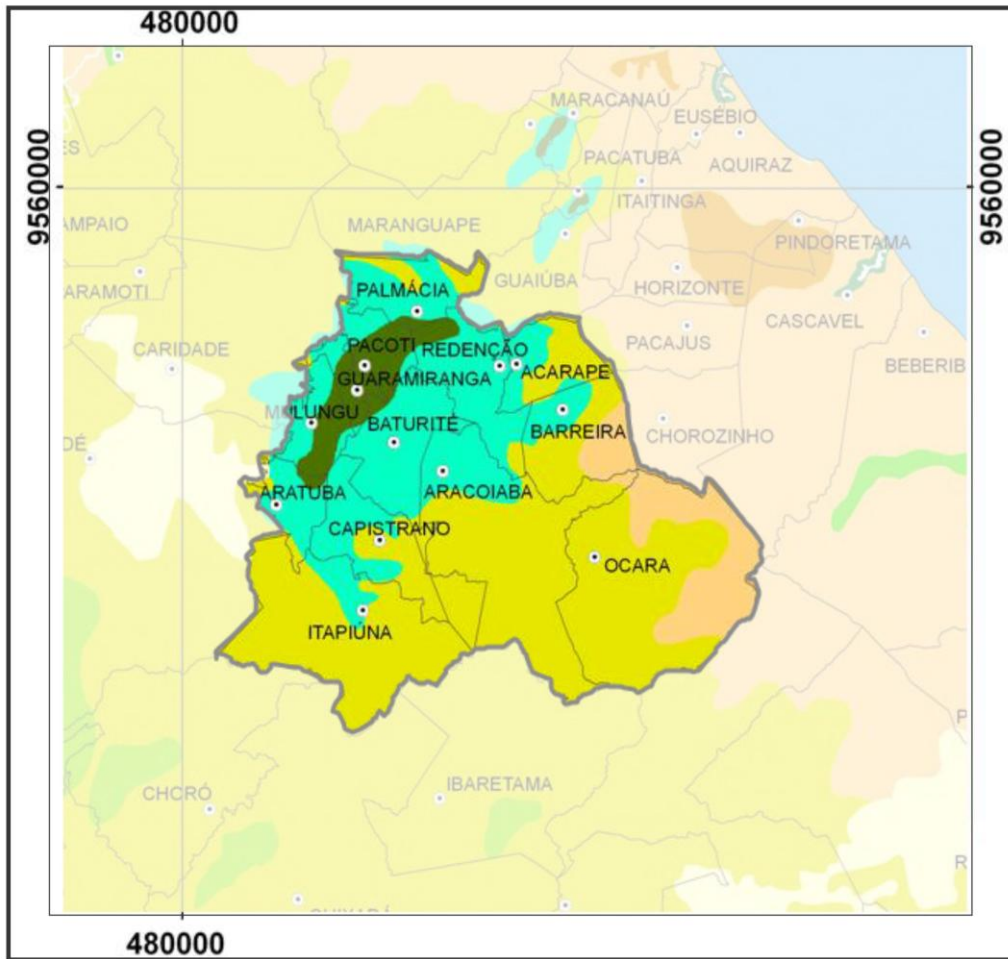
Conforme Estudo da SEMACE foram identificadas, no Território Maciço de Baturité três tipologias florestais distribuídas no Quadro 17 a seguir:

Unidade Fitoecológica	Características
Floresta úmida perenifólia	Localizada em altitudes superiores a 800m; sofreu menor influência antrópica devido à declividade, altitude e difícil acesso; algumas espécies vegetais presentes na tipologia 1 incluem: Amarelão, Abacate-bravo, Almécega, Café-bravo, Bálsamo, Cajueiro-bravo, Camunzé, Cocão, Folhamiúda, Guabiraba, Ingá, Limãozinho, Jaracatiá, Murici da-Serra, Maçaranduba, Orelha-de-burro, Pau d’arco amarelo, Piroá, etc.
Floresta subperenefólia tropical plúvio nebular (mata úmida)	Bastante alterada com exceção de alguns pontos mais elevados; variação do tipo florestal 1 que, devido a sua localização de 600m a 800m de altitude, encontra percentuais de deciduidade ou caducidade de suas folhas em determinada época do ano, tendo como principais espécies vegetais: Frei - jorge, Pau-d’arco roxo; Mulungu, Babaçu, Gonçalo-alves, Pau d’arco amarelo, Mutamba, Pau-ferro, Inharé, Tatajuba etc.
Floresta subcaducifólia tropical pluvial ou mata-seca	Floresta subcaducifólia tropical pluvial ou mata-seca: Arboreto Climático Estacional Caducifólio mesomórfico/não-espinhoso (Mata Seca). Caracteriza-se por uma caducidade acima de 60% da queda foliar, por isso, são muitas vezes incluídas na categoria de vegetação xérica. Trata-se de uma vegetação natural caracterizada por uma composição florística, cujas

Unidade Fitoecológica	Características
	<p>espécies mais características não costumam ocorrer na área das caatingas. Sua condição mesomórfica e sua composição florística são o que distingue esse tipo de arboreto da caatinga, embora, freqüentemente, esteja enriquecido por seus elementos . Situa-se a sota-vento, ostentando altitude de até 600m, encontrando-se bastante erodida, com vegetação típica de serra seca e caatinga que Lado oposto de onde sopra o vento, dando para o sertão. Apenas 20 espécies deixaram de ser classificadas por ausência de flores e frutos na época do levantamento. Não se incluiu a tipologia florestal existente na zona denominada de Pés-de-Serra, com altitude inferior a 200 metros, mas que abriga o maior contingente populacional humano e, conseqüentemente, a área mais alterada para agricultura e pecuária. Circunda o Maciço de Baturité-CE, incluindo espécies vegetais como: Sabiá, Jurema-Preta, Pau-Branco, Imburana etc. Esta tipologia também se encontra bastante degradada pelo uso indiscriminado.</p>

Quadro 17: Tipologias Florestais
Fonte: SEMACE, 2010.

Ceará Território Maciço de Baturité Unidades Fitoecológicas



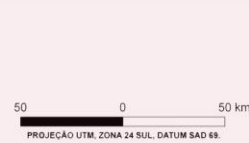
Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Complexo Vegetacional da Zona Litorânea
- Floresta Subpereniflora Tropical
- Pícnio Nebuloso (Mata Úmida, Serra)
- Floresta Subcaduciflora Tropical Pluvial (Mata Seca)
- Floresta Caduciflora Espinosa (Caatinga-Arbores)
- Caatinga Arbustiva Densa
- Caatinga Arbustiva Aberta
- Cerrasco
- Floresta Pereniflora Paludosa Marítima
- Floresta Mista Dicotilo-Palmáceas (Mata Clara com Cerejeiras)
- Floresta Subcaduciflora Tropical Xeromorfa (Cerradão)
- Cerrado

Escala



Orientação



Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 16: Representação gráfica do mapa das unidades fitoecológicas encontradas no território Maciço de Baturité

Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

12. ASPECTOS ANTRÓPICOS

O que se tem observado no Território Maciço de Baturité, nos últimos anos principalmente, tem sido um aumento no incremento populacional na Região, o que na área da serra, provoca o elastecimento dos perímetros urbanos de forma desordenada.

Dados do IBGE (2007) mostraram que a maior parte da população do Maciço encontra-se na zona rural, embora não seja tão significativa a diferença desta para a população que habita as cidades.

A atividade agrícola desenvolvida nessas propriedades rurais, em grande parte, adota ainda técnicas agressivas aos recursos naturais que vêm acumulando prejuízos ao meio ambiente e sendo responsáveis por situações de degradação, tanto na serra como em áreas do sertão.

A atividade industrial é muito pouco representativa, com destaque para os gêneros alimentícios, vestuário, calçados, artefatos de tecidos, couros e peles e minerais não metálicos.

O comércio é na quase totalidade, varejista e a supremacia são dos produtos de gêneros alimentícios.

Na Região do Maciço existe uma elevada parcela da população ocupada na agricultura, na pecuária e no extrativismo. Aos homens do campo, que lidam mais diretamente com os recursos naturais, deve ser dispensada uma atenção especial para com o trato desses recursos, através da conscientização do seu papel de degradador ou de conservador do meio ambiente.

Em muitos casos, a degradação acontece pela falta de conhecimento de alternativas para o uso dos recursos naturais, pelo medo de aderir às inovações tecnológicas, pela comodidade dos costumes tradicionais. Em outros casos, a degradação acontece de modo proposital, na ânsia de aferir lucros cada vez maiores.

O desenvolvimento da atividade turística no Maciço, notadamente nos municípios serranos, vem comprovando o caráter predador intrínseco ao ser humano, no seu papel de descobridor e na busca do seu lazer. Ele não vê limites. Hoje o homem ainda não consegue chegar e usufruir do ambiente, sem deixar o seu rastro de destruição e de detritos por onde passa.

Nos últimos anos tem se evidenciado o incremento de atividades e serviços voltados para o turismo e construção de casas de veraneio. A especulação imobiliária

tem crescido assustadoramente e os preços dos terrenos subiram a patamares exorbitantes. O uso e a ocupação que antes eram, predominantemente, nas áreas planas, atualmente vem ocorrendo nas encostas instáveis. Inexiste a relação ocupação x proteção, considerando que o terreno vem sendo ocupado em toda a sua extensão e indiscriminadamente, não somente pelas atividades rudimentares, mas também por atividades turísticas e restaurantes diversos. Por apresentar tantos atrativos essa área é densamente aproveitada com a atividade turística

Os impactos desfavoráveis apresentam-se com maior intensidade nos locais onde o fluxo de turistas é muito grande (turismo de massa) e os estudiosos alertam para os riscos do comprometimento da autenticidade e espontaneidade das manifestações culturais.

Dentre os principais efeitos negativos possíveis do turismo sobre a cultura e a sociedade das localidades receptoras estão: a descaracterização do artesanato que é objeto de modificações e é produzida em quantidade para virar souvenir, a transformação de manifestações tradicionais espontâneas em rituais pré-arranjados de entretenimento, a banalização das crenças e rituais pela utilização de seus símbolos e objetos sagrados, como decoração em hotéis e restaurantes, depreciação do patrimônio histórico pelo elevado fluxo de visitantes e construção de estruturas de apoio e acesso, a incorporação de objetos e hábitos exógenos à cultura local, como vestuário e alimentação, importados para venda aos turistas, a degradação social desencadeada por práticas como o consumo exagerado de álcool e drogas, assim como a prostituição, além da descaracterização da divisão dos espaços urbanos e da arquitetura, em consequência da especulação imobiliária.

12.1 Desmatamento e queimadas

É muito comum em todo Município uma prática agrícola chamada pelos agricultores de “broca” que consiste na derrubada das plantas de médio e grande porte. Em seguida, o terreno é limpo através de queimadas. Os restos maiores da queimada são vendidos como carvão vegetal e as cinzas são incorporadas ao solo para um novo plantio. Vale salientar que essa prática é realizada somente em pequenos roçados.

Na agricultura itinerante, típica do Nordeste brasileiro, o agricultor volta a desmatar as áreas em tempo cada vez menor. Tal procedimento dificulta o restabelecimento da fertilidade do solo, há grande mortalidade de plantas quando

ocorrem secas, tornando o ecossistema cada vez mais frágil para a sobrevivência do homem, ou contribuindo para acelerar o processo de desertificação.

O impacto ecológico e a degradação ambiental causados pelo homem e suas atividades vêm requerendo uma permanente atualização de ações educacionais diante das transformações que se sucedem, principalmente no nível das técnicas, das ciências, da organização e do controle do processo de trabalho.

O desmatamento é um dos principais fatores de empobrecimento dos solos. A retirada da cobertura vegetal deixa o solo exposto à força das águas das chuvas, intensificando a susceptibilidade aos efeitos erosivos. A erosão provoca a perda do solo, a perda de biomassa, e conseqüentemente, a perda da biodiversidade. Para garantir a sustentabilidade das atividades agropecuárias, o Código Florestal instituiu, em seu artigo 10, a proibição do desmatamento de florestas situadas em áreas com inclinação entre 25 e 45 graus. A extração de madeira nessas áreas somente será liberada sob um plano de manejo florestal sustentável. O corte e a extração das espécies em processo de extinção foram proibidos em seu artigo 14, alínea b. No artigo 26, o Código Florestal considera o desmatamento em áreas de preservação permanente (APPs), nos Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, bem como nas Reservas Biológicas, como sendo uma contravenção penal.

A lei estadual 12.488, de 13 de setembro de 1995, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Ceará, proíbe o corte raso em áreas com remanescentes das florestas nativas, suas formações sucessoras e demais formas de vegetação natural que recobrem as serras úmidas e planaltos sedimentares, podendo somente ser utilizadas segundo um plano de manejo florestal ou manejo agroflorestal.

Na serra, toda a riqueza da biodiversidade ainda existente corre riscos de ser comprometida devido aos desmatamentos desordenados, que provocam também os graves problemas de erosão e, como conseqüência, os deslizamentos de terra na época das chuvas.

O ser humano, ao adquirir o conhecimento do fogo, marcou um diferencial na sua história. O fogo passou a ser usado na limpeza dos terrenos na época do preparo das áreas para o plantio. Então, o homem passou a queimar as florestas e campos naturais, para fins agropecuários, devido à rapidez do processo e do baixo custo operacional, porém, não levando em conta os prejuízos de ordem ambiental.

Apesar de o fogo ser um elemento natural de fundamental importância para a formação e preservação de vários ecossistemas, os incêndios florestais constituem um dos principais fatores na redução de florestas nativas, acarretando a destruição da cobertura vegetal, do húmus e de microrganismos dos solos; no aumento de pragas e doenças, devido à morte dos inimigos naturais; da perda de nutrientes e ressecamento da camada superficial do solo; entre outros danos ecológicos e econômicos ao país.

Na impossibilidade de evitar o uso do fogo na prática das atividades agropecuárias, recomenda-se a utilização de queimadas controladas, as quais oferecem mais vantagens sobre o uso tradicional. O fogo deve ser utilizado corretamente e a legislação deve dispor de instrumentos jurídicos que discipline o seu uso. A aplicação de penalidades severas para os transgressores é outro ponto importante na prevenção dos incêndios. O Código Florestal, em seu artigo 27, permite o uso do fogo nas florestas e demais formas de vegetação, somente em práticas agropastoris ou florestais, desde que sejam tomadas as devidas precauções. As queimadas controladas foram regulamentadas pela Portaria 231-P do IBAMA, de 08 de agosto de 1988, mas para isso é necessário solicitar uma autorização especial que tem validade de trinta dias. Provocar incêndio em mata ou floresta, mesmo não estando em área de preservação permanente, é considerado crime contra o ambiente, previsto no artigo 41 da Lei de Crimes Ambientais.

Devido à utilização de tais práticas, e em decorrência dos itinerários técnicos da Agricultura Convencional que contempla desmatamentos e queimadas em grande extensão de terra, registra-se a extinção, em algumas localidades das espécies mariana, capim-seda, ingazeira, mulungu e pacavida. Fontes locais revelam que, pelo mesmo motivo, em certos corpos d'água

No Município de Guaramiranga há um núcleo de corpo de bombeiros que se encontra pouco aparelhado para cumprir sua missão. Na realidade, o regimento não consegue atender as necessidades de combate a incêndios tão freqüentes na região serrana. Piorando o quadro, não existem brigadas contra incêndios no Território.

A base tecnológica utilizada no Território do Maciço de Baturité possibilita a devastação do ambiente natural, resultando da adoção de práticas agrícolas impactantes ou de técnicas não apropriadas à sensibilidade do ambiente serrano. A tecnologia inadequada e as práticas culturais antiquadas, ainda hoje bastante arraigadas no homem do campo, também se refletem nos desastres ecológicos que já

se avolumam, como o empobrecimento do solo e a conseqüente evolução para o quadro irreversível da desertificação nas áreas sertanejas.

Em função da elevada concentração demográfica no Maciço de Baturité, com a exploração histórica através da utilização de técnicas rudimentares, a degradação dos recursos naturais foi intensificada, gerando o empobrecimento dos ecossistemas naturais, através de vários fatores: alteração da biomassa, em função do desmatamento indisciplinado; aceleração dos processos erosivos com deslizamentos de vertentes; intensificação do assoreamento de cursos d'água e barragens; desaparecimento de fontes perenes e sazonais; ablação dos horizontes superficiais dos solos com o conseqüente adelgaçamento e empobrecimento químico desses solos; diminuição progressiva de produção e de produtividade agrícola; vulnerabilidade da economia primária e êxodo rural; dentre outros fatores. No ano 2000, os principais municípios do Maciço de Baturité apresentavam os seguintes níveis de antropização: Aratuba (47,8%), Baturité (41,5%), Guaramiranga (16%), Mulungu (45,4%), Pacoti (22,6%) e Palmácia (66,1%).

Considerando-se, grosso modo, que no Ceará, um hectare produz cerca de 170 st/ha de madeira em média, conclui-se que na serra de Baturité, isto é, nos seis municípios acima considerados, foram desmatados cerca de 6 ha no período de seis anos (2000 a 2006), ou 1.089 ha por ano.

Fontes primárias demonstraram que, numa área de 200 hectares situada no Município de Aracoiaba, 90% foram desmatados, visando fornecer lenha para olarias e para a produção de carvão. Contam, inclusive, que as olarias são responsáveis pela retirada diária de 10 a 15 caminhões de lenha, somente em terras de Aracoiaba. As mesmas fontes informaram que em um só dia, no ano 2009, saíram 10 carradas de madeira do Município de Aracoiaba, denunciando a intensidade do desmatamento.

Na APA, praticamente restam além da vegetação nativa, os bananais. As antigas mangueiras foram extintas, os velhos cafezais estão morrendo e as ingazeiras e camunzés estão se extinguindo.

12.2 Práticas agrícolas e tipos de erosão

O crescimento da população é, sem dúvida, um dos principais responsáveis pela degradação ambiental. Quanto maior o número de habitantes, maior a necessidade de desenvolvimento tecnológico e maior a poluição dele decorrente.

Aliado ao crescimento populacional, o atual modelo sócioeconômico e político do país contribui, de maneira fundamental, para o uso irracional dos recursos naturais. A degradação ambiental é uma conseqüência quase inevitável desse modelo.

Os atuais níveis do crescimento das atividades econômicas e da população provocam a degradação e a destruição do meio ambiente e dos recursos naturais, levando, no futuro, a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população. O estudo da degradação ambiental não deve ser realizado apenas sob o ponto de vista físico. Para que o problema possa ser entendido de forma global, devem-se levar em conta as relações existentes entre a degradação causada ao meio ambiente e a sociedade causadora dessa degradação que, ao mesmo tempo, sofre os efeitos e procura recuperar as áreas degradadas. Porém, para que seja possível recuperar essas áreas, é preciso saber fazer o diagnóstico da degradação. Os autores consideram que a principal causa da degradação tem sido o manejo inadequado dos recursos naturais, tanto em áreas urbanas como rurais.

Na tentativa de conter a degradação ambiental provocada pela pressão das atividades antrópicas, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Baturité, através do Decreto Estadual 20.956 de 18 de setembro de 1990, abrangendo os municípios que possuíssem suas terras na cota igual ou superior a 600 metros de altitude. Vale ressaltar que somente os Municípios de Aratuba, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti têm suas terras totalmente, ou quase totalmente, dentro do polígono de demarcação da APA.

Na parte mais plana, em áreas com níveis topográficos inferiores a 200 metros, comumente chamadas de “sertão”, existe a predominância da monocultura de sequeiro (caju, milho, cana-de-açúcar, mandioca e algodão herbáceo) e da pecuária (rebanhos bovino e caprino). Em algumas áreas são encontradas culturas irrigadas, como o caju e hortaliças, mas dentro do padrão do monocultivo.

O cultivo de espécie vegetal única (monocultura) em grandes extensões de terras favorece o desenvolvimento de grande quantidade de pequenas espécies animais invasoras, as pragas. Já o cultivo de várias espécies, ou seja, a policultura, implica na competitividade entre elas e elimina a possibilidade da disseminação de pragas. Nas monoculturas, as pragas proliferam rapidamente, e para evitar que isso aconteça, utilizam-se cada vez mais os inseticidas e fungicidas químicos, que podem ser altamente prejudiciais à saúde humana.

O uso de máquinas agrícolas é quase de exclusividade dos produtores que possuem um maior poder aquisitivo, que geralmente, são os mesmos que investem na monocultura. Nessas terras, já é evidenciada a compactação e o adensamento do solo provocados pela pressão das rodas que destrói os grumos do solo, fechando seus poros. Na tentativa de afrouxar a terra compactada, a saída mais usada pelos produtores é o uso do arado e do subsolador. Sobre esse assunto, Primavesi (*op.cit.*, p.232) fez a seguinte observação: “para destruir os grumos do solo não se necessita um trator pesado ou um boi. As patas de uma saúva o conseguem também”.

A aração em profundidade se torna outro grave problema. Para romper a camada adensada o agricultor usa o arado além da profundidade necessária. Dessa forma, a terra é revolvida, o solo inerte fica exposto à superfície e a camada grumosa é abafada. As conseqüências disso são verificadas logo nas primeiras chuvas: o solo é adensado de forma pior do que antes da aração. Uma crosta compacta é formada na superfície, impossibilitando o plantio. No período de seca, este solo ficará completamente rachado.

A grande questão a ser considerada é o “ponto de aração”. Na maioria das vezes o terreno é preparado para plantio no início do período chuvoso. Em solo úmido o subsolador cria sulcos onde a água fica estagnada, isso é agravado em solos argilosos, por sua baixa capacidade de infiltração e percolação hídrica. A semente plantada nas “canaletas” formadas na terra, muito provavelmente irá apodrecer.

O cultivo mecanizado é obrigatoriamente acompanhado do uso de fertilizantes químicos (que provocam mudanças na bioestrutura do solo e a perda de sua fertilidade natural), e para o controle das chamadas “invasoras”, as ervas daninhas, que nascem e crescem mais rapidamente que as plantações, aplicam-se os herbicidas, tão tóxicos quanto os venenos aplicados para o controle do ataque de insetos e fungos.

O uso contínuo de pesticidas pode acarretar alguns problemas, como o desenvolvimento de organismos resistentes aos agentes químicos. Alguns pesticidas não são biodegradáveis e tendem a resistir durante muito tempo no meio ambiente. A aplicação freqüente de quantidades cada vez maiores de fertilizantes químicos e herbicidas, genericamente chamados de insumos agrícolas, contamina o solo e, além disso, são transportados pela água das chuvas para os rios e riachos, afetando a qualidade das águas que alimentam o gado, abastecem as cidades e abrigam a fauna aquática. Também vêm sendo observado no município, alguns problemas de compactação do solo em áreas de pastagens permanentes (superpastoreio).

O pisoteio dos animais arrebenta a vegetação rasteira (pasto) deixando o solo sem proteção. Nas primeiras chuvas os campos se encharcam e ficam susceptíveis à erosão laminar. Posteriormente, surgem as ravinas e as voçorocas. Outro fator importante na degradação do solo é a caprinocultura. A criação desse tipo de rebanho tem mostrado ser um grande problema para as áreas exploradas pela pecuária. Os animais, na procura de alimento, desnudam os locais onde ainda houver qualquer tipo de vegetação comestível, deixando o solo exposto aos efeitos da erosão.

Primavesi (*op.cit.*) considera que a erosão instala-se sempre em partes desnudas do solo. Isso pode ocorrer pelo pastejo mal conduzido, incluindo o superpastoreio de áreas distintas e o pisoteio intenso dos animais, que arrebentam a relva, especialmente enquanto o solo estiver úmido, dando à chuva a oportunidade de “bater” em solo desnudo. Quanto mais extensivo o manejo de uma pastagem, tanto mais séria será a erosão.

Nas áreas com níveis topográficos entre 200 e 400 metros, os chamados “pés-de-serra”, a degradação é ocasionada pelo desmatamento da vegetação das encostas para a ocupação da bananicultura. Nesse tipo de cultivo, o espaço exigido entre um indivíduo e outro faz com que o solo fique exposto. Em períodos chuvosos, as gotas de água ficam acumuladas nas folhas; quando seu peso não é mais suportado, ela é “jogada” sobre o solo desprotegido. O efeito da gota da chuva (*splash*) no solo pode provocar a desagregação dos grãos e intensificar o processo de escoamento superficial. A cada dia, verifica-se que a bananicultura vem sendo substituída pela cultura de sequeiro. Um agente muito importante da degradação nessas áreas é o plantio de arroz e milho nos terrenos em declive. O terreno além de desmatado, tem que ser completamente limpo, o que, na maioria das vezes, é feita através de queimadas. O milho provoca mais ou menos os mesmos efeitos da banana, diferenciando somente pelo acúmulo de água nas folhas.

O desmatamento e o uso agrícola da terra podem acelerar os processos de formação de ravinas, em especial onde chuvas concentradas ocorrem em períodos em que os solos estão desprotegidos de cobertura vegetal. A remoção da cobertura vegetal em terrenos de maior declividade resulta em um grande aumento do escoamento das águas e da conseqüente erosão do solo, podendo ocorrer problemas de deslizamentos de encostas.

Quando os terrenos começam a apresentar uma perda na fertilidade dos solos e, como conseqüência, começa a haver uma queda na produção agrícola;

quando já esgotou todo o arsenal de insumos que poderia ser usado para recuperar a capacidade de produção inicial da terra; essas áreas são abandonadas completamente degradadas, muitas delas em caráter irreversível. Quando se desmata para a ocupação de novas terras, as áreas abandonadas dificilmente conseguirão recuperar sozinhas a biodiversidade que possuíam antes de serem exploradas.

Já nas áreas de terras altas, com níveis topográficos superiores a 400 metros, o grande problema verificado é o desmatamento. Mesmo sendo realizada em áreas mais planas, a retirada da vegetação provoca sérios danos ao solo e ao ambiente como um todo, já que os efeitos serão sentidos nas áreas abaixo. Apesar de tudo, são as áreas que se apresentam menos degradadas, a não ser pelos casos isolados do emprego da plantação de banana e de culturas de sequeiro nas encostas.

A falta de conhecimento dos agricultores sobre práticas agrícolas menos invasivas e técnicas de manejo e conservação do solo vêm provocando o uso excessivo e inadequado dos recursos naturais, contribuindo, muitas vezes, para o extermínio de espécies da flora e da fauna nativas.

A degradação ambiental ocorre em toda parte, com maior ou menor intensidade, dependendo das técnicas utilizadas na exploração dos recursos naturais, e da preocupação local com a conservação desses recursos. A degradação ambiental tem causas e conseqüências sociais, ou seja, o problema não é apenas físico.

12.3 Tipos de Poluição e Contaminação

Atualmente o lixo dos municípios do Território é depositado em “lixões” que ficam distantes das sedes urbanas, mas ainda localizados de forma imprópria. É tratado de forma técnica e ambientalmente inadequada e não há coleta seletiva. O lixo é jogado em terrenos a céu aberto, causando degradação ao meio ambiente.

Em geral, o lixo hospitalar não tem destinação nem tratamento diferenciado. Um outro problema de saúde pública é o dos dejetos gerados pelos abatedouros que via de regra são jogados nos rios sem nenhum tipo de tratamento. Os abatedouros também encontram - se em condições que vão de encontro às normas legais e sanitárias.

O sistema de esgotamento sanitário no Território apresenta atualmente, motivo de grande preocupação por parte da população e dos gestores municipais. Em

geral, o efluente final dos esgotos, atualmente, é lançado nos corpos receptores, sem tratamento, ou, em algumas cidades, com insuficiência do sistema de tratamento.

De acordo com a SEINFRA/CE (2006-2007), oito dos municípios têm taxa de cobertura urbana de esgotamento sanitário, abaixo de 16%, destes dois detêm taxas abaixo de 6% e quatro não detêm nenhum tipo de sistema de esgotamento sanitário. Apenas dois deles apresentam taxa de cobertura acima de 50%, os outros encontram-se entre 16% e 50%. Quais sejam:

- Sem cobertura de Esgotamento sanitário: Aracoiaba; Capistrano; Itapiúna e Ocara
- Com cobertura abaixo de 6%: Baturité (4,81%) e Redenção (5,52)
- Com cobertura abaixo de 16%: Barreira (12,14%) e Mulungu (15,39%)
- Com cobertura entre 28 e 73%: Acarape (55,22%); Aratuba (43,21%); Guaramiranga (35,31%); Pacoti (72,65%) e Palmácia (28,03%).

Fontes primárias declararam que os esgotos são direcionados aos reservatórios hídricos superficiais, contaminando suas águas e gerando os mais variados tipos de doenças.

Outro problema que atinge todo o Território é o uso de agrotóxicos nas lavouras agrícolas e no combate das ervas que teimam em vicejar nas sedes urbanas.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo, com volumes de 673.862 toneladas em 2008 e de mais de 1 milhão de toneladas em 2009. No Ceará, de acordo com os dados divulgados pelo Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas – SINDAG, em relação às vendas de agrotóxicos por unidades da federação no período de 2005 a 2009, ocorreu aqui o aumento de cerca de 100%, passando de 1.649 toneladas de produtos comerciais de todas as classes em 2005, para 3.284 toneladas em 2009. Já em relação aos ingredientes ativos, o acréscimo no mesmo período é de 963,3%, passando de 674 toneladas em 2005 para 6.493 toneladas em 2009. Os valores comercializados passaram de U\$ 11,244.00 em 2005 para U\$ 22,678.00 e o total geral da comercialização no período alcançou U\$ 89,330.00. Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, o Ceará é o quarto Estado do Brasil em número de estabelecimentos que usam agrotóxicos (112.154 em 2008), ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

No ano de 2009, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA, através do seu Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos –

PARA, realizou estudo sobre o monitoramento de resíduos agrotóxicos nos alimentos nos estados de Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Foram monitorados 20 alimentos: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, cebola, cenoura, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pimentão, repolho, tomate, uva, couve, beterraba e pepino. A escolha dos alimentos foi atribuída a dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) que demonstrou a permanente disponibilidade desses alimentos nos supermercados dos diferentes estados da União como também no uso intensivo de agrotóxicos recebido pelas culturas. Das 3.130 amostras analisadas, 907 (29,0%) foram consideradas insatisfatórias em função das seguintes irregularidades:

- Presença de agrotóxicos em níveis acima do Limite Máximo de Resíduos (LMR) em 88 amostras, representando 2,8% do total;
- Utilização de agrotóxicos não autorizados (NA) para a cultura em 744 amostras, representando 23,8% do total;
- Resíduos acima do LMR e NA mesma amostra em 75 amostras, representando 2,4% do total.

A pesquisa demonstrou que quase 30% das amostras analisadas portavam valores de agrotóxicos incompatíveis com o consumo. A constatação traz à tona a necessidade de repensar-se a matriz tecnológica do modelo agrícola dominante que em nenhum aspecto condiz com o discurso e as estratégias do Desenvolvimento Sustentável. Sendo assim, os sistemas de produção agroecológicos e orgânicos apresentam-se como alternativas suficientemente capazes de garantir a oferta sadia de alimentos e demais produtos de origem agrícola.

No Território, fontes locais relacionaram o aumento dos casos de câncer que se verifica nos últimos anos, no Território, à contaminação dos alimentos e água por agrotóxicos.

A produção, acúmulo e inadequada destinação do lixo é outro ponto nevrálgico que assola o Território. Apenas 27,9% dos resíduos gerados são favorecidos com coleta. O percentual é bem abaixo do encontrado para o Estado do Ceará que foi de 59,4%. Já quando se observa o percentual de lixo jogado, constata-se que 37,9% dele não têm tratamento adequado o que certamente interfere na situação de saúde da

população e favorece a contaminação ambiental, proliferação de doenças e agravos à saúde da população. Dessa forma, faz-se necessária a elaboração de uma proposta de intervenção e de reversão desta situação. Uma das propostas recomendadas é a implementação da agenda 21 no território. A figura 23 abaixo demonstra essa situação.

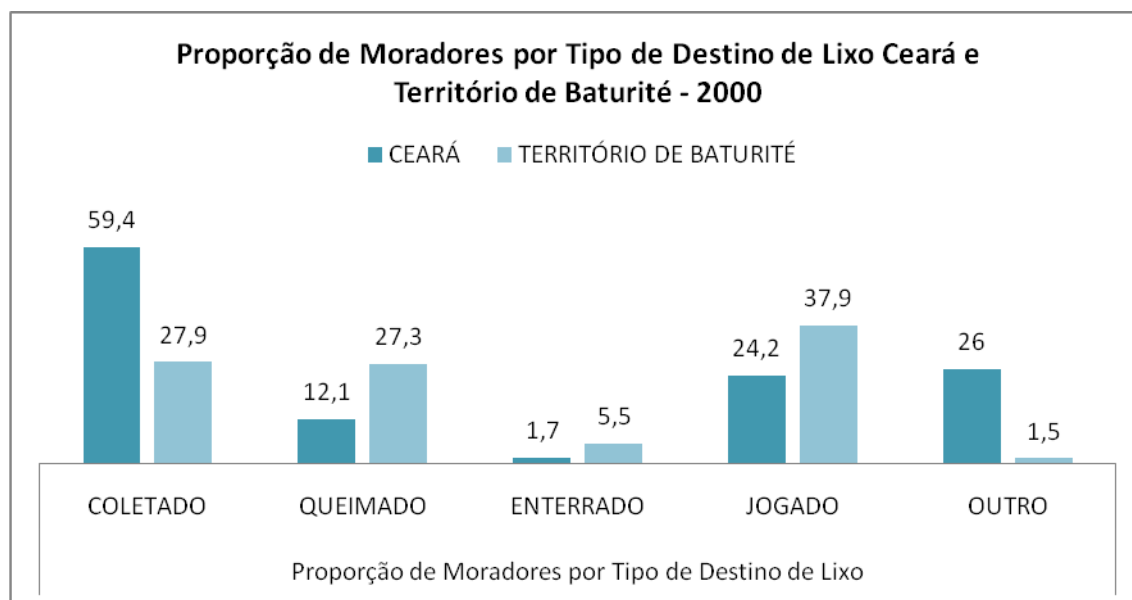


Figura 17: Proporção de Moradores por tipo de destino de lixo no Ceará e Território do Maciço de Baturité em 2000.
Fonte: IBGE, 2000.

De acordo com o Comitê de Saúde, existe a coleta seletiva que é encaminhada para Fortaleza. Semanalmente os demais lixos são coletados e levados até o lixão de Baturité, onde o mesmo contribui para a poluição ambiental. O Município de Palmácia enterra o lixo e outros municípios o queimam. O que mais preocupa, no âmbito institucional, é a postura da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) que não prioriza a questão do lixo junto aos municípios do Território. Em razão desse fato, o Território do Maciço de Baturité reuniu-se para a construção de um aterro sanitário em consórcio com todos os municípios.

12.3.1 Conflitos agroambientais

No município de Baturité, há duas (02) comunidades em conflito com fazendeiros em virtude da destruição ambiental das suas áreas pela invasão do gado. São as localidades de Candeia, com 56 famílias e São Sebastião, com 50 famílias.

12.4 Programas Ambientais no Território

As iniciativas voltadas ao controle e reparação dos passivos ambientais no Território são:

-Projetos Ativos Ambientais - PNMA II – São projetos componentes de uma política do Ministério do Meio Ambiente de investimento nos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, que busca a conquista de ativos ambientais, isto é, visam à resolução de problemas referentes a um “ativo ambiental” que esteja sendo alvo de degradação. Em Baturité, o agente escolhido foi à água, uma vez que a região é detentora de uma importante bacia hidrográfica do Estado, com várias nascentes de rios, entre eles o Rio Pacoti, que faz parte do Sistema Pacoti/Riachão/Gavião responsável pelo abastecimento de cerca de 60% da água consumida na Região Metropolitana de Fortaleza.

Há alguns anos o IBAMA vem atuando de forma mais efetiva em todo o Território através de um projeto especial, o Planejamento Biorregional do Maciço de Baturité, que representa uma abordagem integradora e visa harmonizar a conservação da natureza com o desenvolvimento social e econômico das comunidades que ali residem. Na verdade trata-se de um processo organizacional que procura trazer para uma mesma arena todos os atores sociais que atuam no Território de forma a promover a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, e a partir daí, definir objetivos, metas, ações individuais e conjuntas, formas de gestão participativa e monitoramento. O Projeto envolve mais de quarenta (40) instituições e/ ou organizações da sociedade civil, organizada ou não.

A FUNDAÇÃO CEPEMA, há alguns anos, também vem atuando no Território, com práticas voltadas à educação ambiental, tendo trabalhado em um projeto denominado “Projeto Café Ecológico”, que permitiu a colocação do café orgânico no mercado, através da Cooperativa dos Produtores de Café do Maciço de Baturité – COMCAFÉ. A FUNDAÇÃO também vem adequando as unidades produtivas de agricultores familiares do Território aos sistemas de produção agroecológica, através da implantação de unidades agroflorestais.

Alem disso, deve-se destacar o importante papel da Sociedade Civil, na qualidade de diversas pessoas, que participam com opiniões e ações de essência conservacionista. Prefeituras Municipais, Conselho Consultivo da APA, Associações

comunitárias e de classe, Fundação CEPEMA, Universidades: UFC, UECE e UVA, Cooperativa dos Produtores de Café do Maciço de Baturité - COMCAFÉ e IBAMA.

Outra organização de cunho sociopolítico e ambiental que atua no Território é o Movimento de Atingidos por Barragem- MAB . Ocupa-se em defender as famílias que sofreram danos com a construção de barragens e demais obras hídricas. Sua área de abrangência compreende os municípios de Baturité, Aracoiaba, Capistrano e Itapiúna. O MAB é hoje uma das entidades mais ativas do Território na defesa da qualidade de vida, monitorando a qualidade da água e combatendo as atividades produtivas que incidem na destruição das matas ciliares.

Em relação à Agenda 21, fontes primárias informaram que todos os municípios elaboraram projetos. Contudo não conseguiram implementá-lo.

13. ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 18, conforme as áreas trabalhadas, quais seja: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANALISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Potencial Turístico; 2. Existência de 03 micro climas (serra, encosta da serra e os sertões) no Território ; 3. Biodiversidade existente: Fauna e Flora;Potencial Hídrico em Capistrano, Redenção , Itapiuna , Acarape e Aracoíaba 4. Existência de dois Rios Perenizados: Rio Choro e Rio Pacoti ; 5. Existência de Feiras Livres com a participação de Agricultores Familiares em processo de inclusão e organização; 6. Fortalecimento dos quintais produtivos; 7. Presença das cadeias produtivas da bovinocultura, pesca artesanal, ovinocaprinocultura, apicultura, mandiocultura, milho, feijão e fruticultura; 8. Existência de produção agroecológica; 9. Território com várias iniciativas de proteção ambiental e sustentabilidade, produção agroecológica, viveiros, casas de sementes; 10. Melhoria do padrão genético na bovinocultura e caprinocultura (introdução de reprodutores de); 11. Ampliação da criação de galinha caipira e aves em geral; 12. Áreas favoráveis para irrigação, principalmente, para fruticultura e horticultura; 13. Existência de Associações Comunitárias. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A devastação do ambiente natural, através da exploração mineral indiscriminada; 2. O modelo tecnológico de produção convencional que compromete o meio ambiente; 3. A utilização de tecnologia inadequada ; 4. Desmatamentos desordenados seguidos de queimadas ; 5. Pratica de atividades poluidoras, capazes de afetar os mananciais de água, o solo e o ar; 6. Derrubada de florestas e a captura ou extermínio de animais silvestres; 7. Falta de universalização de saneamento básico e lançamento de esgotos a céu aberto; 8. Assoreamento dos recursos hídricos; 9. Manejo inadequado das águas; 10. Manejo inadequado dos Resíduos Sólidos ; 11. Sistema de Saneamento Insuficiente para a demanda territorial; 12. Abatedouros públicos fora das normas técnicas, sanitárias e legais; 13. Uso indiscriminado de Agrotóxicos.
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Unidades de conservação criadas pelo Governo Estadual – APA da Serra de Baturité e Corredor Ecológico do Rio Pacoti; 2. Programas de apoio ao desenvolvimento ambiental; 3. Existência de Programas na área de 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uso de Agrotóxico indiscriminado; 2. Ausencia de fiscalização por parte das Instituições competentes; 3. Insuficiencia na AssistênciaTécnica e Extensão Rural;

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

Segurança Alimentar (PAA – PNAE) atendendo projetos sociais;

4. Programas Governamentais: PRONAF, DRS, PLANO SAFRA, PROINF, PAC;
5. Base de Serviços de Comercialização;
6. Existência de Cooperativas;
7. Programa cisternas de placas, Programa Dom Helder Câmara;
8. Programas de apoio a projetos existentes no BNB, FUNDECI;
9. Programa do Biodiesel;
10. Elevado número de universidades no Território, proporcionando a ampliação da capacidade técnica;
11. Existência do Programa Luz para Todos no Território;
12. Entidades de ATER (OGs e ONGs);

Quadro 18 :Análise Territorial do ambiente interno e externo da Dimensão Ambiental.

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

Parte II c

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Aspectos Socioeconômicos

Aspectos do Setor Produtivo

Situação Fundiária

Financiamento e Comercialização

Assessoria Técnica

14 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

14.1 Indicadores socioeconômicos

O desenvolvimento socioeconômico do Território Maciço do Baturité é de fundamental importância para toda a sociedade, haja visto, que é uma temática bastante decisiva para colaborar com a desejada qualidade de vida, que só é possível quando as necessidades básicas passam a ser atendidas dentro dos princípios de uma gestão social pautada na redefinição das formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade. Considerando, principalmente, a abordagem territorial, onde o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais mobilizem-se em torno de uma visão de futuro coletiva.

14.1.1 Índices de Desenvolvimento Socioeconômico

Tabela 36 - Índices de Desenvolvimento Humano do Território Maciço de Baturité.

Município	IDHM	IDHM-Educação	IDHM-Longevidade	IDHM-Renda	Gini-Renda
Acarapé	0,62	0,73	0,63	0,5	0,51
Aracoiaba	0,6	0,67	0,63	0,49	0,57
Aratuba	0,63	0,71	0,73	0,46	0,56
Barreira	0,62	0,73	0,64	0,49	0,55
Baturité	0,64	0,74	0,63	0,55	0,63
Capistrano	0,63	0,72	0,72	0,45	0,59
Guaramiranga	0,65	0,73	0,73	0,5	0,52
Itapiúna	0,63	0,7	0,72	0,48	0,68
Mulungu	0,65	0,71	0,73	0,52	0,61
Ocara	0,59	0,69	0,65	0,45	0,59
Pacoti	0,67	0,73	0,78	0,5	0,56
Palmácia	0,65	0,73	0,73	0,49	0,59
Redenção	0,65	0,75	0,7	0,5	0,54

Fonte:(1)ADBH - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2)IBGE - Censo Demográfico (2000)

Segundo a classificação do PNUD, todos os municípios que compõem o território estão entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,799). Apenas o Município de Ocara (0,59) tem IDH inferior a 0,6 enquanto os outros municípios apresentam índices variando de 0,6 a 0,67.

Quanto à dimensão educacional os municípios inserem-se entre os índices que variam de 0,67 e 0,75. Com relação à longevidade, os índices vão de 0,63 a 0,78, o que coloca os municípios também em relação mediana frente a estes índices. No que diz respeito aos índices de renda podem ser observados os valores mais baixos da tabela, que variam de 0,45 a 0,55. Os municípios nos quais se identificam os índices mais altos nesta categoria são: Baturité (0,55) e Mulungu (0,52), em contraponto, conforme aponta o indicador supracitado, sete municípios detêm índices considerados de baixo desenvolvimento humano (IDH abaixo de 0,499) são eles: Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Capistrano, Itapiúna, Ocara e Palmácia, com índices que variam entre 0,45 e 0,49.

Quanto ao que mostra o Índice de Gini (índice que varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o nível de concentração de renda), os municípios com maior concentração de renda, portanto, com maior desigualdade social são: Itapiúna (0,68), Baturité (0,63) e Mulungu (0,61).

Tabela 37 - Produto Interno Bruto (PIB) por setor, PIB *per capita* e preços de mercado do Território Maciço de Baturité.

Macrorregião de Planejamento	PIB a preços de mercado (R\$ mil)	PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)	PIB por setor (%)		
			Agropecuária	Indústria	Serviços
Maciço de Baturité	603.903	2.705	18,35	12,11	69,54
Acarape	34.558	2.360	8,92	20,34	70,73
Aracoiaba	61.197	2.444	18,1	8,82	73,08
Aratuba	37.145	2.757	34,06	6,38	59,56
Barreira	53.667	2.910	28,87	9,11	62,02
Baturité	95.680	3.044	11,82	8,73	79,44
Capistrano	36.947	2.262	16,51	8,46	75,03
Guaramiranga	20.415	3.415	26,12	11,5	62,37
Itapiúna	42.594	2.339	15,62	8,91	75,47
Mulungu	29.997	3.138	28,99	15,86	55,16
Ocara	50.761	2.238	21,06	7,99	70,95
Pacoti	33.196	2.900	24,71	11,16	64,13
Palmácia	21.388	2.223	16,22	9,62	74,16
Redenção	86.360	3.272	8,55	25,09	66,36

Fontes: IBGE/IPECE. 2005

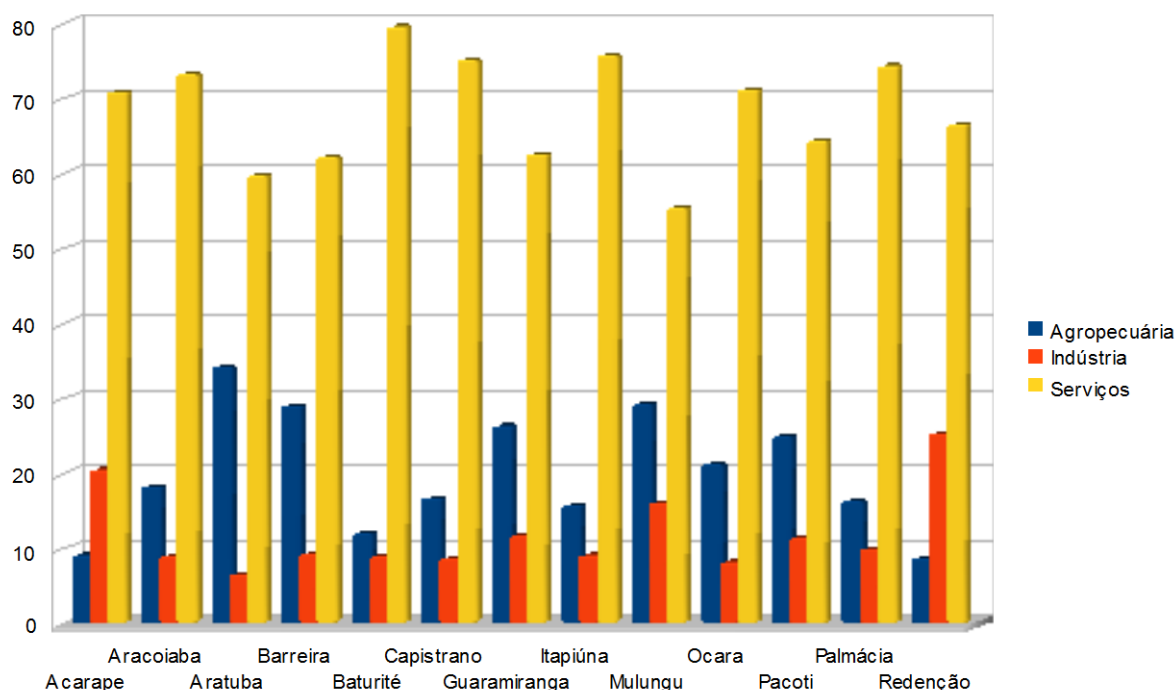


Figura18 - Produto Interno Bruto (PIB) por setor no Território Maciço de Baturité.
 Fonte: Elaboração Própria a partir IBGE/IPECE (2005).

No que diz respeito à primeira variável PIB Total, verifica-se um PIB de aproximadamente, 604 milhões de reais. Esse valor, dada a população do território no ano de referência, correspondia a um PIB per capita da ordem de R\$ 2.705,00.

Analisando a composição por setores, de maneira geral, verifica-se que o produto agropecuário tem uma participação de 18,35% do PIB total. No que diz respeito à participação do setor indústria esse tem apresentado uma participação pouco significativa, atingindo 12,11% do PIB territorial, e finalmente, o setor de serviços, apresenta um percentual muito significativo, em torno de 69,54% do PIB total.

Conforme indicam as informações supracitadas, pode-se perceber o destaque para os municípios de Baturité (79,44%), Itapiúna (75,47%), Capistrano (75,03%), Palmácia (74,16%), Aracoiaba (73,08%), Ocara (70,95%) e Acarape (70,73%), com relação ao setor serviços, que nestes, tem uma participação efetiva de mais de 70% do PIB municipal.

Quanto ao setor agropecuário, constata-se que os municípios com maior participação são: Aratuba (34,06%), Mulungu (28,99%), Barreira (28,87%), Guaramiranga (26,12%) e Pacoti (24,71%).

No tocante ao setor Indústria, as maiores participações, encontram-se respectivamente, nos seguintes municípios: Redenção (25,09%), Acarape (20,34%), Mulungu (15,85%), Pacoti (11,16%) e Guaramiranga (11,5%).

13.2.2 População Econômica Ativa (PEA)

A População Economicamente Ativa que se refere ao setor primário corresponde a 55%, a do setor secundário contabiliza 15%, e o terciário, apresenta 30% (IBGE, 1991). Ressalta-se que não há informações oficiais sobre a contagem de desempregados, entretanto, observa-se que a demanda por postos de trabalho, tem crescido, constantemente, enquanto a sistemática de geração de novos postos de trabalho, principalmente, os formais, não têm conseguido acompanhar a necessidade territorial.

Tabela 38- Renda per capita, Rendimentos do trabalho, Renda Média do Chefe de Família e Transferências Governamentais no Território Maciço de Baturité

Município	Renda Per Capita(1)	Renda de Rendimentos do Trabalho(1)	Renda Média do Chefe de Família(2)	Renda de Transferências Governamentais(1)
Acarapé	79,35	63	230,66	20,49
Aracoiaba	72,31	58,87	217,58	24,04
Aratuba	61,54	56,6	179,57	18,97
Barreira	75,17	55,98	221,21	23,27
Baturité	106,16	49,37	298,01	18,23
Capistrano	56,31	38,43	215,43	24,06
Guaramiranga	78,65	61,93	226,59	17,75
Itapiúna	69,36	39,94	227,62	25,51
Mulungu	86,09	51,81	239,96	18,04
Ocara	56,83	39,64	182,64	28,61
Pacoti	78,51	59,66	226,25	20,36
Palmácia	72,98	54,21	235,43	23,34
Redenção	78,1	53,46	222,69	20,54
Total Território	-	-	-	-

Fonte: (1)ADBH - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2)IBGE - Censo Demográfico (2000)

Renda per capita, Rendimentos do trabalho, Renda Média do Chefe de Família e Transferências Governamentais.

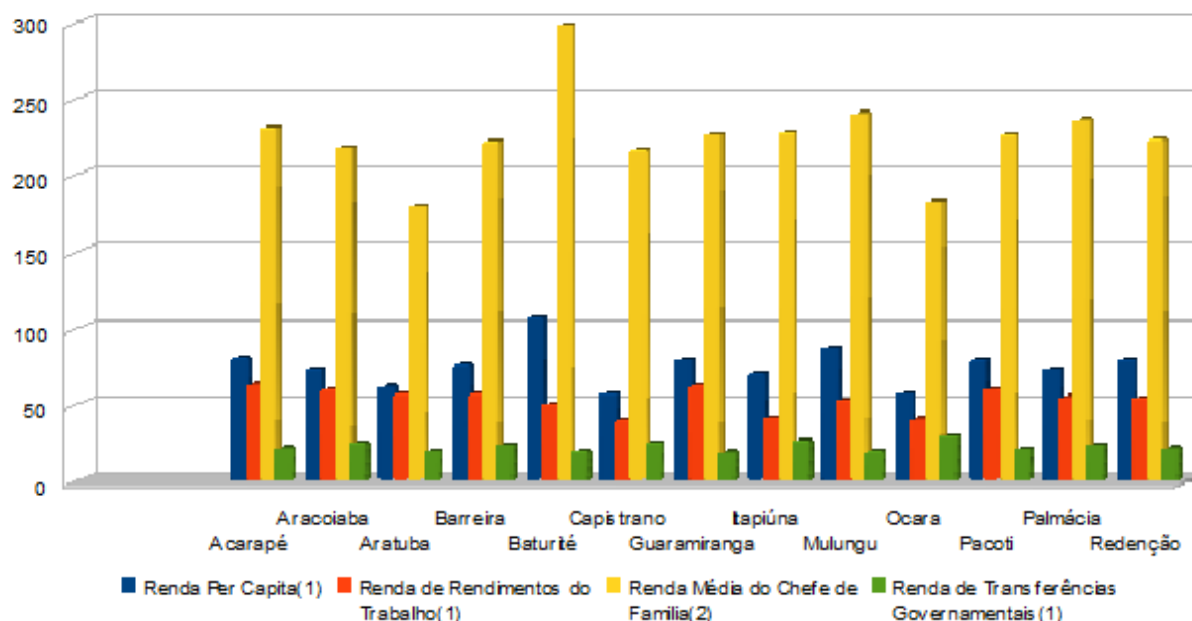


Figura 19 – Renda per capita, de rendimentos do trabalho, média do chefe de família e de transferências governamentais no Território Maciço de Baturité.

Fonte: Elaboração Própria a partir ADBH – Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil.

No geral, os municípios têm uma renda *per capita* muito baixa no período de análise. A média geral alcança cerca de R\$ 74,72 (setenta e quatro reais e setenta e dois centavos). Os municípios que se encontram em melhor situação são Baturité com R\$ 106,16 e Mulungu com R\$ 86,09, em seguida: Acarape, Aracoíaba, Barreira, Guaramiranga, Pacoti, Palmácia e Redenção com uma renda na faixa de R\$ 72,31 (setenta e dois reais e trinta e um centavos) a R\$ 79,35 (setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), sendo que, o restante dos municípios: Aratuba, Capistrano e Itapiúna, apresentam uma renda abaixo de R\$ 70,00 (setenta reais).

Quanto à renda advinda de rendimentos do trabalho, têm-se indicadores ainda mais baixos, variando entre R\$ 38,43 a R\$ 63. Sendo que Baturité, Capistrano, Itapiúna e Ocara, são os que detêm indicadores abaixo de R\$ 50,00. Os outros, exceto, Acarape e Guaramiranga, detêm indicadores abaixo de R\$ 60,00.

Com relação à renda média do chefe de família, a média do território é de R\$ 230,66, sendo que, exceto, Aratuba (R\$ 179,57) e Ocara (R\$ 182,64), os demais municípios compreendem indicadores que variam de R\$ 215,43 a R\$ 298,01.

No tocante a renda advinda de transferências governamentais, tem-se uma média territorial de R\$ 20,49, sendo que, os maiores valores, encontram-se correspondentes aos municípios de Ocara (R\$ 28,61), Itapiúna (R\$ 25,51), Capistrano

(R\$ 24,06) e Aracoiaba (R\$24,04). Os municípios com os menores valores neste indicador são, respectivamente, Guaramiranga (R\$ 17,75), Mulungu (R\$ 18,04), Baturité (R\$ 18,23) e Aratuba (R\$ 18,97).

Os baixos valores de renda per capita, renda de rendimentos do trabalho, renda média do chefe de família, no geral, indicam níveis de pobreza, o que comunga com a necessidade de complemento de renda a partir das transferências governamentais.

15 ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO

15.1 Produção agrícola

A agricultura do Território, via de regra, utiliza-se de tecnologias ultrapassadas, com práticas rudimentares, de subsistência, com resultados econômicos insuficientes. Apenas o excedente do consumo é comercializado. Não exercendo, em geral, outra atividade e possui, em geral, uma produtividade muito baixa. Assim, a comercialização fica à mercê de atravessadores.

15.1.1 Culturas Temporárias:

Com relação às culturas temporárias, as que mais se destacam em produção, respectivamente, são: cana-de-açúcar (68.543 t), milho (22.906 t), mandioca (21.587 t), tomate (11.123 t), feijão (6.714 t) e arroz (4.122 t)

Quanto à geração de renda, as culturas que mais se destacam são: milho (9.916 em mil reais), feijão (7.7.48 em mil reais), cana-de-açúcar (2.764 em mil reais), mandioca (2.654 em mil reais), arroz (2.583 em mil reais) e sorgo (732 em mil reais)

15.1.2 Culturas Permanentes:

Dentre as culturas permanentes com maior produção, destacam-se: banana (em cacho) (98.908 t), castanha de caju (7.041 t), manga (2.835 t), coco-da-baía (2.460 t), mamão (2.344 t) e café (em grão) (1.973 t).

Considerando os municípios de maior produção de algodão herbáceo (em caroço), destacam-se, Ocara (83 ton.) e Aratuba (45 ton.). Quanto à produtividade média, temos 1,02 t/ha. A produtividade por município apresenta-se da seguinte forma: Aratuba (1,29 t/ha) e Ocara (0,75 t/ha).

Com relação à geração de renda as culturas que mais se destacam são: banana (em cacho) (31.758 em mil reais), castanha de caju (R\$ 5.750.000), café (em grão) (R\$ 5.221.000), mamão (R\$ 836.000), coco-da-baía (R\$ 724.000) e laranja (R\$ 690.000).

Tabela 39 – Quantitativos de área, produção e valor das lavouras permanentes e temporárias no Território Maciço de Baturité.

Produto	Produtos das lavouras permanentes e temporárias											
	Área Colhida (ha)				Produção							
					Quantidade (t)				Valor (R\$ mil)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Abacate	5	5	5	5	59	60	59	61	29	29	29	31
Algodão herbáceo (em caroço) (2)	302	145	-	300	445	128	-	300	336	99	-	300
Alho (2)	13	-	-	-	41	-	-	-	97	-	-	-
Arroz (em casca) (2)	2.703	2.756	2.673	5.315	5.016	4.122	4.802	7.212	3.569	2.583	4.647	6.956
Banana (cachos) (1)	14.678	14.678	14.728	15.249	102.847	98.908	104.992	111.977	31.685	31.758	37.482	42.313
Café (em grão) (1)	4.687	4.687	4.622	4.540	2.123	1.973	2.154	2.008	5.644	5.221	7.173	9.502
Cana-de-açúcar (2)	1.288	1.530	2.356	1.639	57.199	68.543	106.432	70.291	2.030	2.764	4.278	2.812
Castanha de caju (1)	32.687	32.687	35.588	38.565	14.723	7.041	13.781	13.763	12.624	5.750	12.813	13.308
Coco-de-baía (1)	338	338	338	336	2.369	2.460	2.491	2.493	675	724	1.012	1.186
Fava (em grão) (2)	305	333	361	385	126	146	164	177	190	186	334	312
Feijão (em grão) (2)	17.343	19.851	20.011	21.667	8.617	6.714	10.097	3.944	8.731	7.748	17.604	5.982
Goiaba (1)	17	17	17	17	136	132	127	125	75	73	71	75
Laranja (1)	173	173	173	165	2.096	1.940	1.924	1.809	755	690	680	717
Mamão (1)	60	74	131	132	2.021	2.34	4.112	4.171	727	836	1.470	1.555
Mamona (2)	245	344	790	685			248	163		105		

Produto	Produtos das lavouras permanentes e temporárias											
	Área Colhida (ha)				Produção							
					Quantidade (t)				Valor (R\$ mil)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
					250	158			125		226	179
Mandioca (2)	1.269	1.619	2.074	1.843	16.885	21.587	26.774	15.940	1.689	2.654	4.823	2.710
Milho (em grão) (2)	23.704	24.952	25.475	24.962	30.685	22.906	34.883	23.094	13.640	9.916	17.094	9.679
Sorgo (em grão) (2)	730	821	820	-	1.960	2.147	1.979	-	667	732	747	-
Tomate (2)	377	407	411	430	10.456	11.402	11.975	12.790	15.561	17.747	9.816	8.272
Uva (1)	3	4	4	1	68	98	97	7	157	230	226	13
Total	100.927	105.421	110.577	116.236	258.122	252.809	327.091	270.325	99.006	89.845	120.525	105.902

Fonte: IPECE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal 2006-2007 e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2008 e 2009. (1) Lavoura permanente., (2) Lavoura temporária.

15.2 Fruticultura irrigada

O Sistema de irrigação da região se dá através de gotejamento micro aspersão regador e ainda irrigação por vazante em três municípios, Aracoiaba, Itapiuna e Acarape, e considerando a Banana a cultura mais expressiva da região conforme Tabela 40 a seguir.

Tabela 40 – Área, quantidade e valor total de produtos de lavouras permanentes no Território Maciço de Baturité.

Total – Produtos de lavouras permanentes (2007)				
Produto	Municípios	Área Total Colhida (hectare)	Quantidade Total (t)	Valor Total (Mil R\$)
Abacate	Baturité, Guaramiranga, Redenção.	5	60	29
Banana (cacho)	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção.	14.678	98.908	31.758
Café (em grão)	Aratuba, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Pacoti, Palmácia, Redenção.	4.687	1.973	5.221
Castanha de caju	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção.	32.687	7.041	5.750
Coco-da-baía	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção.	338	2.460	724
Goiaba	Aracoiaba, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Redenção.	17	132	73
Laranja	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção.	173	1.940	690
Mamão	Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Pacoti, Palmácia, Redenção.	74	2.344	836
Manga	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção.	259	2.835	637
Maracujá	Aratuba, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Pacoti, Palmácia, Redenção.	43	313	406
Tangerina	Guaramiranga	62	279	134
Uva	Baturité, Capistrano.	4	98	216
Total		53.027	118.383	46.474

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2006-2007

Tabela 41 – Quantitativos de área, quantidade produzida e valor da produção no Território Maciço de Baturité, 2006-2009.

Lavoura permanente Banana (cacho)												
Município	Área colhida (Hectares)				Quantidade produzida (Toneladas)				Valor da produção (Mil Reais)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Acarape	30	30	30	30	195	204	215	217	65	67	79	91
Aracoiaba	30	30	30	30	210	228	230	232	68	78	84	89
Aratuba	1.800	1.800	1.800	1.800	12.600	10.800	13.000	13.100	4.163	3.672	4.615	4.834
Barreira	5	5	5	5	33	30	33	34	9	9	12	13
Baturité	2.400	2.400	2.400	2.400	16.320	14.400	16.800	16.810	5.373	5.011	6.290	6.547
Capistrano	600	600	600	600	4.200	4.500	4.550	4.552	1.388	1.796	1.643	1.748
Guaramiranga	920	920	920	920	8.280	5.796	6.440	6.450	2.650	2.095	2.363	2.454
Itapiúna	10	10	10	11	68	70	76	83	23	24	24	32
Mulungu	2.400	2.400	2.400	2.400	16.800	17.520	17.600	18.000	5.551	5.957	6.505	6.930
Ocara	3	3	3	3	21	24	26	25	7	8	23	10
Pacoti	2.300	2.300	2.320	2.320	16.100	18.400	18.560	19.024	4.661	5.391	6.368	7.058
Palmácia	1.700	1.700	1.700	1.700	11.900	11.560	11.900	12.240	3.213	3.260	4.067	4.541
Redenção	2.480	2.480	2.510	3.030	16.120	15.376	15.562	21.210	4.514	4.390	5.409	7.966
Total	14.678	14.678	14.728	15.249	102.847	98.908	104.992	111.977	31.685	31.758	37.482	42.313

Fonte: IBGE - Elaboração: Instituto Agropolos

15.3 Setor pecuário

A agropecuária do Maciço de Baturité não se utiliza as tecnologias recomendadas, desrespeitando o ecossistema e danificando os recursos naturais, gerando um quadro de pobreza crescente, verificado atualmente no tecido social rural do Território, bem como, gerando sérios impactos ambientais.

15.3.1 Bovinocultura

O sistema de criação nas áreas da serra (de forma extensiva tem causado impacto ao ambiente devido às características de solo, relevo e vegetação) é vulnerável ao processo de erosão.

O nível de conhecimento, seguido das formas tradicionais de cultivo dos agricultores, e aliado a exploração de culturas de subsistência, tem contribuído muito para a manutenção da baixa qualidade de vida das famílias. A baixa renda obtida pelo agricultores, notadamente os familiares, não ajuda na adoção de práticas mais adequadas de cultivo ou criação. A “cultura” (contracultura) dificulta a inserção de metodologias pautadas na agroecologia e agrofloresta, dessa forma, gera elementos perpetuadores do estágio atual de pobreza em que se encontram, bem como, geram um aumento da condição de degradação ambiental.

O sistema de Gestão, bem como a organização produtiva dos agricultores é ainda muito frágil. A falta de estrutura das instituições nas esferas municipais, seguido dos problemas relacionados com o acesso ao crédito, a regularização fundiária, a falta de uma política agrícola de cunho sistemático e permanente, com estratégias de fomento ao desenvolvimento produtivo e comercial, são elementos determinantes na manutenção da situação presente. A maior parte dos insumos agrícolas e pecuários são adquiridos de forma individualizada, e advém, de fora do território. A irregularidade climática, principalmente nas áreas mais baixas contribui significativamente para o agravamento do quadro apresentado.

Quanto às questões relativas à divulgação e marketing Territorial como elemento de apoio comercial, não há movimentos representativos neste sentido. Atualmente, o Território não dispõe de uma marca integradora e unificadora que possa agregar valor e apoiar à diferenciação dos produtos.

Tabela 42 - Efetivo de Bovinos, Vacas ordenhadas e Produção de Mel

Municípios	Efetivos de bovinos (cabeças)	Vacas ordenhadas (cabeça)	Produção de Mel (kg)
Acarape	2.358	417	-
Aracoiaba	10.834	1.672	13.939
Aratuba	3.112	664	-
Barreira	4.512	767	11.332
Baturité	6.902	861	-
Capistrano	4.684	749	-
Guaramiranga	917	176	9.786
Itapiúna	7.593	1.293	-
Mulungu	914	153	-
Ocara	8.513	924	21.000
Pacoti	3.524	332	-
Palmácia	2.855	166	-
Redenção	2.193	217	-
Total	58.911	8.391	56.057

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal 2006-2007 e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2008.

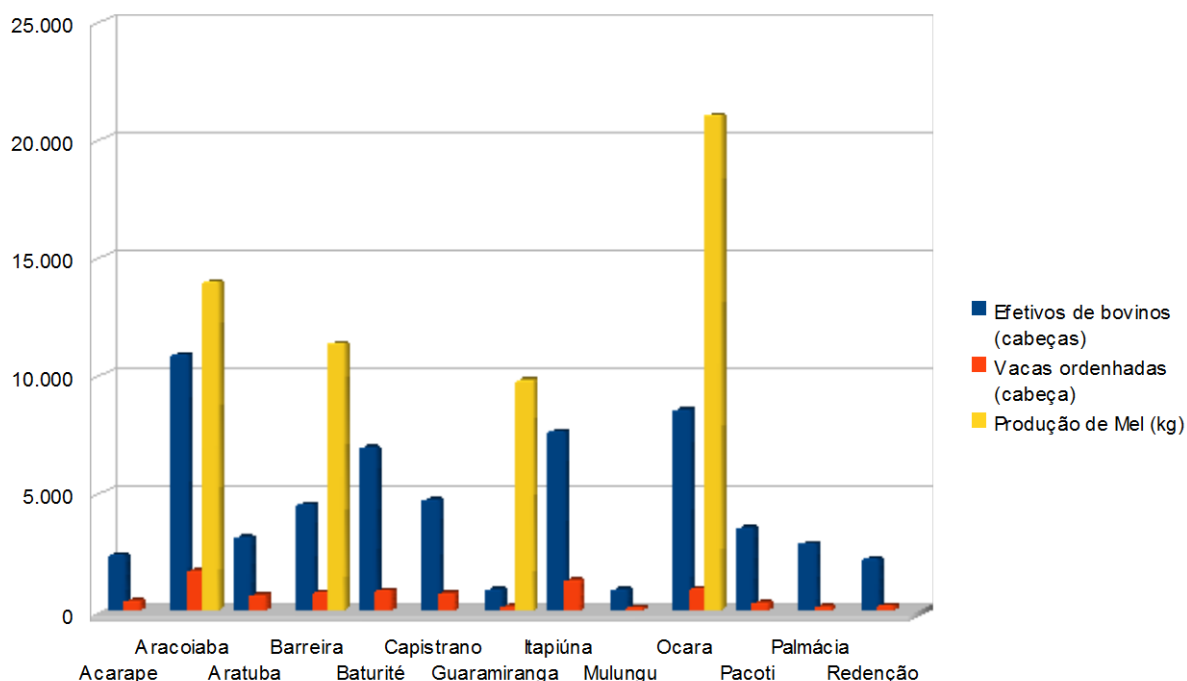


Figura 20 – Efetivo de rebanhos bovinos, de vacas ordenhadas e de produção de mel no Território Maciço de Baturité.

Fonte: Elaboração Própria a partir IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2006-2007.

O efetivo total de Bovinos (cabeças), Vacas ordenhadas (cabeças), Eqüinos, Asinos, Muares, Caprinos, Ovinos, Suínos, Galinhas e Galos, frangas, frangos e pintos (2007).

Ao considerarmos os municípios de maior produção de bovinos, temos: Aracoiaba (18,34%), Ocara (14,45%), Itapiúna (12,89%), Baturité (11,72%) e Capistrano (7,95%); vacas ordenhadas: Aracoiaba (19,93%), Itapiúna (15,41%), Ocara (11,01%), Baturité (10,26%) e Capistrano (9,14%) e mel: Ocara (37,46%); Aracoiaba (24,87%); Barreira (20,22%) e Guaramiranga (17,46%).

Tabela 43 - Efetivo dos rebanhos, Eqüinos, Asininos e Muares

Municípios	Efetivo (cabeças)					
	Eqüinos		Asininos		Muares	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Acarape	111	121	33	39	133	140
Aracoiaba	938	963	1.015	1.026	823	831
Aratuba	327	331	471	475	625	634
Barreira	652	663	182	187	205	211
Baturité	525	633	853	855	820	818
Capistrano	444	451	501	510	366	370
Guaramiranga	108	111	35	38	214	219
Itapiúna	1.297	1.299	1.442	1.443	601	603
Mulungu	59	63	111	120	398	405
Ocara	1.371	1.374	701	704	284	297
Pacoti	126	128	160	162	490	494
Palmácia	114	121	58	63	248	253
Redenção	127	130	94	97	468	471
Total	6.199	6.388	5.656	5.719	5.675	5.746

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção da Pecuária Municipal 2006-2007.

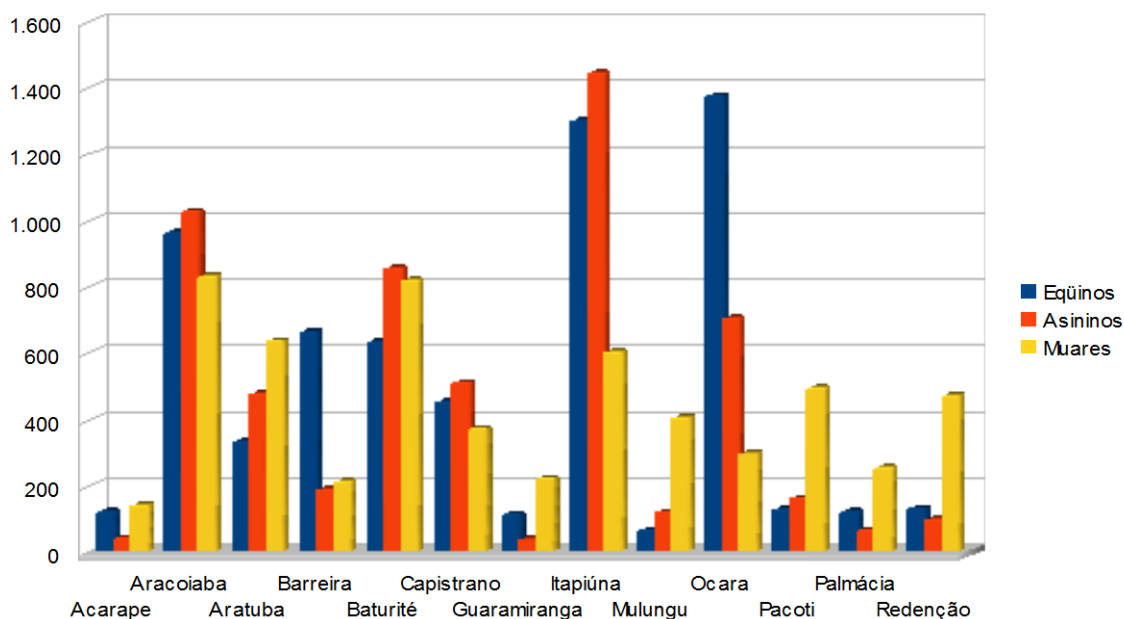


Figura 21 - Efetivo de rebanhos equinos, asinos e muares no Território Maciço de Baturité.

Fonte: Elaboração Própria a partir IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2006-2007.

Há maior concentração de rebanho de equinos nos municípios de: Ocara (21,51%), Itapiúna (20,34%), Aracoiaba (15,08%), Barreira (10,38%), Baturité (9,91%); asininos em Itapiúna (25,23%), Aracoiaba (17,94%), Baturité (14,95%), Ocara (12,31%) e Capistrano (8,92%) e muares em Aracoiaba (14,46%), Baturité (14,24%), Aratuba (11,03%), Itapiúna (10,49%) e Pacoti (8,60%).

Tabela 44- Efetivo dos rebanhos, Caprinos, Ovinos e Suínos.

Municípios	Efetivo (cabeças)					
	Caprinos		Ovinos		Suínos	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Acarape	123	131	409	431	1.970	2.006
Aracoiaba	849	855	2.642	2.666	3.138	3.180
Aratuba	749	754	532	542	2.358	2.386
Barreira	194	205	803	814	1.132	1.183
Baturité	636	633	854	850	4.385	4.489
Capistrano	386	411	932	958	1.579	1.614
Guaramiranga	64	71	197	204	356	366
Itapiúna	2.748	2.759	6.361	6.383	4.314	4.342
Mulungu	88	92	33	36	366	275
Ocara	1.581	1.583	5.052	5.059	3.532	3.604
Pacoti	399	405	109	111	1.383	1.389
Palmácia	93	97	2.009	2.040	1.192	1.214
Redenção	70	73	149	151	562	569
Total	7.980	8.069	20.082	20.245	26.267	26.617

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção da Pecuária Municipal 2006-2007.

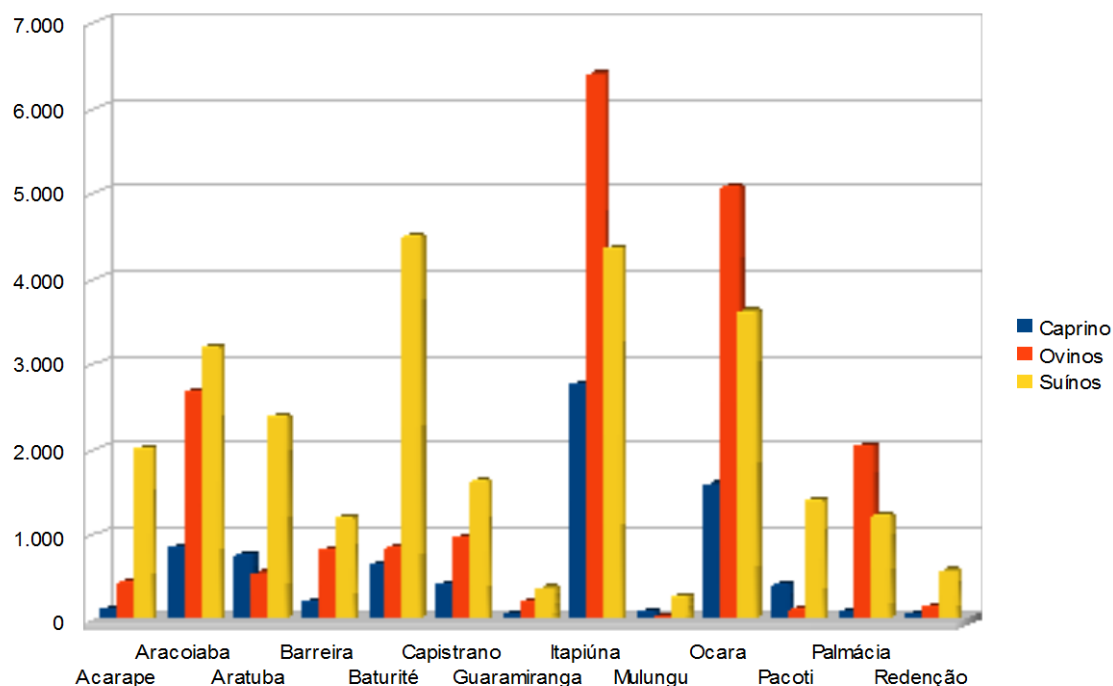


Figura 22 - Efetivo de rebanhos caprinos, ovinos e suínos no Território Maciço de Baturité.

Fonte: Elaboração Própria a partir IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2006-2007.

Considerando os municípios de maior produção de caprinos, destacam-se: Itapiúna (34,19%), Ocara (19,62%), Aracoiaba (10,60%), Aratuba (9,34%) e Baturité (7,84%); ovinos, Itapiúna (31,53%), Ocara (24,99%), Aracoiaba (13,17%), Palmácia (10,08%) e Capistrano (4,73%); suínos, Baturité (16,87%), Itapiúna (16,31%), Ocara (13,54%), Aracoiaba (11,68%) e Aratuba (8,96%).

15.3.2 Avicultura

Quanto aos efetivos do rebanho de galinhas, os municípios que mais se destacaram foram: Itapiúna (18,05%), Ocara (14,70%), Baturité (13,65%), Aracoiaba (12,70%), Capistrano (8,49%) e galos, frangas, frangos e pintos, Barreira (68,08%), Capistrano (6,64%), Baturité (4,72%), Aratuba (4,08%), Itapiúna (3,18%).

Comparativamente houve um pequeno aumento na produção de galinhas (0,76%) no ano de 2007 em relação a 2006. Da mesma forma observa-se um aumento de 0,33% na produção de galos, frangos e pintos no ano 2007 se comparado com o ano de 2006.

Segundo informações primárias o custo alto do milho de certa forma tem dificultado a criação de galinha caipira. Não foi possível identificar quanto deste

rebanho total é inerente à criação de galinha de aves de granjas, criadas em sistemas intensivos.

Tabela 45 - Efetivo de Aves

Municípios	Efetivo (cabeças)			
	Galinhas		Galos, frangas, frangos e pintos	
	2006	2007	2006	2007
Acarape	1.288	1.417	1.387	1.483
Aracoiaba	13.739	13.823	22.590	22.976
Aratuba	7.586	7.597	30.912	30.979
Barreira	5.965	5.990	515.993	517.004
Baturité	14.705	14.867	35.644	35.806
Capistrano	9.213	9.239	50.232	50.398
Guaramiranga	1.408	1.438	1.853	1.866
Itapiúna	19.556	19.655	23.747	24.133
Mulungu	2.872	2.895	5.566	5.627
Ocara	15.926	16.006	24.439	24.453
Pacoti	6.615	6.638	15.662	15.738
Palmácia	2.936	2.996	22.573	22.615
Redenção	6.240	6.315	6.255	6.301
Total	108.049	108.876	756.853	759.379

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção da Pecuária Municipal 2006-2007.

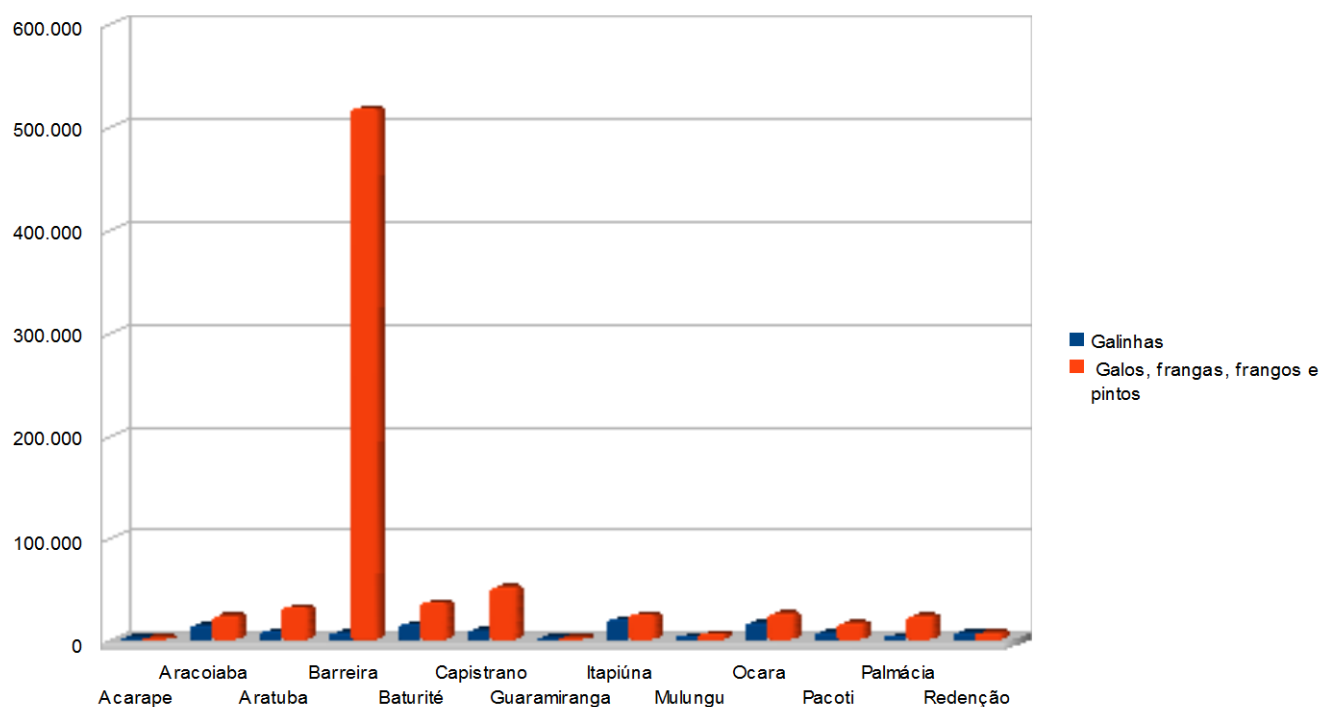


Figura 23 - Efetivo de aves no Território Maciço de Baturité (2007)

Fonte: Elaboração Própria a partir IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2006-2007.

Tabela 46 - Produção de Leite e Ovos

Municípios	Produção de leite				Produção de ovos			
	Quantidade (mil litros)		Valor (R\$ mil)		Quantidade (mil dúzias)		Valor (R\$ mil)	
	2006	2007	2006	2007	Ovos de galinha		Ovos de galinha	
					2006	2007	2006	2007
Acarape	250	261	150	209	5	5	12	13
Aracoiaba	1.318	1.326	791	1.061	88	89	203	213
Aratuba	447	454	268	363	26	27	61	65
Barreira	598	601	359	451	24	25	56	59
Baturité	721	730	433	547	55	55	126	132
Capistrano	571	578	343	434	50	51	115	122
Guaramiranga	185	186	111	149	10	10	23	25
Itapiúna	1.122	1.122	673	898	127	217	292	521
Mulungu	154	156	93	125	15	15	36	38
Ocara	582	587	349	470	93	94	224	234
Pacoti	246	249	148	199	30	30	72	76
Palmácia	131	132	79	105	14	14	32	34
Redenção	157	159	94	127	37	37	89	93
Total	6.482	6.541	3.891	5.138	574	669	1.341	1.625

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção da Pecuária Municipal 2006-2007.

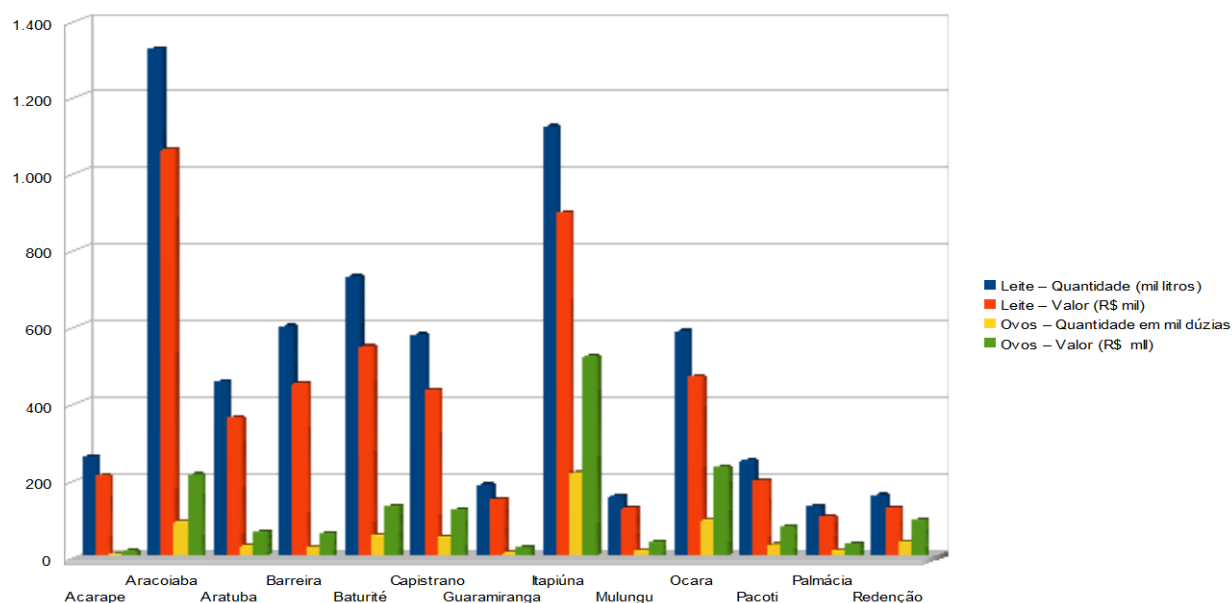


Figura 24 – Produção de leite e ovos por município no Território do Maciço de Baturité.

Fonte: Elaboração Própria a partir IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2006-2007.

Com relação aos municípios de maior produção de leite temos: Aracoiaba (20,27%), Itapiúna (17,15%), Baturité (11,16%), Barreira (9,19%) e Ocara (8,97%).

Ao analisarmos a produtividade média do rebanho, que podemos obter ao cruzarmos as informações de produção de leite com o número de vacas ordenhadas (Tabela - Efetivo de Bovinos, Vacas ordenhadas e Produção de Mel) temos 0,78 litros por animal, o que representa uma produtividade bastante baixa. Por município verificamos que a produtividade dá-se em maior escala em: Guaramiranga (1,06L); Mulungu (1,02L); Baturité (0,85L), Palmácia (0,8L) e Aracoiaba (0,79L). Vale salientar que há um pequeno aumento (0,90%) na produção de 2007 em relação à de 2006.

Considerando os municípios com maior produção de ovos_tem-se: Itapiúna (32,44%), Ocara (14,05%), Aracoiaba (13,30%), Baturité (8,22%) e Capistrano (7,62%).

Ao analisarmos a produtividade média do rebanho de aves, informação que podemos obter ao cruzarmos as informações de produção de ovos com o número de galinhas (Tabela - Efetivo de Aves), podemos verificar que esta equivale a 74 ovos/ave. A maior produtividade por município pode ser especificada da seguinte maneira: Itapiúna (132 unidades), Guaramiranga (83 unidades), Aracoiaba (77 unidades), Ocara (70 unidades) e Redenção (70 unidades). Salientar-se que há um pequeno aumento (14,20%) na produção de ovos do ano de 2007 em relação ao ano de 2006.

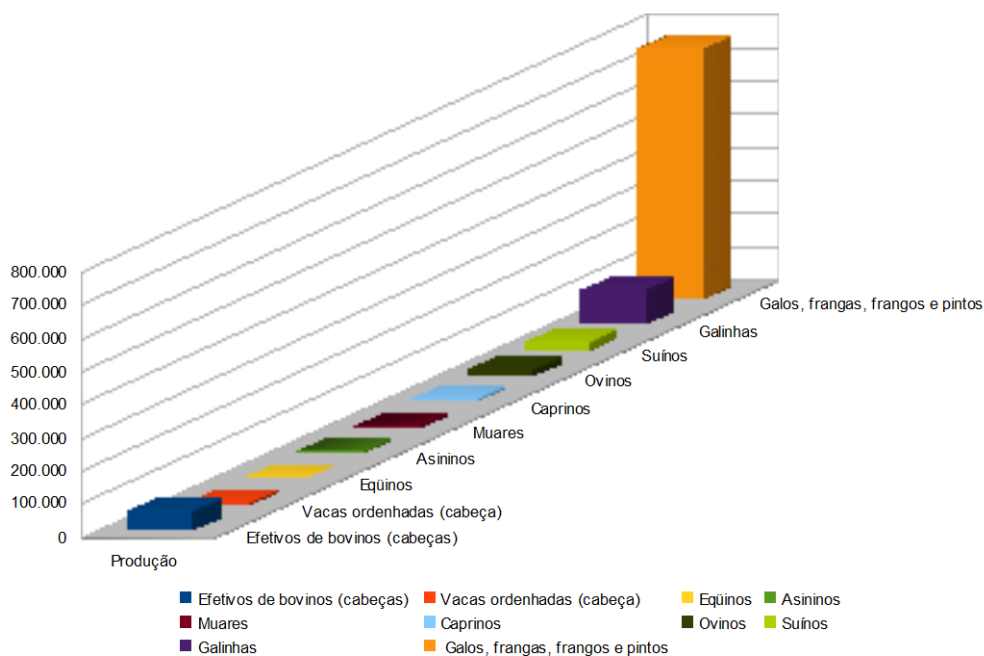


Figura 25 – Efetivo da pecuária no Território Maciço de Baturité.
Fonte: Adaptado IBGE, 2006-2007.

As informações quantitativas totais do efetivo de rebanhos, bem como do tipo e da produção animal no território podem apresentam-se da seguinte maneira: bovinos (58.911 cabeças); vacas ordenhadas (8.391 cabeças); eqüinos (6.388 cabeças); asininos (5.719 cabeças); muares (5.749 cabeças); caprinos (8.069 cabeças); ovinos (20.245 cabeças); suínos (26.617 cabeças); galinhas (108.876 cabeças); galos, frangas, frangos e pintos (759.379 cabeças).

Produção Total de Leite, Ovos e Mel (2007)

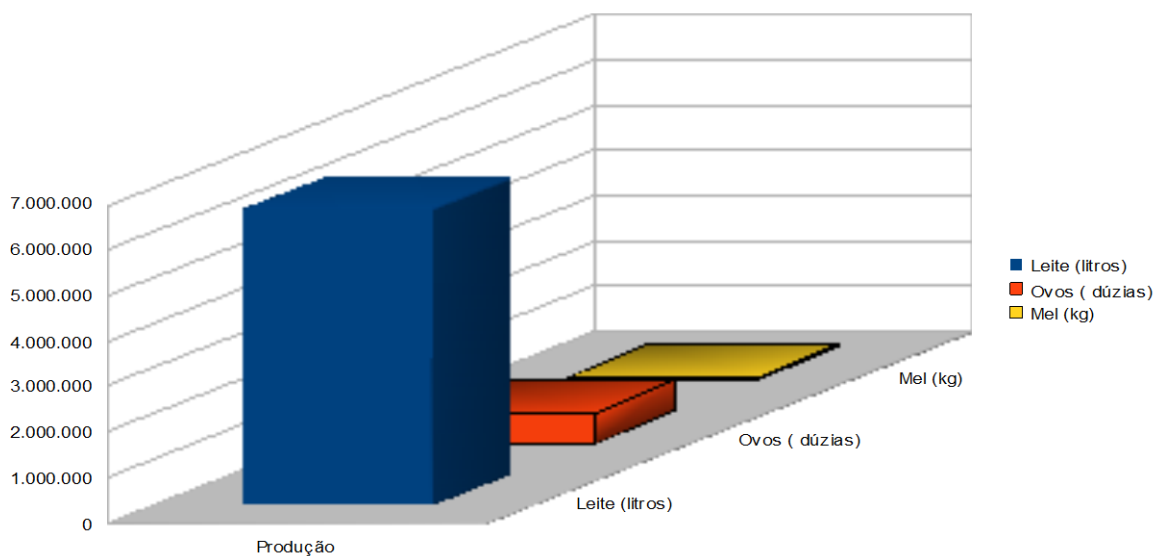


Figura 26 - Produção de leite, ovos e mel por município no Território do Maciço de Baturité.
Fonte: Elaboração Própria a partir IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2006-2007.

Com relação à totalização da quantidade de produtos de origem animal no território tem-se: leite (6.541 em mil litros); ovos (669 em mil dúzias) e mel (56.057 kg). Dos produtos supracitados apenas o mel não incide em todos os municípios.

16 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

O Território do Maciço de Baturité conta com 04 (quatro) modalidades de Assentamentos de Reforma Agrária quais sejam: Imóveis Rurais Adquiridos pelo INCRA; Assentamentos Estaduais; Assentamentos de Reforma Agrária Solidária/Projeto São José/Ação Fundiária e Assentamentos dos Subprojetos de Aquisição de Terras/Cédula da Terra.

16.1 Áreas de Assentamento da Reforma Agrária

Tabela 47 - Quantitativo de assentamentos, número de famílias e área por modalidade no Território Maciço de Baturité.

Modalidade	Assentamentos	Nº de Famílias	Área (h a)
Incra	19	826	28.466
Estaduais	7	112	4.015
Reforma Agrária Solidária/ Projeto São José/ Ação Fundiária	7	70	1.229
Subprojetos de Aquisição de Terras/ Cédula da Terra	21	258	5.884
TOTAL	54	1.266	39.594

Fonte: Idace (Março de 2010), INCRA (Dezembro de 2009)

* Área do Registro

A concentração de assentamentos da reforma agrária no território é relativamente baixa, sendo no total 54 assentamentos, totalizando uma área de 39.593,54 hectares e contando com 1.266 famílias.

Com relação às modalidades de assentamento com maior expressão temos respectivamente: Imóveis Rurais Adquiridos pelo INCRA com 19 áreas de assentamento, 826 famílias e área de 28.465,54 hectares; Assentamentos Estaduais com 07 áreas de assentamentos, 112 famílias e 4.015 hectares; Assentamentos de Reforma Agrária Solidária/Projeto São José/Ação Fundiária com 07 áreas de assentamentos, 70 famílias e 1.229 hectares e Assentamentos dos Subprojetos de Aquisição de Terras/Cédula da Terra contabilizando 21 áreas de assentamento, 258 famílias e 5.884 hectares.

16.2 Número de Famílias Assentadas em Imóveis Rurais adquiridos pelo INCRA

Tabela 48 – Quantitativo de famílias assentadas no Território pelo INCRA no Território Maciço de Baturité.

Município	Nome do Imóvel Rural	Denominação do Projeto de Assentamento implantado pelo Incra	Área do Registro (hectares)	Área Topográfica (hectares)	Capacidade de Assentamento (número de família)	
Acarapé	Boqueirão do Juvenal	Boqueirão	528,39	537,11	20	
Aracoiaba	Lagoa da Capivara	Lagoa da Capivara	1499	740,58	70	
Aratuba		0	0	0	0	
Barreira		0	0	0	0	
Baturité	Fazenda Jardim	Jardim	655	761	30	
Capistrano	¹ Fazenda Araçangas e Cajazeiras	Nova Cajazeiras	660	542,93	23	
Guaramiranga		0	0	0	0	
Itapiúna	Massapê/Cangati	Massapê/Cangati	894,02	1.353,82	45	
	Touro	Touro	1.396,00	1.401,28	45	
	Barra dos Barbosas	Barra dos Barbosas	Indefinida	1.159,56	41	
	Rodeio	Rodeio	908,01	720,24	25	
	Cupira	Cupira	1.506,00	863,35	34	
	Sítio Boa Vista	Boa Vista II	1.725,21	1.426,70	25	
Mulungu	² Fazenda Pará	Pará	5.058,31	4.343,87	45	
Ocara	Fazenda Cachoeira	Cachoeira	2.531,00	2.244,96	50	
	Fazenda Serrote	Lagoa do Serrote II	823,00	843,46	30	
	Aroeira	Aroeira II	1.127,77	987,21	40	
	São José II	São José II	1.388,02	1.522,75	50	
	Uira e Cristais	Uira e Cristais	302,02	304,76	6	
	³ Riacho das Lajes/Boa Vista	Riacho das Lajes	720,02	1.254,00	22	
	⁴ Córrego do Quinxixé/ Canafistula	Córrego do Quinxixé	5.968,02	5.968,02	200	
	⁵ Córrego do Quinxixé/ Juá					
	⁶ Córrego do Quinxixé/ Córrego do Facó					
⁷ Córrego do Quinxixé/ Fumas						
⁸ Córrego do Quinxixé/ Baixio do Córrego						
⁹ Fazenda Palmeiras	Fazenda Palmeiras	775,75	716,61	25		
Pacoti		0	0	0	0	
Palmácia		0	0	0	0	
Redenção		0	0	0	0	
Total Território		23	23	28465,54	27692,19	826

Fonte: Incra (Dezembro de 2009)

¹Fazenda Araçangas e Cajazeiras - Capistrano e Baturité

²Fazenda Pará - Mulungu e Guaramiranga

³Riacho das Lajes/Boa Vista - Ocara e Aracoiaba

⁴Córrego do Quinxixé/ Canafistula - Ocara e Aracoiaba

⁵Córrego do Quinxixé/ Juá - Ocara e Aracoiaba

⁶Córrego do Quinxixé/ Córrego do Facó - Ocara e Aracoiaba

⁷Córrego do Quinxixé/ Fumas - Ocara e Aracoiaba

⁸Córrego do Quinxixé/ Baixio do Córrego - Ocara e Aracoiaba

⁹Fazenda Palmeiras - Ocara e Cascavel

Quanto à distribuição das áreas de assentamentos rurais adquiridos pelo INCRA, nos municípios de maior expressão tem-se: Ocara compreendendo 09 áreas de

assentamento, 423 famílias e 13.635,5 hectares; Itapiúna com 06 áreas de assentamento, 215 famílias e 6.429,24 hectares.

Os municípios de Acarape, Baturité, Capistrano e Mulungu contam com apenas um assentamento desta modalidade cada. Os demais municípios não contabilizam assentamentos desta modalidade.

Estrutura Fundiária Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas.

De acordo com os números acima, o território tem 7.472 imóveis com uma área de 282.441 hectares, destes, vamos encontrar 0,63% dos imóveis como grandes propriedades, 4,63% como médias propriedades, 20,41% com pequenas propriedades e 72,58% como minifúndios. Com relação à área a tabela nos mostra a seguinte situação: grandes propriedades 17,05% da área; médias propriedades 20,18% da área, pequenas propriedades 43,13%, e minifúndios 20,07%.

Os números demonstram que o desenvolvimento do território está relacionado também a uma política de reforma agrária, posto que 5,26% dos imóveis, que compreendem os grandes e médios, detém cerca de 40% (37,23%) da área total. De maneira subsequente pressupõe-se também uma política de regularização fundiária complementar.

Tabela 48 – Quantidade de famílias assentadas em assentamentos estaduais no Território Maciço de Baturité.

Município	Assentamento	Distrito	Capacidade de Famílias	Famílias assentadas	Área do imóvel
Aratuba	Jardim	Sede	18	18	518 ha
Baturité	Oiticica	Oiticica	30	30	758 há
	Coio		08	0	59
Capistrano	Açudinho	Açudinho	12	12	350
Itapiuna	Malicia	Sede	06	06	355
	São José	Palmatória	32	32	1440
	Curupatí	Trans	15	15	519
Total	7	-	-	-	-

Fonte: INCRA (2010).

De acordo com as informações da tabela, os municípios com maior representação desta modalidade de assentamento rural são: Itapiúna com 03 áreas de assentamento, 46 famílias e 1.959 hectares; Baturité contabilizando 02 áreas de assentamento, 30 famílias e 837 hectares. Aratuba e Capistrano contam com uma área de assentamento cada. Os demais não apresentam assentamentos nesta modalidade.

16.3 Número de Famílias em Assentamentos da Reforma Agrária Solidária/ Projeto São José/ Ação Fundiária

Tabela 49 - Quantidade de famílias assentadas em assentamentos federais no Território Maciço de Baturité.

Município	Interessado	Imóvel	Área (hectares)	Número de Família
Acarapé		0	0	0
Aracoiaba	Associação dos Pequenos Agricultores Lagoa Nova	Boa União e Lagoa Nova	188	11
Aratuba	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Urubu	Fazenda Vídeo	148	8
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Caiana	Santa Rita	51	10
Barreira		0	0	0
Baturité	Associação dos Pequenos Agricultores de Choró/ Boa Vista	Junco e Curimatã	272	14
Capistrano	*Associação dos Pequenos Agricultores de Buenos Aires	João Rosa e Buenos Aires	189	8
Guaramiranga		0	0	0
Itapiúna	Associação Comunitária Santo Onofre	Fazenda Santo Onofre/ Tatajuba	265	11
Mulungu		0	0	0
Ocara		0	0	0
Pacoti		0	0	0
Palmácia	Associação Comunitária de Santo Antonio	Fazenda Santa Irra	116	8
Redenção		0	0	0
Total Território		7	1229	70

Fonte: Idace (Fevereiro de 2010)

* Buenos Aires - Mudança de Razão Social

Conforme a tabela apenas o município de Aratuba conta com mais de uma área de assentamento, os municípios de Aracoiaba, Baturité, Capistrano, Itapiúna e Palmácia contabilizam apenas uma área de assentamento cada, nesta modalidade. Os demais municípios não contabilizam números nesta modalidade de assentamento.

16.4 Famílias Assentadas em Assentamentos dos Subprojetos de Aquisição de Terras/ Cédula da Terra

Tabela 50 - Quantidade de famílias assentadas em assentamentos federais no Território Maciço de Baturité.

Município	Interessado	Imóvel	Área (há)	Número de Família
Acarapé	Associação dos Agricultores de Acarapé	Olho D'água	126	8
	Associação Comunitária de Poço Escuro	Pompeu	321	13
	Associação de Desenvolvimento dos Produtores Rurais do Pau Branco II	Pau Branco II	134	12
	Associação dos Agricultores do Poço Escuro II	Poço Escuro	123	6
Aracoiaba	Associação Comunitária de Passagem Funda	Arisco Grande	188	8
	Associação Comunitária José Riomar Filho	Lagoinha	431	13
	Associação Comunitária Nova Terra	Riacho das Lajes	307	10
	Associação Comunitária Novo Tempo	Pedra Aguda	87	10
Aratuba	Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade de Cajueiro	Cajueiro	88	8
Barreira	0	0	0	0
Baturité	Associação Comunitária dos Moradores de Candeia Boa Vista	Mata Fresca	260	15
Capistrano	0	0	0	0
Guaramiranga	0	0	0	0
Itapiúna	Associação Comunitária Caio Prado	Poço da Pedra/ Recanto	843	20
	Associação Comunitária dos Associados do Assentamento de Sabiaguaba	Sabiaguaba	224	7
	Associação Comunitária de Lajes	Raposa Barra Lajes	312	8
Mulungu	Associação Comunitária de Várzea Grande	Monte Claro	313	8
Ocara	Associação Comunitária Santo Izidro	Santo Izidro	261	16
	Associação dos Pequenos Agricultores Furnas	Santo Antonio de Três Lagoas	226	14
Pacoti	Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Bonito	Nova Aurora/ Mosquito	445	16
Palmácia	Associação Comunitária de Canadá	Santa Madalena	341	22
Redenção	Associação Comunitária de Bazílio	Canadá	259	16
	Associação Comunitária Unidos Venceremos	Boa Vista	258	13
	Associação dos Pequenos Agricultores Crescer Melhor	São Luis	337	15
Total Território	21	21	5884	258

Fonte: Idace, Março de 2010

A tabela acima indica que o número de famílias assentadas através desta modalidade no território se apresenta da seguinte forma: Itapiúna com 04 áreas de assentamento, 43 famílias e 1.692 hectares; Aracoiaba com 04 áreas de assentamento, 41 famílias e 1.013 hectares; Acarape com 04 áreas de assentamento, 39 famílias e 704 hectares; Ocara com 02 áreas de assentamento, 30 famílias e 671 hectares; Redenção com 02 áreas de assentamento, 28 famílias e 595 hectares.

Os municípios de Aratuba, Baturité, Mulungu, Pacoti e Palmácia contam com uma área de assentamento cada, nesta modalidade. Os demais não apresentam números relativos a assentamentos rurais nesta modalidade.

Também foram identificados pelos integrantes do Colegiado. Três outras áreas de assentamento no Município de Capistrano, quais sejam: Boqueirão (Associação de Moradores de Boqueirão, compreendendo 10 assentados com cerca de 750 ha); São Suci (Associação de Moradores de São Suci compreendendo 13 Assentados e cerca de 580 ha) e Assentamento Abelha (Associação Comunitária de Abelha compreendendo 10 Assentados e cerca de 450 ha). Entretanto não foram especificadas as formas de aquisição destes, bem como seu tempo de existência.

16.5 Quilombolas e terras indígenas

Com relação às famílias quilombolas e à existência de terras indígenas, as informações supracitadas, não apresentam dados neste sentido.

Entretanto de acordo com informações primárias existência de uma comunidade indígena no município de Aratuba, cujo nome é Comunidade Indígena dos Fernandes (índios kanindé). Da mesma forma identificou-se no município de Baturité, na localidade da Serra do Evaristo a presença de uma comunidade remanescente quilombolas chamada Comunidade Serra do Evaristo, esta realiza anualmente no centro de Baturité uma atividade folclórica identificada por Dança de São Gonçalo.

No município de Ocara encontra-se em fase de reconhecimento uma comunidade de melancia como remanescentes de quilombola com um numero aproximado de 20 famílias.

Estrutura Fundiária Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas. De acordo com os números acima, o território tem 7.472 imóveis com uma área de 282.441 hectares, destes, vamos encontrar 0,63% dos imóveis como grandes propriedades, 4,63% como médias propriedades, 20,41% com pequenas propriedades e 72,58% como minifúndios. Com relação à área a tabela nos mostra a seguinte situação: grandes propriedades 17,05% da área; médias propriedades 20,18% da área, pequenas propriedades 43,13%, e minifúndios 20,07%.

Os números demonstram que o desenvolvimento do território está relacionado também a uma política de reforma agrária, posto que 5,26% dos imóveis, que

compreendem os grandes e médios, detém cerca de 40% (37,23%) da área total. De maneira subsequente pressupõe-se também uma política de regularização fundiária complementar.

Podemos ressaltar que até momento o território encontra-se descoberto pelo o programa de regularização fundiária.

16.6 Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios – 2006

Tabela 51 – Distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar do Território Maciço de Baturité.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Acarape	521	2 001	18	2 422
Aracoiaba	1 695	12 715	178	19 130
Aratuba	1 662	4 600	143	4 544
Barreira	1 933	9 403	240	16 343
Baturité	1 633	11 603	217	13 738
Capistrano	2 178	7 202	75	4 114
Guaramiranga	166	554	59	2 796
Itapiúna	1 952	17 165	140	19 627
Mulungu	1 151	3 160	163	4 125
Ocara	1 871	25 663	144	23 082
Pacoti	791	1 968	76	4 202
Palmácia	831	1 906	199	2 472
Redenção	1 374	5 482	256	8 382
Total	17 758	103 422	1 908	124 975

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

De acordo com as informações acima, podemos perceber que o tamanho médio das propriedades rurais dos agricultores familiares é sem dúvida um entrave para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, sendo este menos de 6 hectares (5,82). Enquanto a média de tamanho dos estabelecimentos não familiares é de mais de 65 hectares (65,50), o que indica a concentração de terras no território.

Do total dos estabelecimentos rurais, constatou-se que 17.758, pertence a agricultores familiares, 90,30%, 1908 pertence à classes não familiares, 9,70%. Os números mostram uma predominância de agricultores familiares.

Do total das áreas, entretanto, constatou-se que 45,28% pertencem à agricultores familiares enquanto às classes tidas como não familiares detém 54,72% das áreas, o que nos aponta concentração de terras no território.

16.7 Produtos extrativistas

No que diz respeito aos produtos extrativos no Território, os que mais se destacam em quantidade são: Lenha (234.750 m³); carvão vegetal (199 t); babaçu (102 t); urucum (58 t); carnaúba – pó (40 t) e carnaúba – cera (11 t).

Quanto à geração de renda os produtos que mais se destacam são: Lenha (1.371 em mil); urucum (183 em mil); carnaúba – pó (103 em mil); babaçu (10 em mil); carvão vegetal (101 em mil) e carnaúba – cera (36 em mil).

Obs.: Três elementos necessitam ser levados em conta no potencial de desenvolvimento produtivo rural do território, embora não tenha sido possível encontrar e sistematizar informações a seu respeito, são eles:

O município de Ocara se destaca na produção de estacas de sabiá através do manejo sustentável.

16.8 Flores e plantas ornamentais

A produção de flores e plantas ornamentais, que tem abastecido e abastece dentre outros mercados o de Fortaleza, tendo notícias também que versam sobre a exportação do supracitado produto. Dentre os principais municípios e tipos de flores citam-se: Baturité: Flores tropicais, flores em vaso diversas: Gérbera sp. Chrysanthemum, Saintpaulia ionantha and Kalanchoe; Guaramiranga: Chrysanthemum de corte, Zantedeschia aethiopica, e flores tropicais; Pacoti: Flores tropicais, Rosa sp., Gypsophila, Solidago sp., Strelitzia sp. and Zantedeschia aethiopica; Palmácia: Nephrolepsis sp. and tropical.

16.9 Piscicultura

- A piscicultura em tanques rede, que embora seja um processo historicamente novo para o Maciço tem se mostrado bastante promissor; por existir um grande potencial hídrico a exemplo dos açudes: Vazante e Acarape do Meio.

Necessário se faz relatar que o investimento inicial para o empreendimento aquícola foi de 300 mil e que a quitação se deu em apenas um ano e meio de exploração da atividade.

A Pesca artesanal, que além de ocorrer, em muitos dos casos sem controle, também exige um maior apoio organizacional e produtivo aos pescadores.

Causando alguns impactos tanto dos aspectos negativos como positivos

Aspectos negativos:

- Desrespeito ao período de defeso
- Classificação métrica
- Uso de equipamentos inadequados(redes, arpão)etc.
- Falta de controle do acesso a pesca

Aspectos positivos:

- Geração de ocupação e renda
- Oferta de proteínas acessível as famílias
- Diversificar a produção através do beneficiamento

Piscicultura: A prática da atividade, compromete tanto a qualidade da água, bem como a manutenção do ambiente aquático.

16.10 Cooperativas de agricultores familiares

Dentre as Cooperativas que apóiam os agricultores quanto ao desenvolvimento produtivo rural citamos:

COPA TILAPIA (Cooperativa dos PSICULTORES do açude Aracoiaba

1. COOPAMAB (Cooperativa de Produtores Agropecuários do Maciço do Baturité Ltda.), localizada em Baturité e pautada no apoio ao desenvolvimento de processos comerciais;
2. COM_CAFÉ (Cooperativa Mista dos Cafeicultores Ecológicos do Maciço de Baturité), localizada no Município de Mulungu e focada na produção e comercialização de café;
3. COPAC-Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara Ltda. – localizada no Município de Ocara e tem como objetivo principal apoiar ao o beneficiamento e comercialização do castanha de caju, cajuína e doces.
4. COPACAJU- Cooperativa Central de Pacajús

5. Em se tratando do funcionamento das referidas cooperativas podemos informar que todas são legalizadas, encontram -se em fase de reestruturação da diretoria observando que as cooperativas não dispõem as cooperativas de um plano de gestão

Ainda conta o território com a COPASAT, cooperativa prestadoras de serviços composta por técnicos de ATER. Trabalhando fortemente a organização das cadeias produtivas junto aos agricultores familiar.

17 FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Com relação ao mercado atacadista de frutas e verduras do Território, o mercado de maior expressão é a Ceasa, em Maracanaú, por intermédio de atravessadores que adquirem os produtos locais diretamente dos agricultores por preços reduzidos. Houve na época dos anos 80 uma experiência de Ceasa Local (entrepasto de comercialização de hortifrutigranjeiros) em Baturité, hoje, entretanto este espaço encontra-se desativado para este fim. O mercado São Sebastião também tem sido utilizado para escoamento da produção atacadista.

Há experiências de feiras livres em alguns municípios, estas, entretanto, estão perdendo a característica de comercialização da agricultura, mais notadamente a familiar, tendo como maioria dos feirantes pessoas de fora dos municípios e muitas vezes fora do próprio território.

A governança dos agricultores nos processos de comercialização em geral é bastante limitada, tendo como principal elemento a dependência dos atravessadores e a impossibilidade de acesso a mecanismos mercadológicos mais justos e equilibrados.

Tabela 52 – Eventos que acontecem no Território Maciço de Baturité relacionados à eventos e feiras

Municípios	Feiras/Eventos	Periodicidade	Organização (Agricultura Familiar Ou....
ARACOIABA	Feira da agr. Familiar	as sextas feiras	agr. familiar
ARATUBA	Feira	aos sábados	agr. familiar
BATURITÉ	Feira	diária	agr. familiar
BARREIRA	Feira	aos sábados	município
	Fórum de agroecologia	anual	municípios
CAPISTRANO	Feira	as sextas feiras	município
GUARAMIRANGA	Feira artesanato	Anual	Grupo de artesã
OCARA	Cajumel	anual	Município/SEBRAE
	Feira livre	semanal	agricultura familiar
PACOTI	Feira café com chocolate	anual	município

Municípios	Feiras/Eventos	Periodicidade	Organização (Agricultura Familiar Ou....
	Feira livre	semanal	município
REDENÇÃO	Feira livre	domingo	município

Fonte: Arquivo territorial, 2010.

Ainda acontecem eventos como FENEBE Feira de negócios de Baturité anual em outubro organizado pelo o governo do município/ SEBRAE bem como, é realizado o fórum regional de agroecologia.

Esta sendo adquirido com apoio da SDA Secretaria de Desenvolvimento Agrário um Cento de Apoio a Comercialização para o território viabilizando desta forma o processo de comercialização dos produtos regionais.

Ainda como demanda, foram apresentadas propostas de:

- 1- Aquisição de Kits feiras feira da agricultura para realização de feiras municipais
- 2- Implantação e ampliação (estruturação adequada) de pontos de vendas da agricultura familiar
- 3- Cursos de gestão da Empresa Rural para técnicos e agricultores focado no cooperativismo;

17.1 Acesso ao crédito

Com o advento do Pronaf houve um considerável incremento na dinâmica de acesso ao crédito rural, entretanto dada a burocracia existente, a exemplo do Pronaf Jovem, mulher e agroflorestal ainda há no Território uma demanda latente neste sentido. Por outro lado o aumento da inadimplência tem sido um dado preocupante a ser observado e trabalhado.

No entanto é necessário pensar uma estratégia de valorização e moralização do crédito, tentando desta forma amenizar o índice de inadimplência dos beneficiários do credito.

17.1.1 Volume dos recursos do Pronaf, investimento e custeio

Tabela 53 – Número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf na modalidade de investimento no Território Maciço de Baturité, 2009.

Número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf por modalidade e ano fiscal – Ceará				
Ano	Município	Modalidade	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
2009	Acarapé	Investimento	24	36.766,00
2009	Aracoiaba	Investimento	385	631.389,04
2009	Aratuba	Investimento	260	389.660,00
2009	Barreira	Investimento	75	151.477,04
2009	Baturité	Investimento	223	443.831,10
2009	Capistrano	Investimento	439	812.454,40
2009	Guaramiranga	Investimento	74	115.500,00
2009	Itapiúna	Investimento	326	697.976,43
2009	Mulungu	Investimento	363	576.589,00
2009	Ocara	Investimento	588	995.373,33
2009	Pacoti	Investimento	140	200.000,00
2009	Palmácia	Investimento	160	262.000,00
2009	Redenção	Investimento	447	971.748,89
Total:			3504	6.284.765,23

FONTE: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.

Dados atualizados até BACEN: Até 06/2009; BANCOOB Até 02/2010; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 10/2009; BASA: Até 10/2009; BB: Até 02/2010; BN: Até 12/2009 e BNDES: Até 07/2006 – Últimos 3 meses sujeitos à alterações.

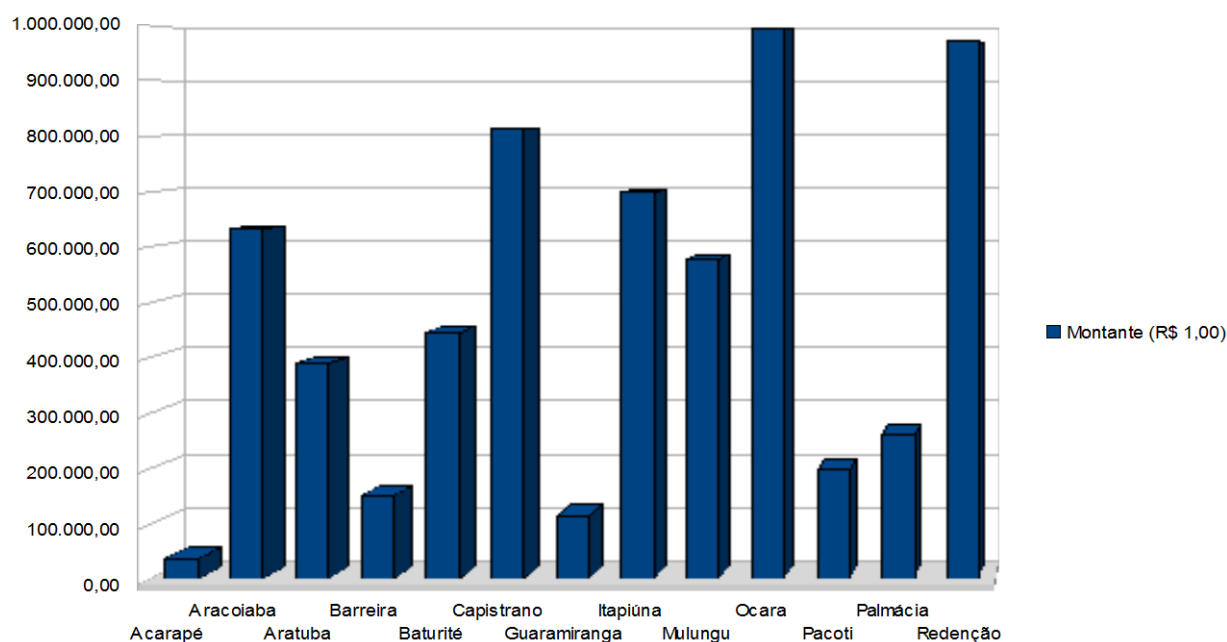


Figura 27 – Valor contratado em investimento (Pronaf) no Território Maciço de Baturité.

Fonte: Adaptação, BACEN 2009.

Com relação ao Pronaf Investimento o total de recursos acessado pelo território é R\$ 6.248.765,23, a distribuição e acesso por município dão - se da seguinte maneira: Acarape com R\$ 36.766,00; Aracoiaba R\$ 631.389, 04; Aratuba R\$ 389.660, 00; Barreira R\$ 151.477,04; Baturité R\$ 443.831,10; Capistrano R\$ 812.454,40; Guaramiranga R\$ 115.500,00; Itapiúna R\$ 697.976,43; Mulungu R\$ 576.589,00; Ocara R\$ 995.733,03; Pacoti R\$ 200.000,00; Palmácia R\$ 262.000,00 e Redenção R\$ 971.748,89.

Pronaf Custeio

Tabela 54 – Número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf na modalidade de custeio no Território Maciço de Baturité, 2009.

Número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf por modalidade e ano fiscal – Ceará				
Ano	Município	Modalidade	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
2009	Acarapé	Custeio	0	0,00
2009	Aracoiaba	Custeio	16	95.554,84
2009	Aratuba	Custeio	2	36.625,96
2009	Barreira	Custeio	27	110.047,54
2009	Baturité	Custeio	5	112.861,26
2009	Capistrano	Custeio	1	23.508,32
2009	Guaramiranga	Custeio	1	40.525,71
2009	Itapiúna	Custeio	1	2.325,00
2009	Mulungu	Custeio	1	62.883,00
2009	Ocara	Custeio	62	184.269,81
2009	Pacoti	Custeio	0	0,00
2009	Palmácia	Custeio	0	0,00
2009	Redenção	Custeio	38	237.053,11
Total:			154	905.654,55

FONTE: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.

Dados atualizados até BACEN: Até 06/2009; BANCOOB Até 02/2010; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 10/2009; BASA: Até 10/2009; BB: Até 02/2010; BN: Até 12/2009 e BNDES: Até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações.

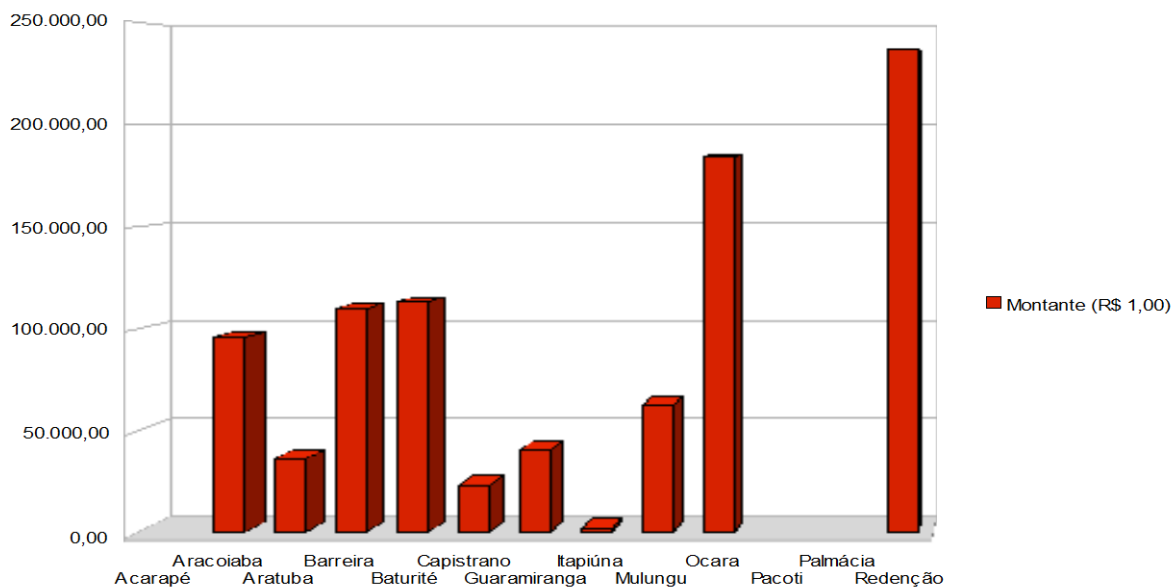


Figura 28 - Valor contratado em custeio (Pronaf) no Território Maciço de Baturité.

Fonte: Elaboração Própria a partir BACEN 2009.

Com relação ao PRONAF Custeio o total de recursos acessado pelo território é R\$ 905.654,55, a distribuição e acesso por município dão-se da seguinte maneira: Acarape não apresenta informações neste sentido; Aracoiaba R\$ 95.554,84; Aratuba R\$ 36.625,96; Barreira R\$ 110.047,54; Baturité R\$ 112.861,26; Capistrano R\$ 23.509,32; Guaramiranga R\$ 4052.571,00; Itapiúna R\$ 2.325,00; Mulungu R\$ 62.883,00; Ocara R\$ 184.269,81; Pacoti não apresenta informações neste sentido; Palmácia não apresenta informações neste sentido e Redenção R\$ 237.053,11.

17.2 Infraestrutura Financeira

17.2.1 Bancos

Com relação ao sistema bancário oficial do Território tem-se: Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil.

17.2.2 Instituições sob a supervisão do Banco Central

Tabela 55 – Número de agência bancárias no Território Maciço de Baturité, 2009.

Municípios	Instiuições									
	Agências Bancárias									
	Total		Banco do Brasil - Banco Multiplo		Caixa Econômica Federal		Banco do Nordeste do Brasil S.A.- Banco Multiplo		Banco Multiplo(1)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Acarape	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aracoiaba	2	2	1	1	-	-	-	-	1	1
Aratuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baturité	3	3	1	1	1	1	1	1	-	-
Capistrano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guaramiranga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapiúna	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Mulungu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pacoti	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Palmácia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redenção	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

Quanto à existência de agências bancárias no Território a distribuição dá-se da seguinte maneira: Aracoiaba conta duas agências; Baturité três; Itapiúna uma; Pacoti uma e Redenção uma. Os demais não apresentam números quantificáveis neste sentido.

Tabela 56 – Número de postos bancários no Território Maciço de Baturité, 2009.

Municípios	Instiuições									
	Postos Bancários(2)									
	Total		Banco do Brasil - Banco Multiplo		Caixa Econômica Federal		Banco do Nordeste do Brasil S.A.- Banco Multiplo		Bancos Multiplo(1)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Acarape	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Aracoiaba	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Aratuba	1	3	1	1	-	-	-	-	-	2
Barreira	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Baturité	1	2	1	1	-	-	-	-	-	1
Capistrano	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Guaramiranga	1	3	1	1	-	-	-	-	-	2
Itapiúna	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Mulungu	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Ocara	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Pacoti	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Palmácia	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Redenção	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

Quanto à existência de postos bancários no Território todos os municípios apresentam, a distribuição dá-se da seguinte maneira: Acarape com 03; Aracoiaba 01; Aratuba 03; Barreira 02; Baturité 02; Capistrano 02; Guaramiranga 03; Itapiúna 01; Mulungu 02; Ocara 02; Pacoti 01; Palmácia 02 e Redenção 02. No geral podemos constatar que o território é bem servido por instituições financeiras.

17.2.3 Operações de crédito, depósitos à vista do governo e privados, poupança, depósitos a prazo e obrigações por receber.

Tabela 57 - Valor das operações bancárias no Território Maciço de Baturité, 2009.

Municípios	Poupança (R\$ mil)(1)		Depósitos a prazo (R\$ mil)(1)		Obrigações por receber (R\$ mil)(1) (2)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Acarape	-	-	-	-	-	-
Aracoiaba	3.590	4.583	369	455	0	1
Aratuba	-	-	-	-	-	-
Barreira	-	-	-	-	-	-
Baturité	16.282	21.013	1.276	1.773	4	4
Capistrano	-	-	-	-	-	-
Guaramiranga	-	-	-	-	-	-
Itapiúna	1.685	1.755	35	40	0	1
Mulungu	-	-	-	-	-	-
Ocara	-	-	-	-	-	-
Pacoti	828	1.099	570	731	1	1
Palmácia	-	-	-	-	-	-
Redenção	6.221	7.398	2.762	2.764	4	5

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

(1) Os dados não estão disponíveis para municípios que só tem até duas agências.

(2) Composto por: I.O.F., contribuições previdenciárias, tributos estaduais, tributos municipais, tributos federais, F.G.T.S., PIS/PASEP e demais recebimentos.

Quanto às operações de crédito em volume total realizadas no Território tem-se:

- Oito municípios que não apresentam informações neste sentido, posto que, não há informações disponíveis para municípios que compreendem até duas agências, são eles: Acarape; Aratuba; Barreira; Capistrano; Guaramiranga; Mulungu; Ocara; e Palmácia;
- Com relação aos que dispõem de informação tem-se: Aracoiaba 2.188 (em R\$ mil reais); Baturité 34.126 (em R\$ mil reais); Itapiúna 2.588 (em R\$ mil reais); Pacoti 2.148 (em R\$ mil reais); e Redenção 8.886 (em R\$ mil reais).
- A tabela 23 ainda oferece condição de visualização onde o maior volume de crédito ofertado foi para o município de Baturité, haja visto que é também o

maior município em população

A dinamização produtiva, mesmo com a melhoria do acesso ao crédito, não tem conseguido melhorias significativas, frente ao volume de recurso acessado no Território, este fato dá-se devido a inúmeros fatores, dentre eles um que deve ser considerado a desconexão das políticas agrícolas dentre as quais, citam-se: capacitação; assessoria técnica; comercialização; crédito e pesquisa. Para a assistência técnica o território se encontra esperançoso com a oficialização da universalização de Assistência Técnica., por acreditar que esta será uma alternativa que mais se aproxima da implementação da política nacional de ater junto aos agricultores e ao Estado.

O Território demanda de estruturas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, principalmente na área da agricultura e pecuária. Há, porém estruturas no CENTEC que podem apoiar neste sentido,mas atualmente necessitando ainda de apoio logístico do ponto de vista estrutural.

17.3 Turismo

O desenvolvimento da atividade turística no Território requer atenção diferenciada em sua análise. Detentor de forte tradição, o turismo na Serra de Baturité, considerado como lazer, fruição da natureza, troca de experiências e vivências culturais, integrações dos visitantes com a comunidade, remonta ao século XIX.

Guaramiranga, Pacoti e Baturité cultivam uma ampla tradição turística. Este último, além dos seus encantos, e da intensa vida cultural, tinha ainda a facilidade da viagem por trem que desde 1882 dava acesso ao Município. Os demais municípios da Região, porém, mantiveram-se à margem desse processo turístico.

As potencialidades turísticas do Maciço são inúmeras, dentre elas: o clima ameno e o relevo da serra, a hidrografia, a fauna e a flora diversificada, o contraste entre a serra e o sertão, possibilitando o turismo de aventura. À natureza se junta uma rede de cidades, com toda uma tradição histórica, a exemplo de Baturité. A arquitetura característica, urbana e rural (casarões, sítios e fazendas, igrejas e conventos), o artesanato, a peculiaridade da manufatura, com sua produção tradicional, o marcos e monumentos históricos, a agricultura (café, cana-de-açúcar, frutas, flores e hortaliças),

os resquícios da cultura indígena e as manifestações populares constituem os atrativos culturais do Maciço, sem falar no calendário de eventos variados.

17.3.1 Atrativos turísticos – Atrativos naturais / Lazer e turismo de aventura

A oferta turística deve ser analisada considerando os atrativos naturais e artificiais e as infra-estruturas de apoio, gerais e específicas para o turismo. A infra-estrutura geral é constituída de diversos bens públicos utilizados pelos habitantes dos locais receptores e entra como meio de viabilização da atividade turística (acessos, segurança, energia elétrica, saneamento) e como bens patrimoniais (praças, casarões, monumentos etc.). A infra-estrutura específica reúne o conjunto de instalações voltadas para os turistas, mas que também podem ser desfrutadas pelos habitantes locais como hotéis, centros de convenções, aeroportos, rodoviárias, restaurantes, museus, ginásios, parques de exposições e feiras, casas de entretenimento, e áreas de informação.

Dos treze municípios que formam a região do Maciço, sete são considerados turísticos ou potencialmente turísticos, segundo a classificação da EMBRATUR, e destacam-se por se situarem na APA da Serra de Baturité, sendo objeto de ações da SETUR/CE nos últimos cinco anos.

Os Municípios de Serra - Aratuba, Baturité, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti, Palmácia e Redenção - com altitudes que chegam até 1.114m, destacam-se pela cobertura vegetal de Mata Atlântica, oferecendo mirantes e locais propícios à prática de vôo livre, "rapel" e caminhadas. Fontes de águas cristalinas e cachoeiras fazem parte da paisagem da serra, bem como as plantações de café, frutas, flores e hortaliças. Engenhos, pesque-pague e trilhas ecológicas compõem o acervo de oferta ao turista. As sedes dos municípios, os povoados e os vilarejos, constituem-se mostra da arquitetura e ambiência da serra, como igrejas, conventos, sobrados e casario antigo, e as fazendas e sítios de veraneio mais atuais.

Os municípios de Acarape, Aracoíaba, Capistrano e Itapiúna, formam o corredor ferroviário, juntamente com Baturité e Redenção, não são classificados como turísticos, mas dispõem de vários atrativos que poderão compor o produto do Maciço. Já apresentando características do sertão, tanto na ambiência urbana quanto nas fazendas de criação de caprinos, ovinos e bovinos, são propícios para o desenvolvimento do turismo cultural e rural.

Tabela 58 – Atrativos turísticos (atrativos naturais/Lazer/aventura) encontrados no Território Maciço de Baturité.

Municípios	Atrativos turísticos	
	Atrativos Naturais/Lazer	Turismo de Aventura
Acarape	Açude Hipólito, Açude Antônio Vieira	
Aracoiaba	Açude Aracoiaba, Polo de Lazer Eduardo de Castro e Silva, Pedra Aguda, Serra da Tamanca,	
Aratuba	Cachoeira Pindoba, Pico do Mussú, Serrote sa Benedita, Curva da Agonia, Mirante Quebra Faca	¹ Trekkking, Vôo livre
Barreira	Açude Barreira, Lagoa do Cajueiro, Pousada Sobradinho, Fazenda Cajueiro	
Baturité	Cachoeira de Santa Edwirges, Cachoeira do Cipó, Cachoeira do Perigo, Cachoeira do Frade, Gruta Santa Teresinha, Pousada Santa Edwirgwes,	¹ Trekkking
Capistrano	Balneário de Capistrano, Pousada das Águas	
Guaramiranga	Antena do Pico Alto, Lagoa Sítio Cana Brava,	¹ Trekkking, ² Tiroleza, ³ Rappel, ⁴ Mountain Bike, ⁵ Offroad
Itapiúna	Açude Castro, Outros Açudes: Curupati; Mulungu; Queixada; Vilar; Cajuá; Concy Mendes; Facundes; Torrões; Barra dos Frazões; Cajazeiras, Jiquiriçá e Tatajuba	
Mulungu	Cachoeira Redonda, Cachoeira do Morcego,	
Ocara	Açudes Batente e Balança, Parque de Vaqueijada Pisa na fulô	
Pacoti	Poço da Veada, Poço Escuro, Cachoeira Furada, Lago Nosso Sítio, Horto Florestal e Centro de Convivência Ambiental, Polo de Lazer,	¹ Trekkking, ⁴ Mountain Bike, ⁵ Offroad
Palmácia	Açude da Comissão, Pedra do Bacamarte, Torre da Lua, Cachoeira do Chuvisco,	¹ Trekkking, Vôo livre
Redenção	Paracupeba, Açude Acarape do Meio, Barragem (Balneário Lages),	

Fonte: Elaboração Própria com base em Ibama (2009) e Semace(2009)

¹Trekkking – Caminhadas

²Tiroleza – Decida em cabos de aço

³Rappel – Práticas de decida com corda

⁴Mountain Bike – Trilhaspercorridas poir ciclistas

⁵Offroad – Trilhas em carros 4X4

17.3.2 Atrativos turísticos – Turismo Cultural e Turismo Histórico

Tabela 59 – Atrativos turísticos (cultural/histórico) encontrados no Território Maciço de Baturité.

Municípios	Atrativos turísticos	
	Turismo Cultural	Turismo Histórico
Acarape	Reisado, Bumba meu boi, Pau de Sebo e “causos” populares	Igreja São João Batista, Antigo Salão Paroquial, Igreja Santa Luzia – Cantagalo, Antigo Prédio da Câmara Municipal, Estação Ferroviária
Aracoiaba	A festa da Padroeira é o principal evento cultural do município	Monumento comemorativo ao Centenário do Município, Observatório Astronômico, Igreja Nossa Senhora da Conceição, Capela do Alto Santo, Ponte de ferro sobre o Rio Aracoiaba, Ruínas da Estação Ferroviária, Igreja São João Evangelista
Aratuba	Pequeno Museu - Comunidade dos Fernandes, Artesanato Indígena (palha e madeira),	Igreja São Francisco de Paula, Casa Paroquial, Casarão Família Pereira, Engenho a vapor (Sítio Pindoba)
Barreira	Centro de Artesanato, Poesia, Folclore, Cordel	Pórtico da Entrada da cidade, Igreja São Pedro, Santuário de Santa Paulina, Museu Histórico, Igreja São Miguel
Baturité	Festa de Padroeira	Mosteiro dos Jesuítas, Igreja do Mosteiro dos Jesuítas, Igreja Nossa Senhora da Palma, Cristo da Igreja da Matriz, Frontispício da Igreja Matriz (Desenho realizado pela Comissão Científica Imperial – 1856), Monumento São João Nepomuceno, Estátua de Nossa Senhora de Fátima (12 m), Via Sacra, Museu Comendador Ananias Arruda, Igreja Santa Luzia, Palácio Entre Rios (Séc – XIX), Igreja Cristo Rei, Fundação de Cultura e Turismo – Antiga Estação Ferroviária, Primeira Locomotiva,
Capistrano	Reisado, Bumba meu boi, Cantadores de viola,	Igreja Matriz – Pontal, Busto Capistrano de Abreu, Monumento ao Trabalhador, Estação Ferroviária – Riachão, Antigo Sobrado dos Campelo, Igreja da Comunidade Pesqueiro, Nicho de São Francisco – Monte Alverne,
Guaramiranga	Festival Nordeste de Teatro, Mostra Cultural do Maciço de Baturité e Mostra de Teatro de Guaramiranga, Festival de Jazz e Blues, Grupos de Tambores; Flautas; corais e folclore. Artesanato em Palha e Madeira, Galeria de Artes Alto da Serra,	Igreja da Matriz Nossa Senhora da Conceição, Gruta da Igreja Nossa Senhora da Conceição, Igreja N. S. De Lourdes, Conventos de Capuchinhos, Igreja Santa Terezinha, Igreja N. S. do Bom Fim, Capela Santa Rita, Teatro Raquel de Queiroz, Biblioteca Pública, Casa que pertenceu a Raquel de Queiroz,
Itapiúna	Artesanato mineral, Manufatura de objetos semipreciosos, Fabricação de Jóias	Igreja Nossa Senhora da Conceição, Santuário São Francisco e Cruzeiro, Igreja São Francisco, Igreja São José, Igreja de Itans,
Mulungu	Farinhadas	Igreja de São Sebastião, Monumento a São Sebastião, Igreja de Santa Luzia, Igreja N. S. de Fátima, Casa I. Campo,
Ocara	Cordel, Mamulengo, Teatro, Música e Folclore	Igreja da Sagrada Família, Biblioteca Municipal, Estátua de Lampião, Vivenda Brilhante Curupira, Igreja de São Sebastião Curupira, Espaço Cultural Roque Machado
Pacoti	Artesanato em Madeira, Artes Plásticas e Pintura	Arco Nossa Senhora de Fátima, Casa Paroquial, Igreja Matriz N. S. da Conceição, Estátua de Padre Quiliano Mithnacht, Capela São Francisco (Conjunto Planalto), Capela Nossa Senhora das Graças, Antigo Seminário dos Salvatorianos, Instituto Maria Imaculada, Teatro Municipal Luiz Pimenta, Galeria Raimundo Siebra, Capelinha do Arvoredo, Igreja São Francisco, Casa Sede do Sítio São Luiz, Igreja Santa Ana
Palmácia	Artesanato em Madeira, Farinhadas, Grupo de Teatro Amador, Dança, Coral, Banda de música	Estátua de São Francisco, Igreja de São Francisco, Igreja Nossa Senhora de Fátima, Engenho na Comunidade Basílio, Casarão dos Linhares, Casa da Primeira Professora Pública
Redenção	Aguardente, Rapadura, Artesanato em: crochê; bordados; cerâmica; artes plásticas e artefatos produzidos com palha de bananeira	Monumento à Liberdade (Negra Nua), Busto da Princesa Isabel, Igreja N. S. Da Conceição, Monte às Graças, Capela Santa Rita, Santuário Nossa Senhora das Graças, Casa do Artesão, Casa Livramento (casa de engenho, alambique e senzala), Fazenda Gurguri (casas da farinha, pelourinho e senzalas), Obelisco, Casa onde foi assinada a libertação dos escravos,

Fonte: Elaboração Própria com base em Ibama (2009) e Semace(2009)

17.4 Principais Eventos

Tabela 60 – Principais eventos que se encontram na agenda cultural do Território Maciço de Baturité

Municípios	Principais Eventos	Período
Acarape	Festival de Quadrilhe e Festa de São João Batista	Junho
	Semana do Município	Abril
Aracoiaba	Festa de São Francisco	Setembro
	Festa de Nossa Senhora da Conceição	Dezembro
Aratuba	Festa das Flores	Maio
	Festival de Quadrilha	Junho
	Festival de Queijos e Vinho	Agosto
	Mostra paralela de Teatro do Maciço de Baturité	Setembro
	Festival de Vôo Livre	Carnaval
	Festival do Padroeiro São Francisco de Paula	Dezembro
	Semana do Município	Março
	Feira do Alho	Novembro
Barreira	Festival de Quadrilha e a Festa do Padroeiro	Junho
	Festa do Chapéu	Julho
	Baile do Caju e Festa da Castanha	Novembro
Baturité	São José	Março
	Festa de Padroeira	Agosto
	Festa de Santa Luzia	Dezembro
Capistrano	Festival de Quadrilha	Junho
	Festa da Padroeira e Semana da Pátria	Setembro
Guaramiranga	Mostra Cultural do Maciço de Baturité e Mostra de Teatro de Guaramiranga	Julho
	Festival Nordestino de Teatro	Setembro
	Senhor do Bom Fim	Setembro
	Santa Terezinha	Outubro
	Festival de Jazz e Blues	Carnaval
	Festa de Padroeira	Dezembro
Itapiúna	Festa de São Francisco	Setembro
	São José	Março
	Festa da Padroeira	Novembro
Mulungu	São Sebastião	Janeiro
Ocara	Festa do Padroeiro	Junho
	Festa da Almas	Novembro
Pacoti	Carnaval	Fevereiro
	Festival de Quadrilha	Junho
	Fenetur	Julho
	Festival de Chocolate	Setembro
Palmácia	Festa da Padroeira	Dezembro
	Carnaval	Fevereiro
	Festival de Quadrilha	Junho
	Festa da Padroeira	Setembro
Redenção	Xamegão	Agosto
	Festa de São Sebastião	Janeiro
	Festa de São José	Março
	Festa da Cana	Outubro
	Festa de Santa Rita	Setembro
	Festa da Padroeira	Dezembro

Fonte: Guia do Maciço de Baturité – Ceará, 2003/ Wikipédia

Os municípios de Ocara e Barreira, onde predominam a cultura do caju, a apicultura e a criação de pequenos animais – dispõem de atrativos naturais e culturais, o que os credenciam para complementar a oferta turística da Região.

Os eventos culturais, festivos e religiosos transcorrem em todos os meses do ano, sendo comuns a todos os municípios as festas em honra de seus padroeiros. Também o Carnaval, em fevereiro e março, e as Festas Juninas, em junho, com festival de quadrilhas, acontecem em todos os municípios, em maior ou menor grau de intensidade, atraindo um público local ou até mesmo regional.

Com o advento de alguns eventos turísticos de maior vulto tem ocorrido a sobrecarga na infraestrutura local, principalmente de saneamento, limpeza, estacionamento e circulação e nos serviços de alimentação, transportes e hospedagem.

Analisando a infraestrutura geral a partir do sistema de acesso, existem duas vias radiais, que, partindo de Fortaleza, constituem os principais caminhos ao Maciço: a CE-060 e a CE-065, conectadas pela CE-356. São estruturantes do sistema, pois interligam as sedes municipais, à exceção de Ocara. Afora essas vias principais, existe a ligação Guaramiranga-Pernambuquinho-Pacoti e as demais vias do sistema, cujo conjunto apresenta-se bastante deficiente tanto em relação ao acesso aos atrativos como aos núcleos urbanos e aos municípios do entorno, não se configurando como um sistema de acesso turístico.

Quanto à infraestrutura específica para o turismo, os meios de hospedagem do Maciço compreendem estabelecimentos hoteleiros, meios alternativos e sítios de veraneio.

17.4.1 Oferta nos meios de hospedagem, por região e municípios turísticos

Tabela 61 – Hospedagem no Território Maciço de Baturité.

Região/municípios turísticos(2)	Oferta nos meios de hospedagem (1)					
	Estabelecimentos		Unidades habitacionais (3)		Leitos	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Maciço de Baturité	62	62	881	885	2.629	2.731
Aratuba	2	2	15	20	29	50
Baturité	12	12	188	216	528	602
Barreira	1	1	9	9	18	18
Guaramiranga	21	21	329	308	1.019	1.040
Itapiúna	1	1	10	10	12	12
Mulungu	3	3	38	38	129	129
Pacoti	9	9	154	154	459	459
Palmácia	2	2	23	15	54	40
Redenção	2	2	12	12	26	26

Fonte: Secretaria do Turismo (SETUR), 2006 – 2007

(1) Inclui hotéis, pousadas, apart hotel ou flats e albergues

(2) Fortaleza e 83 municípios turísticos.

(3) Apartamentos, quartos ou alojamentos

Os Estabelecimentos hoteleiros, como se pode observar acima, estão concentrados em poucos municípios. Baturité conta com o número maior de estabelecimentos, incluindo a Escola Apostólica dos Jesuítas, uma edificação em alvenaria de pedra, situada a 5 km da cidade. Aratuba dispõe de duas pequenas pousadas. Pacoti conta com nove pousadas e hotéis, e Guaramiranga conta com o maior número de hospedarias – vinte e um estabelecimentos.

Os meios de hospedagem alternativos constituem-se por casas, sítios e fazendas, que são alugados nas épocas de maior movimento.

A ausência de instrumentos reguladores para os serviços de hotelaria, bem como para os padrões construtivos resultam em uma baixa qualidade de atendimento e de instalações na maioria dos estabelecimentos, dificultando a consolidação do destino turístico.

Os sítios de veraneio são considerados como um alojamento turístico particular, existindo na serra há muito tempo. São de propriedade de antigos moradores ou de pessoas abastadas que os adquiriram para lazer de férias e finais de semana, sendo classificados como residências secundárias. Mais uma vez, Guaramiranga detém o

maior número de sítios e os mais aprazíveis, existindo-os, também, em Pacoti, Aratuba, Mulungu, Baturité e Redenção.

O aspecto mais peculiar dos sítios de veraneio na Serra consiste na apropriação dos recursos naturais de maior beleza: cachoeiras, fontes, matas, paredões e picos, diminuindo em muito a atratividade do lugar pela dificuldade de acesso para a fruição desses recursos e para a prática de esportes. Por outro lado, traz como vantagem a preservação da maioria dos recursos, havendo possibilidades de melhoria para o lugar, visto que um considerável número de proprietários são pessoas influentes na política e na economia, que poderão trazer benefícios ao criarem vínculos afetivos e/ou econômicos com o lugar. Entretanto, existe uma queixa dos moradores pelo fato de não haver uma integração dessas pessoas com a comunidade, cujas compras são trazidas das suas cidades de origem, mas o lixo gerado não retorna, sendo descartado no Maciço.

Outro ponto negativo quanto à presença desses sítios está se verificando em Guaramiranga, área de maior prestígio e da moda, que apresenta um processo de especulação imobiliária e de desmembramento em loteamentos, com a conseqüente degradação ambiental e sobrecarga nos serviços.

No que se refere aos meios de alimentação, Guaramiranga dispõe da maior e mais diversificada oferta, inclusive de cozinha internacional (alemã, portuguesa, italiana), além daqueles de comidas regionais. Hotéis e pousadas de todo o Maciço oferecem serviço de alimentação, churrascarias e restaurantes de comida caseira.

Os espaços para eventos importantes como infra-estrutura ao turismo, existem em vários locais no Maciço, sendo alguns construídos especificamente para esse fim, como no caso de Aratuba, que dispõe de um conjunto de auditório e salas de reunião com capacidade para mais de 1.000 pessoas. Em outros municípios, esses espaços aproveitam infra-estrutura de hotéis, teatros, colégios e espaços públicos. Em Guaramiranga existem 2 (dois) teatros e salões de convenções no Convento dos Capuchinhos, no Hotel Escola, no Centro de Treinamento e Lazer, e em Pacoti, no Hotel Estância das Flores. Baturité dispõe de vários espaços para reuniões em colégios e equipamentos públicos, da mesma forma que Palmácia e Redenção. Nenhum deles possui alta freqüência de utilização e carecem de adequações para receber eventos de forma regular e profissional.

Um aspecto importante da oferta turística, núcleo de produção e competitividade, é a qualificação dos recursos humanos, pré-requisito para a qualidade dos serviços e para o apoio e participação efetiva da comunidade local.

Ainda é possível pontuar o trabalho desenvolvido pelas ONGs locais nas áreas de arte (teatro, música, dança, coral) e educação ambiental, que tem contribuído para a formação de jovens talentos e para uma consciência coletiva da preservação ambiental.

Ainda é pequena a participação comunitária no turismo, pelo fato da comunidade não obter benefícios diretos da atividade, sofrer alguns prejuízos com a mesma, e não perceber ainda sua importância para os municípios. Quanto à qualidade dos serviços, existe ainda um longo caminho a percorrer, para se atingir um nível desejável.

Partindo para a análise da demanda turística, pesquisas oficiais (SETUR, SEBRAE e Prefeituras), localizadas e específicas, indica Fortaleza como o maior emissor de turistas para o Maciço, atraídos pela proximidade, pelas amenidades do clima e pelos diversos atrativos naturais e culturais. Consultas realizadas nos hotéis identificaram que 80% dos hóspedes são do Ceará e cerca de 20% de outros estados, com predominância de visitantes dos estados do Pará e Amazonas.

A pesquisa da demanda turística, via Fortaleza, marca sistemática realizada pela SETUR/CE, que contabiliza apenas os turistas de fora do Ceará, registrou aproximadamente 16.500 visitantes na Região em 2000 e identificou Guaramiranga como a cidade mais visitada pelos turistas de outras unidades da Federação, com crescimento aproximado de 170% entre 1998 e 2000.

Na verdade, esse volume de turistas de fora do Ceará é bem pequeno, quando comparado com aquele não coberto pela pesquisa da SETUR/CE, mas hospedado em hotéis (80% do Estado - em veraneio no final de semana) e em sítios próprios ou de aluguel (quase todos de Fortaleza). Tanto é fato que, durante a semana, os equipamentos turísticos registram baixíssima ocupação, com alguns deles preferindo fechar e reabrir apenas na sexta-feira, quando o movimento cresce e chega a lotar os estabelecimentos.

Segmentos específicos do mercado também visitam a zona serrana, como o de observadores de pássaros, principalmente americanos, e o de praticantes de esportes radicais, bem como os associados de Clubes da Melhor Idade, e ecoturistas, sem, no entanto, dispor de maiores informações.

O fato de o maior fluxo para o Maciço, mais especificamente para a Serra, se originar em Fortaleza merece reflexões quanto à sazonalidade, ao valor turístico e aos estímulos para os deslocamentos, concluindo-se que ainda não existe valor agregado aos atrativos do Maciço que induzam as pessoas de origem mais distantes a visitá-la, estimulando somente um deslocamento da vizinhança, principalmente, para fins de semana, férias e grandes eventos, refletindo na baixa ocupação média dos equipamentos.

Verifica-se, por outro lado que os aspectos de divulgação, promoção e comercialização dos produtos do Maciço são também incipientes. Na comercialização, poucas empresas trabalham vendendo, basicamente, o ecoturismo. A promoção é feita em feiras especializadas e a divulgação é muito limitada ao “boca a boca” e durante a realização de grandes eventos.

Também, uma maior oferta de atrativos complementares entre os demais municípios do Maciço, além dos da Serra, pode despertar esse mercado situado a apenas 100 km de distância. Pode ainda a própria Região não se posicionar como um destino para o turismo nacional e internacional, mas se constituir em uma oferta complementar para a demanda que vem para Capital.

17.5 Infraestrutura institucional territorial

O Território Maciço de Baturité apresenta padrões diferenciados de suporte de infraestrutura seja no que se refere ao destino final de esgotos, aos resíduos sólidos, à telefonia, à captação de água, etc.

Desta feita apresentam-se a seguir as principais especificidades relativas à infraestrutura territorial.

Tabela 62 – Vias de acesso e distâncias à Fortaleza dos municípios do Território Maciço de Baturité.

Municípios	Vias de acesso	Distância à Fortaleza (Km)
Acarape	CE-060	61,0
Aracoiaba	CE-060	83,0
Aratuba	CE- 065	128,0
Barreira	CE-060>354	75,5
Baturité	CE-060>356	93,0
Capistrano	CE-060	110,5
Guaramiranga	CE-065	102,0
Itapiúna	CE-060	110,0
Mulungu	CE-065	110,0
Ocara	BR-116>CE-359>257	95,1
Pacoti	CE-065	95,0
Palmácia	CE-065	73,0
Redenção	CE-060	63,0

Fonte: Departamento de Edificações e Rodovias (DER), 2007

17.6 Acessibilidade Intraurbana e Sistema Vicinal

A acessibilidade nos 13 (treze) municípios do Território do Maciço de Baturité pode ser considerada insuficiente.

A mobilidade entre a maioria destes municípios é possível, unicamente, através do transporte rodoviário. As rodovias estaduais CE-060, CE-065 e CE-356, em bom estado de conservação e com sinalização horizontal e vertical, protagonizam as principais ligações entre eles.

A CE-060 faz o percurso Fortaleza / Acarape / Aracoiaba / Capistrano / Itapiúna. Com relação à CE-065, ela faz a ligação entre os municípios de Fortaleza, Palmácia, Pacoti, Guaramiranga, Mulungu e Aratuba. Já a CE-356, interliga os Municípios de Aracoiaba e Baturité.

As rodovias estaduais CE-253, CE-257 e CE-354 fazem parte da acessibilidade entre os municípios da Região, mas estão incompletas ou em precárias condições de utilização. A CE-257 liga os municípios de Aratuba a Capistrano e Ocara à CE-359.

A CE-253 faz a ligação entre os municípios de Pacoti e Redenção e a CE-354 liga os municípios de Acarape, Barreira e Chorozinho à BR-116.

17.7 Acessibilidade

De um modo geral a acessibilidade interna nas áreas urbanas do Território, possuem as mesmas características.

Em quase todos os municípios (excetuando-se Guaramiranga), as rodovias cruzam as áreas centrais e em torno destas se desenvolveu o traçado urbano de cada município.

O pavimento principal característico é o de pedra tosca, sendo usado também o paralelepípedo nas principais vias de Baturité, Pacoti e Palmácia.

O pavimento asfáltico só é observado nas vias principais de algumas cidades, quando estas fazem parte da malha viária principal (rodovias) da Região.

Não foi observada, em qualquer dos municípios da Região, sinalização de trânsito suficiente que garanta um fluxo ordenado e seguro.

Nos finais de semana, principalmente em dias de feira, os problemas de circulação interna se agravam em alguns municípios, principalmente, pela ausência de vias compatíveis com a demanda e nenhuma oferta de estacionamentos na área urbana, além da ocupação das vias por estas feiras, e a ausência total de fiscalização de trânsito.

O sistema vicinal complementa a ligação entre as sedes dos municípios e seus distritos, além de permitir o acesso a outros municípios da Região. Muitas vezes o que garante o acesso de um município do Maciço para outro, são estas vias.

A acessibilidade por meio destas estradas vicinais é muito precária. A maioria delas não é pavimentada, ou seja, são estradas carroçáveis, muitas delas passagens molhadas, que ficam inutilizadas nos períodos de maior precipitação pluviométrica.

Existem poucas ligações pavimentadas em pedra tosca, e algumas sedes se interligam com distritos através da própria rede de rodovias estaduais.

17.8 Condições atuais da Infraestrutura Rodoviária

As principais vias de acesso à Região do Maciço de Baturité se encontram em bom estado de conservação e sinalização. A seguir, estão descritas todas as rodovias que fazem parte da malha de mobilidade do Maciço de Baturité, juntamente com suas condições infra-estruturais:

- 13 CE-060 (Fortaleza / Aracoiaba), conta com pavimentação em ótimas condições de conservação e excelente sinalização horizontal e vertical. O trecho correspondente à ligação Aracoiaba / Itapiúna, apresenta pavimento em boas condições de conservação e regular sinalização;
- 14 CE-356 (Aracoiaba / Baturité), com a pavimentação em bom estado de conservação e sinalização, mas com dimensões de acostamento inadequadas;
- 15 CE-065 (Aratuba / Mulungu / Guaramiranga / Pacoti / Palmácia), o pavimento encontra-se em boas condições de conservação, mas com dimensões de acostamento inadequadas. No trecho Palmácia / Ladeira Grande, a CE-065 apresenta estado muito precário, com a pavimentação mal conservada. Neste trecho a pista possui seção reduzida, além de ser desprovida de uma sinalização eficiente, o que a torna uma rodovia perigosa para o tráfego; e
- 16 CE-354 (Acarape / Barreira), com o pavimento em boas condições de conservação e sinalização horizontal e vertical regular.

Quanto ao estado de conservação das estradas vicinais da Região do Maciço de Baturité, estas podem ser classificadas como sendo a maioria *carroçáveis* e algumas *passagens molhadas*.

17.9 Infraestrutura Financeira

17.9.1 Bancos

Com relação ao sistema bancário oficial do Território tem-se: Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil.

17.9.2 Instituições sob a supervisão do Banco Central

Tabela 63 – Número de agência bancárias no Território Maciço de Baturité, 2009.

Municípios	Instituições									
	Agências Bancárias									
	Total		Banco do Brasil - Banco Múltiplo		Caixa Econômica Federal		Banco do Nordeste do Brasil S.A.- Banco Múltiplo		Banco Múltiplo(1)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Acarape	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aracoiaba	2	2	1	1	-	-	-	-	1	1
Aratuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baturité	3	3	1	1	1	1	1	1	-	-
Capistrano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guaramiranga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapiúna	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Mulungu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pacoti	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Palmácia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redenção	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

Quanto à existência de agências bancárias no Território a distribuição dá-se da seguinte maneira: Aracoiaba conta duas agências; Baturité três; Itapiúna uma; Pacoti uma e Redenção uma. Os demais não apresentam números quantificáveis neste sentido.

Tabela 64 – Número de postos bancários no Território Maciço de Baturité, 2009.

Municípios	Instituições									
	Postos Bancários(2)									
	Total		Banco do Brasil - Banco Múltiplo		Caixa Econômica Federal		Banco do Nordeste do Brasil S.A.- Banco Múltiplo		Bancos Múltiplo(1)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Acarape	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Aracoiaba	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Aratuba	1	3	1	1	-	-	-	-	-	2
Barreira	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Baturité	1	2	1	1	-	-	-	-	-	1
Capistrano	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Guaramiranga	1	3	1	1	-	-	-	-	-	2
Itapiúna	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Mulungu	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Ocara	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Pacoti	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Palmácia	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Redenção	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

Tabela 65 – Valor das operações bancárias no Território Maciço de Baturité, 2009.

Municípios	Operações de crédito (R\$ mil) (1)		Depósitos à vista (R\$ mil) (1)				Poupança (R\$ mil) (1)		Depósitos a prazo (R\$ mil) (1)		Obrigações por receber (R\$ mil) (1) (2)	
			Do governo		Privados							
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Acarape	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aracoiaba	848	2.188	580	180	564	769	3.590	4.583	369	455	0	1
Aratuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baturité	30.236	34.126	730	905	3.127	3.721	16.282	21.013	1.276	1.773	4	4
Capistrano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guaramiranga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapiúna	1.700	2.588	295	248	772	920	1.685	1.755	35	40	0	1
Mulungu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pacoti	1.524	2.148	212	349	314	439	828	1.099	570	731	1	1
Palmácia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redenção	7.637	8.886	939	704	2.019	2.238	6.221	7.398	2.762	2.764	4	5

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

(1) Os dados não estão disponíveis para municípios que só tem até duas agências.

(2) Composto por: I.O.F., contribuições previdenciárias, tributos estaduais, tributos municipais, tributos federais, F.G.T.S., PIS/PASEP e demais recebimentos.

Quanto à existência de postos bancários no Território todos os municípios apresentam, a distribuição dá-se da seguinte maneira: Acarape com 03; Aracoiaba 01; Aratuba 03; Barreira 02; Baturité 02; Capistrano 02; Guaramiranga 03; Itapiúna 01; Mulungu 02; Ocara 02; Pacoti 01; Palmácia 02 e Redenção 02.

Tabela 66 – Valor das operações bancárias no Território Maciço de Baturité, 2009.

Municípios	Poupança (R\$ mil)(1)		Depósitos a prazo (R\$ mil)(1)		Obrigações por receber (R\$ mil)(1) (2)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Acarape	-	-	-	-	-	-
Aracoiaba	3.590	4.583	369	455	0	1
Aratuba	-	-	-	-	-	-
Barreira	-	-	-	-	-	-
Baturité	16.282	21.013	1.276	1.773	4	4
Capistrano	-	-	-	-	-	-
Guaramiranga	-	-	-	-	-	-
Itapiúna	1.685	1.755	35	40	0	1
Mulungu	-	-	-	-	-	-
Ocara	-	-	-	-	-	-
Pacoti	828	1.099	570	731	1	1
Palmácia	-	-	-	-	-	-
Redenção	6.221	7.398	2.762	2.764	4	5

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN).

(1) Os dados não estão disponíveis para municípios que só tem até duas agências.

(2) Composto por: I.O.F., contribuições previdenciárias, tributos estaduais, tributos municipais, tributos federais, F.G.T.S., PIS/PASEP e demais recebimentos.

Quanto às operações de crédito em volume total realizadas no Território temos:

- Oito municípios não apresentam informações neste sentido, posto que, não há informações disponíveis para municípios que compreendem até duas agências, são eles: Acarape; Aratuba; Barreira; Capistrano; Guaramiranga; Mulungu; Ocara; e Palmácia;
- Com relação aos que dispõem de informação tem-se:
- Aracoiaba 2.188 (em R\$ mil reais); Baturité 34.126 (em R\$ mil reais); Itapiúna 2.588 (em R\$ mil reais); Pacoti 2.148 (em R\$ mil reais); e Redenção 8.886 (em R\$ mil reais).

Tabela 67 - Resumo de informações de comercialização de produtos da agricultura familiar via PNAE.

UF	Código IBGE	ENTIDADE*	Valor do Repasse do FNDE(1)	Alunado(2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares(3)	Nº de DAPs(4)	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30%(5)
CE	2300150	ACARAPE	127.380,00	2895	38.214,00	521	73	PAA Leite	4
CE	2300309	ACOIARA	509.036,00	11569	152.711,00	5643	2005	PAA Leite/DS/CDLAF	17
CE	2301406	ARATUBA	166.760,00	3790	50.028,00	1662	630	PAA Leite/CDLAF	6
CE	2301950	BARREIRA	206.316,00	4689	61.895,00	1933	323	PAA Leite/DS	7
CE	2302107	BATURITE	308.484,00	7011	92.545,00	1633	821	CDLAF	10
CE	2302909	CAPISTRANO	227.260,00	5165	68.178,00	2178	500	PAA Leite	8
CE	2305100	GUARAMIRANGA	66.000,00	1500	19.800,00	166	123		2
CE	2306504	ITAPIUNA	232.320,00	5280	69.696,00	1952	1153	PAA Leite	8
CE	2309102	MULUNGU	103.752,00	2358	31.126,00	1151	499	PAA Leite	3
CE	2309458	OCARA	274.824,00	6246	82.447,00	1871	1145	CD/Leite/DS/CDLAF	9
CE	2309805	PACOTI	131.912,00	2998	39.574,00	791	503		4
CE	2310100	PALMACIA	105.688,00	2402	31.706,00	831	413		4
CE	2311603	REDENCAO	295.108,00	6707	88.532,00	1374	330	DS/CDLAF	10
Total			2.754.840,00	62610	826.452,00	21706	8518		92

Fonte dos dados: FNDE e SAF/MDA. Organização das informações: SAF/MDA 2009. * Relação das Prefeituras Municipais executoras dos recursos do PNAE na rede municipal. ** Total dos recursos projetados para a secretaria estadual de educação para execução do PNAE na rede estadual. *** Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 (1) 2009 com base no censo escolar de 2008 (2) Total de alunos em 2009 com base no censo escolar de 2008 (3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE. (4) Declaração de Aptidão ao PRONAF. (5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000,00. DS: Doação Simultânea. CDLAF: Compra Direta Local da Agricultura Familiar. FE: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar. CD: Compra Direta da Agricultura Familiar. Leite: Programa de Incentivo ao Consumo do Leite

Quanto ao valor total do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar no Território é de R\$ 2.754.840,00, sua distribuição por município dá-se da seguinte forma: Acarape R\$ 127.380,00; Aracoiaba R\$ 509.036,00; Aratuba R\$ 166.760,00; Barreira R\$ 206.316,00; Baturité R\$ 304.484,00; Capistrano R\$ 227.260,00; Guaramiranga R\$

66.000,00; Itapiúna R\$ 232.320,00; Mulungu R\$ 103.752,00; Ocara R\$ 274.824,00; Pacoti 131.912,00; Palmácia 105.688,00 e Redenção R\$ 295.108,00.

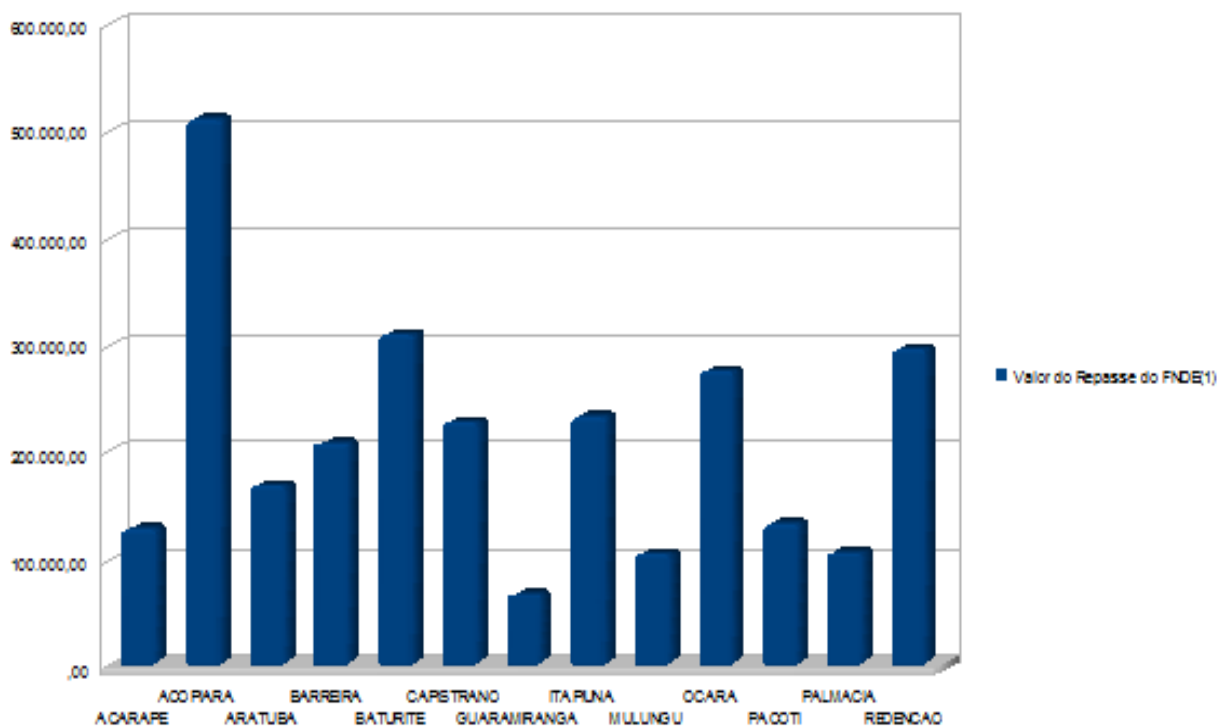


Figura 29 – Valor do repasse pelo FNDE para o Território Maciço de Baturité.
Fonte: Elaboração Própria a partir SAF/MDA 2009.

Apesar do desempenho dos agricultores familiares em realizar a comercialização dos seus produtos, ainda não é suficiente. No Território Maciço do Baturité a presença do atravessador ainda é muito forte, fragilizando o desenvolvimento agricultura familiar.

A proposta da Base de Serviço é de ser a interlocutora dos Agricultores(as) Familiares e assentados(as) no que se refere à comercialização, produção e consumo, com foco na sócio economia solidária e na visão da agroecologia, disponibilizando para isso de assessoria, consultoria para o fortalecimento das organizações dos produtores, com o objetivo de aumentar a produtividade e viabilizar o acesso ao mercado, culminando com uma maior agregação de valor na venda direta dos produtos (agropecuários, artesanais, etc.) através de parcerias com as bases de serviços locais, territoriais e estaduais, busca viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e justiça social. E desta forma possibilitar agregação de valor aos produtos da agricultura familiar (beneficiamento e processamento, comunicação e marketing, arranjos

institucionais de comercialização, certificação e selos). No entanto, o território já apresenta resultados significativos realizando feiras agroecológicas nos municípios de Barreira e Ocara, além de fóruns agroecológicos.

18 SERVIÇOS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

18.1 Serviços e Comércio

O setor terciário é maior indutor econômico do Maciço, respondendo por quase mais de 70% do PIB territorial.

O setor terciário tem como principais representantes a administração pública (empregos públicos e pensões de aposentadoria do INSS) e os aluguéis, que respondem por mais de 50% da riqueza gerada pelos serviços, o que aponta a fragilidade das atividades privadas.

O município de Baturité centraliza o mercado varejista do Território, seguido de Redenção e Pacoti, com tradicionais feiras de gêneros alimentícios e artigos para o lar e agrícolas. Há também uma tradição na prestação de serviços de transporte de pessoas e, principalmente, de cargas, ligando a serra ao sertão e à Fortaleza.

O maior comércio atacadista de frutas e verduras da Região ocorre na Ceasa, em Maracanaú, por intermédio de atravessadores que adquirem os produtos locais diretamente dos agricultores.

18.2 Indústria

O setor industrial do Território do Maciço de Baturité é, via de regra, incipiente e pouco relevante em termos de geração de ocupação, quando comparado com as atividades primárias e terciárias. Seu maior representante, em geral, em quase todos os municípios, é a construção civil, excetuando-se Acarape e Redenção, onde se encontram fabricantes de cachaça (Ypióca, Chave de Ouro, Douradinha e Bagageiro entre outras) e exploradores de minerais não metálicos (calcário) de maior peso (Quimindústria e Midol). A extração mineral também está presente em Guaramiranga e Pacoti (água mineral – Neblina, Indaiá, Olympia e Prisma da Serra) e em Itapiúna (pedras semipreciosas). Há, além disso, pequenas olarias espalhadas pelos municípios do Sertão e de Transição Sertão / Litoral.

Apesar da produção local de grande quantidade de frutas e verduras, a agroindústria no Maciço está restrita a pequenas fábricas de cajuína e de doces, casas

de farinha e engenhos artesanais, além dos tradicionais produtores de aguardente de cana-de-açúcar, atividade primária secular e em decadência.

Há que se registrar também as restrições ambientais, legais e sanitárias a empreendimentos de pequeno, médio porte e a própria dificuldade de acesso por estradas íngremes e estreitas como fatores que limitam as possibilidades de processamento de matéria-prima principalmente nos municípios serranos.

Já nas áreas de Sertão e Transição Sertão/Litoral, existe a possibilidade de processar tanto suas frutas e verduras como aquelas produzidas na serra, quanto à de transformar insumos externos, dependendo, basicamente, da competitividade relativa às outras regiões industriais.

O excesso de capacidade de beneficiamento de castanha, já existente em outras regiões do Estado, limita a instalação de novas unidades beneficiadoras no Maciço, enquanto essa ociosidade não for reduzida, com o aumento de produtividade da cultura do caju. Todavia, o aproveitamento do caju para ração, por exemplo, pode ser buscado.

O acesso facilitado, com rodovias e ferrovia, e a proximidade da Região Metropolitana de Fortaleza favorecem o desenvolvimento industrial nos Municípios de Sertão.

19 INFRAESTRUTURA HÍDRICA ELÉTRICA E VIÁRIA

O Território Maciço de Baturité, via de regra, é detentor de sistema de transporte coletivo tradicional e insuficiente para a demanda. A qualidade dos serviços tem gerado grande insatisfação por parte da comunidade residente nos 13 (treze) municípios.

19.1 Transporte rodoviário

O atual sistema de transporte rodoviário é ineficiente em relação à acessibilidade a Fortaleza, e, principalmente, no que concerne à integração entre os municípios que compõem o Maciço.

Como conseqüência dessa ineficiência, observa-se a crescente demanda pelo uso do transporte alternativo, feito através de Vans e Kombis. Esse modo de transporte, sem obedecer a nenhuma regulamentação, complementa o sistema de transporte coletivo da Região.

Outro modo de transporte que é intensamente utilizado na Região é o caminhão do tipo “pau-de-arara”. Esse tipo de transporte é muito utilizado para suprir as necessidades de ligações entre os diversos municípios do Maciço.

Quanto ao transporte escolar, os municípios do Maciço utilizam ônibus alugados ou próprios, mas em todos estes municípios o “pau de arara” é utilizado com freqüência, sem o mínimo de segurança para os estudantes.

Somente 03 (três) municípios possuem Estações de Transporte Público Rodoviário. O Município de Baturité possui uma estação bem dimensionada, em boas condições de conservação, mas subutilizada, pois foi construída fora do perímetro urbano, depois da sede, já na saída para o município de Guaramiranga. Em Aracoiaba a estação é pequena, mas encontra-se em boas condições de conservação e é utilizada pelas linhas da Região. O Município de Capistrano conta com uma estação pequena, em boas condições de conservação e é utilizada pelas linhas da Região.

19.2 Transporte ferroviário

O transporte Ferroviário no Maciço de Baturité, antigamente era responsável pelo transporte de passageiros e cargas. O transporte de passageiros foi desativado há

mais de vinte anos e o de carga, atualmente, é subutilizado, não beneficiando os municípios da Região.

Até o ano de 1997, a Região contou com uma “Litorina”, um trem com capacidade para 46 passageiros, com finalidade turística, que fazia o percurso Fortaleza / Baturité. Hoje esse trem encontra-se em exposição na Estação Ferroviária João Felipe, em Fortaleza.

A Companhia Ferroviária do Nordeste, CFN, detentora da malha ferroviária do Nordeste, através de “Cessão” por 30 (trinta) anos, com possibilidade de prorrogação por mais 30 (trinta) anos, credita essa paralisação à manutenção que a malha ferroviária requer, e ao estado de inadequação da “Via Permanente”, para o transporte de passageiros. A empresa, todavia, vê potencial para a sua reutilização, associada a programas consistentes de desenvolvimento turístico para a região do Maciço.

A ferrovia liga Fortaleza ao sul do Estado, e cruza os municípios de Acarape, Aracoiaba, Baturité, Capistrano e Itapiúna, sem beneficiá-los com o serviço. Portanto, atualmente, essa ferrovia não é utilizada como vetor para o desenvolvimento do Maciço. Os cinco municípios citados possuem estação ferroviária, mas apenas a de Baturité está em bom estado de conservação, pois foi restaurada, funcionando hoje como um museu. As demais estão sem utilização, apesar de no passado terem representado equipamento relevante nessas cidades.

O transporte de cargas, hoje, restringe-se ao transporte de cevada, combustível (gasolina e álcool), cimento, ferro gusa, argila, gesso, alumínio e açúcar, e não constitui uma operação rentável.

19.3 Transporte de carga

Este modo de transporte é executado exclusivamente pelo modo rodoviário, através de caminhões, entre os municípios e até Fortaleza. Entre os municípios e para outras regiões do Estado esse tipo de transporte é suplementado por outro modo de transporte comum no Nordeste qual seja: o Transporte Misto (metade do caminhão para carga e a outra metade para passageiros).

20 ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Assessoria técnica territorial, normalmente, é viabilizada pela EMATERCE e INSTITUTO AGROPOLOS, porém, com o número de técnicos resumidos, o atendimento aos agricultores familiar dos municípios do Maciço, é insuficiente para a demanda existente, do ponto de vista que mesmo com o novo modelo de ATER, organizadas em microbacias com assistência intensiva objetivando uma assistência técnica permanente e de qualidade.

Ressaltamos, porém que o INSTITUTO AGROPOLOS tem missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, fomentando e qualificando as políticas públicas, através da capacitação e assessora técnica educativa e de execução de apoio a projetos referenciais e estratégicos. Atualmente vem desenvolvendo ações específicas de organização da cadeia produtiva da cajucultura, fruticultura, floricultura e biodiesel.

O número de ONG's que prestam serviço de ATER no Maciço ainda é muito reduzido. Atualmente contamos com duas entidades conveniadas com a SDA-Secretaria de Desenvolvimento Agrário: ACACE e COPASAT que tem atuação no território com ações de fortalecimento a assistência técnica, mas não podemos perder de vista outras instituições como SEBRAE, PRFEITURAS Municipais através das Secretarias Municipais da Agricultura, os sindicatos dos trabalhadores rurais. Quanto aos escritórios particulares de projetos, além de poucos tem apresentado dificuldade no acompanhamento técnico aos beneficiários da agricultura familiar quando da execução dos projetos, no entanto a demanda pelos comitês de organização sustentável da produção e comercialização é de fortalecer as entidades de ATER com:

- A contratação de técnicos de campo;
- Instituir uma dinâmica de apoio as ONGs;
- Elaboração de um plano municipal de ATER, envolvendo todos os parceiros comprometidos com as questões da ASSISTENCIA TECNICA territorial. A Tabela 68 a seguir abaixo mostra entidades de ATER conveniadas com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

Tabela 68 - Assessoria e Assistência Técnica conveniados com SDA no Território.

ENTIDADES DE ATER (OG E ONG)	AREA DE ATUAÇÃO	Nº. DE TECNICOS	Nº. DE FAMILIAS
INSTITUTO AGROPOLOS	Todos os municípios	12	1431
EMATERCE	Todos os municípios do território	38	5332
COPASAT	todos os municípios do território	20	766
ACACE	todos os municípios do território	10	322
Total	-	80	7851

Fonte: SDA-Secretaria de Desenvolvimento Agrário, 2010.

A Tabela 68 Assessoria e Assistência Técnica conveniados com a SDA no Território, apresenta um número de apenas 80 técnicos de ATER, no atendimento a 7.851 famílias de base familiar , e que comparando com o numero de estabelecimento rurais existentes no território que soma um total 17.758 o território atende um percentual de 44,21% de famílias.

21 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 19, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do setor produtivo, serviços, turismo, comércio e indústria, ação fundiária, financiamento e comercialização, infraestrutura elétrica, hídrica e estradas que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none">1. A produção de banana, café, caju, hortaliças2. O setor de transformação mineral existente3. O engarrafamento e comercialização de água mineral da Serra4. Fabricação de água ardente5. O trabalho e aquecimento econômico advindo da Construção civil6. O potencial turístico existente7. O potencial do comércio varejista8. O grande contingente populacional da zona rural9. - Mão de obra disponível de jovens e adultos10. A produção de mel e leite11. Piscicultura (em tanques rede e artesanal) existente no Território12. - Criação de galinha caipira e Granjas existentes (frangos) (industriais)13. - Os assentamentos existentes no Território14. - Existência de instituições de Planejamento e gestão Territoriais (ex.: CONSAD, AMAB, Agência de Desenvolvimento de Regional)15. - Sistema existente de	<ol style="list-style-type: none">1. Participação e envolvimento insuficiente dos poderes públicos, especialmente dos gestores municipais e câmara de vereadores, nas ações do Território;2. Necessidade de maior empoderamento da sociedade civil para a gestão social dos projetos, ações e estrutura do Território;3. Fragilidade no envolvimento de algumas instituições públicas para apoiar a elaboração e acompanhamento de projetos de interesse do Território;4. Carência de qualificação profissional na área de educação e demais áreas ;5. A rotatividade dos participantes nos Encontros do Território;6. Baixo nível de organização dos agricultores, quanto a produção e comercialização;7. Alto índice de desmatamento;8. Uso abusivo das práticas de queimadas.

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	
<p>armazenamento e distribuição de água</p> <p>16. - A água subterrâneas das áreas de Serra</p> <p>17. - O sistema implantado de energia elétrica</p> <p>18. - A existência de Planos de Desenvolvimento Municipais</p> <p>19. - A existência do CRIA – Centro Regional - Integrado de Administração</p> <p>20. - Malha ferroviária existente</p> <p>21. - O sistema CENTEC / CVT (e Centros Integrados de Digital) existentes</p> <p>22. - Açudes Construídos e Rios</p> <p>23. - CEO – Centro de Especialidade Odontológico</p> <p>24. - As Estruturas de apoio e suporte financeiro e técnico do Território (Bancos e Emater)</p>	
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>1. - A política de Desenvolvimento Territorial</p> <p>2. - Políticas de Crédito (ex.: Pronaf em suas diversas linhas)</p> <p>3. - Políticas Públicas de Apoio a comercialização da Agricultura Familiar (ex.: PNAE e PAA)</p> <p>4. - Projeto P1MC (Programa um milhão de cisternas) e P1 + 2 (uma terras e duas águas)</p> <p>5. - SECAFES – Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária</p> <p>6. - Programa Biodiesel</p> <p>7. - Projeto São José</p> <p>8. - Bancos públicos (BB e BNB)</p> <p>9. - Infraestrutura elétrica e viária, energia e estradas existente</p> <p>10. - Infraestrutura hídrica existente no território</p> <p>11. - Condição agricultável da Terra</p> <p>12. - Favorabilidade climática</p> <p>13. - Proximidade dos assentamentos</p>	<p>1. - Políticas públicas no território com baixo índice de articulação entre os órgãos federais, estaduais e municipais</p> <p>2. - A interferência da política partidária ainda é um forte fator de manipulação da sociedade civil;</p> <p>3. Atuação do atravessador muito presente na comercialização ;</p> <p>4. Desequilíbrio ambiental, e irregularidade pluviométrico;</p> <p>5. Falta de ATER continuada em função do numero de técnicos reduzidos nas instituições;</p> <p>6. Uso de Agrotóxicos em grande parte das propriedades rurais;</p> <p>7. Falta de Compreensão/ Compromisso dos gestores municipais da política e da dinâmica Territorial;</p> <p>8. Pouca participação de representantes de instituições regionais governamentais no processo para uma compreensão maior e realização de parcerias efetivas;</p>

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

<p>para às cidades</p> <p>14. - Existência de Planos de Desenvolvimento Estaduais</p> <p>15. - Existência de Políticas de Desenvolvimento Territorial</p>	<p>9. Má aplicação de crédito por alguns beneficiários da agricultura familiar;</p> <p>10. Falta de núcleo técnico capacitado para elaboração de projetos estratégicos para o setor produtivo;</p> <p>11. - Baixo índice de inclusão digital no território;</p> <p>12. - Evasão escolar, baixo índice de aprendizado e aprovação;</p> <p>13. - Desvalorização ou entrave na aceitação e participação nas ações e/ou eventos territoriais por parte de alguns gestores municipais;</p> <p>14. - Falta de assistência psicossocial para a faixa etária infanto-juvenil;</p> <p>15. - Fragilidade dos sistemas de garantia do direito da criança e do adolescente;</p> <p>16. - Migração da juventude para os grandes centros urbanos pela falta de oportunidade nas áreas de profissionalização e geração de renda</p>
---	--

Quadro 19: Análise Territorial do ambiente interno e externo da Dimensão Socioeconômica

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

Parte II d
DIMENSÃO POLITICO
INSTITUCIONAL
Territorialização e Gestão Publica
Infraestrutura Institucional
Governabilidade e Gestão Social

22 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar a política pública de desenvolvimento territorial rural que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural que, segundo a 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como “um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (1) Combinação do econômico-produtivo com o territorial; (2) Democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro, que reconhece a sua intrínseca relação com o urbano; (3) Ampliação dos investimentos sociais para as populações rurais e urbanas, o que significa falar em previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, segurança, estradas, transporte, cultura, esporte e lazer e (4) Organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação político-institucional, a relação entre a União - Estados e municípios, as novas institucionalidades e a participação da sociedade.

Considerando este marco referencial e, em especial, os componentes da idéia-conceito de desenvolvimento territorial, principalmente no que se refere ao eixo estratégico Organização social e participação política, esta dimensão do Plano pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nos eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é um dos alicerces que dá sustentação ao próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

22.1 Estrutura do poder local e territorial

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção. Este olhar deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a depender da convergência de intenções e propósitos entre Estado e sociedade civil, as relações serão movidas ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos de cunho neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Nesse contexto, refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão e, sobremaneira, atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada pela participação cidadã co-responsável.

O Quadro 20 dimensiona a representação político-partidária do território, considerando os processos eleitorais de três mandatos (e com informações disponíveis para consulta 2009-2012, 2005-2008 e 2001-2004), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período correspondente, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

Município	Mandato 2009-2012									
	Nº. Eleitores	Partidos								
		PV	PMDB	PSB	PSDB	PT	PR	PDT	DEM	PPS
Acarape	10.102		X							
Aracoiaba	19.820				X					
Aratuba	9.054						X			
Barreira	15.352		X							
Baturité	25.241				X					
Capistrano	12.955							X		
Guaramiranga	4.817						X			
Itapiúna	14.450				X					
Mulungu	7.458								X	
Ocara	17.374	X								
Pacoti	9.282									X
Palmácia	6.963					X				
Redenção	21.606			X						
TOTAL TERRITÓRIO	174.474									

Quadro 20: Eleitores e Representação Partidária Gestão Municipal

Fonte: Anuário Estatístico 2002, 2005 e 2009/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2000, 2004 e 2008

Analisando o cenário político-partidário da Gestão Municipal do Território Rural do Maciço de Baturité nos processos eleitorais de três mandatos, apresentado no Quadro 20, constata-se a presença significativa de gestores municipais do partido PSDB e PMDB, seguido pelo PV, nos três mandatos consecutivos, indicando um cenário político-partidário ora de aliança, ora de oposição com o governo estadual e federal, principalmente nos três períodos mais recentes destes, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002. Observa-se, ainda, a presença de outros partidos em dois mandatos consecutivos, a exemplo dos partidos PDT, DEM/PFL e PPS. Os partidos PT, PSB, PR PSB, PHS, PTB e PSD saíram vitoriosos em apenas um mandato.

Segundo informações dos atores sociais, por ocasião dos eventos de construção, socialização e validação do PTDRS (comitês e plenárias gerais), a inexpressiva participação dos gestores municipais nas dinâmicas desencadeadas pelo território tem limitado a contribuição dessa esfera de poder na perspectiva da construção de uma nova ambiência político-institucional territorial capaz de avançar a passos mais largos nas iniciativas de diálogo, articulação e cooperação entre os entes federados (municípios, Estado e União) e a própria sociedade civil. Outra constatação é que as questões de interesse do território não têm sido priorizadas na agenda do

executivo municipal. Tal fato tem como explicação a cultura política ainda conservadora da maioria dos gestores municipais, a insuficiente publicização do orçamento participativo e o desconhecimento sobre o Programa Nacional de Territórios Rurais (PRONAT), o que justifica a ausência de representação dessa esfera de poder no contexto atual do território. Por outro lado, observa-se que o compromisso ético e o envolvimento de uma parcela de gestores/as municipais e representantes das Secretarias Municipais fazem a diferença na gestão territorial.

O Quadro 21 dimensiona a representação político-partidária do legislativo municipal e sua influência no cenário político do território, considerando os processos eleitorais de três mandatos (e com informações disponíveis para consulta 2009-2012, 2005-2008 e 2001-2004), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder legislativo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição), sobretudo, com os governos municipais, estendendo essa relação para o governo estadual e federal, no período antes referido.

Municípios	Representação Partidária Gestão Municipal																										
	Mandato 2009-2012										Mandato 2005-2008							Mandato 2001-2004									
	Nº Eleitores	Partidos										Nº Eleitores	Partidos							Nº Eleitores	Partidos						
	PV	PMDB	PSB	PSDB	PT	PR	PDT	DEM	PPS		PHS	PSDB	PV	PMDB	PPS	PDT		PV	PMDB	PTB	PSDB	PSD	PFL				
Acarape	10.102	X									9.098	X						8.304			X						
Aracoiaba	19.820			X							16.918		X					19.209						X			
Aratuba	9.054					X					7.772			X				9.156	X								
Barreira	15.352	X									13.872		X					12.507				X					
Baturité	25.241			X							23.274			X				22.517			X						
Capistrano	12.955						X				11.169			X				11.956		X							
Guaramiranga	4.817					X					4.111				X			4.283		X							
Itapiúna	14.450			X							12.681		X					11.275		X							
Mulungu	7.458							X			6.815			X				6.494		X							
Ocara	17.374	X									17.681				X			16.058					X				
Pacoti	9.282								X		7.849					X		8.680			X						
Palmácia	6.963				X						7.901				X			7.195					X				
Redenção	21.606			X							19.781							18.245					X				
TOTAL TERRITÓRIO	174.474										158.922							155.879									

Quadro 21: Eleitores e Representação Partidária Gestão Municipal

Fonte: Anuário Estatístico 2002, 2005 e 2009/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2000, 2004 e 2008

Município	Mandato 2009-2012																				
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal																		
			PP	PMDB	PRTB	PTB	PMN	PSB	PSDB	PT	PPS	PR	PSC	PDT	PV	DEM	PC do B	PHS	PTC	PRB	PTN
Acarape	15.388	09	0	0	01	0	01	0	0	01	02	01	01	0	02	0	0	0	0	0	
Aracoiaba	25.251	09	0	01	0	01	0	01	05	0	0	0	0	0	0	01	0	0	0	0	
Aratuba	12.477	08	0	03	0	0	0	0	0	01	02	02	0	0	0	0	0	0	0	0	
Barreira	19.257	08	02	02	0	01	0	0	01	01	0	0	0	01	0	0	0	0	0	0	
Baturité	32.968	09	0	03	0	01	0	01	02	0	0	0	0	01	01	0	0	0	0	0	
Capistrano	16.963	09	01	01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	01	0	01	02	02	01	0	
Guaramiranga	4.227	09	0	01	0	0	0	0	02	01	0	0	04	0	0	0	0	0	0	01	
Itapiúna	18.390	09	0	01	0	0	0	0	02	01	0	0	0	02	0	0	03	0	0	0	
Mulungu	11.642	09	0	01	0	02	0	0	01	0	0	0	0	01	02	02	0	0	0	0	
Ocara	24.371	09	0	01	02	0	02	01	0	0	0	0	0	0	02	0	0	0	0	01	
Pacoti	11.473	14	01	02	0	01	0	03	0	01	04	0	0	0	0	0	0	01	0	01	
Palmácia	10.755	09	0	0	0	01	0	03	0	01	0	0	0	0	02	0	0	01	0	01	
Redenção	26.624	09	0	02	0	0	0	02	0	01	02	01	0	01	0	0	0	0	0	0	
TOTAL TERRITÓRIO	229.786	120	04	18	03	07	03	13	12	07	10	08	01	07	09	04	05	04	01	03	01

Quadro 22: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2009. Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2008

Municípios	Mandato 2005-2008																	
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal															
			PP	PMDB	PTN	PTB	PL	PSB	PSDB	PT	PPS	PFL	PV	PDT	PRP	PSC	PMN	PSCD
Acarape	14.641	09	0	0	01	0	02	0	01	0	01	01	02	01	0	0	0	0
Aracoiaba	25.039	09	02	0	0	0	0	01	04	0	01	01	0	0	0	0	0	0
Aratuba	13.475	09	0	01	0	0	0	0	02	01	0	0	05	0	0	0	0	0
Barreira	18.443	09	01	01	0	0	0	0	01	0	01	03	0	02	0	0	0	0
Baturité	31.431	09	0	03	0	0	01	0	02	0	0	0	02	01	0	0	0	0
Capistrano	16.337	09	03	02	0	0	01	0	0	0	0	0	0	02	01	0	0	0
Guaramiranga	5.978	09	0	01	0	0	04	0	02	0	02	0	0	0	0	0	0	0
Itapiúna	18.213	09	0	03	0	0	0	0	03	0	0	0	0	0	0	03	0	0
Mulungu	9.558	09	0	02	0	02	01	0	01	0	0	01	02	0	0	0	0	0
Ocara	22.684	09	0	0	0	0	01	0	02	0	02	0	03	0	0	01	0	0
Pacoti	11.448	09	01	0	01	01	0	0	01	02	02	01	0	0	0	0	0	0
Palmácia	8.304	09	0	0	0	01	0	0	02	0	01	0	01	0	0	0	02	02
Redenção	26.394	09	0	0	0	0	01	01	02	0	03	0	02	0	0	0	0	0
TOTAL TERRITÓRIO	221.945	117	07	13	02	04	11	02	23	03	13	07	17	06	01	04	02	02

Quadro 23: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2005/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2004.

Municípios	Mandato 2001-2004															
	Total Habitantes	Total Vereadores	Representação Partidária do Legislativo Municipal													
			PP	PMDB	PSC	PTB	PSD	PSB	PSDB	PT	PPS	PR	PFL	PDT	PV	PST
Acarape	13.256	09	02	01	0	01	02	0	03	0	0	0	0	0	0	0
Aracoiaba	24.234	15	04	0	0	0	01	01	04	01	01	0	03	0	0	0
Aratuba	12.575	11	0	01	0	0	03	0	05	0	0	0	0	0	02	0
Barreira	17.255	11	03	01	0	0	0	0	02	0	0	0	02	01	02	0
Baturité	30.140	15	0	01	01	0	0	05	03	01	0	0	0	04	0	0
Capistrano	15.857	13	0	04	0	0	02	0	04	0	01	0	0	02	0	0
Guaramiranga	5.763	09	0	02	0	02	0	0	03	0	02	0	0	0	0	0
Itapiúna	16.671	11	02	01	0	0	0	0	04	0	02	0	01	01	0	0
Mulungu	9.020	09	0	02	0	0	01	0	04	0	0	0	02	0	0	0
Ocara	21.704	11	0	02	01	02	03	0	0	0	03	0	0	0	0	0
Pacoti	11.018	11	02	0	0	01	01	0	04	0	01	0	02	0	0	0
Palmácia	9.980	11	0	0	0	01	02	0	04	0	02	0	0	02	0	0
Redenção	25.269	15	02	0	0	01	06	0	0	01	02	0	02	0	0	01
TOTAL TERRITÓRIO	212.742	151	15	15	2	8	21	6	40	3	14	0	12	10	4	1

Quadro 24: Habitantes e Representação Partidária do Legislativo Municipal

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2000/Tribunal Superior Eleitoral, eleições 2001.

Analisando o que retrata o cenário político-partidário do legislativo municipal do Território Rural do Maciço de Baturité, nos três mandatos consecutivos, constata-se a presença significativa dos partidos PSDB, PP, PMDB, PPS, PV, PP, DEM/PFL, PSB, PT e PSC. Por outro lado, o quadro também sinaliza para a redução de cadeiras dos referidos partidos em relação ao primeiro mandato (2001-2004) e ao mais recente (2009-2012), inserindo outros partidos no cenário político-partidário, a exemplo do PHS, PL, PMN, PR, PDT, PCdoB, PTC PST e PRTB. Este cenário indica ora movimento de aliança, ora movimento de oposição, sobretudo, com os governos municipais, sendo esta relação estendida ao governo estadual e federal, principalmente nos três períodos mais recentes destes, ou seja, 2007-2010, 2003-2006 e 1999-2002.

Segundo informações dos atores locais, por ocasião dos eventos com as instâncias do colegiado territorial (plenária geral e comitês temáticos), a inexpressiva participação do legislativo nas dinâmicas desencadeadas pelo território tem limitado a contribuição desta esfera de poder na perspectiva da construção de uma nova ambiência política territorial, capaz de avançar a passos mais largos nas iniciativas de diálogo, articulação e cooperação entre Estado e sociedade civil. Outra constatação é que as questões de interesse do território não tem sido pauta de discussão e priorização do legislativo municipal à medida que ainda é muito presente a cultura da troca, a insuficiente publicização do orçamento participativo e o desconhecimento sobre o Programa Nacional de Territórios Rurais (PRONAT), o que explica a ausência de representação desta esfera de poder no contexto atual do território. Por outro lado, observa-se que o compromisso ético e o envolvimento de uma parcela de vereadores/as municipais fazem a diferença na gestão territorial.

Assim, tanto a participação do legislativo, quanto do judiciário precisa ser estimulada e qualificada no sentido de consolidar uma ambiência de governança favorável a articulação e cooperação entre as esferas de governo com vistas à implantação de políticas públicas mais amplas e eficazes na perspectiva da superação dos grandes desafios apontados pelo diagnóstico territorial e, conseqüentemente, na concretização das proposições inscritas no Plano.

22.2 Estrutura Administrativa e Política das Instituições Públicas

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico deste tema é necessário refletir sobre alguns elementos de diagnóstico apontados no estudo do tema “Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural”, na Série Documentos do CONDRAF Nº. 01 (2005) que, entre outras coisas, aborda na forma de convergências/divergências e considerações/sugestões a referida temática com base no conjunto de estudos já realizados.

Das três variáveis exploradas no referido Estudo, este diagnóstico destaca a variável que trata dos principais avanços e obstáculos nos âmbitos: (1) do Desenvolvimento rural municipal; (2) da Articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais; (3) da Organização, da participação e da capacitação dos atores locais, em especial dos agricultores familiares e das comunidades e (4) do Ambiente institucional e da consolidação de novas institucionalidades.

É esta variável que o Quadro 25 pretende detalhar, no sentido de contribuir para a análise mais criteriosa dos elementos de diagnóstico que propiciam e/ou limitam a consistência e efetividade dos arranjos sócio institucionais e políticos na direção de qualificar os eixos temáticos, programas e projetos da dimensão político-institucional do Plano .

CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES
RUMOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL (que não desconhece a sua intrínseca relação com o urbano)
“A crença de que o ambiente rural é algo maleável que pode ser facilmente modificado por pessoas que apenas detêm vontade política não condiz com a realidade retratada em diversos trabalhos analisados, uma vez que qualquer mudança institucional trás embutida em si mesma uma gama de conflitos e resistências, que não são superadas apenas por meio de medidas administrativas”.
PROPOSIÇÕES
- Superar a marca da “artificialidade” de programas e projetos, garantindo o espaço para a legitimação social e política dos atores, bem como da própria política pública, ou seja, aprofundar, ao máximo, o processo de democratização (a exemplo da alteração da composição dos conselhos; a forma de escolha dos conselheiros; a estruturação operacional dos mesmos; o caráter de suas decisões, entre outras).
AMBIENTE INSTITUCIONAL
“A falta de integração entre os diferentes atores e as próprias instituições em uma mesma

CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES

base territorial acaba provocando instabilidades sobre o processo de desenvolvimento rural, levando a uma desintegração de ações e de projetos concebidos como elementos promotores de mudanças”.

PROPOSIÇÕES

- Maior potencialização do capital social (esfera pública), sobretudo naquelas localidades distantes e em processo de estruturação à medida que nem as administrações municipais e as próprias organizações sociais são capazes de dar conta dos novos desafios;
- Estimular continuamente a articulação e cooperação entre os atores locais e outros atores (a exemplo de universidades, serviço de pesquisa e extensão, entre outros), visando superar os limites impostos às discussões pela dimensão municipal, apostando-se em processos locais e regionais.

ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE OS ATORES SOCIAIS

“Esse debate não pode mais ficar restrito apenas aos aspectos administrativos e gerenciais de determinados programas e políticas públicas”.

PROPOSIÇÕES

- Transformar o espaço institucional (no caso dos órgãos colegiados, conselhos municipais e estaduais e conselhos setoriais de políticas públicas) também em um espaço de reflexão sobre todos os temas relacionados ao desenvolvimento territorial rural revertendo, portanto, a lógica de atuação de muitos desses órgãos colegiados e/ou conselhos;
- Dar centralidade ao tema “desenvolvimento territorial rural”, pautando como centro da agenda dessas instituições/entidades, o que poderia estimular uma maior participação e envolvimento dos diferentes atores sociais de um mesmo território.

PROPOSIÇÕES DE CARÁTER GERAL

- Criar instrumentos que permitam focalizar melhor e diferenciar as ações, de acordo com as diferentes situações dos municípios rurais, adotando-se uma tipologia dos municípios rurais baseada na leitura dessas diferentes situações identificadas, com a criação posterior de um Índice de Desenvolvimento Rural Sustentável (IDRS);
- Instituir um sistema de planejamento, monitoramento e avaliação como base para alocação de recursos e para a contratualização das relações e novos investimentos, tomando-se a caracterização atual dos espaços rurais para desenhar tipos de ações que, ao final de um determinado período, poderiam ser avaliadas em termos da sua evolução;
- Organizar um sistema simplificado de informações provenientes dos principais agentes responsáveis pelas ações de apoio e suporte à agricultura familiar nos três níveis de governo, bem como daquelas informações provenientes de outras fontes (a exemplo dos agentes financeiros, órgãos de pesquisa, redes de comitês, colegiados e conselhos de base municipal e estadual, sindicatos e organizações dos agricultores).

Quadro 25: Considerações e Proposições sobre o Tema Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural

Fonte: Série Documentos do CONDRAF nº1. MDA/CONDRAF, 2005.

Colaborando com as reflexões acima, um estudo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2007) sobre desenvolvimento territorial, articulação de políticas públicas e atores sociais afirmou que para compreender

os níveis de capacidade de articulação institucional em políticas públicas é importante considerar três elementos: (1) os Programas governamentais de distintas procedências; (2) as Arenas decisórias e os espaços públicos existentes no território e (3) a Questão do empoderamento dos distintos atores e agências institucionais nos espaços públicos existentes e seus efeitos sobre as possibilidades de articulação das políticas e das instituições.

É possível constar que a criação dos territórios na perspectiva do Programa Nacional de Territórios Rurais (PRONAT) tem possibilitado condições reais para a efetivação de um diálogo entre os diferentes atores sociais com uma base efetiva concreta que tem sua operacionalização por meio da criação dos colegiados (arenas institucionais) e da priorização e implantação de programas e projetos que devem está articulados e inscritos no Plano Territorial. Para entender como este caminho exige tempo político basta olhar o documento com as 90 boas práticas territoriais SDT/MDA, integrantes do I Salão Nacional dos Territórios Rurais, realizado em 2006, para compreender o perfil das experiências, onde 90% das práticas escolhidas foram de territórios apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) a partir de 2003 e 2004. Outras vivências merecem destaque, entre elas o processo de preparação e realização da I Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (ICEDRSS), que culminou na I Conferência Nacional, em 2008 - Brasília/DF. Há desafios com certeza, especialmente no tocante a necessidade de ampliar investimentos em políticas públicas e, simultaneamente, ampliar as condições para o desenvolvimento da gestão social, mas o caminho se faz caminhando.

Outro elemento de diagnóstico, mais específico, desse item refere-se à estrutura político-administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, bem como a estrutura socioorganizativa e política da sociedade civil no contexto da teia de relações sociais do território.

O Território Rural do Maciço de Baturité conta com um expressivo contingente de instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e outras instâncias de representação político- institucional.

Os “entes” públicos estatais apresentados no Quadro 5 referem-se ao universo de instituições com atuação mais presente no território, indicando, portanto, a matriz dos serviços ofertados ao território, seja em nível de política pública (a exemplo do Sistema Único de Saúde), seja em nível de ações sociais públicas de caráter estadual ou federal (a exemplo do Programa Combate à Pobreza Rural no Ceará – São José II, do Programa Formação de Talentos para o Desenvolvimento, do Programa de Climatologia e Meio Ambiente, do Programa Nacional da Agricultura Familiar e do Programa Luz para Todos, entre outros).

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		
Municipal	Estadual	Federal
<ul style="list-style-type: none"> - Prefeituras Municipais - Secretarias Municipais: <ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura Educação Saúde Ação Social ou Trabalho e Desenvolvimento Social Secretaria de Agricultura ou Desenvolvimento Sustentável Meio Ambiente Turismo Cultura e desporto Indústria e comercio Ouvidoria Pública Municipal Comunicação e Administração e Finanças - Câmaras Municipais - Judiciário - Entre OUTRAS 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e vinculadas EMATERCE e IDACE - Secretaria de Educação (SEDUC/CREDE) - Secretaria de Saúde (SESA/CRES) - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) - Secretaria de Turismo (SETUR) - Secretaria de Recursos Hídricos e vinculada COGERH - Secretaria das Cidades - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) - Instituto AGROPOLOS do Ceará - SINE/IDT - Entre OUTRAS 	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério do Desenvolvimento Agrário e vinculadas SDT e SAF - Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - Ministério da Previdência Social (MPS) - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Departamento Nacional e Obras contra a Seca (DNOCS) - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - Banco do Brasil (BB) - Banco do Nordeste (BNB) - Caixa Econômica Federal (CEF) - Entre OUTRAS.

Quadro 26: Instituições Públicas com Atuação mais Presente no Território

Fonte: Pesquisa direta junto as Instituições/Entidades do território, 2010.

Foi ressaltada pelos atores locais, por ocasião dos eventos com as instâncias do colegiado territorial (plenárias gerais e comitês temáticos), a significativa ausência das instituições com assento no CODETEMB, escolhidas para representar o seu universo institucional e territorial, isto é, não estão

participando de todo o processo de planejamento do desenvolvimento do território. Esse fato tem limitado a contribuição desses atores na perspectiva da construção de uma nova ambiência político-institucional territorial capaz de avançar na relação de diálogo, articulação e cooperação entre o público-privado. Outra constatação é que as questões de interesse do território não tem sido centro da agenda institucional, cuja justificativa pode ser encontrada na cultura institucional ainda vigente, na insuficiente publicização dos atos públicos e no desconhecimento sobre o Programa Nacional de Territórios Rurais (PRONAT), entre outros.

22.3 Estrutura Socioorganizativa e política da sociedade civil

O Território Rural do Maciço de Baturité apresenta-se rico em diversos espaços de organização social e política da sociedade civil, entre eles, movimento sindical, movimento social, movimento popular, fóruns temáticos e de representação, comitês setoriais e municipais, conselhos setoriais, cooperativa de produção, sindicatos de categoria e redes sociais de cooperação, entre outros.

Outro elemento de diagnóstico a considerar refere-se à esfera pública territorial, compreendida como “*lócus*” de visibilidade, interlocução e condução política com seus conteúdos de democratização social e de cultura política. As entidades listadas no Quadro 27 configuram o atual desenho da esfera pública do referido território.

ESFERA PÚBLICA TERRITORIAL (Colegiados, Conselhos, Comitês, Fóruns e Redes de Cooperação, entre outros)	Nº. Entidades
Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD)	01
Colegiado Territorial (CODETEMB)	01
Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB)	01
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	01
Comitê de Bacia Hidrográfica Metropolitana (16 independentes)	01
Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA regional)	01
Fórum pela Vida no Semi-Árido (FVSA)	01
Pastoral da Criança	02

ESFERA PÚBLICA TERRITORIAL (Colegiados, Conselhos, Comitês, Fóruns e Redes de Cooperação, entre outros)	Nº. Entidades
Conselhos Setoriais de Políticas Públicas	91
- Conselho de Educação	13
- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS),	13
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA),	13
- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI),	13
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)	13
- Conselho Tutelar (CT).	13
- Conselho Municipal de Saúde (CMS)	13
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS)	13
Conselho Indígena (Kanindé-Aratuba)	01

Quadro 27: Instâncias Colegiadas ou Esfera Pública do Território

Fonte: Relatório e Consulta às Instituições/Entidades do Território, 2010

23 INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL TERRITORIAL

A eficiência das estratégias de desenvolvimento territorial rural tem se tornado uma preocupação permanente dos atores sociais (políticos, técnicos, líderes sociais, beneficiários) no sentido do enfrentamento das múltiplas dificuldades e da insuficiência dos resultados que se observa na implantação das políticas públicas.

Constata-se que a ausência de mecanismos de participação, sinergia, articulação e cooperação entre os atores públicos têm implicações, em maior ou menor grau, na coordenação da ação pública e na participação social, reduzindo a qualidade do gasto público, a credibilidade das instituições, à confiança dos atores sociais no Estado, a relação custo-benefício de programas e projetos, gerando dúvidas sobre as formas e instrumentos de controle social para a gestão de políticas públicas.

O modelo de desenvolvimento territorial rural implica, dentre outras significativas mudanças, a pressão por um novo formato de gestão social das políticas públicas e um novo relacionamento entre Estado e a sociedade civil, exigindo, portanto, a coordenação de um conjunto de estratégias e ações direcionadas aos territórios. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local; descentralização administrativa; aperfeiçoamento na utilização de recursos; participação ampla dos atores locais na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas e estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal.

23.1 Municipalização das Políticas Públicas

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais

elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se: (1) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (2) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (4) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) A adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

Avançar na perspectiva da descentralização significa garantir em todo o país as políticas de enfrentamento à fragmentação do tecido social e a garantia dos direitos sociais, efetivadas na integração dos governos federal, estadual e municipal, numa concepção regional ou territorial, fortalecendo o poder dos seus executores/atores. Devem assumir, portanto, o caráter universal e estruturante, sem, contudo, deixar de considerar a multiculturalidade e a diversidade dos excluídos socialmente.

No nosso caso específico, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar, na prática, foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1) Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

Os quadros 24, 25, 26 e 27 detalham as transferências em nível federal, em períodos distintos entre 2001 a 2010, considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB) e as Receitas de Impostos e Transferências do Sistema Único de Saúde (SUS).

23.1.1 Fundo de participação dos municípios (FPM)

Municípios	2000-2001	2002-2003	2004-2005	2006-2007	2008-2009
Acarape	168.421,60	234.041,92	321.260,48	494.380,56	631.676,64
Aracoiaba	420.300,37	621.916,30	802.496,04	1.127.679,17	1.458.221,76
Aratuba	301.209,89	367.547,81	512.643,07	668.779,60	851.464,70
Barreira	348.991,34	513.459,21	692.453,25	910.975,19	1.037.014,90
Baturité	425.636,61	572.451,86	788.535,39	1.044.043,01	1.353.606,60
Capistrano	355.915,99	451.528,66	658.315,21	808.465,43	1.112.724,66
Guaramiranga	87.240,16	122.255,52	237.165,68	237.165,68	334.373,03
Itapiúna	359.147,27	472.076,58	665.214,47	887.524,35	1.155.575,20
Mulungu	177.074,50	226.400,18	309.816,39	413.077,89	521.494,17
Ocara	477.379,43	641.416,47	901.212,85	1.147.923,89	1.400.175,89
Pacoti	206.955,91	250.265,07	352.781,44	509.572,34	626.611,58
Palmácia	204.839,27	259.821,09	346.782,28	429.785,85	536.507,87
Redenção	429.830,97	585.071,69	904.713,10	1.155.499,55	1.415.488,79
TOTAL TERRITÓRIO	3.962.943,31	5.318.252,36	7.493.389,65	9.834.872,51	12.434.935,79

Quadro 28: Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Fonte: Tesouro Nacional, *on line*, 2010.

23.1.2 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)

Municípios	2000-2001	2002-2003	2004-2005	2006-2007	2008-2009
Acarape	382.602,90	524.787,34	578.541,08	820.845,11	1.204.229,85
Aracoiaba	954.795,66	1.394.584,51	1.444.828,80	1.872.258,03	2.784.195,22
Aratuba	684.257,99	824.018,39	923.369,64	1.110.344,76	1.625.623,26
Barreira	792.803,02	1.151.356,09	1.247.020,45	1.512.435,03	1.982.360,66
Baturité	966.917,9	1.283.551,33	1.420.253,03	1.733.363,73	2.588.362,17
Capistrano	808.533,84	1.012.356,74	1.185.992,24	1.342.232,07	2.123.519,09
Guaramiranga	198.183,11	274.122,36	393.760,52	393.760,52	638.113,91

Municípios	2000-2001	2002-2003	2004-2005	2006-2007	2008-2009
Itapiúna	815.874,25	1.058.440,01	1.198.384,59	1.473.533,69	2.203.165,91
Mulungu	402.259,77	507.607,13	557.908,82	685.827,06	995.210,36
Ocara	1.084.462,08	1.438.126,54	1.623.334,71	1.905.834,74	2.673.384,77
Pacoti	470.141,21	561.103,53	635.669,14	846.035,35	1.197.447,21
Palmácia	465.332,84	582.570,10	624.660,95	713.548,20	1.024.718,19
Redenção	976.446,45	1.311.821,99	1.630.450,99	1.918.427,21	2.700.591,19
TOTAL TERRITÓRIOS	9.002.611,02	11.924.446,06	13.464.174,96	16.328.445,55	23.740.921,79

Quadro 29: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Fonte: Tesouro Nacional, *on line*, 2010.

23.1.3 Fundo de Desenvolvimento de Educação (FUNDEB)

Municípios	2007	2008	2009	2010*
Acarape	2.415.013,91	3.051.462,71	3.619.816,82	3.437.154,78
Aracoiaba	5.508.504,11	7.575.805,66	8.360.620,80	7.785.584,54
Aratuba	3.266.843,86	4.414.046,92	4.881.731,37	4.489.470,34
Barreira	4.449.892,50	5.699.860,83	5.948.070,10	5.645.887,29
Baturité	5.099.903,35	7.523.830,19	7.764.779,30	7.423.781,10
Capistrano	3.949.138,25	5.646.885,83	6.378.706,05	5.916.754,63
Guaramiranga	1.158.510,55	1.695.915,77	1.916.794,85	1.686.890,67
Itapiúna	4.335.390,25	5.602.226,90	6.622.189,20	5.576.257,81
Mulungu	2.017.815,01	2.649.695,34	2.989.463,79	2.729.845,29
Ocara	5.607.342,37	7.284.162,71	8.027.835,78	7.192.830,84
Pacoti	2.489.174,08	3.390.785,92	3.593.704,07	3.374.780,32
Palmácia	2.099.402,02	2.834.231,28	3.076.397,58	2.934.549,20
Redenção	5.644.370,55	7.107.734,39	8.113.573,13	8.031.000,56
TOTAL TERRITÓRIO	48.041.300,81	64.476.644,45	71.293.682,84	66.224.787,37

Quadro 30: Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB)

Fonte: Tesouro Nacional, *on line*, 2010.

23.1.4 Sistema Único de Saúde (SUS)

Municípios	Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab. (%)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Acarape	1.181.085.296,72	8.345.287,84	10.457.778,92	11.089.906,64	1.012.457,14	1.068.177,53	1.399.615,02	1.420.688,54	67,73	72,87	90,95	90,91
Aracoiaba	25.055.178,92	10.925.737,91	13.869.601,96	13.519.164,59	4.423.722,32	4.385.561,84	5.313.972,98	6.412.838,85	175,45	179,57	210,45	252,96
Aratuba	21.165.006,01	7.702.258,74	8.231.323,23	9.556.016,06	1.341.466,03	1.424.483,17	1.746.020,57	1.859.034,11	98,1	117,44	139,94	148,98
Barreira	18.608.838,86	9.296.269,60	11.752.093,97	11.484.634,72	1.342.060,89	1.460.028,25	2.091.382,98	2.372.246,32	71,78	79,12	108,6	121,85
Baturité	17.706.562,79	13.247.272,75	16.040.581,40	14.817.141,05	3.113.150,47	3.398.719,48	4.744.723,87	5.424.089,67	98,1	107,32	143,92	163,03
Capistrano	15.037.628,57	7.689.401,68	9.867.004,42	9.646.940,41	1.938.802,05	2.227.403,58	2.249.296,04	2.278.313,58	118,41	135,79	132,6	133,76
Guaramiranga	9.982.859,72	4.901.455,16	6.546.032,50	7.125.671,88	410.965,19	775.689,98	905.237,67	934.563,67	68,21	180,1	214,16	229,62
Itapiúna	8.675.222,74	9.183.715,50	11.707.817,07	11.138.435,44	1.598.165,60	1.686.555,78	1.990.487,19	2.385.619,35	85,96	95,82	108,24	128,19
Mulungu	7.139.797,79	5.378.339,73	8.355.556,09	7.873.000,16	921.016,15	1.005.449,17	1.191.309,97	1.391.992,61	95,18	91,61	102,33	116,84
Ocara	7.113.556,99	9.494.556,40	12.026.844,93	12.725.180,13	1.557.502,16	2.038.237,13	2.691.245,39	4.065.070,74	68,07	87,26	110,43	165,01
Pacoti	6.980.102,09	6.589.992,42	8.126.993,17	8.736.044,99	1.372.378,27	1.308.628,73	1.628.942,59	1.613.959,77	118,9	117,93	141,98	140,11
Palmácia	6.944.550,42	5.095.299,69	8.016.710,59	7.546.176,47	811.123,27	780.923,80	998.931,97	1.066.679,41	84,67	75,44	92,88	98,42
Redenção	5.728.632,73	11.482.679,15	14.122.085,12	13.800.460,97	2.179.107,00	2.840.277,41	5.118.088,44	5.964.477,06	81,78	110,51	192,24	222,82
TOTAL TERRITÓRIO	1.331.223.234,35	109.332.266,57	139.120.423,37	139.058.773,51	22.021.916,54	24.400.135,85	32.069.254,68	37.189.573,68	1.232,34	1.450,78	1.788,72	2.012,50

Quadro 31: Receitas Derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais, 2006-2009

23.1.5 Territorialização das Políticas Públicas (Município/Estado/União)

Os elementos de diagnóstico acima e as reflexões que eles sugerem, indica que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, nesse contexto, as políticas/programas assumem um caráter compensatório e reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma de lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado e, mais recentemente, tem-se observado a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (ou ações sociais públicas). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o Território Rural do Maciço de Baturité.

No que diz respeito à questão dos atores públicos buscarem discutir e negociar as suas demandas por dentro do colegiado territorial é ainda insatisfatório, tendo estes, pouco participado das plenárias ou sequer enviado representantes, ficando assim as decisões para implantação de projetos prejudicada, pois as instâncias do município que chegam à plenária não têm poder de decisão no município.

23.1.6 Instituições Públicas e Entidades com Atuação Regionalizada

Os Quadros 32 e 33 indicam as instituições e entidades com atuação regionalizada, portanto, prestando serviços mais diretamente ao território, ainda que a unidade de abrangência e planejamento de cada instituição/entidade atenda em maior ou menor número os 13 municípios que conformam o território.

Instituições Públicas com Atuação Regionalizada		
NOME	Município Sede	Programas/Ações com Potencial de Integração
Coordenadorias Regionais de Saúde (CRES)	4ª CRES Baturité	<ul style="list-style-type: none"> - Consórcios para disponibilização de leitos hospitalares e consultas de especialidades médicas - Consórcios resíduos sólidos (lixo) - Articulação de ações de imunização e epidemiologia (doenças transmissíveis) - Eventos de mobilização e articulação de ações entre Estado e municípios - Formação continuada em saúde para funcionários e dirigentes das unidades de saúde
Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE)	8ª CREDE Baturité	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de ações ofertadas pelo Estado e união (PDE - PAR) - Formação continuada de docentes e dirigentes - Criação de laboratórios de informática e ciências - Alimentação escolar (PNAE) - Caminho da escola (transporte escolar) - Construção de espaços de esporte e lazer
Escritórios Regionais da EMATERCE	Baturité	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência Técnica (ATER) para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e mulheres rurais - Crédito PRONAF - Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar - Formação de Agentes de Desenvolvimento - Projeto São José II
Banco do Brasil (BB)		<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS)
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	Baturité	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto ARTES VISUAIS NO CEARÁ e Projeto AQUI SE FAZ AQUI SE GANHA - Crédito PRONAF

Instituições Públicas com Atuação Regionalizada		
NOME	Município Sede	Programas/Ações com Potencial de Integração
SEBRAE		<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de profissionais em empreendedorismo e gestão de empresas. - No campo, através de serviços de consultoria, executa a capacitação dos agricultores familiares para o desenvolvimento das cadeias produtivas da Apicultura, Artesanato, Cajucultura, Comércio Varejista, Floricultura, Apicultura e Urucum
CONSEA Estadual/regional	Fortaleza	- Defesa da política de segurança alimentar e nutricional nos termos propostos nas conferências estadual/nacional
CONSAD	Itapiuna	- Programa de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Local
Comitê de Bacia	Bacia Hidrográfica Metropolitana COGERH Fortaleza	<ul style="list-style-type: none"> - Operação e manutenção da infraestrutura hídrica - Monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos - Elaboração de projetos sobre recursos hídricos - Implantação dos instrumentos de gestão participativa dos recursos hídricos
SEPLAG	Macrorregião de Planejamento Maciço de Baturité	- Programas e Ações do Plano Plurianual (PPA 2008-2011)
AMAB	Fortaleza	- Iniciativas em defesa do desenvolvimento da região
Instituto AGROPOLOS	Território	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Assistência Técnica - Programa de Acesso a Mercados - Programa de Desenvolvimento Sustentável e Integrado - Programa de Ações Estratégicas - Mais especificamente presta assessoria técnica aos agricultores familiares nas comunidades e assentamentos estaduais

Quadro 32: Instituições Públicas com Atuação Regionalizada
 Fonte: Relatórios, 2010 e sites das Instituições mencionadas.

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL COM ATUAÇÃO REGIONALIZADA		
NOME	Município Sede	PROGRAMAS/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
FETRAECE	Fortaleza	<ul style="list-style-type: none"> - Política reforma agrária - Defesa dos interesses dos trabalhadores/as com foco no do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável - Coletivo de mulheres - Coletivo de jovens
MST	Itinerante	<ul style="list-style-type: none"> - Política Reforma Agrária - Defesa dos interesses dos trabalhadores/as sem terra
SINTRAF	Baturité	<ul style="list-style-type: none"> - Política sindical da Agricultura Familiar
Fórum pela Vida no Semiárido (FVSA)		<ul style="list-style-type: none"> - Convivência com o Se mi Árido
Fórum dos Assentados		<ul style="list-style-type: none"> - Defesa dos interesses dos assentados da Reforma Agrária
MAB	Aracoiaba	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa do movimento dos atingidos por barragem
Associação dos Produtores Ecológicos do Maciço de Baturité (APEMB)	Mulungu	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa dos interesses do produtores ecologistas - Organização da produção agroecológica café - Comercialização

Quadro 33: Entidades com Atuação Regionalizada

Fonte: Relatórios, 2010 e site das Entidades mencionadas.

23.1.7 Programas do Governo Estadual com Potencial de Integração

A definição das atividades, projetos e operações especiais do PPA 2008-2011 do Estado do Ceará está respaldada na Lei Estadual n.º 12.896 (de 28 de abril de 1999) e na Lei Complementar Estadual n.º 18 (de 29 de dezembro de 1999), que estabeleceram 08 macrorregiões de planejamento.

É importante registrar o esforço que vem sendo feito, tanto por parte de segmentos do poder público, quanto por parte de segmentos da sociedade civil, no sentido de qualificar os mecanismos e instrumentos de articulação e

integração das ações sociais públicas na perspectiva de aproximá-las da realidade do território e, sobretudo, na perspectiva de superação dos seus principais gargalos. Um exemplo desse esforço remete ao diálogo estabelecido pelo governo estadual com o governo federal e municípios, via Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e Conselho de Desenvolvimento Rural (CEDR-CE), no sentido da materialização da articulação a partir dos instrumentos de planejamento das diferentes esferas de governo (ilustrando PDRS – PTDRS – ICNDRSS), além do esforço de territorializar o estado do Ceará, apoiando diretamente essa iniciativa em 06 (seis) dos 13 territórios do estado do Ceará.

O Quadro 34 oferece uma primeira aproximação dos programas ofertados pelo governo estadual, no PPA 2008-2011, por eixo prioritário e Secretaria de Estado, ao tempo indica as possibilidades de articulação e negociação com as proposições inscritas no PTDRS no horizonte temporal de curto e médio prazo.

EIXO: SOCIEDADE JUSTA SOLIDÁRIA	EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR
<p>Secretaria da Educação Básica (SEDUC)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Padrões Básicos de Funcionamento das Escolas - Qualidade da Educação Básica na Zona Rural e Urbana - Gestão Democrática da Educação Básica - Cooperação entre Estado/Município - Atenção à Pessoa com Deficiência - Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude - Valorização do Servidor - Gestão de Tecnologia da Informação – SEDUC <p>Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ceará Digital - Fortalecimento da Educação Superior e da Educação Profissional - Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico <p>Secretaria da Saúde (SESA)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundários e Terciário - Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde <p>Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção Social Básica - Proteção Social Especial 	<p>Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER - Democratização do Acesso a Terra - Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Piscicultura Associativa - Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária - Desenvolvimento da Agricultura Familiar - Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza - Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos - Combate à Pobreza Rural no Ceará – São José II <p>Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial - Fortalecimento dos Setores Econômicos e Inovação Tecnológica <p>Secretaria das Cidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e Integração Regional - Estruturação e Requalificação Urbana - Saneamento Ambiental - Habitacional <p>Conselho de Gestão e Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção dos Recursos Ambientais

EIXO: SOCIEDADE JUSTA SOLIDÁRIA	EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR
<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Apoio as Reformas Sociais – PROARES - Segurança Alimentar e Nutricional - Desenvolvimento Empreendedorismo e Artesanato - Trabalho Competitivo Alcançando a Empregabilidade Secretaria da Cultura (SECULT) - Comunicação Social - Biblioteca Cidadã - Ceará no Circuito Cultural da América Latina - Incentivo às Artes e Culturas do Ceará - Memória Cultural Secretaria do Esporte (SESPORTE) - Esporte Educacional e Escolar - Esporte de Rendimento - Atenção à Pessoa com Deficiência - Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas Secretaria de Segurança e Defesa Social (SSDS) - Segurança Moderna e com Inteligência - Ronda - Gestão de Tecnologia da Informação Secretaria da Justiça e Cidadania - Infraestrutura do Sistema Penitenciário do Ceará – INFRAPEN 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão Ambiental Estratégica - Biodiversidade Probio - Educação Ambiental do Ceará – PEACE - Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará – PRODETUR/CE Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) - Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais - Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos - Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos Secretaria do Turismo (SETUR) - PRODETUR II - Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA) - Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III - Telecomunicações do Estado - Rodoviário do Estado do Ceará - Infraestrutura e Logística - Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica - Modernização da Gestão Pública

Quadro 34: Eixos e Programas do Governo Estadual PPA 2008-2011

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), 2010.

Direcionando a capacidade de articulação e cooperação entre os atores sociais do Território Rural do Maciço de Baturité, os programas/ações do Governo Estadual com potencial de integração, pelo instrumento PPA revisado 2010, estão apresentados no Quadro 29, sinalizando as possibilidades, em maior ou menor grau, de articulação e negociação para a implantação das proposições inscritas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), no horizonte temporal de curto e médio prazo.

O orçamento previsto para 2010 da Macrorregião de Planejamento Baturité compreende o valor de R\$ 126.098.339,00, dos quais R\$ 76.917.507,00 são de investimentos, inversões e despesas correntes não continuadas (MAPP). A macrorregião é composta de 13 municípios, coincidentemente a mesma unidade de planejamento da SDT/MDA. Outro elemento a considerar refere-se ao percentual destinado a cada Secretaria de Estado que, neste orçamento, a matriz de priorização destacou os programas

da Secretaria de Educação (15,7%), seguida da Secretaria da Infraestrutura (13,6%), Secretaria do Desenvolvimento Agrário (9,13%), Secretaria de Saúde (8,2%), Secretaria das Cidades (7,52%), Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (7,24), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (5,10) e Secretaria de Turismo (4,44%).

SECRETARIA/PROGRAMA	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA MACRORREGIÃO	126.098.339,00	100%
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA-SEINFRA	17.206.991,00	13,6%
Rodoviário do Estado do Ceará- CEARÁ III	11.801.300,00	
Otimização de Segurança de Trânsito	62.500,00	
Programa de Telecomunicações do Estado	410.000,00	
Rodoviário do Estado do Ceará	4.194.091,00	
Suprimento e Universalização do Atendimento com Energia Elétrica	149.100,00	
Modernização da Gestão Pública	590.000,00	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL-SSPDS	9.140.251,00	7,24%
Ronda	718.000,00	
Defesa Civil Permanente	9.000,00	
Proteção às Crianças, Adolescentes, Mulheres e Minorias	625.000,00	
Segurança Moderna e com Inteligência	7.351.495,00	
Valorização do Servidor	50.000,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	386.756,00	
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA- SEJUS	798.800,00	0,63%
Infraestrutura do Sistema Penitenciário do Ceará- INFRAPEN	520.000,00	
Gestão do Sistema Penitenciário do Ceará- GESPEN	238.000,00	
Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso- PROATIVOS	40.800,00	
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-SDA	11.522.460,00	9,13%
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária	1.200,00	
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	6.577.347,00	
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	1.308.897,00	
Projeto do Desenvolvimento Rural Sustentável- SÃO JOSÉ III	2.243.428,00	
Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER	1.038.538,00	
Programa de Combate a Pobreza Rural no Ceará- PROJETO SÃO JOSÉ II	350.350,00	
Ação Fundiária	2.700,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO- SEDUC	19.793.294,00	15,7%
Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	8.468.000,00	
Qualidade da Educação Básica nas Zonas Rural e Urbana	416.770,00	
Organização e Gestão Democrática da Educação Básica	155.260,00	
Cooperação entre Estado e Município	7.873.117,00	

Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência	65.820,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	24.940,00	
Coordenação e Manutenção Geral	286.854,00	
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	1.890.000,00	
Valorização do Servidor	123.122,00	
Gestão de Tecnologia da Informação	489.411,00	
SECRETARIA DE SAÚDE- SESA	10.297.546,00	8,2%
Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	2.766.551,00	
Fortalecimento da Atenção a Saúde nos Níveis Secundários e Terciários	7.405.440,00	
Gestão, controle Social e Institucional do SUS	2.100,00	
Vigilância em Saúde	123.455,00	
SECRETARIA DA CULTURA-SECULT	1.383.054,00	1,1%
Biblioteca Cidadã	220.334,00	
Programa de Incentivo às Artes e Cultura do Ceará	1.134.000,00	
Memória Cultural	28.720,00	
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS- SRH	500.000,00	0,4%
Oferta Hídrica Estratégica para Múltiplos Usos	100.000,00	
Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais	400.000,00	
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ED SUPERIOR- SECITECE	1.038.993,00	0,82%
Transferência de tecnologias para o Desenvolvimento Regional Integrado	126.500,00	
Ceará Digital	154.029,00	
Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento	758.464,00	
SECRETARIA DE TURISMO-SETUR	5.610.000,00	4,44%
Programa de Desenvolvimento do Turismo- PRODETUR Nacional	5.610.000,00	
SECRETARIA DO ESPORTE-SESPORTE	1.781.949,00	1,41%
Esporte Educacional	1.181.949,00	
Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas	600.000,00	
SECRETARIA DAS CIDADES	9.483.107,00	7,52%
Estruturação e Requalificação Urbana	128.000,00	
Habitacional	2.613.629,00	
Desenvolvimento e Integração Regional	1.247.282,00	
Saneamento Ambiental do Ceará	5.494.196,00	
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL- STDS	6.440.306,00	5,10%
Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará-PROARES-FASE II	2.640.000,00	
Segurança Alimentar e Nutricional	50.910,00	
Proteção Social Básica	369.344,00	
Trabalho Competitivo, Alcançando a Empregabilidade	1.081.590,00	
Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato	460.000,00	
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	52.262,00	
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	125.000,00	

Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	1.656.700,00	
Proteção Social Especial	4.500,00	
CONSELHO ESTADUAL DE DESENV. ECONÔMICO- CEDE	500.000,00	0,4%
Gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	500.000,00	
CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE- CONPAM	3.800.000,00	3,01%
Programa da Biodiversidade- PROBIO	3.800.000,00	
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	26.801.588,00	21,25%
Encargos Gerais do Estado	26.801.588,00	

Quadro 35:Orçamento PPA

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), 2010.

23.2 Programas do Governo Federal com Potencial de Integração

O Território Rural do Maciço de Baturité apresenta-se inserido dentre as áreas de atuação de diversas políticas, programas e projetos de âmbito federal, na perspectiva da melhoria das condições de vida da população rural/urbana, entretanto, nesta dimensão do Plano Territorial é apresentada no Quadro 36 apenas uma amostragem das iniciativas federais com a respectiva unidade executora.

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE EXECUTORA
EIXO: DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC)
Programa de Atenção Integral à Família	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC)
Serviço Socioeducativo do PETI	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)
EIXO: ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO	
Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Cresce Nordeste	Banco do Nordeste do Brasil
Nordeste Territorial	Banco do Nordeste do Brasil

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE EXECUTORA
Crédito do PRONAF	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
Garantia Safra	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
ATER/Agricultores Familiares	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
Biodiesel	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)
Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais	Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro (AEGRE)
Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (PPA)	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)
Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR)
EIXO: SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA	
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Especiais - Assentamentos e Comunidades Rurais	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais e Áreas Especiais - Quilombolas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab. exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios Rurais	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE EXECUTORA
Ampliação do Acesso da População dos Territórios Rurais à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) – Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE)
Programa Cisternas	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)
Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água)	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)
Saneamento nas escolas	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)
EIXO: EDUCAÇÃO E CULTURA	
Programa Dinheiro Direto na Escola	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)
PROINFO Rural e Urbano	Secretaria de Educação à Distância (SEED)
Expansão das Escolas Técnicas	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)
Salas de Recursos Multifuncionais	Secretaria de Educação Especial (SEESP)
Programa BNB Cultura 2010 - Parceria BNDES	Banco do Nordeste do Brasil
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	Secretaria de Telecomunicações (STE)
Programa Arca das Letras	Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA)
EIXO: INFRAESTRUTURA	
FNHIS - Urbanização de Assentamentos Precários (contratações de 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009)	Secretaria Nacional de Habitação - SNH
FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008)	Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
Programa Luz Para Todos	Eletrobrás, concessionárias e/ou Cooperativas de Eletrificação
Implantação e Recuperação de Infraestrutura de Projetos de Assentamento	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE EXECUTORA
Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
EIXO: GESTÃO TERRITORIAL	
Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)
Formação de Agentes de Desenvolvimento	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)

Quadro 36: Programas e Ações do Governo Federal

Fonte: Relatórios, 2010 e sites dos Ministérios de Estado e vinculadas.

24 GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

A idéia-conceito de Gestão Social aportada pela SDT/MDA (2005) refere-se ao “processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos”. O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos e de descentralização político-administrativa, reafirmando formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade. É, antes de tudo, um processo. Enquanto tal, ele se desdobra em um conjunto de macroprocessos articulados e interdependentes e, cujos limites de um a outro são muito tênues. Essa idéia de ciclos pode ser mais bem visualizada na figura apresentada a seguir.



Figura 30: Elementos do Processo de Gestão Social
Fonte: Documento Institucional SDT/MDA, 2007.

Este marco referencial indica para o Território Rural do Maciço de Baturité um duplo desafio: de um lado, o de dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. De outro lado, avançar na concretização dos objetivos, estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura mais atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido Plano.

24.1 Constituição e Atuação do Colegiado Territorial (CODETEMB)

O colegiado territorial, como parte da rede de órgãos colegiados, tem o papel de acompanhar o PTDRS, bem como as outras iniciativas do território. É por meio dessas instâncias (colegiado – rede – fórum – conselhos e/ou comitês temáticos e setoriais) que se dá o controle social sobre o uso dos recursos e a implantação de determinada política pública, bem como o alcance dos seus resultados.

Segundo COELHO e FAVARETO (2007), o Brasil assistiu nos últimos dez anos a um crescimento expressivo do número de instituições e/ou entidades de caráter participativo que, para o IBGE (2001), aproxima-se a 27 mil foros nos 5.507 municípios do país. Para os autores existem duas razões que explicam esse crescimento. A primeira razão está relacionada à demanda dos setores populares por participação nas instâncias decisórias e de gestão de políticas públicas. A outra diz respeito à expectativa dos gestores públicos de que esses “entes” possam ampliar os canais de comunicação e negociação entre Estado e sociedade. Nos dois casos é notória a expectativa de que a participação possa contribuir para a definição de políticas públicas mais amplas, viáveis e justas, com significativo impacto sobre a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento.

É nessa perspectiva que se apresenta a constituição e atuação do Colegiado de Desenvolvimento do Território do Maciço de Baturité (CODETEMB), conforme ilustra o diagrama organizacional.

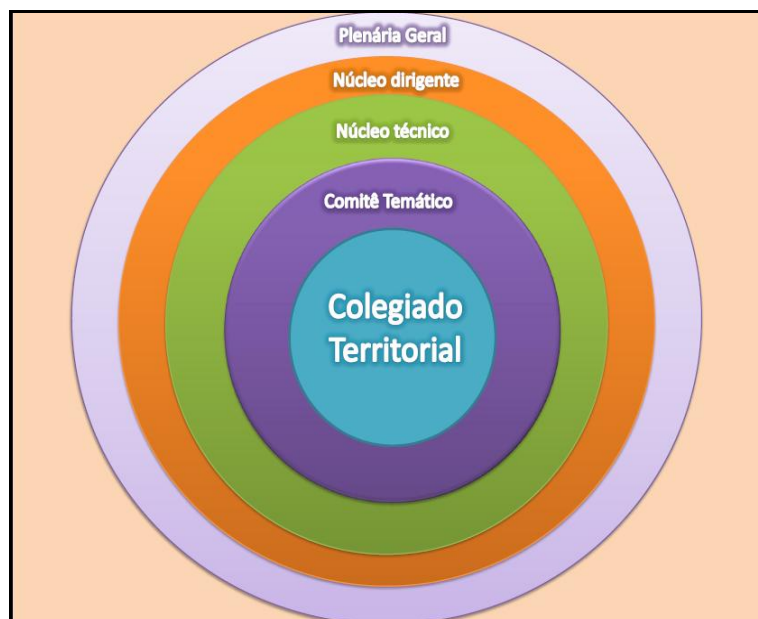


Figura 31: Diagrama Organizacional
Fonte: Equipe Técnica Estadual/Consultores/Assessores e Colegiados, 2009.

A seguir a descrição dos papéis de cada instância do Colegiado Territorial, conforme sugere o documento “Orientações e Reflexões para a Constituição e Funcionamento dos Colegiados Territoriais”. É importante salientar que este documento está fundamentado nas discussões e reflexões feitas por um Grupo de Trabalho do Comitê de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), que é coordenado pela SDT/MDA sobre a realidade dos Colegiados Territoriais, tendo sido apresentado e discutido por representantes destes Colegiados em Oficinas Territoriais e no III Encontro Nacional de Colegiados Territoriais realizado em Beberibe, município do Estado do Ceará, em novembro de 2008. Atualiza desta forma o Documento “Orientações para a Constituição dos Colegiados”, elaborado pela SDT em 2005.

24.1.1 Colegiado Territorial

O Colegiado Territorial como expressão orgânica da institucionalidade territorial - tem entre as suas finalidades a orientação, a negociação e o acordo entre as partes envolvidas na proposição, negociação e implantação de iniciativas para o desenvolvimento do território com sustentabilidade.

24.1.2 Plenária Geral

A Plenária é a instância máxima do Colegiado Territorial, pois, representa o momento em que o Colegiado se reúne para orientação, análise e tomada de decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial.

24.1.3 Núcleo Dirigente

O Núcleo Dirigente tem a função de coordenar a implantação das ações definidas pela Plenária do Colegiado Territorial, articular atores sociais, instituições e políticas públicas para a viabilização da estratégia de desenvolvimento territorial com mecanismos de controle social.

O Núcleo Dirigente tem como atribuição, ainda, coordenar o trabalho do Assessor Territorial, que tem como função assessorar metodologicamente, tecnicamente e operacionalmente o Núcleo Dirigente, observando as seguintes questões:

(a) O Assessor Territorial não tem como papel coordenar e nem representar o Colegiado Territorial;

(b) O Assessor Territorial não tem como papel representar ou assessorar a Entidade Parceira responsável pela sua contratação;

(c) As suas atribuições são definidas em estreita relação e diálogo com o Núcleo Dirigente, com a aprovação da Plenária Territorial e, em consonância, com a instância estadual (CEDR/CE) e federal (DFDA/CAE).

24.1.4 Núcleo Técnico

O Núcleo Técnico é uma instância de apoio técnico ao Colegiado Territorial e deverá ser composto por organizações de ensino, pesquisa e assessoria técnica, representativas do poder público e da sociedade civil.

24.1.5 Comitês Temáticos

Os Comitês Temáticos são espaços criados pelo Colegiado Territorial, e vinculados ao Núcleo Técnico e Núcleo Dirigente para subsidiar suas decisões. Tem o papel de pensar, propor, dialogar e articular temas específicos relacionados ao desenvolvimento territorial com representatividade e diversidade.

Quanto às instâncias integrantes do Colegiado de Desenvolvimento do Território do Maciço de Baturité (CODETEMB), o quadro total é de 118 representações e os comitês foram compostos por dez temas, conforme Quadro 37 apresentado a seguir.

COMPOSIÇÃO		PODER PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL
PLENÁRIA GERAL			
78	Representações Municipais	26	52
40	Representações Regionais	20	20
NÚCLEO DIRIGENTE			
15	Representações	30%	70%
COMITÊS TEMÁTICOS			
Meio Ambiente		COMDEMA, SEC. DE AGRICULTURA, SEC. DE MEIO AMBIENTE, SEMACE, COMDEC, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, entre outros	STTRS, FORUM DOS ASSENTADOS, ONGS, entre outros
Organização Sustentável dos Sistemas Produtivos e Comercialização		STDS, SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SEC. DE AGRICULTURA, CDL, SEBRAE, IDACE, SDA, MDA, INCRA, FÓRUM DE CULTURA E TURISMO, AMAB, AGENTES FINANCEIROS, EMATERCE, entre outros	FETRAECE BSC, COOPERATIVAS, STTRS, ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES/AS, FORUM DOS ASSENTADOS/AS, MST, SINTRAF, entre outros
Cultura e Turismo		STDS, SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SEC. DE AGRICULTURA, CDL, SEBRAE, IDACE, SDA, MDA, INCRA, FÓRUM DE CULTURA E TURISMO, AMAB, AGENTES FINANCEIROS, EMATERCE, entre outros	BSC, COOPERATIVAS, STTRS, ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES/AS, FORUM DOS ASSENTADOS/AS, FETRAECE, MST, SINTRAF, entre outros
Reforma Agrária e Ação Fundiária		SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SEC. DE	BSC, COOPERATIVAS, STTRS, ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES/AS, FORUM

COMPOSIÇÃO	PODER PÚBLICO	SOCIEDADE CIVIL
	AGRICULTURA, CDL, STDS, SEBRAE, IDACE, SDA, MDA, INCRA, FÓRUM DE CULTURA E TURISMO, AMAB, AGENTES FINANCEIROS, EMATERCE, entre outros	DOS ASSENTADOS/AS, FETRAECE, MST, SINTRAF, entre outros
Educação do Campo e da Cidade	CREDE 08, SEC. DE EDUCAÇÃO, UNILAB, IFETCE (ESCOLA TÉCNICA), SEBRAE, SENAR, entre outros	GRÊMIOS ESTUDANTIS, STTR, ONGS, SIND. DOS SERVIDORES, entre outros
Saúde, Saneamento e Acesso Água	SEC. DE SAÚDE, CAGECE, SEC. DE INFRA, SEC. DE OBRAS, OBAS, MORHAN, entre outros	CONSELHOS SETORIAIS, SISAR, ASSOCIAÇÃO DE AGENTES, FORUM PELA VIDA NO SEMI-ÁRIDO (FVSA), ASA, ONGS, CÁRITAS, COMISSÃO DA SEMANA DAS ÁGUAS, entre outros
Setorial	STDS, Secretarias Municipais, entre outros	PASTORAL DA JUVENTUDE, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS, STTR, FETRAECE, MST, SINTRAF, entre outros
Infraestrutura	SEC. INFRA, COGERH, CBRMF, entre outros	ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS, COLEGIADO TERRITORIAL, CONSELHOS SETORIAIS, FÓRUNS E REDES, entre outros
Gestão Territorial	AMAB, entre outros	CONSAD, COLEGIADO TERRITORIAL, CONSELHOS SETORIAIS, FÓRUNS E REDES, entre outros.

Quadro 37: Instâncias do Colegiado Territorial (CODETEMB)

Fonte: Registros do território, 2009-2010.

Essa estrutura de base territorial tende a se fortalecer com a recente criação (2009) da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, que tem o papel de representar política e institucionalmente o conjunto dos colegiados territoriais junto às instituições públicas e privadas, participando ativamente nos debates sobre a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, com enfoque territorial, considerando e prezando pela participação e por sua autonomia política.

26 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro a seguir, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANALISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLITICO INSTITUCIONAL	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>1. A presença regional de instituições estratégicas, a exemplo CONSAD, AMAB, Fórum de Cultura e Turismo do Maciço de Baturité, Fórum dos Assentados da Reforma Agrária, COOPAMAB, entre outras;</p> <p>2. A existência de um aprendizado histórico e sócio cultural, isto é, não se pode negar o processo de evolução das manifestações de cidadania do Território;</p> <p>3. A existência do colegiado Territorial como expressão da esfera pública ampliada, que tem o papel de acompanhar o PTDRS em todas as suas etapas e fases, bem como as outras iniciativas do Território;</p>	<p>1. Baixa formação dos Conselhos de Direito;</p> <p>2. O não envolvimento dos Gestores nas Ações do Território;</p> <p>3. Ingerência Política em determinadas ações, prejudicando a eficiência dos programas e políticas existentes.</p>
AMBIENTE EXTERNO	
Oportunidades	Ameaças
<p>1. Ambiência favorável de articulação, negociação e pactuação de parcerias entre as esferas de Governo Federal e Estadual para a implantação de políticas públicas em caráter mais articulado e complementar;</p> <p>2. Conjunto de políticas e programas de caráter includente, a exemplo dos SUS, PNADE ,PAA , PRONAF,</p>	

ANALISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

PROJOVEM RURAL , URBANO entre outros;
3. Editais de apresentação e negociação de projetos, a exemplo Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, PETROBRAS entre outros;

Quadro 38: Análise do Ambiente interno e externo da Dimensão Político Institucional
Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

Parte III

O PLANEJAMENTO

Visão de Futuro

Objetivos Estratégicos

Diretrizes Principais

Eixos Temáticos

Programas

Projetos

O PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta *As Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS*, bem como a matriz de variáveis do *Diagnóstico Territorial* e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.

26 VISÃO DE FUTURO

O Território do Maciço de Baturité é forte na sua capacidade de articulação e Integração entre os municípios que, juntos, buscam elevar o patamar de qualidade de vida da população, com redução dos índices de pobreza, analfabetismo e violência. A dinamização socioeconômica do território ocorre com o estímulo à cultura empreendedora e com o fortalecimento das cadeias produtivas priorizadas e dos sistemas produtivos (rural e urbano) em bases sustentáveis, apoiada por investimentos em beneficiamento, processamento e comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, que melhore a distribuição e geração de renda. É, assim, um território que valoriza a cultura da participação popular e com oportunidades para todos.

27 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	
1. DIMENSÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCACIONAL	<ul style="list-style-type: none">➤ Melhorar os serviços de saúde com foco na prevenção;➤ Garantir o acesso às políticas públicas de direito e desenvolvimento social;➤ Reconhecer e fortalecer a juventude do território;➤ Melhorar os serviços de educação;➤ Criar mecanismos para o desenvolvimento do campo;➤ Reconhecer e valorizar a cultura local.
2. DIMENSÃO AMBIENTAL.	<ul style="list-style-type: none">➤ Criar mecanismos para um Meio Ambiente saudável no Território;➤ Desenvolver ações de convivência com no Semiárido.
3. DIMENSÃO SÓCIO ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none">➤ Desenvolver a agricultura e a pecuária em bases agroecológicas;➤ Agregar valor com comercialização e implantação de agroindústrias;➤ Apoiar e fortalecer ações de comercialização dos produtos da agricultura familiar e de assistência técnica permanente;➤ Assegurar o acesso a terra;➤ Desenvolver o turismo de forma sustentável;➤ Assegurar a infraestrutura básica como suporte de apoio ao desenvolvimento social, produtivo e ambiental do território.
4. POLÍTICO INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none">➤ Fortalecer o colegiado territorial para a gestão do território de forma descentralizada;➤ Ampliar as formas e instrumentos de articulação institucional e comunitária.

Quadro 39: Objetivos Estratégicos

Fonte: Relatório das Oficinas Territoriais, 2011.

28 DIRETRIZES PRINCIPAIS

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas Oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçaram-se sete grandes linhas:

1. Sentido de pertença, compromisso e consciência territorial;
2. Responsabilidade social;
3. Estímulo às formas de união e cooperação (associativismo e cooperativismo);
4. Fortalecimento das parcerias nas diferentes esferas;
5. Estimulo a cultura da participação e do diálogo entre sociedade civil e poder público;
6. Valorização das relações de gênero, geração, raça e etnia;
7. Elevação da consciência política em favor da sustentabilidade do desenvolvimento.

29 EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

Os eixos do desenvolvimento foram criados através dos projetos eleitos pela plenária geral, dentro dos programas e objetivos estratégicos respectivos. Correspondem a dimensão sociocultural educacional a quatro eixos: Direito e Desenvolvimento Social, Mais Saúde Direito de Todos, Educação de Qualidade, Cultura, Esporte e Desenvolvimento.

No tocante a dimensão sociocultural educacional foram eleitos quatro eixos: Direito e Desenvolvimento Social; Mais Saúde, Direito de Todos; Educação de Qualidade; e Cultura, Esporte e Desenvolvimento.

29.1 Eixo Direito e Desenvolvimento Social

Neste eixo levou-se em conta quanto ao objetivo estratégico traçado a organização de cinco Programas, um de Desenvolvimento Sociopolítico das Famílias com seis projetos pensados, o de Desenvolvimento Sociopolítico e Produtivo do Idoso com 2 projetos, um de Desenvolvimento Sociopolítico e Produtivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Urbanas com quatorze projetos e por fim o de Desenvolvimento Sociocultural educacional e de Saúde das Crianças. O quadro a seguir apresenta tais projetos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Garantir o acesso às políticas públicas de direito e desenvolvimento social.	Programa 1: Desenvolvimento Sociopolítico das Famílias.	Projeto 1: Criação e estruturação da rede de atendimento às mulheres, idosos, crianças e adolescente para garantia dos seus direitos; Projeto 2: Implantação de projetos produtivos para fins de segurança alimentar e nutricional; Projeto 3: Criação de abrigos para o acolhimento de crianças-adolescentes, idosos e mulheres vitima de violência e risco social; Projeto 4: Inclusão digital das famílias do território; Projeto 5: Ampliação da cobertura das famílias do território pela política de seguridade social; Projeto 6: Ampliação e garantia de acesso das famílias a cidadania, por meio da

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
		emissão de documentos.
	Programa 2: Desenvolvimento Sociopolítico e Produtivo do Idoso.	Projeto 1: Arte e cultura para o idoso; Projeto 2: Garantia de cumprimento do Estatuto do Idoso.
	Programa 3: Desenvolvimento Sociopolítico e Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Urbanas.	Projeto 1: Ampliação e garantia de acesso das mulheres a documentação, via Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural (PNDTR); Projeto 2: Formação socioproductiva das mulheres trabalhadoras nos processos de organização da produção, comercialização e consumo, assegurando capital de giro e considerando os costumes e a cultura local; Projeto 3: Implantação e/ou ampliação de Feira Popular nos municípios e micro territórios; Projeto 4: Ampliação do acesso das mulheres trabalhadoras ao PRONAF-Mulher; Projeto 5: Fundar a Secretaria da mulher a nível municipal; Projeto 6: Criar política social pública de gênero municipal; Projeto 7: Criar delegacia da mulher em nível de território; Projeto 8: Criar centro especializado para atendimento à saúde da mulher no nível de município; Projeto 9: Ampliar e implantar creches integrais nos municípios atendendo a zona rural; Projeto 10: Redimensionar a política da agricultura familiar, referente à DAP, oferecendo maior autonomia a companheira; Projeto 11: Implantação de projetos produtivos e de formação profissionalizante que favoreçam a inserção das mulheres no mercado de trabalho (urbano/rural); Projeto 12: Intensificar as campanhas de conscientização e inclusão social (documentos); Projeto 13: Incluir nos planos curriculares da rede municipal as disciplinas de ética e cidadania (fundamental menor) e orientação sexual (fundamental maior); Projeto 14: Implantar projetos/ oficinas de

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
		educação ambiental nas comunidades. (urbana/rural).
2. Reconhecer e fortalecer a juventude do território.	Programa 4: Desenvolvimento Sociopolítico e Produtivo da Juventude.	Projeto 1: Formação de jovens rurais em desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos; Projeto 2: Garantia de acesso da juventude às políticas públicas de incentivo ao trabalho e renda, a exemplo do PRO-Jovem Trabalhador, PRONAF-Jovem, Primeira Terra, Primeiro Passo-Jovem Aprendiz e Inclusão Digital; Projeto 3: Enfrentamento da exploração sexual e da violência contra a criança e o adolescente.
	Programa 5: Desenvolvimento Sociocultural, Educacional e de Saúde das Crianças.	Projeto 1: Fortalecimento da rede de atendimento à criança; Projeto 2: Criação e revitalização de bibliotecas e brinquedotecas itinerantes.

Quadro 40: Eixo Direito e Desenvolvimento Social

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, 2011

29.2 Eixo Mais Saúde, Direito de Todos

O atual eixo apresenta três Programas, sendo que o primeiro que trata a Promoção da Saúde apresenta seis projetos pensados, o segundo Atenção à saúde possibilitou a criação de oito projetos e o terceiro programa que trata da qualificação do controle e Gestão da Saúde com três projetos, conforme Quadro 41 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Melhorar os serviços de saúde com foco na prevenção.	Programa 1: Promoção da Saúde.	Projeto 1: Estímulo ao aleitamento materno; Projeto 2: Fortalecimento do programa saúde na escola; Projeto 3: Criação de programas de educação e comunicação para a promoção de novos hábitos de saúde;

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
	<p>Programa 1: Promoção da Saúde.</p>	<p>Projeto 4: Ampliação e fortalecimento das ações de promoção da saúde do idoso e portadores de necessidades especiais; Projeto 5: Reconhecimento e valorização da medicina popular; Projeto 6: Promoção da saúde e segurança do trabalhador.</p>
	<p>Programa 2: Atenção à Saúde.</p>	<p>Projeto 1: Ampliação e qualificação da rede de serviços de atenção básica e secundária de saúde; Projeto 2: Implantação do serviço de atendimento móvel de urgência/emergência com cobertura total da população; Projeto 3: Ampliação da rede própria da Farmácia Popular do Brasil; Projeto 4: Construção, ampliação e reforma das unidades de saúde e centros de especialização odontológicos (CEOS) com aquisição de equipamentos conforme demanda o território; Projeto 5: Melhoria do acolhimento e implantação de práticas de humanização da rede do Sistema Único de Saúde (SUS); Projeto 6: Implantação de Centros de Atendimento Psicossocial conforme demanda o território (GERAL, ÁLCOOL/DROGAS E INFANTO-JUVENIL); Projeto 7: Implantação de Centros de Reabilitação para dependentes químicos; Projeto 8: Implantação de abrigos infantis.</p>
	<p>Programa 3: Qualificação do Controle e Gestão da Saúde.</p>	<p>Projeto 1: Apoio à formação técnica e política de agentes e conselheiros de saúde para o controle social participativo; Projeto 2: Estruturação dos conselhos de saúde com infra-estrutura e apoio logístico para que os conselheiros exerçam seu papel no controle social; Projeto 3: Fortalecimento do sistema de auditoria do SUS.</p>

Quadro 41: Eixo Saúde, Direito de Todos

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, 2011

29.3 Eixo Educação de Qualidade

O atual eixo apresenta três Programas, sendo que o primeiro que trata da Melhoria da Infraestrutura e Serviços de Educação do Território com dezessete projetos pensados, o segundo que trata da Educação e Meio Ambiente com três projetos e o terceiro programa que trata da Educação Contextualizada com quatro projetos, conforme Quadro 42 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Melhorar os serviços de educação.	Programa 1: Melhoria da Infraestrutura e Serviços de Educação do Território.	Projeto 1: Reforma e ampliação de escolas municipais e estaduais conforme demanda do território; Projeto 2: Criação de Escola Família Agrícola regional, com centro de formação para educadores do campo (pedagogia da alternância); Projeto 3: Criação de escolas de nível técnico e superior conforme demanda do território; Projeto 4: Implantação e ampliação de bibliotecas e laboratórios de ciências; Projeto 5: Ampliação de brinquedotecas; Projeto 6: Implantação e ampliação de laboratórios de informática para a inclusão digital e a oferta de cursos à distância; Projeto 7: Construção de creches em tempo integral; Projeto 8: Ampliação do Programa ProJovem Rural e ProJovem Urbano; Projeto 9: Implantação do sistema escola em tempo integral no fundamental; Projeto 10: Criar espaços de aprendizagem artesanal, tecnológicos, ligadas aos programas de alfabetização de jovens e adultos; Projeto 11: Capacitação para professores para adequar a sua área de ensino; Projeto 12: Implantação nas escolas de quadras esportivas; Projeto 13: Capacitação para educadores para a escola inclusiva; Projeto 14: Adaptação das escolas para receber crianças com necessidades especiais (estrutura física e material);

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
	Programa 1: Melhoria da Infraestrutura e Serviços de Educação do Território.	Projeto 15: Construção de quadras poliesportivas em todas as escolas municipais; Projeto 16: Espaço adequado para incluir os projetos de apoio às escolas municipais. Projeto 17: Criação de EFA no Maciço de Baturité.
	Programa 2: Educação e Meio Ambiente.	Projeto 1: Campanha permanente de preservação do meio ambiente do território partindo das escolas; Projeto 2: Criação de um Fórum regional do meio ambiente; Projeto 3: Criação do dia de mobilização regional do meio ambiente.
2. Criar mecanismos para o desenvolvimento do campo.	Programa 3: Educação Contextualizada.	Projeto 1: Capacitação técnica produtiva para Agricultores/as e Jovens; Projeto 2: Construção de Escolas do Campo (estudo e análise) com metodologia do campo; Projeto 3: Construção de hortas escolares / comunitárias; Projeto 4: Implantar política de integração do currículo da EJA com os pontos de cultura.

Quadro 42: Eixo Educação e Meio Ambiente

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, 2011

29.4 Eixo Cultura, Esporte e Desenvolvimento

O atual eixo apresenta cinco Programas, cada um com vários projetos pensados pelo território conforme Quadro 43 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Reconhecer e valorizar a cultura local.	Programa 1: Valorização e Dinamização da Cultura para o Desenvolvimento Territorial.	Projeto 1: Mapeamento e apoio aos novos talentos como expressão da cultura popular; Projeto 2: Construção de quadras poli-esportivas em todos os municípios do território; Projeto 3: Implantação de projetos de arte-cultura nos assentamentos do território;

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Reconhecer e valorizar a cultura local.	Programa 1: Valorização e Dinamização da Cultura para o Desenvolvimento Territorial.	Projeto 4: Fortalecimento da parceria com o Fórum de Cultura e Turismo do Maciço de Baturité e Secretaria Municipais para um melhor desenvolvimento das políticas públicas de cultura no território.
	Programa 2: Equipamentos e Serviços de Comunicação para a Valorização da Cultura do Território.	Projeto 1: Criação de uma escola regional de música; Projeto 2: Criação e ampliação das bandas de música e aquisição de instrumentos musicais; Projeto 3: Bibliotecas rurais – arcas das letras; Projeto 4: Implantação de casas rurais digitais; Projeto 5: Ampliação do sinal digital; Projeto 6: Criação de um sistema integrado de informações.
	Programa 3: Equipamentos e serviços de comunicação para a valorização da cultura no território.	Projeto 1: Criação de escola regional de música; Projeto 2: Criação e ampliação das bandas de músicas e aquisição e instrumentos musicais Projeto 3: Bibliotecas rurais – arcas das letras; Projeto 4: Criação de casas digitais rurais;
	Programa 4: Equipamentos e serviços de comunicação para a valorização da cultura no território.	Projeto 5: Ampliação do sinal digital; Projeto 6: Criação de um sistema integrado de informações.
	Programa 5: Incentivo ao Empreendedorismo Cultural.	Projeto 1: Promoção de feiras e eventos artístico-culturais, envolvendo os artistas, os artesãos e artesãs do território; Projeto 2: Criação de um Centro de Cultura e Turismo Regional para capacitação de artistas e circulação de espetáculos; Projeto 3: Apoio técnico e financeiro aos eventos regionais que promovam a sustentabilidade das iniciativas de cultura do território; Projeto 4: Criação de um centro de referência indígena do território.

Quadro 43: Eixo Cultura, Esporte e Desenvolvimento

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, 2011.

29.5 Eixo da Dimensão Ambiental

O atual eixo apresenta dois Programas, o primeiro com dezenove projetos e o segundo com seis projetos pensados. O Quadro 44 a seguir apresenta os mesmos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
<p>1.Criar mecanismos para um Meio Ambiente saudável no Território.</p>	<p>Programa 1: Conservação e Preservação Ambiental.</p>	<p>Projeto 1: Planos de manejo de sustentabilidade para os biomas e áreas de transição; Projeto 2: Parceria do estado com os municípios com vistas à Fiscalização das unidades de conservação; Projeto 3: Implantação de Programas de Educação Ambiental nas Escolas e nas Comunidades Rurais e Urbanas; Projeto 4: Proteção às espécies ameaçadas de extinção; Projeto 5: Combate à caça e à captura de animais; Projeto 6: Incentivar a implantação de usinas verdes. Projeto 7: Estabelecer pagamento por serviços ambientais. Projeto 8: Incentivo a criação e manutenção de RPPN's, inclusive financeiro.</p>
<p>1.Criar mecanismos para um Meio Ambiente saudável no Território.</p>	<p>Programa 1: Conservação e Preservação Ambiental.</p>	<p>Projeto 9: Programa de Revitalização das Nascentes e dos Rios; Projeto 10: Incentivos à criação de RPPN's; Projeto 11: Incentivo à implantação de Sistemas Agro florestais; Projeto 12: Criação de incentivos para produtores agro ecológicos e orgânicos; Projeto 13: Incentivo ao programa de credito de carbono; Projeto 14: Consolidação das duas unidades de conservação criadas pelo Governo Estadual – APA da Serra de Baturité e Corredor Ecológico do Rio Pacoti e Rio Aracoiaba, sob comando da Sociedade Civil; Projeto 15: Criação do Corredor Ecológico do Rio Choró / Aracoiaba / Castro / Pacoti / Pesqueiro / Pirangi; Projeto 16: Implementação da Agenda21. Projeto 17: Incentivo para cafeicultura agroecológica do Maciço. Projeto 18: Trabalho com as instituições que desenvolvem projetos de proteção com espécies ameaçadas de extinção e combate</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
		à caça e captura de animais. Projeto 19: Consolidação dos Corredores Ecológicos dos Rios Choró/ Aracoiaba /Castro/Pacoti/Pesqueiro/ Pirangi.
2. Desenvolver ações de convivência com no Semiárido.	Programa 2: Tecnologias de convivência com o Semiárido.	Projeto 1: Divulgação e Incentivo ao PRONAF- Agrofloresta; Projeto 2: Incentivo ao uso de técnicas conservacionistas de manejo e conservação de solos e água; Projeto 3: Programas de Aproveitamento das águas e margens dos Açude Públicos para a produção de alimentos, com técnicas agroecológicas; Projeto 4: Reserva estratégica: Construção de Barragens subterrâneas, Cisternas de Placas, Cisternas Calçada, PAIS* e Mandalas; Projeto 5: Tecnologias adaptadas: Quintais Produtivos, Fogões Ecológicos e uso de energias limpas. Projeto 6: Incentivo ao programa crédito de carbono, através da assessoria para esclarecimentos, estudos de quantificação e elaboração de projetos;

Quadro 44: Eixo Meio Ambiente e Qualidade de Vida
Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, 2011.

29.6 Eixo da Dimensão Socioeconômica

Os eixos definidos para a Dimensão Socioeconômica foram: Desenvolvimento Produtivo do Território, Ação Fundiária, Turismo Sustentável e Infraestrutura conforme descritos a seguir:

O Eixo Desenvolvimento Produtivo do Território apresenta três programas com diversos projetos pensados, conforme quadro a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Desenvolver a agricultura e a pecuária em bases agroecológicas.	Programa 1: Produção e Transição Agro ecológica.	Projeto 1: Desenvolvimento da Agricultura de Sequeiro e da Agricultura Irrigada de Grãos; Projeto 2: Fortalecimento e Desenvolvimento da Fruticultura; Projeto 3: Incentivo à Horticultura Orgânica; Projeto 4: Enriquecimento e recuperação da

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>caatinga e matas nativas; Projeto 5: Desenvolvimento de sistemas agro florestais; Projeto 6: Modernização do Extrativismo; Projeto 7: Desenvolvimento da Ovinocaprino cultura; Projeto 8: Desenvolvimento da Apicultura e Meliponicultura; Projeto 9: Implantação de Núcleos de Avicultura Caipira; Projeto 10: Incentivar e viabilizar a criação de Quintais Produtivos; Projeto 11: Incentivo a agricultura orgânica e Agroecológica. Projeto 12: Incentivo ao cultivo de plantas com potencial melífero e forrageiro. Projeto 13: Incentivar, capacitar e viabilizar núcleo de criação de galinhas caipiras.</p> <p>Projeto 14: Desenvolvimento da Floricultura e Piscicultura; Projeto 15: Formação de Jovem Multiplicador e Agroecológica; Projeto 16: Capacitação continuada dos grupos de produtores/as integrantes dos sistemas produtivos acima citados. Projeto 17: Desoneração da carga tributária para produção, transformação e comercialização dos produtos e insumos orgânicos e agroecológicos oriundos da agricultura familiar. Projeto 18: Criação de unidades demonstrativas de produção de compostos orgânicos. Projeto 19: Apoio com crédito rural a Floricultura e cajucultura (aproveitamento do pedúnculo); Projeto 20: Incentivo a implantação de sistemas de cultivo protegido.</p>
<p>2. Agregar valor com comercialização e implantação de agroindústrias.</p>	<p>Programa 2: Agro industrialização como estratégia de dinamização econômica.</p>	<p>Projeto 1: Estruturação e reestruturação de agroindústrias para processamento de produtos agrícolas regionais; Projeto 2: Estímulo a criação de unidades de mineração de pedras semipreciosas e de produção de bijuterias;</p> <p>Projeto 3: Fábrica de Ração Animal; Projeto 4: Estruturação da Agroindústria do Mel (Implantação de unidades de extração e beneficiamento do mel, conforme legislação do MAPA). Implantação de casas de mel; Projeto 5: Aprimoramento do Artesanato. Projeto 6: Fortalecimento da cadeia</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		produtiva da apicultura através da estruturação de casas de mel, entrepostos e laboratórios de pesquisa. Projeto 7: Apoiar com crédito rural a Apicultura, e meliponicultura.
3. Apoiar e fortalecer ações de comercialização dos produtos da agricultura familiar e de assistência técnica permanente.	Programa 3: Bases de Serviços para o Desenvolvimento Territorial.	Projeto 1: Fortalecimento da Base de Serviço de Comercialização; Projeto 2: Estruturar Bases de Serviços de Assistência Técnica Territorial.

Quadro 45: Eixo Desenvolvimento Produtivo do Território

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, 2011.

29.7 Eixo Ação Fundiária

O Eixo Ação Fundiária apresenta três programas: Regularização Fundiária com dois projetos, Recuperação dos assentamentos com dois projetos elaborados e Obtenção de Imóveis e Implantação de Novos Assentamentos com três projetos pensados. O quadro a seguir apresenta tais projetos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Assegurar o acesso à terra.	Programa 1: Regularização Fundiária.	Projeto 1: Georeferenciamento e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais; Projeto 2: Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.
	Programa 2: Recuperação dos Assentamentos.	Projeto 1: Melhoria da infraestrutura social e econômica dos assentamentos; Projeto 2: Planos de manejo para as áreas de assentamentos de reforma agrária.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	Programa 3: Obtenção de Imóveis e Implantação de Novos Assentamentos.	Projeto 1: Desenvolver ações para os agregados da reforma agrária; Projeto 2: Desapropriação de terras; Projeto 3: Aquisição de terras via programa crédito fundiário.

Quadro 46: Eixo Ação Fundiária

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, 2011.

29.8 Eixo Turismo Sustentável

O Eixo Turismo Sustentável apresenta dois programas: Educação e valorização do potencial turístico do território e Turismo Sustentável e Solidário. O quadro a seguir apresenta os projetos elaborados para cada programa.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Desenvolver o turismo de forma sustentável.	Programa 1: Educação e valorização do potencial turístico do território.	Projeto 1: Minha Terra, Meu Viver (Educação turística, divulgação, preservação cultural e ambiental do território); Projeto 2: Divulgação e marketing do Maciço; Projeto 3: Capacitação de Mão de obra para o desenvolvimento e gestão sustentável do turismo (Guia turístico, hospedagem, alimentação, artesanato, transporte e comércio); Projeto 4: Unidades Familiares Acolhedoras do Turismo sustentável do Território (hospedagem, alimentação, atrativos naturais e culturais); Projeto 5: Implantação do turismo social, rural e comunitário.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	Programa 2: Turismo Sustentável e Solidário.	<p>Projeto 1: Fortalecimento da infra-estrutura turística; (Melhorias das entradas e vias de acesso e estradas vicinais, Sinalização postos de informações turísticas);</p> <p>Projeto 2: Construção e funcionamento do centro de cultura e turismo regional;</p> <p>Projeto 3: Rota turística do Maciço (Mapeamento, integração e sustentabilidade);</p> <p>Projeto 4: Fortalecimento do turismo sustentável, Implantação e operação de pousadas, exploração sustentada e criação operação de roteiros turísticas.</p> <p>Projeto 5: Estruturar unidades familiares para o atendimento ao turismo.</p>

Quadro 47: Eixo Turismo Sustentável

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, 2011.

29.9 Eixo de Infraestrutura

O Eixo de Infraestrutura apresenta quatro programas: Infraestrutura Elétrica, Infraestrutura Viária, Infraestrutura Hídrica e Infraestrutura de Saneamento Básico e acesso à Água. O quadro a seguir apresenta os projetos elaborados para cada programa.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar a infraestrutura básica como suporte de apoio ao desenvolvimento social, produtivo e ambiental do território.	Programa 1: Infraestrutura elétrica.	<p>Projeto 1: Energia e Desenvolvimento Produtivo;</p> <p>Projeto 2: Energia a base de Bio Digestor;</p> <p>Projeto 3: Energia Solar;</p> <p>Projeto 4: Estímulo à implantação do Medidor sazonal.</p> <p>Projeto 5: Apoio com crédito rural à energia renovável.</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	<p>Programa 2: Infraestrutura viária.</p>	<p>Projeto 1: Plano Regional de Transportes; Projeto 2: Conexão entre os 13 Municípios; Projeto 3: Revitalização da malha ferroviária; Projeto 4: Plano Regional de Transportes; Projeto 5: Sistema de Conexões Externas de Integração; Projeto 6: Conexão Palmácia / Fortaleza.</p>
	<p>Programa 3: Infraestrutura hídrica.</p>	<p>Projeto 1: Inventário sobre a disponibilidade de água no território na sub-região serrana; Projeto 2: Ampliação dos sistemas de abastecimento de água nas áreas rurais e urbanas; Projeto 3: Infraestrutura para áreas irrigadas. Projeto 4: Construção de açudes previstos no Plano de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana. Projeto 5: Construção de cisternas voltadas para sistemas de produção; Projeto 6: Construção de Barragens Subterrâneas; Projeto 7: Ampliação dos sistemas de abastecimento d'água para consumo nas áreas rurais e urbanas; Projeto 8: Construção de esgotos individuais para o aproveitamento de água para fins produtivos;</p>
	<p>Programa 4: Infraestrutura de Saneamento Básico e acesso à Água.</p>	<p>Projeto 1: Consolidação de Consórcios Públicos para os Aterros Sanitários; Projeto 2: Consórcios públicos para a construção de matadouros públicos; Projeto 3: Implantação do Sistema Regionalizado de Coleta e Construção de Usinas de Reciclagem de Lixo; Projeto 4: Construção e Recuperação dos Açudes Públicos Danificados pelas enchentes.</p>

Quadro 48: Eixo Infraestrutura

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, 2011.

29.10 Eixo da Política Institucional

A Dimensão Político Institucional foi pensada a partir da articulação do eixo estratégico Controle e Gestão Territorial, o mesmo apresenta dois programas conforme apresenta o Quadro 49 a seguir.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
1. Fortalecer o colegiado territorial para a gestão do território de forma descentralizada.	Programa 1: Fortalecimento das Instâncias Colegiadas para a Gestão Social e Produtiva do Território.	Projeto 1: Estruturação do Escritório-sede do colegiado territorial; Projeto 2: Aperfeiçoamento da institucionalidade colegiado territorial para a gestão social do território; Projeto 3: Revitalização e capacitação com foco no desenvolvimento territorial criando um fundo para cada conselho (saúde, educação, assistência, mulher, criança e adolescente); Projeto 4: Estruturação de comitês temáticos para o planejamento e a gestão social do território; Projeto 5: Fortalecimento /estímulo à constituição de Fóruns Territoriais; Projeto 6: Qualificação da assessoria técnica para elaboração e monitoramento dos projetos estratégicos do território; Projeto 7: Apoiar e incentivar a estruturação e fortalecimento das secretarias de agricultura e criação de um fundo municipal da agricultura; Projeto 8: Universalização da Ater e Ates (metodologia, etc.); Projeto 9: Fortalecimento das estruturas organizacionais dos assentamentos, associações, cooperativas e grupos produtivos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETO
<p>2. Ampliar as formas e instrumentos de articulação institucional e comunitária.</p>	<p>Programa 2: Sistema Simplificado de Controle para a Gestão Social do Território.</p>	<p>Projeto 1: Construção participativa da base de indicadores e implantação do sistema simplificado de monitoramento e avaliação dos resultados e impactos do desenvolvimento territorial; Projeto 2: Formação permanente das instâncias do colegiado territorial e dos agentes de desenvolvimento para a efetiva gestão social e produtiva do território; Projeto 3: Criação e ampliação dos espaços / instrumentos de comunicação e divulgação das ações do Território (SITE,RÁDIO...).</p>

Quadro 49: Eixo da Dimensão Político Institucional

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, 2011.

30 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITÓRIO

Levando-se em consideração o grande volume de demandas apresentadas pelo território, e diante da fragilidade do mesmo quanto à capacidade técnica de transformá-las em projetos viáveis e sustentáveis, o colegiado territorial priorizou três projetos estratégicos com potencial de acelerar o processo de desenvolvimento produtivo no território. Referidos projetos foram selecionados a partir das potencialidades locais e vantagens comparativas frente a outras regiões do país, e têm como objetivos finalísticos acelerar processo de geração de oportunidades de trabalho e renda. O quadro a seguir demonstra os projetos priorizados pelo território.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES
1. Organização do Subsistema de Frutas Diversificadas	<ol style="list-style-type: none">1. Implantação de viveiros para a produção de mudas;2. Implantar sistemas agroflorestais;3. Implantar unidade de produção agroecológicas, consorciadas com a horticultura;4. Implantação de agroindústria descentralizadas;5. Integrar com o subsistema da apicultura;
2. Desenvolvimento do Turismo Ecológico e Comunitário	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar um estudo do impacto e potencial para o desenvolvimento do turismo em bases ecológicas e comunitário.
3. Implementação do Sistema Territorial de Comercialização da Agricultura Familiar e Empreendimentos Solidários - SETCAFES	<ol style="list-style-type: none">1. Apoiar a organização de cooperativas de cooperativas e produção e comercialização;2. Fortalecer a Base de Serviço de Comercialização;3. Criar infraestrutura logística de armazenamento, transporte e espaços de comercialização;4. Capacitação dos empreendimentos integrantes do SETCAFES;5. Assegurar acompanhamento técnico aos grupos integrantes do SETCAFES.

Quadro 50: Projetos Estratégicos priorizados pelo Território

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, 2011.

Parte IV

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

Proposição

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano caracteriza por dois processos simultâneos e interrelacionados, um *intrínseco* e outro *extrínseco*. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, *o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.*

Os dois processos prescindem da ação efetiva dos colegiados assumirem a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplou os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das

decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a

importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.
- De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.
- De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às

mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições da plenária geral, para implementação do mesmo assumiu:

Melhorar os serviços de saúde com foco na prevenção, garantir o acesso às políticas públicas de direito e desenvolvimento social, reconhecer e fortalecer a juventude do território, melhorar os serviços de educação, criar mecanismos para o desenvolvimento do campo, reconhecer e valorizar a cultura local, criar mecanismos para um Meio Ambiente saudável no Território, Desenvolver ações de convivência com no Semiárido, Desenvolver a agricultura e a pecuária em bases agroecológicas, Agregar valor com comercialização e implantação de agroindústrias, Apoiar e fortalecer ações de comercialização dos produtos da agricultura familiar e de assistência técnica permanente, Assegurar o acesso à terra, Desenvolver o turismo de forma sustentável, Assegurar a infraestrutura básica como suporte de apoio ao desenvolvimento social, produtivo e ambiental do território, Fortalecer o colegiado territorial para a gestão do território de forma descentralizada, Ampliar as formas e instrumentos de articulação institucional e comunitária.

Por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

Caberá as instancias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade. Caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

ARENDT, HANNAH. O que é Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ARROIO, JOÃO CLÁUDIO TUPINAMBÁ. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

ARRUDA, Miguel Edgy Távora. Calendário Histórico-Cívico-Religioso de Baturité. Baturité: Fundação Comendador Ananias Arruda, 1990.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

Atlas do Ceará: Fortaleza; 1997.

AQUASIS, 2001. <[http:// www.aquasis.org/projeto.php](http://www.aquasis.org/projeto.php)> Acesso em. 30 de Novembro de 2010.

Anuário Estatístico do Ceará, 2005 – Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE.

BEHRING, ELAINE ROSSETI. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BRENO BRINGEL, MARIA VICTÓRIA ESPIÑEIRA (Orgs). Dossiê: Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH 54: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador: UFBA, 2008.

BRAGA, Elza Maria Franco. O local e a construção de uma nova cultura política. Mimeo, Fortaleza, Março 2002.

BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.) Gestão de Projetos Sociais - São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária – AAPCS, 1999, p.57-77.

BRAVO, MARIA INÊS SOUZA E PEREIRA, POTYARA A.P. (Orgs.). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez RJ - UERJ, 2007

BRINGEL, BRENO E ESPIÑEIRA, MARIA VITÓRIA (Org). Dossiê Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH: revista 21 nº 54. Salvador: UFPB, 2008.

Brasil. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

Brasil. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

Brasil. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA, M.J.N; SANTOS, S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3707-3803.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa ET AL (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2ª Ed. 2009.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. SECULT. Um Pequeno País Verde: Serra de Baturité. Baturité: Page Editora, 1998.

CEARA. SEINFRA. Plano Estratégico de Desenvolvimento de Baturité. Fortaleza, 1999.

CEARA. SETUR. Inventário e informações turísticas da macrorregião turística serras úmidas. Baturité, 2001.

Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica. São Paulo: Cortez, Coleção questões da nossa época. 2001.

DAGNINO, EVELINA e TATAGIBA, LUCIANA (Orgs). Democracia, Sociedade Civil e Participação. Chapecó: ARGOS Editora Universitária, 2007

Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural

Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

DURÁN, Túlio Arvelo. Práticas e iniciativas bem sucedidas de administração de recursos naturais: o caso da APA da Serra de Baturité. Ceará. s. n. t.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE QUILOMBOLAS. Diagnóstico local e Metodologias de qualificação profissional de jovens e adultos: construção de diagnósticos de trabalho e geração de renda com metodologia inovadora. Recife: EQUIP, 2007.

FALCÃO, J.A.G. O Turismo internacional e mecanismo de circulação. In: YAZIGI et al. (Org.) Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 80

FERNANDES, Afrânio. Fitogeografia brasileira. 2ª ed. Fortaleza: Multigraf, 2000.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. Plano de gestão urbano-ambiental integrada para o Município de Caucaia. Fortaleza: FUNCEME, 1994.

GIRÃO, RAIMUNDO. Os municípios cearenses e seus distritos. Fortaleza, SUDEC, 1983.

GOMES, ANGELA DE CASTRO (Coord.). Direitos e Cidadania Memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOHN, Maria da Glória (ORG). Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

HISSA, I. A. Análise da realidade da fonte batateira no Cariri - CE: Aspectos econômicos e legais do mercado de água. Fortaleza: UFC/ PRODEMA, 2005.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>.

Acesso em: 10 jun. 2010.

Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

IBGE. Censo demográfico. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2009.

ICMBio. Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.icmbio4.gov.br>. Acesso em: Maio de 2009.

Indicadores Turísticos do Ceará. Fortaleza, 2000.

Informações Básicas Municipais 1995. Fortaleza, 1995.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

Plano de Ação Turística – Baturité, Guaramiranga e Pacoti - 2000. s.n.t.

PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre cultura e educação, 2010.

Publicação Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da Cidadania: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2009.

PACTO DAS ÁGUAS. Disponível em: www.cogerh.com.br Acesso em: Novembro de 2010.

PREVINA. Disponível em: www.funceme.br Acesso em: Dezembro de 2010.

Renda Interna dos Municípios Cearenses – 1985 e 1991-95. Fortaleza, 1997.

RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

RATTNER, HENRIQUE. Liderança para uma sociedade sustentável. Globalização versus ação local, tecnologia e desenvolvimento para todos? A busca de um modelo Alternativo. São Paulo: Nobel, 1999.

RELATÓRIO do Encontro dos Comitês Temáticos da Cultura, Educação, Juventude e Mulheres, Ceará, 2009.

RICO, ELIZABETH MELO (Org). Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999.

RURAL Europe. Disponível em:< www.ruraleurope.aeidl.be/rural>. Acesso em: 12 jun. 2010.

SACHS, IGNACY. Palestra Inaugural do III Fórum Internacional: modelos e instrumentos para gestão dos territórios. IICA/Fórum DRS/MDA/Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2008.

SCHNEIDER, SÉRGIO SILVA, MARCELO KUNRATH E MARQUES, PAULO EDUARDO. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

SEPÚLVEDA, SERGIO. Desenvolvimento Microrregional Sustentável. Métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Ceará 92 – Perfil ambiental e estratégias. Fortaleza: SEMACE, 1992.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Zoneamento Ambiental da APA da Serra de Baturité: Diagnóstico e Diretrizes. Fortaleza, SEMACE 1991.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em: < www.semace.ce.gov.br> Acesso em: Novembro de 2010.

VERAS JR, Arilo dos Santos. Programa de conservação e recuperação ambiental do Maciço de Baturité. Fortaleza: SEMACE, 1993.

ZAPATA, TÂNIA (Org). Desenvolvimento Local e Participação Social. {et. al.} Edição Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano. IADH: Recife, 2007.